

Luis Carlos dos Passos Martins
Mônica Karawejczyk
[Orgs.]



HISTÓRIA & MÍDIA

Leituras do Brasil



A presente obra que é oferecida aqui à avaliação do público leitor começou a ser pensada no ano de 2019, quando os seus organizadores iniciavam a criação de um Grupo de Pesquisa voltado ao estudo de História e Imprensa. A ideia original do grupo era reunir pesquisadores que abordassem uma “história da imprensa brasileira no período republicano”, mas que fugisse da tradicional compreensão dos impressos como “instrumentos de manipulação de interesse” e procurasse vê-los a partir de suas diversas interações com o universo político, salientando, por exemplo, as suas pretensões a exercer um protagonismo público e mesmo um “papel institucional” naquilo que se convencionou chamar – não sem controvérsias – de esfera pública. Na medida em que os organizadores começaram, porém, os contatos para montar o grupo, perceberam como as pesquisas históricas envolvendo os meios de comunicação estavam alcançando veículos cada vez mais diversificados, estendendo-se para além dos jornais impressos e das revistas, e abarcando, afora o rádio e a televisão, também o “mundo virtual” proporcionado pela internet. Ademais, era realmente muito restrito centrar o tema do grupo em aspectos políticos e institucionais, não obstante a relevância destes temas. Outros assuntos abordados, como as questões étnicas, as correntes literárias, as práticas fotográficas, etc., não só tinham um valor em si mesmo, como podiam fazer um profícuo diálogo conceitual e metodológico com a proposta original, abrindo novas perspectivas de pesquisa. Essa percepção não ficou sem consequências. Para o grupo de estudo e de pesquisa que estava em formação, levou os organizadores a ampliar o escopo inicialmente abarcado pela proposta, ao ponto de modificar o próprio nome que transitou do original “História e Imprensa do Brasil Republicano” para “História e Mídia”. Não foi apenas o nome que foi modificado: as reuniões temáticas que o grupo passou a realizar, muito embora focassem ainda na história dos meios impressos, envolveram outros veículos, como o cinema e as mídias virtuais, e temas cada vez mais variados, conforme mencionado acima. O volume de pesquisadores e de pesquisas presentes nesses encontros foi de tal envergadura que motivou, não apenas a organização dessa coletânea, mas também a criação de um novo Grupo de Trabalho registrado junto a ANPUH/RS – o GT História e Mídia, do qual esta obra é a primeira publicação “oficial”.



História e Mídia



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

História e Mídia

Leituras do Brasil

Organizadores

Luis Carlos dos Passos Martins

Mônica Karawejczyk



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Imagem de Capa: Colagem "The Broadcast" por Lotties Vault

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica (Orgs.)

História e Mídia: Leituras do Brasil [recurso eletrônico] / Luis Carlos dos Passos Martins; Mônica Karawejczyk (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

306 p.

ISBN - 978-65-5917-253-5

DOI - 10.22350/9786559172535

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Mídia; 3. Imprensa; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Introdução **9**

Luis Carlos dos Passos Martins
Mônica Karawejczyk

1 **15**

Discursos sediciosos, escritos assustadores e contumélias recíprocas: os folhetos na independência do Brasil (Província Cisplatina, 1821-1824)

Murillo Dias Winter

2 **44**

Almanaques: Instrumentos de divulgação e popularização do saber

Linara Bessega Segalin

3 **74**

No Sul, um modernismo de conciliação: do embate à integração da geração de 1920 na imprensa porto-alegrense

Jocelito Zalla

4 **97**

América Latina em revistas: *O Cruzeiro Internacional* e *Life en Español*

Marlise Regina Meyrer

5 **130**

Fotografia e fotojornalistas no jornal CooJornal (1975-1976)

Carolina Martins Etcheverry

6 **150**

Às urnas, cidadãs: A eleição de 1945 e a participação feminina na ótica do *Correio da Manhã* (RJ)

Mônica Karawejczyk

7 **178**

Um passado que não passa: o fantasma do comunismo no Brasil

Charles Sidarta Machado Domingos

8

202

Povo em perspectiva: as representações sobre o povo nas páginas da grande imprensa carioca (1955-1960)

Letícia Sabina Wermeier Krilow

9

237

A demarcação da Terra Indígena Yanomami na imprensa brasileira e internacional (1990-1992)

Elenita Malta Pereira
Débora Nunes de Sá

10

264

O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro

Luiz Alberto Grijó

Os/As Autores/as

305

Introdução

*Luis Carlos dos Passos Martins
Mônica Karawejczyk*

A presente obra que é oferecida aqui à avaliação do público leitor começou a ser pensada no ano de 2019, quando os seus organizadores iniciavam a criação de um Grupo de Pesquisa voltado ao estudo de História e Imprensa. A ideia original do grupo era reunir pesquisadores que abordassem uma “história da imprensa brasileira no período republicano”, mas que fugisse da tradicional compreensão dos impressos como “instrumentos de manipulação de interesse” e procurasse vê-los a partir de suas diversas interações com o universo político, salientando, por exemplo, as suas pretensões a exercer um protagonismo público e mesmo um “papel institucional” naquilo que se convencionou chamar – não sem controvérsias – de esfera pública.

Na medida em que os organizadores começaram, porém, os contatos para montar o grupo, perceberam como as pesquisas históricas envolvendo os meios de comunicação estavam alcançando veículos cada vez mais diversificados, estendendo-se para além dos jornais impressos e das revistas, e abarcando, afora o rádio e a televisão, também o “mundo virtual” proporcionado pela internet. Ademais, era realmente muito restrito centrar o tema do grupo em aspectos políticos e institucionais, não obstante a relevância destes temas. Outros assuntos abordados, como as questões étnicas, as correntes literárias, as práticas fotográficas, etc., não só tinham um valor em si mesmo, como podiam fazer um profícuo diálogo conceitual e metodológico com a proposta original, abrindo novas perspectivas de pesquisa.

Essa percepção não ficou sem consequências. Para o grupo de estudo e de pesquisa que estava em formação, levou os organizadores a ampliar o escopo inicialmente abarcado pela proposta, ao ponto de modificar o próprio nome que transitou do original “História e Imprensa do Brasil Republicano” para “História e Mídia”. Não foi apenas o nome que foi modificado: as reuniões temáticas que o grupo passou a realizar, muito embora focassem ainda na história dos meios impressos, envolveram outros veículos, como o cinema e as mídias virtuais, e temas cada vez mais variados, conforme mencionado acima. O volume de pesquisadores e de pesquisas presentes nesses encontros foi de tal envergadura que motivou, não apenas a organização dessa coletânea, mas também a criação de um novo Grupo de Trabalho registrado junto a ANPUH/RS – o GT História e Mídia, do qual esta obra é a primeira publicação “oficial”.

Nessa mesma linha, conforme a ideia da organização de uma coletânea de trabalhos começou a ganhar corpo, concluiu-se que os temas também teriam que ser variados para dar uma ideia melhor daquilo que os organizadores pretendiam com a obra. Estas foram as principais motivações que orientaram a seleção dos textos que leremos neste livro e espera-se que o objetivo central da publicação, fornecer uma boa amostragem daquilo que se têm pesquisado no nosso meio atualmente, tenha sido atingido.

Em relação aos textos disponibilizados aqui, no primeiro capítulo, de autoria de Murillo Dias Winter, procura-se, por meio da análise dos panfletos que circulavam na província Cisplatina, entre os anos de 1821 e 1824, traçar um acurado mapeamento da circulação desse material impresso, bem como analisar o seu alcance no contexto das disputas políticas do período. Com um texto fluido e instigante, o autor relata como, nos primórdios da imprensa no Brasil, o objetivo maior dos impressos era defender certos projetos políticos e, assim, servir de ferramenta para

mobilizar aliados e atacar inimigos. É o que Winter procura nos mostrar através da análise de casos deste suporte textual – panfletos - ainda pouco explorado pela historiografia.

Já no capítulo dois, podemos tomar contato com os almanaques, publicações muito populares entre o final do século XIX e início do XX, por conta da análise de Linara Bessega Segalin. Material impresso pouco explorado pelos estudiosos da área, mas que, devido a sua popularidade, diversidade e pluralidade de assuntos, merecem uma abordagem mais detalhada e aprofundada, tal como a apresentada pela autora. Após contextualizar a aparição dos almanaques no cenário impresso brasileiro, Linara Segalin centra sua atenção em dois almanaques específico - o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e o *Almanaque Popular Brasileiro* -, ambos publicados na cidade de Pelotas, no final do século XIX. Por fim, a historiadora procura apontar algumas possibilidades de pesquisas que podem ser desenvolvidas a partir dessa fonte, tal como os discursos de gênero presentes nessas publicações, quase todos com um viés pedagógico e disciplinador.

No capítulo três, Jocelito Zalla apresenta uma reflexão aprofundada sobre a produção literária da geração de 1920 e seus impactos no Rio Grande do Sul. O autor, por meio de uma investigação na qual destaca o papel da imprensa nos embates e nos debates do período, relata que alguns literatos e críticos questionaram as convenções estritas de sua época e reivindicaram uma maior divulgação e inserção de seus escritos para um público mais amplo. Os periódicos de Porto Alegre estamparam tais contendas nas suas páginas, envolvendo a expoente geração modernista de 1920 e os já consagrados intelectuais contemporâneos. Zalla dá destaque, na sua narrativa, para a revista *Madrugada*, dedicada a assuntos artísticos e literários e que contribuiu para que a divulgação de um modernismo literário de conciliação no sul do Brasil.

Marlise Regina Meyrer, no capítulo quatro, analisa duas revistas que concorriam pelo mesmo público leitor na década de 1950 - *O Cruzeiro Internacional* e *Life en Español*. Ao apresentar uma abordagem comparativa, a autora procura destacar que tais periódicos, que circulavam na América de língua espanhola, mais se assemelhavam na abordagem do que se diferenciavam. Revistas ilustradas de variedades associadas a um ideal civilizador propagado no período, empregando nas suas páginas os mais modernos recursos visuais, com o intuito de interpretar e de difundir os fatos sociais contemporâneos. Meyrer destaca, na sua análise, os meandros das disputas e as pressões que tais periódicos sofreram para cativar esse novo eixo de mercado e, ao mesmo tempo, divulgar para um público mais amplo visões de mundo sobre e para a América Latina elaboradas no Brasil e nos EUA.

No quinto capítulo, encontramos um olhar voltado para a produção dos fotojornalistas no sul do Brasil, proposta da historiadora Carolina Martins Etcheverry, em um texto intitulado *Fotografia e fotojornalistas no jornal cooJournal (1975-1976)*. Através de um estudo de caso, o texto procura analisar o papel da fotografia em um jornal publicado pela Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre e que viria a assumir o mesmo nome. A chamada imprensa alternativa teve um papel significativo no período da década de 1970 ao ser considerada como oposição ao governo federal, estando aí sua relevância e importância. A autora busca analisar um conjunto de fotografias, que ganharam destaque na publicação, ao serem veiculadas na capa do periódico, com o intuito de refletir sobre as mudanças ocorridas no campo do fotojornalismo no período.

As eleições diretas de 1945 no Brasil e a participação feminina após 10 anos de jejum democrático foram o recorte escolhido por Mônica Karawejczyk para compor o texto presente no capítulo sexto. Para tanto, a autora buscou analisar a cobertura que um dos periódicos mais

influentes do período, o *Correio da Manhã* (RJ), deu ao fato. Tais eleições foram convocadas para eleger deputados e senadores que, juntos, iriam elaborar a nova Constituição do Brasil, além da eleição do presidente da República. Apesar da relevância do pleito, destacada pela historiografia, a participação feminina no mesmo, como candidatas e eleitoras, ainda é pouco explorada, sendo este o eixo abordado no capítulo.

Charles Sidarta Machado Domingos é o autor do capítulo sete. Por meio da análise das matérias publicadas no jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre), no período dos anos 1960, traz a público uma importante reflexão sobre o “fantasma do comunismo no Brasil” que vez ou outra volta a assombrar o imaginário da sociedade brasileira numa espécie de *loop* infinito com os mesmos argumentos, embora com “nova roupagem”. O autor centra sua atenção na cobertura que o jornal deu para o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS nos anos iniciais do governo de João Goulart e suas repercussões na política externa independente, *locus* de disputas políticas e de polêmicas.

No capítulo oito, encontramos o texto escrito por Letícia Sabina Wermeier Krilow que procura, nas páginas da grande imprensa carioca, entre os anos de 1955 e 1960, as representações ali veiculadas sobre o conceito de povo. Fazendo uma busca nos editoriais dos periódicos *Ultima Hora*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, a autora destaca o que esses órgãos da imprensa estavam se referindo ao utilizar o termo, trazendo um ângulo interessante de pesquisa que visa mostrar, a partir de exemplos concretos, as várias nuances do uso do mesmo pelos periódicos.

A demarcação da Terra Indígena Yanomami, no ano de 1991, no governo Collor, gerou um debate muito interessante na imprensa brasileira e internacional. Esse é o tema do capítulo nove, no qual Elenita Malta Pereira e Débora Nunes de Sá procuram destacar a demarcação dessas terras e como tal questão impactou no Brasil e no exterior, entre

1990 e 1992. Partindo da análise de um conjunto variado de fontes jornalísticas, as autoras abordam as representações, as percepções e as ideias que circulavam no período, com base no material jornalístico coletado, contribuindo para desvelar uma parte da história ambiental no Brasil.

No capítulo dez, Luiz Alberto Grijó, em um texto intitulado *O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro*, debruça-se em um período recente da história política brasileira com o intuito de analisar o impacto da eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente. Com uma escrita instigante e provocativa, Grijó vai desvelando as estratégias, as composições e as mudanças ocorridas no cenário público que acabaram por corroer os tradicionais espaços de debates políticos, como os periódicos e as redes de radiodifusão e de televisão, para o uso de meios alternativos, tais como as redes sociais.

Desejamos, para finalizar, uma boa e instigante leitura dos textos aqui reunidos e que eles sirvam de inspiração para presentes e futuras pesquisas que tenham a mídia como o foco central de suas análises.

Discursos sediciosos, escritos assustadores e contumélias recíprocas: os folhetos na independência do Brasil (Província Cisplatina, 1821-1824)

*Murillo Dias Winter*¹

Hostilidades com a atividade jornalística, ameaças e ofensas mútuas, manipulação da informação e uso da mídia para a afirmação de projetos políticos. Soa familiar? Embora um breve exercício de reflexão nos leve à uma associação fácil com a mídia em tempos atuais, eram também estes os usos e preocupações sobre a atividade de imprensa no início do século XIX. Em Montevidéu, no ano de 1823, um panfleto anônimo, *El Conciliador*, fazia um alerta sobre a linguagem virulenta e os ataques presentes nos impressos: “esta tempestade de papéis impressos e infames vai se tornar uma chuva de pauladas uns contra os outros”² (Montevidéu, 1823. Edição única). Já outro panfleto, *El duende de antaño*, indicava que a atividade dos redatores de impressos no contexto de disputas políticas na província Cisplatina era “desacreditar o *Cabildo*³ de Montevidéu, espalhar libelos e inventar notícias”⁴ (Montevidéu, 1823. Edição única).

Em 1823, em meio ao processo de independência, os conflitos armados se espalhavam. Bahia, Pernambuco, Pará e província Cisplatina eram palco de disputas entre tropas vinculadas ao Império do Brasil e os

¹ Esta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Do original: “esta tempestad de papeles impresos e infamantes habéis de venir a parar en una lluvia de palos unos con otros.” Tradução do autor (T. A.)

³ Unidade político administrativa do mundo colonial hispânico, semelhante a prefeitura no mundo português.

⁴ Do original: “desacreditar al Cabildo de Montevideo: esparcir libelos, inventar noticias”. (T. A.)

militares fiéis ao exército português. As contendas movimentaram a sociedade e diversas ferramentas foram utilizadas para mobilizar os aliados e atacar os inimigos. A imprensa era um dos principais meios de divulgação de distintos projetos políticos e, portanto, uma potente arma em ambientes conturbados e de incertezas, como do Brasil em sua ruptura com Portugal. Como sintetiza Paulo Alonso, “dizer que essa imprensa era política, de opinião ou partidária seria uma redundância. Ainda que informasse, esta estava longe de ser a sua meta”⁵ (ALONSO, 2004, p.08).

O objetivo deste trabalho é, justamente, analisar a maneira que os panfletos foram utilizados como ferramenta política na província Cisplatina durante o processo de independência do Brasil. Os estudos sobre a imprensa durante a emancipação brasileira têm espaço destacado e recebem cada vez mais contribuições sejam em estudos regionais, em discussões conceituais, em modelos ou formas de política e cidadania. No entanto, não obstante aos esforços recentes os panfletos ainda constituem um corpo documental pouco analisado. Este texto visa contribuir para preencher essa lacuna. Para tanto, foi organizado em três partes. Na primeira discuto as definições do que se trata um panfleto e as suas características básicas de forma e conteúdo. Já na segunda, os espaços públicos de Montevideu são contemplados para demonstrar a importância de compreender onde essas folhas soltas eram impressas e discutidas, seu contexto linguístico. E por último, analiso os debates sobre o futuro da província através desses impressos.

Panfletos: definições e considerações

As folhas soltas eram utilizadas em conflitos e disputas políticas e religiosas desde o século XVI. De difícil definição e classificação, sua

⁵ Do original: “decir que esta prensa era política, de opinión o partidaria sería una redundancia. Aunque informara, ésa distaba de ser su meta.” (T. A.).

nomenclatura tem origem, inicialmente, no formato e tamanho da impressão, relacionada às dimensões do papel que foi impresso e a quantidade de vezes que foi dobrado, produzindo um pequeno livro. Um panfleto, assim, poderia ter as dimensões de 1 até 12 folhas inteiras ou até 96 páginas com as dobraduras, realizadas duas, três ou quatro vezes. Existem registros de “papéis incendiários” na Alemanha durante a década de 1520, na Inglaterra na década de 1530, na França entre os anos de 1560 até 1590 e nas revoltas da Holanda nos anos de 1560 a 1609. Em todos estes espaços as tiragens cresciam e ajudaram a desenhar através da sátira, da crítica política e das discussões de cunho moral e religioso o conteúdo destes impressos ao longo dos séculos seguintes (BRIGGS; BURKE, 2016, pp. 98-99).

O termo panfleto aparece nos registros em línguas latinas ainda no século XIV e em língua inglesa no século seguinte. Deriva do poema popular latino, do século XII, *Pamphilus seu de Amore*. Com a difusão dos impressos, o vocábulo foi associado com “impressos separados”, ou seja, aqueles pequenos itens que não tinham volume suficiente para constituírem um livro. Em um uso menor, a palavra descreveu uma coleção de itens literários, em poesia ou prosa, que foram produzidos para serem descartáveis e de preços mais populares. Na década de 1580, na Inglaterra, o significado de panfleto foi unido ao seu uso frequente: uma obra curta, vernacular, impressa geralmente em formato *in-quarto* e que tinha como tópicos principais questões sociais, políticas e eclesásticas. Os panfletos foram de uso fundamental durante as revoluções inglesas ao longo do século XVII (RAYMOND, 2003, pp. 4-27). Na França, a palavra ganha popularidade através dos impressos satíricos conhecidos também como *mazarinades*. A Revolução Francesa ampliou e difundiu o uso político e satírico desses impressos, com panfletos de crítica política, de

humor, de ataque aos hábitos e costumes da nobreza, pornográficos, entre outros (BAECQUE, 1996, pp. 225-239).

No mundo iberoamericano o termo é lexicografado no final do século XVIII. O primeiro dicionário da *Real Academia Española*, de 1780, inclui duas definições de *Folieto*: “pacote de correspondências” e “pequena gazeta manuscrita que regularmente contém as principais notícias recentes”. O caráter impresso do folhetos aparece na edição subsequente, de 1817: “papel impresso, de poucas folhas, que se aplica regularmente ao que é depreciativo”.⁶ Conotação negativa que é retirada na edição seguinte, no ano 1884. Já em língua portuguesa existe uma variação de acordo com o dicionário consultado. O *Vocabulário portuguez & latino*, do Padre Raphel Bluteau, de 1728, não fala de panfletos ou folhetos, mas consta o verbete para pasquim, definido como “sátira ou pasquinada; pasquinada ou pasquim: dito picante, posto em papel; sátira por escrito pregada nas ruas ou portas”. Já Luiz Maria da Silva Pinto no *Diccionario da Língua Brasileira*, de 1832, define os dois termos e aponta as suas diferenças. Enquanto pasquim é restrito aos papéis afixados em algum local, “sátira exposta ao público por escrito afixado”. Folheto é especificado como “papel impresso, que ordinariamente consta de uma folha, e contém alguma notícia”.

Os principais usos dos panfletos neste espaço foram durante as guerras napoleônicas em Portugal e Espanha e nos processos das independências na América. Na Europa, o sarcasmo e a crítica política nos panfletos eram ferramenta fundamental da divulgação de ideias em razão da necessidade de mobilizar e legitimar a resistência ao invasor francês (NEVES, 2008, pp. 19-54). Na América espanhola, como assinala François-

⁶ A conotação negativa também é registrada no termo em língua inglesa: “Pamphlets were closely associated with slander or scurrility” (RAYMOND, 2003, p.06).

Xavier Guerra, uma das características mais marcantes das independências é justamente o crescimento extraordinário dos impressos, sejam panfletos ou jornais. Locais como Lima, Cidade do México, Buenos Aires e Bogotá instalaram prensas e a contagem de folhas soltas impressas chegava nas centenas (GUERRA, 2002, pp. 357-384).

Na América portuguesa, com a Revolução do Porto (1820) e a liberdade de imprensa promulgada pelas Cortes de Lisboa, tanto reinóis, como, mais tarde, luso-americanos utilizaram dos panfletos como arma política. Sem a obrigação da periodicidade ou com dia marcado para sair às ruas, os panfletos acompanhavam mais rapidamente as aceleradas transformações da conjuntura no Brasil e cumpriam o papel de levar notícias e, sobretudo, ideias políticas a um público mais amplo. Entre os anos de 1820 e 1824, a leitura, impressão e debate de folhetos em locais de Lisboa a Montevidéu, passando por Recife, Salvador e Rio de Janeiro era prática corriqueira (BASILE ;BASTOS; CARVALHO, 2014, pp. 11-46).

A própria disponibilidade de panfletos na cidade de Montevidéu, foco da nossa atenção, era uma importante novidade oferecida pela conjuntura política da independência do Brasil na região. A Banda Oriental e depois província Ciplatina não tinha uma atividade impressa relevante. O primeiro jornal foi publicado em 1807 pelos invasores ingleses e as experiências na década de 1810 também foram efêmeras e por iniciativa externa, como Buenos Aires ou Carlota Joaquina (1775-1826). Apenas na década de 1820 é que a imprensa vai ser tornada ativa, com quase duas dezenas de jornais e uma centena de panfletos. Em meio aos debates sobre a ruptura de Brasil e Portugal e os diversos grupos políticos e sociais envolvidos nos diferentes projetos de futuro para esses espaços, os redatores de panfletos utilizavam das mais diferentes estratégias para mobilizar o público leitor e os ouvintes. Dessa forma, distintos gêneros de escrita e estratégias retóricas eram mobilizadas, a exemplo dos sermões,

das cartas, das poesias, das canções, da sátira, dos catecismos políticos, relatos de viagens imaginárias, diálogos fictícios, análises políticas. Alguns exemplos serão aqui explorados.

Não obstante a intenção de fazer política através dos impressos, comum em jornais e panfletos do período, as publicações tinham uma dimensão pedagógica. Os autores dos panfletos buscavam formar o público leitor e alcançar também as grandes camadas menos instruídas e iletradas da sociedade. Com esses intuitos, da política e da formação do leitor, aspecto importante dos panfletos são as estratégias retóricas empregadas. Era frequente o uso de hipérboles, a ironia e outras figuras de linguagem. Além desses elementos, o argumento de autoridade, como aponta José Murilo de Carvalho, era bastante frequente, sobretudo nos redatores formados em Portugal (CARVALHO, 2000, pp.130-135). Assim citações em latim, referências a intelectuais da Antiguidade, linguagem empolada, falsas posições de inferioridade eram mobilizadas pelos autores.

Assim, o panfleto de 1822, *Cevadilha para os carcundas lusitanos no estado Cisplatino*, redigido em português, usa destes artifícios. Primeiro, a humildade em que se coloca o redator frente ao público, “ainda que se repute desnecessário molestar a atenção dos benévolos leitores”, e a utilização de epígrafes com textos em latim de pensadores famosos como recurso de autoridade e conhecimento: “*salus populi suprema lex esto*”. A máxima do direito romano não era acompanhada de tradução na epígrafe do panfleto. Durante o texto outras frases de Cícero, Ovídio e Virgílio também acompanhavam, sem tradução, os argumentos do autor. No entanto, contrariamente, alguns panfletos procuravam se distanciar destes apelos e, muitas vezes ridicularizavam a escrita de seus rivais. No panfleto *Carta ao hortelão da fruta do tempo*, de 09 de setembro de 1822, o redator assinando como “um amante justíssimo da causa do Brasil”

debocha dos escritos de seu “gordo inimigo”: “*Capisce* que talentoso! Oh que erudição! Que latinório para tão pouca coisa! Que símiles tão graciosos!” (Montevideú, 09 de setembro. Edição única).

Com a imensa maioria da população era analfabeta se fazia necessário utilizar recursos que aproximavam o leitor/ouvinte do conteúdo dos impressos. Sempre de forma simples e direta, os textos repetiam, muitas vezes, a linguagem oral, características de transmissão do conhecimento do Antigo Regime. As canções, nesse sentido, tinham fundamental importância. Como lembra Robert Darton, no contexto da Revolução Francesa, ao utilizar letras novas (politizadas) para canções antigas, a assimilação era mais fácil e o conteúdo divulgado mais rapidamente (DARTON, 2014. p. 85). Na província Cisplatina, os *cielitos* constituíam um recurso frequente para esse fim. Surgidos da literatura gauchesca, no final do século XVIII, eram fruto do desenvolvimento e politização das formas de expressão populares, permitindo ao povo participar ativamente. Os temas geralmente destacavam a vida rural, a figura do homem do campo e eram declamados em praças, mercados, *pulperias*, frequentemente, acompanhados por músicos, de maneira simples e com mensagens de fácil assimilação (GLAVE, 2003, pp.07-30).

Um exemplo é o *Cielito del blandengue retirado* que reconstrói ironicamente a trajetória ficcional de um militar artiguista originário da campanha e associado às figuras do *gaucho* dos *cielitos* tradicionais:

Cansado de padecer
 Me retiré del servicio
 Con muchos piojos de más,
 Y de menos un oficio.
 Cielito, cielo que sí,
 Cielito de los Blandengues,
 También me falta una pierna

Y me sobran perendengues.⁷

(Montevidéu, 1821. Edição única)

A tentativa de alcançar um público maior que a elite letrada refletia-se também nos preços dos panfletos. Na maior parte dos casos o valor era determinado pela quantidade de páginas, o que os tornava, pelo número reduzido das folhas, mais acessíveis aos leitores de menor renda. No Rio de Janeiro o valor de um panfleto de volume médio, entre 1 a 5 páginas, poderia custar entre 80 e 320 réis, valor próximo, por exemplo, de uma garrafa de aguardente de cana, que custava os mesmos 80 réis (BASTOS; BASILE; CARVALHO, 2014, pp. 11-46).

Na província Cisplatina, a cidade de Montevidéu vivia um período de grande inflação em decorrência das duas décadas de conflito que marcaram a região do Rio da Prata. Ainda assim os panfletos também tinham preços acessíveis. Aqueles que não alcançavam as dezenas de páginas, custavam cerca de 150 réis, consideravelmente mais baratos que um exemplar de um periódico. Ainda assim, com esse valor era possível comprar até dez pães franceses ou uma garrafa de vinho espanhol, por exemplo. Contudo, com a intenção de se fazer lido e ter suas posições debatidas pelo grande público, outras formas de circulação foram disseminadas. Os Voluntários Reais subsidiavam publicações de seus integrantes. Já, um morador de Montevidéu, considerando-se ofendido por uma publicação, fez uma defesa pública de suas posições no panfleto, de 1823, *Excusacion de D. Gonzalo Rodrigues Brito a los hombres honrados de Montevideo* e como sua intenção não era comercializar impressos “este papel se dá de balde e não se vende” (Montevidéu, 1822. Edição única).

⁷ Em função da sonoridade e estrutura o texto foi mantido sem tradução.

Mais uma estratégia eram os diálogos ficcionais, lidos e representados em público. As lideranças políticas da província Cisplatina eram um dos alvos preferenciais desse tipo de publicação. O General Carlos Frederico Lecor (1764-1836), plenipotenciário da região, juntamente com o seu principal aliado na região, Nicolás Herrera (1774-1833), proprietário de terras e advogado, eram representados com frequência nestas narrativas sobre a situação política local. No panfleto *Dialogo entre el General Lecor y Herrera con motivo da intimación hecha por el señor Mansilla en que se introduce tambien al oficial conductor ao retratar um boato comum do período, a anexação de Entre-Ríos pelo Brasil*, o redator retrata negativamente a personalidade de Lecor, desenhado como um articulador político traiçoeiro, e de Herrera, chamado de Maquiavel oriental, que espionavam pela fechadura o representante de Mansilla e analisavam seu plano:

Baron – Ótimo, excelente pensamento: ora bem diz o Aguaceiro que você é o Maquiavel desta terra. Mãos à obra meu amigo; porém fale baixinho, por que o oficial condutor está no quarto contiguo, e pode ouvi-los então o diabo leva o nosso plano.

Herrera – ¿Y qué catadura tiene el tal anuncio? porque su facha y carácter ha de entrar por mucho en nuestra conducta.

Baron –Venha para cá e olhe pelo buraco da chave. Tem uma cara de não repartir tortas com ninguém. Ponha sentido que não o *sinta*.

Os panfletos tinham função política. Informar e desinformar eram parte das estratégias de comunicação com a finalidade de convencer e mobilizar pessoas em torno dos projetos de futuro dos distintos grupos existentes. Diferentes estratégias retóricas e figuras de linguagem compunham a pluralidade e a riqueza desses impressos. A palavra impressa e a sua reverberação coletiva ajudavam a criar uma efervescência

e um contínuo debate público inédito sobre o futuro da região. Durante os anos de existência da Cisplatina os impressos fizeram parte desses conflitos, ajudando a conformar uma cena pública em constante ebulição. Os espaços públicos de Montevidéu na mesma medida que amplificavam os conflitos militares também tinham importância decisiva na circulação da informação e na atividade política.

Os espaços públicos de Montevidéu

Em um contexto de transição entre as práticas e valores do Antigo Regime e os novos hábitos que se pretendiam modernos, a atividade da imprensa, eminentemente urbana, também constituía um componente importante da conformação e politização dos espaços públicos, da formação de um público leitor e do nascimento da opinião pública. Entre os anos de 1807 e 1824, período decorrido entre a publicação do primeiro jornal da Banda Oriental e o reconhecimento da independência do Brasil na província Cisplatina, toda a produção da imprensa restringia-se a Montevidéu

Não seria estranho, portanto, imaginar, em uma cidade tensionada pelos conflitos pela independência do Brasil, a leitura em voz alta, nos cafés, de impressos oriundos das diferentes tipografias da cidade, os panfletos provocando ásperas reações, colados às paredes das casas e das muralhas em torno da cidadela, assim como os murmurinhos e boatos circulando no porto, através dos viajantes, com a mesma frequência das mercadorias chegadas e enviadas ao exterior. A cidade funcionava como uma “caixa de ressonância” da política: ampliava e reverberava os sons das ruas na mesma medida que dava novo significado para eles. Desse modo, Guerra e Lempérière propõem a compreensão de uma pluralidade de espaços e de esferas públicas, destacando a cidade como um lugar por

excelência da política e da formação da opinião⁸ (GUERRA; LEMPÉRIÈRE, 1998, p.10).

Para a caracterização desses espaços é possível fazer uma breve descrição da cidade. Fundada em 1724, São Felipe e Santiago de Montevideu recebeu o status de cidade em 1726. A fundação e a ocupação da cidade devem-se a um movimento estratégico da Coroa espanhola nas disputas territoriais com Portugal, especialmente pela presença lusitana na região através de Colônia do Sacramento, fundada em 1680 e alvo constante de disputas e trocas de soberania. O século XVIII na Bacia do Prata foi marcado no plano diplomático e militar por conflitos armados, disputas nos gabinetes, um constante avanço e recuo de tropas militares e das linhas de fronteira. É a partir da criação do Vice-reino do Prata e das transformações na política espanhola para a administração de suas colônias que a cidade vive seu momento de maior crescimento, especialmente em razão de seu porto, de melhor qualidade e capacidade que da vizinha Buenos Aires. Posteriormente, o processo de independência na América hispânica também altera a importância das cidades na política regional já que, após 1810, diversas cidades e “regiões província” buscaram estabelecer corpos administrativos estáveis e soberanos, muitas vezes distintos projetos se entrecruzavam na mesma territorialidade (CHIARAMONTE, 2009, pp. 61-87). Assim, até a independência uruguaia em 1828, Montevideu foi palco de diversos projetos e disputas.

⁸ Nesse sentido, uso da expressão dos autores, de espaços públicos, em contraposição a definição de Jürgen Habermas de “Esfera pública”. Na definição de Guerra e “a esfera pública se entende como um espaço abstrato e imaterial. A maior parte dos espaços públicos que encontramos são muito concretos: a rua e a praça, o Congresso e o palácio, o café e a prensa e, sobretudo, a cidade como lugar por excelência da política. O abstrato espaço público moderno é, todavia, um destes espaços – muitas vezes muito reduzido – onde se congregam, se comunicam e a atuam os homens” GUERRA; LEMPÉRIÈRE, 1998, p.10). (T.A.).

Figura 1 Plano da cidade de Montevidéu – José Cevallos (1820). The John Carter Brown Library (JCB Map Collection)



No início da década de 1820, a cidade tinha em torno de 15 mil habitantes. As muralhas que cercavam Montevidéu atingiam a altura de nove e a espessura de seis metros. Proteção complementada por quatro torres, baterias de armamento e duas linhas de trincheiras. Ao entrar na cidadela e atravessar os portões de São Pedro, o primeiro aspecto que chamava a atenção do visitante era a sujeira e os fortes odores. As primeiras ruas abrigavam o comércio popular, com lojas e *pulperías*. Avançando pela Rua São Gabriel se encontrava a praça principal, somada à Igreja Matriz e ao *cabildo*. Além da Casa de Comédias, na área também se situavam os cafés e o comércio da elite. O segundo aspecto que era notado por visitantes era a vivacidade de Montevidéu. Uma cidade movimentada e internacionalizada. Embora com uma população muito menor, a sua vida ativa, de acordo com Saint-Hilarie, era comparável apenas com a da capital e sede da monarquia portuguesa: “À exceção do

Rio de Janeiro, Montevideú é a cidade mais ativa das que conheci em minha estada na América” (SAINT-HILARIE, 2002, p. 183).

Foi nesse espaço em efervescência que o futuro da Cisplatina era debatido e através dessas discussões transformava-se em plano de ação e em disputas políticas. A cidade de Montevideú e seus espaços públicos concretos reverberavam a opinião e espalhavam a palavra impressa. Entre estes locais de sociabilidade é possível destacar alguns, a exemplo das *pulperías*, dos cafés, do porto e das próprias oficinas de impressão dos panfletos e jornais. Dentro da sua posição geográfica e social, eram os lugares de encontro, de leitura e de discussão do conteúdo desses impressos.

As *pulperías*, denominadas também como casas de abastecimento ou lojas de gêneros, eram o espaço de sociabilidade mais recorrente e tradicional de Montevideú e da sua campanha, o interior rural. O termo tem origem incerta, geralmente é associado à sociabilidade popular e ao hábito de beber em público (especialmente a aguardente), o jogo de cartas e a declamação de *cielitos* acompanhados de violão. Em Montevideú suas atribuições iam além do despacho e armazenamento de bebidas, construindo igualmente um local de encontro, de debate de ideias e de circulação de periódicos e panfletos. No interior, muitas vezes, também serviam de hospedaria para viajantes ou homens vagos que circulavam pela campanha (BARRIOS PINTO, 1964. p. 184). Não raramente constituíam o único espaço de sociabilidade interiorana. Espaço com uma função social importante, além de local de comércio e de obtenção de crédito, baseado na confiança pessoal muitas vezes, tornou-se por excelência um espaço da política (KINSBRUNNER, 2005. pp. 71-77).

De acordo com Pilar Bernaldo González, no século XIX, a leitura, geralmente coletiva de impressos também ocupava parte destes encontros. O número destes estabelecimentos era bastante expressivo na

geografia local, a proporção no Prata, em média, alcançava a de uma *pulpería* para cada cento e vinte habitantes (BERNALDO GONZÁLEZ, 2008, pp. 72-74). Na Cisplatina, era frequente que panfletos fossem impressos na cidade, especialmente para circular na campanha e serem lidos para os frequentadores destas *pulperías*, o que também causava certa preocupação nas autoridades. Lecor, em carta dirigida às autoridades militares da fronteira com São Pedro do Rio Grande do Sul, pedia a fiscalização destes impressos pelas guardas da fronteira de Rio Grande: “como se vê dos incendiários e insolentes papéis que diariamente ali se imprimem [Montevidéu] para fazer circular na Campanha” (nº 07, setembro de 1922, p. 335).

Os cafés se restringiam unicamente ao âmbito urbano, constituindo uma novidade na paisagem de Montevidéu. O Café da Matriz, o primeiro a surgir, ainda no início do século XIX, estava localizado no entorno da praça principal da cidade. As funções e o estilo dos encontros eram semelhantes aos das *pulperías*, entretanto, o público diferia. Os indivíduos que antes frequentavam os depósitos de bebidas em função do jogo e das sociabilidades masculinas encontraram nos cafés um lugar que cumpria a mesma função, mas com diferenciação social, um público distinto (BERNALDO GONZÁLEZ, 2008, p. 87). Eram estes homens que faziam política no âmbito local.

Se eram recentes na paisagem oriental durante o início do século XIX, durante o período de existência da província Cisplatina, entre 1821 e 1828, o hábito já estava consolidado e Montevidéu abrigou seis cafés. O Café da Matriz, o Café da Alianza e o Café de D. Adrián localizavam-se na zona central da cidade, servindo como ponto de encontro da elite após a missa ou depois de frequentar o teatro. Dali assistia-se à revista das tropas portuguesas, às procissões e liam-se e discutiam-se os impressos locais e internacionais. O hábito de promover tertúlias à noite nestes espaços foi

encerrado com o toque de recolher imposto pelo governo português. Contudo, os outros três cafés, mais afastados da zona central da cidade, serviriam para estes encontros noturnos. A bebida e a prostituição eram os dois serviços noturnos por excelência destes lugares. Em 1823, outro café servia de fachada para outros negócios durante a noite. No local, chamado *Mariños*, foi secretamente disposta uma roleta, onde os jogos duravam longas horas sem a fiscalização do governo. Ainda em 1823, foi feita uma denúncia e a “o dono do café foi preso e desfeito o ninho de jogadores”⁹ (DE MARÍA, 1976. p. 66).

As oficinas de impressão eram um dos espaços novos e politizados de sociabilidade em Montevideú. Geralmente os panfletos eram adquiridos diretamente com os proprietários no local de sua impressão, mesmo espaço que deveria ser procurado quando alguém tinha interesse em publicar algum anúncio nos jornais. Visitadas por redatores, impressores e compradores de jornal, as tipografias constituíam-se num ambiente de discussão de ideias e de mobilização política, com um caráter distinto: seus frequentadores eram, em sua imensa maioria, letrados.

Desse modo, tinham acesso à informação produzida no local e a que era comentada e circulada pelos frequentadores, possivelmente leitores de mais de um impresso e de origens diversas. Na província Cisplatina, juntamente com o crescimento dos impressos, as tipografias cresceram de importância. Ainda eram (e por um longo período permaneceriam sendo) rudimentares, apresentando um processo caro e complicado de impressão, especialmente na confecção dos tipos para impressão das letras e da tinta, frequentemente improvisada. Durante o período anterior a existência da Cisplatina, a prensa que imprimou o *Estrella del Sur* foi levada para Buenos Aires em 1807, a “La Carlota” foi desmembrada e junto

⁹ Do original: “la cárcel fue el dueño del café deshaciéndose allí el nido de los ruleteros” (DE MARÍA, 1976. p. 66).(T.A.)

com os tipos utilizados por José Miguel Carrera deu origem a parte de outros equipamentos em Montevideu na fase de proliferação das prensas na cidade. A primeira delas foi a Imprensa de Perez (1821), seguida da Imprensa de Torres (1822), de los Ayllones (1822), dos Niños Expositos (1823) e de Arzac (1823). Além dos jornais e panfletos, a impressão de documentos oficiais e institucionais também complementava a renda de seus proprietários.

Por fim, o movimentado porto da cidade constituía um importante espaço de circulação de informação e sociabilidades. Parada obrigatória de todos os barcos que ingressavam a Baía do Rio da Prata, Montevideu estava conectada com todo o mundo atlântico. Dos terraços das maiores casas da cidade, os comerciantes com lunetas espreitavam a chegada de novos barcos e, enquanto as embarcações chegavam ao estuário, as pessoas se dirigiam no mesmo ritmo para o cais em busca de produtos e novidades. Com o comércio livre, indivíduos e mercadorias de diversas partes do mundo chegavam à cidade e junto com eles informações, boatos e jornais. Por exemplo, Carlos Frederico Lecor somada à correspondência oficial, despachava periódicos ingleses, de todo o Prata e espanhóis para D. João VI. O representante brasileiro no Rio da Prata, Manuel Correa da Câmara (1783-1848), em correspondência a José Bonifácio Andrada e Silva (1763-1838), ministro do Reino e dos negócios estrangeiros, relatava a facilidade em encontrar jornais provenientes de Nova York, da Bahia e de Londres.

A cidade de Montevideu e seus espaços públicos concentrava a produção dos impressos e era responsável pela difusão da informação e da propaganda política. A região da campanha recebia os impressos e foi constituída como um espaço social e político de mobilização popular importante. Locais para fazer a política na Cisplatina. Se respirava política e ela ocupava todos os espaços públicos, sua materialização se dava através

dos impressos. Os debates se acalravam conforme os eventos e na mesma medida que eram fruto do contexto beligerante também eram causa dessas disputas.

Os debates dos panfletos e os panfletos nos debates

Em 1823, Nicolas Herrera, uma das figuras mais proeminentes da sociedade montevidéana desde o período colonial, recordava a importância da imprensa durante os enfrentamentos armados decorrentes da independência do Brasil que ocorriam na província Cisplatina. Para Herrera, as páginas impressas em volumes inéditos na região foram também uma importante arma empregada pelos dois lados do conflito e “a guerra fez-se desde este momento por meio de discursos sediciosos, por escritos assustadores, por espreitas, e contumélias reciprocas” (THEVENIN, 1978, p. 218). Nessa guerra os panfletos se tornaram peça de artilharia fundamental.

Grande parte dos redatores de panfletos era contrária a presença brasileira na Cisplatina. O principal argumento era de que quando a província havia sido criada, em 1821, a iniciativa era portuguesa, portanto, quando separados Brasil e Portugal, uma nova consulta a população deveria ser realizada para decidir o futuro da região. Desse modo, o Império do Brasil era considerado um invasor e as suas práticas eram denunciadas nos panfletos. As reclamações eram de favorecimentos aos militares brasileiros e aos aliados de Lecor, a “Logia imperial” (Montevidéu. Sem data. Edição única), na distribuição de terras na fronteira, os frequentes e crescentes roubos de gado da província Cisplatina para as propriedades sul-rio-grandenses com a anuência dos “Imperiais miseráveis” (Montevidéu. Sem data. Edição única) e a violência na “Administração do sistema lagunino” (Montevidéu. 1822. Edição única). Os termos pejorativos demonstravam o aumento da insatisfação e da

contestação da permanência brasileira na província. Desse modo, os “Imperiais” e “cavaleiros do laço verde” eram acusados de apoiar a independência brasileira em busca de vantagens pessoais. Benefícios que poderiam ser financeiros, “nossa fortuna, a dos nossos filhos” e de distinção social, “fundar uma nobreza Cisplatina” (Montevideu. Sem data. Edição única).

Uma série de panfletos, em que constavam esse tipo de denúncia, adotava o pseudônimo do “Duende”, figura comum na tradição hispânica, por sua pequena estatura e poderes mágicos, se locomoveria com facilidade por lugares e eventos, sendo um observador privilegiado. Os poderes especiais também indicariam posse de conhecimentos aos quais pessoas normais não teriam acesso. Elementos que forneceriam um arsenal de informações contra o Império do Brasil. Assim surgiram, por exemplo, “*el duende de antaño*”, “*El duende de día*” e “*el duende de todas las horas*”. A tentativa de manter o anonimato estava presente na grande maioria dos panfletos cisplatinos. Como destaca Cecília Salles de Oliveira, “o anonimato permite a participação política sem implicar sanções diretas e sem comprometer a posição social do autor ou suas eventuais ligações com pessoas de prestígio” (OLIVEIRA, 1984, p.25).

Contudo, essa posição pode ser matizada na província Cisplatina. Afinal, tratava-se de um local com número reduzido de habitantes letrados e em conflito aberto, não sendo difícil o reconhecimento dos autores das publicações. Os pseudônimos, mais importantes do que a tentativa de esconder a identidade do autor, eram um instrumento para revelar suas posições políticas. Assim, “um tabaquista constitucional”, “El amigo de la paz”, “um amante de su país”, “el pulperito patriota”, “uno de los vários” atacavam seus contrários e firmavam suas posições.

Um exemplo do tipo de mensagem que era veiculada é a conversa entre o Barão de Laguna e Nicolás Herrera, presente no panfleto *El duende*

de antaño, na qual o autor anônimo apontava como era a condução da província Cisplatina pelos representantes do Brasil. Por seu tamanho diminuto e sua capacidade de se camuflar, o duende, na construção ficcional do panfleto pôde acompanhar a seguinte conversa:

Tomou a palavra o Barão e disse:

B.- Irmãos cisplatinos, imperiais, cavalheiros do laço verde, da Ordem do Cruzeiro. Qual é a nossa função?

H. - Unir com esta corrente ao carro imperial esses povos rebeldes que não quiseram obedecer ao amo que lhe apresentamos.

B.-Qual é nosso objetivo?

H.- Fazer nossa fortuna, a dos nossos filhos, fundar uma nobreza cisplatina e arruinar as fortunas de todos nossos inimigos e ocultar por último nossos crimes.

(Montevideu. Sem data. Edição única)

Os mesmos argumentos eram também destaque do panfleto *diálogo entre e general Lecor, D. Tomás García y D. Nicolás Herrera*. Para o redator anônimo existiam entre os correligionários do Brasil dois tipos de interesses, divididos entre aqueles de posses e os não favorecidos: “Entre os amigos uns são ricos e outros pobres: os primeiros só querem honras e conservar o que tem; e os segundos apenas anseiam prata, prata, prata”. Desse modo, para satisfazer aqueles que não aspiravam apenas ao enriquecimento “é necessário que o príncipe, logo que se proclame imperador, agracie a todos estes servidores com títulos, pensões e privilégios” (Montevideu. Sem data. Edição única). Com a independência do Brasil e a necessidade de arregimentação de apoio dos grupos ao projeto brasileiro práticas de nomeações e privilégios foram adotadas, particularmente a distribuição de ordens honoríficas. De acordo com Camila Borges da Silva, essa prática foi largamente utilizada por D. Pedro como instrumento de cooptação política, já que atendia os desejos de

hierarquização e distinção social daqueles que as recebiam. Entre as condecorações distribuídas na província Cisplatina estavam os títulos recebidos a Ordem do Cruzeiro, o hábito de Cristo e a comenda de Cristo (DA SILVA, 2014, pp. 410).

Se a distribuição de títulos era o mecanismo para alcançar o prestígio social, o abigeato se tornou a principal estratégia de enriquecimento dos apoiadores da causa brasileira. Nesse sentido, eram frequentes as reclamações sobre roubos de gado na região da campanha e igualmente os relatos dessas ações na imprensa. Os estancieiros da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por sua proximidade geográfica e semelhança na base produtiva, foram o grupo mais favorecido por essa prática. De acordo com os relatos, era fácil observar como a produção de charque e a estrutura existente do lado oriental da fronteira desde o período colonial foi rapidamente transferida para as propriedades dos sul-rio-grandenses, potencializando a sua capacidade e enfraquecendo os concorrentes, chegando ao ponto de produtos básicos de origem animal, como a graxa, serem importados pela população local. O panfleto *Um patriota a los mocitos de tienda conclamama* para a mobilização dos afetados por essa prática e denunciava as medidas imperiais:

Habitantes da campanha! Estancieiros! Digam se não foram arruinadas as vossas propriedades: tenham a vista sobre vossas fazendas e depois voltem os olhos aos campos limítrofes. Recordem o número de saladeiros que antes dos portugueses nos tínhamos e os que haviam no Rio Grande e que agora tem. – Ah! Até a graxa que se consome nesta província nos chega por mar de Rio Grande! (Montevideú. Sem data. Edição única).

Como destaca Márcia Eckert Miranda, a manutenção da província Cisplatina e a política de benefícios aos estancieiros foi um importante elemento de arrematamento da elite sul-rio-grandense ao projeto político

independentista baseado no Rio de Janeiro. Desde a invasão militar da Banda Oriental em 1816, a capitania havia sido utilizada como ponta-de-lança dos interesses governamentais e dos grupos políticos fluminenses no Prata, fornecendo homens, animais e alimentos. Em troca, as vantagens econômicas da guerra também deveriam passar pelo Rio Grande de São Pedro. Entre os principais ganhos estava, justamente, a distribuição de terras e rebanhos e a desestruturação da produção saladeira oriental, impondo perdas significativas na economia pecuária local e contentando charqueadores, estancieiros e comerciantes do outro lado da fronteira. Além disso, oficiais distribuía semsarias aos soldados e milicianos com o intuito de ocupar a região ao norte do Rio Negro. Essas prerrogativas deveriam ser preservadas apesar das transformações políticas em curso. Assim, “a adesão da elite sul-rio-grandense a mudanças controladas e compatíveis com a preservação de ganhos obtidos com a intervenção na Banda Oriental e com o alargamento do poder conquistado estabeleceu as condições necessárias para a aceitação da independência do Brasil” (MIRANDA, 2009, p. 166). O que se via nestas ações era uma convergência entre os interesses privados e os estatais.

De acordo com Helga Piccolo este elemento tem origens no período colonial, na conformação da própria capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ao longo desse processo um poder privado se fortaleceu, desenvolvendo-se com autonomia à medida que pudesse ser instrumentalizado pelo Estado português. Os grupos que ganharam proeminência eram necessários à Coroa lusa por sua capacidade de arregimentação de homens para a defesa do território e por sua capacidade para barrar os interesses espanhóis nesta área em disputa. Sem possibilidade de prescindir destes serviços, a Coroa acabou por tolerar determinadas práticas, algumas vezes lícitas e outras vezes não (PICOLLO, 2003, pp. 577-578). Na apropriação de rebanhos e terras da

província Cisplatina, as duas Práticas se misturavam. O controle sobre o trânsito de animais e a cobrança de tributos dessa transferência ficava a cargo dos comandantes militares, que não tinham interesse no cumprimento destes deveres e eram responsáveis por utilizar milicianos sob seu comando para roubar gado.

Estes pretensos objetivos, tanto os financeiros como os de distinção social, eram igualmente mobilizados por parte da imprensa para atacar diretamente os indivíduos pertencentes a este grupo de apoio à dominação brasileira. Suas práticas eram consideradas sanguinárias e distantes do contexto de transformações do período. Sua atuação não teria parâmetros de comparação com eventos que já haviam ocorrido na Cisplatina, marcando a atuação dos integrantes do “Clube do Barão”¹⁰ e do próprio Lecor, retratados como gananciosos, traidores e criminosos. Afinal, “O intruso general Barão de Laguna e seus companheiros, continuam com o mais inaudito atrevimento em ditar leis das mais severas e irracionais que jamais se há conhecido nesta província contra os direitos do homem”.

Nesse sentido, o Barão de Laguna, plenipotenciário na província Cisplatina, recebia as maiores *críticas*. *Um exemplo são as descrições irônicas, feitas pelo autor anônimo do panfleto Dialogo entre el general Lecor, D. Tomás García y D. Nicolás Herrera*, de todas as funções que pretensamente ele desenvolvia, mais próximas de um regime absolutista, retratado com tirânico, do que de um espaço que lutava pela sua liberdade e pelo desenvolvimento dos direitos do homem, retrato desses novos tempos: “supremo general, legislador único e absoluto, árbitro juiz de da câmara, governador, intendente, presidente do *Cabildo*, administrador da aduana, comandante do tesouro, contador, prior do consulado, irmão

¹⁰ Denominação pejorativa dada aos partidários do Império do Brasil e que apoiavam Carlos Frederico Lecor, Barão de Laguna.

maior da caridade, herdeiro geral de todos que os que morrem, protetor dos órfãos, casamenteiro singular¹¹ (Montevideu. 1823. Edição única).

No mesmo panfleto, em tom mórbido, era projetado como seria a vida de Carlos Frederico Lecor durante esse período. Neste diálogo fantasioso, trancado em seu quarto e acometido pela culpa, o militar lusitano não resistia a lembrança de ter traído os espanhóis para ingressar na Banda Oriental, enganado os orientais no Congresso Cisplatino e o Rei português na independência do Brasil e, assim, colocaria (conforme o desejo do redator) fim a sua própria vida:

Oh ambição de riquezas e honras, e como você perturbou tudo meus planos! Você obscureceu minha razão, você me fez caducar e me precipitou para a minha própria ruína! Todos os compatriotas me odeiam, a nação me abomina, o Rei, oh! Com essas mesmas mãos sacrílegas que tantas vezes assinei a traição do meu país, com elas s mesmo devo cortar o estame mofado e delicado da minha vida detestável. Sirva esta cena trágica de lição a todos os bons portugueses. Esta pistola acabe de uma vez com o maior criminoso: com o assolador da província oriental: com o traidor de seu rei e país: com o execrável Lecor. *Pum!*¹² (Montevideu. 1823. Edição única).

A resposta do grupo favorável ao Brasil, em menor escala e eloquência, também era através de panfletos. O pseudônimo criado seguia a mesma lógica de seus antagonistas, eram os bruxos. Foi assim que surgiram em quatro panfletos com o mesmo nome, *El mas aficionado de*

¹¹ Do original: supremo general, legislador único y absoluto, árbitro juez de la cámara, gobernador, intendente, presidente del Cabildo, administrador de la aduana, comandante del resguardo, tesorero, contador, prior del consulado, Hermano mayor de la caridad, heredero general de todos que los mueren, protector de huérfano, casamentero singular. (T.A.).

¹² Do original: ¡Oh ambición de riquezas y honores, y como has trastornado todos mis planes! ¡Has obcecado mi razón, me has hecho caducar y precipitándome en mi propia ruina! ¡Todos paisanos me detestan, la nación me abomina, el rey, ¡oh! Con estas mismas manos sacrílegas que tantas veces he firmado la traición de mi patria, con ellas mismas debo cortar el mohoso y delicado estambre de mi detestable vida. Sirva esta trágica escena de escarmiento á todo buen portugués. Acabe esta pistola de una vez con el mayor de los criminales: con el asolador de la provincia Oriental: con el traidor a su rey y patria: con el execrable Lecor. *Pum!* (T.A.).

los brujos a el Mas amado de los Duendes, El mas aficionado de los brujos, El brujo e El brujo enemigo de indirectas. Munidos de estratégia semelhante atacavam os duendes e seus textos satíricos ao afirmar que aqueles panfletos “pronunciariam não apenas o espírito público, como o demônio também”, além de ameaças como “guarda circunspeção, caso contrários os bruxos a beliscões vão te arrancar esse veneno oculto”. Ao contrário da maioria das publicações de Montevideú, o objetivo principal destes panfletos era exaltar a dominação brasileira e contrapor as acusações de abusos e tirania. Para tanto, o governo de Lecor era exaltado, ressaltando a aceitação popular e apresentando argumentos dos feitos positivos da dominação brasileira. Assim, era relatado que “nostro governador teve uma aceitação sem igual, e nós a merecemos, porque quando chegou o caso, soubemos desempenhar o posto como poucos” (Montevideú. 1823. Edição única).

As tensões crescentes na província Cisplatina refletiam também na produção da imprensa, na mesma medida que os impressos em linguagem cada vez mais agressiva também contribuíam para aumentar o clima de agitação. Os jornais e panfletos estornaram ferramentas de denúncia e de ataque. Assim, enquanto os embates não sedavam de maneira efetiva, as provocações exerciam esse papel. Especialmente para os grupos que se viam fora do poder e se sentiam ameaçados e usurpados pela política do Império do Brasil, materializado geralmente na figura de Carlos Frederico Lecor.

Considerações finais

Os panfletos, antes apenas acessórios dentro das práticas políticas no Prata ou na Banda Oriental, foram o principal veículo de propagação de ideias e até mesmo de embate na Cisplatina. As publicações atingiram volumes antes desconhecidos e eram fruto específico dos debates sobre o

futuro da província. Dentro do significativo número de impressos em circulação, os anos de 1822 e 1823 são basilares. Foram os anos de maior disputa política de maior quantidade de impressos em circulação. Números e volumes que não se limitavam a reportar os acontecimentos nos locais próximos, estabelecendo diálogos com outros espaços e projetando as definições sobre esse território em disputa. A imprensa foi elemento fundamental da inserção da Cisplatina nos eventos do Brasil e do continente.

A cidade de Montevideú e os espaços públicos são elementos fundamentais para a compreensão da história da imprensa. Entender onde e como esses panfletos eram produzidos e quais eram os seus espaços de circulação, de leituras coletivas ou individuais ajuda a colorir e tornar mais complexo o emaranhado de ideias presentes nesses impressos.

A utilização de fontes impressas, como os panfletos ainda infrequente representa uma possibilidade analítica que constituiu uma importante ferramenta para o entendimento dos debates travados naquela região e no Império do Brasil. Assim, a compreensão dos anos de 1821 até 1824 fornece subsídios para construir uma narrativa sobre a independência do Brasil a partir dos eventos no Prata. Uma narrativa mais complexa tendo em conta a dinâmica destes espaços e os efeitos das transformações liberais de Portugal e da emancipação brasileira neste território, sobretudo, na transferência de sua posse, geralmente tomada como natural.

Referências

a. Dicionários:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*. Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Majestade, (1712-1783), 8v.

Instituto de Investigación Rafael Lapesa de la Real Academia Española , 2013: *Mapa de diccionarios*.

SILVA, António de Morais, *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, (1789), 2v.

SILVA, António de Morais, *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocábulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*, por Antonio de Moraes Silva, Lisboa, Typographia Lacerdina, (1813), 2v.

wSILVA PINTO, Luiz Maria da, *Diccionario da Lingua Brasileira*, Ouro Preto: Typographia de Silva, (1832).

b. Documentos publicados, crônicas de época e relato de viajantes:

DE MARÍA, Isidoro. *Montevideo Antiquo. Tradiciones y recuerdos*, t. II. Montevideú: Biblioteca Artigas, 1976;

Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 07, setembro de 1922;

SAINT-HILARIE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

Bibliografia Geral

ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diários y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004;

BASILE, Marcello (Org.) CARVALHO, José Murilo de (Org.); NEVES, Lúcia M. Bastos P (Org.). *Guerra Literária. Panfletos da Independência (1820-1823)* 1. Cartas. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma história social da mídia. De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016;

- BAECQUE, Antoine. Panfletos: libelo e mitologia política. In: DARTON, Robert. ROCHE, Daniel. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1755-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996;
- BERNALDO GONZÁLEZ, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la nación argentina. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2008.
- CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi* (Rio de Janeiro.) vol.1 no.1 Rio de Janeiro Jan./Dec. 2000
- BARRIOS PINTO, Aníbal. Pulperías de la Cisplatina. In: *Boletín Histórico del Estado Mayor General del Ejército*, nos. 98-99, Montevideo, 1964.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados – Origens da Nação Argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- DARTON, Robert. *Poesia e polícia. Redes de comunicação na Paris do século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.
- DA SILVA, Camila Borges. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. Tese de Doutorado – PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2014.
- GLAVE, Luis Miguel. Del pliego al periódico. Prensa, espacios públicos y construcción nacional en Iberoamérica. In: *Debates y perspectivas. Cuaderno de historia y ciencias sociales*, nº 03, dezembro de 2003.
- GUERRA, François-Xavier. LEMPÉRIÈRE, Annick et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura económica, 1998.

GUERRA, François-Xavier. «*Voces del pueblo*». *Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814)*. In: Revista de Indias, 2002, vol. LXII, núm. 225.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo universitário, 1984.

KINSBRUNNER, Jay. *The Colonial Spanish-American City: Urban Life in the Age of Atlantic Capitalism*. Austin: University of Texas Press, 2005.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009

NEVES, Lúcia M. Bastos P. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

_____. Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 4, n.8, p. 41-65, 1999.

_____. Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, C. H. de S. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, n. 116, 1984.

PICCOLO, Helga. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: JANCSÓ, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2005. pp. 571-613

RAYMOND, Joad. *Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain*. New York: Cambridge University Press, 2003.

THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis*. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978.

Almanaques: Instrumentos de divulgação e popularização do saber

Linara Bessega Segalin

Dulcília Helena Schroeder Buitoni destaca que “No espelho da imprensa as imagens e as verdades são muitas” (1990, p. 5). De acordo com a autora a imprensa funciona como um termômetro dos costumes de cada época (BUITONI, 1990, p. 13). Nesse texto, nos ocuparemos dos “almanaques”, um gênero de publicação que teve seu auge no final do século XIX e início do século XX, com o florescimento da imprensa e da indústria editorial. Publicações instigantes, que despertam fascínio e curiosidade.

Discutiremos aqui os usos e possibilidades dos almanaques como fontes históricas que apresentam muitas possibilidades de pesquisa para a História Cultural e Social¹, pela sua diversidade e pluralidade, mas que ainda são pouco estudados e, muitas vezes, são “esquecidos, ignorados ou até desprezados”, conforme indica Jean-François Botrel (2001, p. 17).

Iniciamos conhecendo a história dos almanaques; e em seguida, destacamos dois almanaques específicos: O *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e o *Almanaque Popular Brasileiro*; após, apresentamos uma possibilidade de pesquisa nessas fontes históricas: as pesquisas de gênero; e, por último pontuamos algumas outras possibilidades de pesquisa.

¹ Nesse texto, apresento, retomo e aprofundo considerações a respeito dos usos dos almanaques como fontes históricas, trabalhados na minha Dissertação de Mestrado intitulada “*Leituras confiadas às mais inocentes e mais puras leitoras? As mulheres nos almanaques gaúchos (1889-1910)*”, defendida em 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conhecendo os almanaques

Em 1890, Machado de Assis publicou um conto intitulado “Como se inventaram os almanaques”, no *Almanaque das Fluminenses*, tecendo histórias sobre esse tipo de publicação que ganhou força no Brasil, no final do século XIX.

O tempo inventou o almanaque; compôs um livro, seco, sem margens, sem nada; tão somente os dias, as semanas, os meses, os anos. Um dia, ao amanhecer, toda a terra viu cair do céu uma chuva de folhetos; creram a princípio que era geadas de nova espécie, depois, vendo que não, correram todos assustados; afinal, um mais animoso pegou de um dos folhetos, outros fizeram a mesma coisa, leram e entenderam. O almanaque trazia a língua das cidades e dos campos em que caía. Assim toda a terra possuiu, no mesmo instante, os primeiros almanaques. Se muitos povos os não têm ainda hoje, se outros morreram sem os ler, é porque vieram depois dos acontecimentos que estou narrando (DE ASSIS, 2001, p. 26-27).

Os almanaques são um conjunto de páginas, hoje frágeis e amareladas pela ação do tempo, encontradas em alguns acervos e bibliotecas, e que guardam em seu interior uma grande variedade de saberes. Podemos encontrar neles notícias históricas, informações econômicas e culturais, literatura, biografias, receitas, anedotas, jogos, astrologia, passatempos, charadas, informações sobre as inovações tecnológicas, calendários agrícolas, propagandas, entre muitos outros conteúdos.

Assim as semanas, assim os meses, assim os anos. E choviam almanaques, muitos deles entremeados e adornados de figuras, de versos, de contos, de anedotas, de mil coisas recreativas. E choviam, e chovem. E hão de chover almanaques. O tempo os imprime, a esperança os brocha; é toda a oficina da vida (DE ASSIS, 2001, p. 28).

Como vimos, os almanaques são “toda a oficina da vida” e, para entendê-los, precisamos buscar suas origens. Os primeiros almanaques teriam surgido na Europa por volta do século XV. Segundo Margareth Brandini Park, “[...] essa ‘leitura de mundo’ ultrapassa e muito essa cronologia. O almanaque pode ter sido, no início, como ordenação, o ‘estender’ de um calendário que já não comportava mais tudo o que queria dizer (1998, p. 29). Os calendários representavam a relação estabelecida entre os seres humanos, o espaço e o tempo. “O papel e a escrita possibilitaram ao homem não só ordenar o mundo, mas recuperar, repetir, reproduzir o tempo dessa ordenação, através do almanaque. O almanaque significaria [...] a escrita desse tempo ordenado” (PARK,1998, p.31).

O *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, em sua primeira edição, em 1889, trazia em suas páginas uma definição para os almanaques:

Todos os povos civilizados da antiguidade conheceram os almanaques. Os países cristãos adotaram-nos geralmente. Os seus primeiros redatores eram médicos e astrólogos. Data daí a prática de incluir nesses livrinhos os conselhos higiênicos e as predições úteis relativas às mudanças de temperatura e aos acontecimentos políticos. Entre os primeiros Almanagues que adquiriram celebridade apontamos o Nostradamus, em 1555 e o Matheus Laensberg, em 1636. As profecias absurdas continuaram, porém, a constituir o fundo dessas publicações até aparecer, em 1732, o Almanaque de Franklin, que mereceu os louvores da crítica pela sua linguagem clara e racional (ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1889, p.2).

É possível perceber como o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* sublinhava a importância de conteúdos claros e racionais

nos almanaques, seguindo a busca pela racionalidade e cientificidade que se almejava no final do século XIX, no Brasil.

Apesar do discurso racional se fazer presente, os almanaques abrigavam em suas páginas conteúdos científicos e mágicos, ambos empenhados em facilitar a vida cotidiana. Provérbios e pensamentos, conselhos da sabedoria popular convivem lado a lado com informações das novas tecnologias, advindas da Segunda Revolução Tecnológica e Científica. Isso fazia com que os almanaques se tornassem uma espécie de conselheiro e guia. “Um jogo. Um movimento que intercala o real e o fabuloso. [...] Pouco a pouco, os almanaques fazem uma reflexão de e sobre a atualidade sem perder o gosto do imaginário e do maravilhoso, que jamais cessam de existir, de aparecer neles” (PARK, 1998, p. 47).

De acordo com Jerusa Pires Ferreira, os almanaques, apesar da diversidade, mantêm “um fundo mais ou menos estável, ao longo dos séculos e, ao mesmo tempo, uma conexão sempre móvel e atualizável a depender dos públicos leitores, das épocas e das direções que se impunha a este corpo diverso de saberes” (2001, p.19).

Os almanaques são temporais, seus assuntos diversos perpassam a realidade das pessoas. Se, por um lado, eles trazem a fragmentação, por outro, a memória é reativada. “A concepção de almanaque cobre e recupera práticas e saberes dos mais antigos aos mais imediatos” (FERREIRA, 2001, p.20).

Para Park, “Ler almanaques populares, seria estabelecer sentido entre o que foi “lido, vivido e o que se vive, mas recuperando as memórias de leitura vivenciadas. Lê-se o conhecido, através de leituras anteriores” (1998, p. 37). Os almanaques são inseparáveis das formas de representação de uma época, eles mudam para permanecer.

Para termos uma ideia da diversidade de almanaques produzidos vamos mencionar alguns. Segundo Jacques Le Goff o primeiro almanaque

teria surgido na Europa em 1445. Em seguida, surgiram o *Almanaque da Corporação dos Barbeiros* (1464) e o *Almanaque Anual* (1471). *Le Grand Calendrier Compost des Bergers* (1491), foi o mais importante almanaque da França (LE GOFF, 1996).

Para Botrel, os almanaques “constituíam uma prática universal, mas que também pode ser profundamente e especificamente brasileira” (2001, p. 8). O autor destaca ainda que eles “são testemunhos, até hoje, de evoluções próprias ao Brasil, que acompanhou ou favoreceu. [...] Tudo isso e muito mais faz parte dos almanaques de cada época, constituindo um pequeno e fecundo repertório do saber” (BOTREL, 2001, p. 8).

No Brasil, os almanaques já se faziam presentes desde o século XVIII como, por exemplo, através do *Almanaque da Academia Real das Ciências de Lisboa*, publicado em Portugal, mas que circulava também no Brasil. Já no século XIX, surgem o *Almanaque Familiar*, que circulava em Portugal e no Brasil; o *Almanaque Imperial do Comércio e das Corporações civis e militares*, publicado no Rio de Janeiro; o *Almanaque Geral do Império do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro; o *Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro; o *Almanaque das Lembranças*, publicado em Lisboa; o *Almanaque de Campinas*, publicado em Campinas, e o *Almanaque Popular Brasileiro*, publicado em Pelotas. No século XX, encontra-se, entre outros, o *Almanaque Ilustrado do Brasil Portugal*, com circulação no Rio de Janeiro e Lisboa; o *Almanaque da Antártica*, o *Almanaque Garnier* e o *Almanaque Agrícola Brasileiro*, publicados em São Paulo; *Almanaque Eu Sei Tudo*, publicado no Rio de Janeiro; o *Almanaque Bertrand*, com circulação em Lisboa e no Rio de Janeiro. Como exemplo de almanaques que adentram o século XXI, temos o *Almanaque do Nordeste* e o *Almanaque do Pensamento*.

Os almanaques de farmácias tiveram grande destaque. Alguns dos títulos são *Farol da Medicina*, elaborado pela Drogaria Granado, do Rio de

Janeiro; o almanaque *A Saúde da Mulher*, elaborado pelo laboratório Daudt; o *Almanaque Capivarol*, editado no Rio de Janeiro pelo laboratório Bayer; o *Almanaque Isa*, elaborado pelo Laboratório Kraemer, em Porto Alegre; o *Almanaque do Biotônico*, *Jeca Tatuzinho* e *Almanaque Fontoura*, elaborados pelo laboratório Fontoura.

Tivemos a oportunidade de estudar, com mais profundidade, na dissertação de mestrado, dois almanaques publicados no Rio Grande do Sul: o *Almanaque Popular Brasileiro* e o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, publicados em Pelotas, que detalharei na sequência. Além deles, no Rio Grande do Sul se publicaram diversos almanaques como o *Almanaque Enciclopédico Sul-Rio-Grandense*, publicado em Porto Alegre; o *Almanaque do Correio do Povo*, publicado em Porto Alegre; o *Almanaque de Pelotas*, publicado em Pelotas; o *Almanaque do Globo*, publicado em Porto Alegre e o *Almanaque da Serra*, publicado em Erechim.

Devemos entender os almanaques como instrumentos de saber e poder. Em 1896, Eça de Queirós escrevia no *Almanaque Enciclopédico* que “Almanaque é um livro disciplinar que coloca os marcos, traça as linhas dentro das quais circula com precisão toda a nossa vida social” (QUEIRÓS, 1896 *apud* GUERREIRO, CORREIA 1986, p. 8).

Os almanaques desempenharam um papel político e pedagógico no Brasil, pois transmitiam de forma simples, a versão da ciência, tão importante naquele final do século XIX e início do século XX. Os almanaques eram “verdadeiros manuais de prescrições, necessários para os projetos civilizatórios” (PARK, 1998, p.179).

O aspecto civilizatório dos almanaques, também foi mencionado por Ferreira:

No caso do Brasil, pode-se mesmo falar do aspecto civilizador dos almanaques, do que representam chegando aos mais distantes sertões, aos povoados mais

afastados, e mesmo das cidades, numa integração de domínios rurais e urbanos, transitando entre classes sociais, exercendo a aproximação afetiva de repertórios (FERREIRA, 2001, p. 20).

A grande diversidade e riqueza dos almanaques brasileiros pode ser observada no livro: *Do Almanak aos almanaques*, organizado por Marlyse Meyer e inspirado em dois colóquios (um no Brasil e outro da França) sobre os almanaques na Europa e na América. Apesar da diversidade, essas fontes ainda não foram suficientemente exploradas, por ser consideradas fontes de difícil acesso, raras e efêmeras. Os almanaques formavam parte dos impressos de mais ampla difusão e uso, mas talvez pela sua obviedade e trivialidade, foram tidos como impressos menores e, em face disto, foram menos ou pior conservados em bibliotecas e arquivos (BOTREL, 2006, p.35).

Não podemos esquecer também que, de acordo com Dulcília Helena Schroeder Buitoni, os almanaques foram os antecessores da imprensa feminina.

Traziam conselhos de economia doméstica, medicina caseira, agricultura – enfim, eram repositórios de todo um saber transmitido de geração em geração. Esse caráter conselheiro iria passar para os periódicos femininos (Buitoni, 1990, p. 62).

Sobre o Almanaque Popular Brasileiro e o Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul

Comento alguns aspectos da estrutura e do contexto histórico de publicação do *Almanaque Popular Brasileiro* e do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, que investigamos na Dissertação de Mestrado já mencionada, para que possamos nos aproximar da fonte histórica “Almanaque” com alguns exemplos concretos.

Encontrar os almanaques, como já comentamos, não é fácil, mas é possível fazer buscas nas páginas de acervos e bibliotecas para localizar os exemplares que ainda persistem no tempo.

Esses dois almanaques que utilizamos, foram encontrados no acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. A coleção do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*² está quase completa, faltando apenas os anos de 1891, 1909 e 1912. Na coleção do *Almanaque Popular Brasileiro*³ apenas faltam os anos de 1894 e 1895. Os exemplares encontram-se em bom estado de conservação, a grande maioria com a capa original. Devemos destacar que outros títulos de almanaques também formam parte do acervo da Seção de Obras Raras da instituição.

O cenário de publicação do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e do *Almanaque Popular Brasileiro* é a cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX.

O empreendimento das Charqueadas rendeu riquezas e permitiu aos aristocratas da cidade o contato com o hábito da leitura e a frequência dos salões e teatros. Na fase de maior opulência, os descendentes dos industriários do charque viajavam à Europa para terminarem seus estudos e voltavam com as malas cheias de referências europeias. Pelotas se viu então cheia de sobrados, local de passagem de importantes espetáculos teatrais e de Salões Literários. O cenário contava com uma efervescente cultura escrita, pois circulava uma quantidade expressiva de jornais, revistas e almanaques. Nos textos publicados, nota-se a influência de autores franceses e portugueses, além da valorização de autores nacionais e gaúchos.

² Os exemplares medem cerca de 18 centímetros de altura por 12 centímetros de largura e possuem, em média, 300 páginas. Foram publicados de 1889 a 1917.

³ Os exemplares medem cerca de 18,5 centímetros de altura e 13 de largura e possuem, em média, 300 páginas. Foram publicados de 1894 a 1908.

O *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* foi organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues e publicado pela Tipografia da Livraria Americana, durante os anos de 1889 a 1917. Já o *Almanaque Popular Brasileiro*, foi editado por Echenique & Irmão, pela Livraria Universal, durante os anos de 1894-1908.

Os almanaques tinham um vínculo estreito com a literatura e em especial com a literatura gaúcha, atuando como veículos da divulgação das letras sul-rio-grandenses. Os primórdios da literatura gaúcha passam pelas páginas dos almanaques com a influência da Sociedade Partenon Literário.⁴

O conhecimento sobre o editor do *Almanaque Literário do Rio Grande do Sul*, Alfredo Ferreira Rodrigues, ajuda a explicar a ênfase dada para a literatura no almanaque. Alfredo foi pesquisador, ensaísta, historiador, cronista, literato, jornalista, biógrafo, tradutor, folclorista, charadista, poeta, professor e membro de algumas das mais importantes instituições culturais da época, como a Academia Rio-Grandense de Letras, o Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

As livrarias que editaram os almanaques, a Livraria Americana e a Livraria Universal, foram duas grandes empresas que atuaram no ramo de comercialização de livros no Rio Grande do Sul, no último quartel do século XIX e início do século XX. As duas eram concorrentes, porém, em 1917 a Livraria Universal comprou a Livraria Americana, terminando a concorrência.

O *Almanaque Popular Brasileiro*, em 1898, em comemoração aos cinco anos de sua publicação, trazia uma nota indicando que as tiragens

⁴ A Sociedade do Partenon Literário, fundada em Porto Alegre em 18 de junho de 1868, tinha o propósito de organizar a vida literário no Rio Grande do Sul. Ela cumpriria o seu propósito e assumiria uma posição de destaque, tornando-se o marco fundamental das letras e da cultura regional sul-rio-grandense (MOREIRA, 2002).

chegavam a 14 mil exemplares. Já o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, anunciava em 1895, que a tiragem totalizava 20 mil exemplares. Quanto à estrutura, o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* iniciava com uma biografia de “Brasileiros Ilustres”, depois seguia uma parte intitulada “Correspondência”, onde os editores comentavam os textos enviados ao almanaque que não foram publicados, explicando os motivos da não publicação e sugerindo mudanças para que pudessem vir a ser publicados. “A Parte Literária” possuía bastante espaço no almanaque, tratando de assuntos variados, poesias, literatura, história, curiosidades, charadas, logogrifos. Já nas “Indicações” encontravam-se informações sobre o sistema ferroviário, Correios, telégrafos, navegação e sistema judiciário. O “Calendário” trazia indicações sobre o tempo, o clima, as estações, as datas históricas e comemorativas. A “Crônica da Província” se destinava a tratar de temas políticos, econômicos e diversidades ocorridos no Rio Grande do Sul da época. A “Parte Estatística” apresentava dados econômicos, sobre a instrução pública, número de imigrantes, naturalizações, receitas da província, dados sobre a mortalidade, exportações, entre outros. Por último, apareciam o “Expediente”, a “Lista de Colaboradores do Almanaque” ou Índice por nome de autores”, o “Índice das matérias”, e a parte dos “Anúncios”.

O *Almanaque Popular Brasileiro*, por sua vez, apresentava uma pequena “Introdução”, seguida por um “Calendário”, com indicações sobre o tempo e sobre os cultivos das estações. Na parte denominada “Indicações”, se descreviam informações de utilidade geral, como códigos telegráficos, informações sobre os Correios, funcionamento da rede ferroviária, registros de nascimentos, óbitos, matrimônios, tabelas de cambio e dados sobre os estados brasileiros. Na parte “Recreativa” se encontravam poemas, prosas, charadas, anedotas e a parte de conteúdo

histórico. As últimas partes eram compostas pelo “Expediente” do almanaque, “Índice de Colaboradores” e “Índice de matérias publicadas”.

Os discursos de gênero nos almanaques gaúchos

Na pesquisa, realizamos um estudo sobre a construção de modelos femininos considerados ideias e as disputas de poder entre homens e mulheres presentes nos textos dos almanaques gaúchos. Como já mencionado, os almanaques que serviram como fontes tinham alcance nacional e circularam no final do século XIX e início do século XX.

A Boneca

A boneca é uma das mais imperiosas necessidades e ao mesmo tempo um dos mais encantadores instintos da alma feminina.

Vestir, enfeitar, despir, tornar a vestir, ensinar, ralhar um pouquinho, animar, cantar, fazer dormir, afigurar-se que um objeto qualquer é um ser, eis resumindo o futuro da mulher.

Sonhando e tagarelando, fazendo enxovaizinhos, fraldas, cueiros, a criança passa a ser moça, a moça a ser mulher.

O primeiro filho é a continuação da última boneca.

Uma menina sem boneca é quase tão infeliz e tão incompleta como uma mulher sem filhos.

Victor Hugo

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DOM RIO GRANDE DO SUL,
1906, p. 144)

Textos como “A boneca”, advindos de autores nacionais e internacionais, contendo indicações de como deveriam se comportar as meninas e mulheres para se tornarem dignas da sociedade da época, são comuns nas páginas dos dois almanaques analisados.

É importante ressaltar que durante o período da nossa investigação (1889-1910) ocorreram muitas transformações sociais, políticas,

econômicas e tecnológicas. Novos valores e práticas foram divulgados e incorporados nas relações cotidianas. A influência europeia é significativa, em especial na cidade onde os almanaques analisados são editados, Pelotas, no Rio Grande do Sul. Na cidade de Pelotas e na então capital do país, Rio de Janeiro, são evidenciadas muitas influências da *Belle Époque* Francesa.

Muitos textos presentes nos almanaques continham um caráter pedagógico, como o texto mencionado acima. Segundo uma publicação do almanaque de 1889, “O almanaque deve ser um livro que se possa, sem escrúpulos, confiar à mais inocente e à mais pura das leitoras” (ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1906, p.144).

Maria da Conceição Pinheiro Araújo salienta a preocupação com o efeito pernicioso da leitura para o público feminino no final do século XIX e início do século XX.

Referente à leitura feminina, a desconfiança, proibição e controle, que tentavam separar o joio do trigo, estavam na ordem do dia. Então, eram liberadas as leituras consideradas boas, úteis, saudáveis; proibidas as más, frívolas e suscetíveis de desviar do bom caminho e da salvação espiritual. O papel da leitura era tradicionalmente o de guardião dos bons costumes, de tradição e do ritual familiar (ARAÚJO, 2008, p. 46).

Ainda que os textos utilizados nos almanaques sejam provenientes de diversos autores, de diferentes nacionalidades e contextos históricos, quando reunidos nas publicações formam parte de um discurso homogêneo e pedagógico sobre as relações de gênero. Assim, mesmo que os textos não tivessem sido escritos para a realidade brasileira e sul-riograndense do período, no momento em que foram selecionados e incorporados às publicações, acabavam por ser considerados pelos

editores com o sendo próprios para a transmissão dos papéis de gênero desejados aos leitores e leitoras (SEGALIN, 2013, p. 20).

Ao longo das análises, evidenciamos que os almanaques não eram um espaço somente de fixação de condutas de gênero, mas também um importante espaço de disputa de poder. Um grande número de mulheres apareceu como autoras de artigos, poesias, crônicas, charadas, logogrifos que faziam parte das páginas dos almanaques (SEGALIN, 2013, p. 20).

A análise dos almanaques nos faz refletir sobre as relações de poder e resistência de gênero daquele período, repleto de transformações significativas na história do Brasil, além de tornar visível a significativa presença das mulheres como escritoras na imprensa da época.

Num capítulo da dissertação, mostramos como os almanaques, através de uma seleção de textos, poesias, crônicas e anedotas constroem essas mulheres, no sul do Rio Grande do Sul, numa cidade que se pensa cosmopolita e que vivem um momento de grandes transformações sociais. Poesias são utilizadas para enaltecer a imagem feminina, enquanto os recursos irônicos são responsáveis por desqualificá-la (SEGALIN, 2013, p. 61). Vejamos alguns exemplos.

A mulher, esta pérola mimosa da criação, lançada dos lábios de Deus ao paraíso terreal para fazer entrever ao homem a beleza das divindades celestes; A mulher, esta maravilhosa escapada do formoso seio dos anjos para vir perfumar a vida dos mortais, tem sido e há de ser perpetuamente o sonho dourado da mocidade, e eterna inspiradora do poeta, a gloria azul do gênio, a imortalidade dos heróis.

José Palmella

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1898, p. 195).

As relações sociais são construídas a partir das exigências de um contexto histórico-temporal específico. Desta forma, nos almanaques é

muito comum observarmos um discurso pautado na “natureza universal da mulher”. Inúmeros textos destacam as características intrínsecas de “todas as mulheres” como a afetividade, o amor maternal, a passividade, a inferioridade racional e a superioridade pelo sentimento. Para entendermos, a lógica social naquele momento histórico estava pautada pela diferenciação biológica, religiosa, jurídica, entre um ser “racional”: o homem, e um ser “natural”: a mulher. Os discursos dos almanaques estão repletos dessas reativações da memória (SEGALIN, 2013, p. 61).

O texto que segue apresenta uma definição do que se pensava sobre as mulheres. O discurso enfatiza que o homem é superior pelo cérebro e que a mulher seria superior pelo coração. É possível perceber que a superioridade pelo sentimento, mascara a submissão que as mulheres deveriam ter em relação aos homens, tidos como superiores e racionais. Se evidencia também que as mulheres não existiriam por elas mesmas, sua importância estava sempre vinculada à outras pessoas: pai, marido, irmãos e filhos.

A mulher

[...]

Eu, no entanto, com o meu apoucado talento, não deixo de palidamente esboçar o que é a mulher.

Ela é a companheira do homem, é a irmã dos anjos do céu, para acompanhá-lo na solidão da vida, como para iluminar-lhe o trânsito: ela é auréola da criação; é uma pérola divina.

É filha é mãe: como filha é aurora, é a esperança; como mãe, é natureza, é a luz.

Forte na resignação, porém fraca na delicada compleição, se o homem lhe é superior pelo cérebro, ela o excede pelo coração, e é por isso que se torna tão sublime.

João M. de Araújo Filho – Alegrete – Rio Grande do Sul

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1892, p. 144).

O termo mulher, utilizado como título do texto anterior e como título de muitos outros textos presentes nos almanaques, é escrito no singular, o que enfatiza a crença, comum à época, da existência de uma identidade única e universal para todas as mulheres, um comportamento esperado e desejado para todas elas (SEGALIN, 2013, p. 62).

Em outros textos a mulher aparece retratada como um anjo, como uma criação divina.

A uma dama
[...] Das mãos do criador vos escapastes,
Caístes cá na terra.
Um anjo vos seguiu para guardar-vos
E quase gêmeos um no outro retratado,
Quem pode distinguir o anjo que guarda
Do anjo que é guardado?
Antonio Peregrino Maciel – Visconde Itamaracá – Pernambuco
(ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO, s.d., p. 238)

O amor materno aparece em inúmeros textos. De acordo com a visão da época, a maternidade e o amor incondicional da mãe pelos filhos eram tidos como atributos inerentes à natureza feminina. Segundo Jean Delumeau (1989), existia a ideia de que as mães, ligadas à natureza, seriam as mesmas por toda a parte, enquanto os pais seriam muito mais condicionados pela cultura a qual pertenciam.

Por outro lado, encontramos nos almanaques discursos que desqualificam essa mesma “mulher”, em singular, que era enaltecida nos textos e poesias. Nos textos de humor ou irônicos encontramos falas bem menos amorosas e de admiração e bem mais satíricas e perversas em relação às mulheres.

Para Elias Thomé Saliba, “O humor brota do contraste, da estranheza e da criação de novos significados” (2002, p. 11). No final do século XIX e início do século XX, contraste, estranhamento, ruptura e criação de significados foram elementos importantes no contexto da Segunda Revolução Tecnológica e Científica que acabaram por afetar todas as esferas sociais, inclusive, o comportamento feminino (SEGALIN, 2013, p. 67). Marina Maluf e Maria Lucia Mott destacam essas mudanças no comportamento feminino.

As mudanças no comportamento feminino ocorrido ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os progressistas (MALUF; MOTT, 1998, p. 368).

De acordo com Rachel Soihet (2004), os recursos irônicos e de comédia foram instrumentos importantes para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade da mulher.

Para Saliba, o período da *Belle Époque* foi um período de ruptura, de mudanças e de síntese. Tudo ajudava a sintetizar a vida cotidiana: o automóvel, a locomotiva, a telegrafia e as anedotas (SALIBA, 2002). As piadas e anedotas tiveram grande repercussão nesse período histórico e foram comumente divulgadas na imprensa. Para o autor, três elementos são essenciais para a formulação de uma anedota com efeito humorístico, sarcástico ou cômico: “a concisão, a antítese e o uso dos estereótipos” (SALIBA, 2002, p. 16). Tais elementos promovem profundo impacto nas representações coletivas.

O conteúdo das anedotas é resultado de estereótipos reduzidos brutalmente e que, ao serem lidos e relidos, despertam representações facilmente reativadas pela memória coletiva.

Nas anedotas, ser esposa, ser dócil, carinhosa e submissa configuram motivos para risos e deboches. As qualidades mais obscuras passam a ser relacionadas às mulheres. As anedotas ganham sentido, justamente por que causam estranheza e contraste diante daquelas representações que vimos anteriormente, que enalteciam a figura feminina como sendo superiores no sentimento e uma criação divina (SEGALIN, 2013, p. 68).

Encontramos diversos textos nos almanaques que associam às mulheres ao diabo, ao inferno e à destruição. Na anedota abaixo, uma pitada de sarcasmo é utilizada para revelar, numa conversa espírita, que o marido estaria mais feliz no inferno que ao lado da esposa.

Diálogo Conjugal

Em uma sessão de espiritismo, uma senhora em diálogo com o espírito de seu marido, por intermédio de um valente médium:

- Estás aí?

-Sim.

- E és feliz, meu João?

-Muito.

-Mais do que quando vivias ao meu lado?

- Muito mais!

- E onde estás?

- Nas profundezas do inferno!

(ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO, 1889, p. 232).

Outro texto, também do *Almanaque Popular Brasileiro*, mostra os homens sendo criaturas divinas e as mulheres como criações do diabo.

O trabalho do diabo

(AUTRAN)

[...]

Deus fez o homem, enfim, belo e sublime escravo

Da razão...Bravo! Urrou Satã – Bravo! É mister

Que eu faça agora igual... E, por seu turno, bravo!

Deus exclamou: Satã tinha feito a mulher!

[...]

E deus, estupefato em frente à formosura

Da mulher e ante seu satânico esplendor,

Disse: Hás de sempre e em tudo, estranha criatura

Revelar na malícia a unha do teu criador!

(ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO, 1904, p. 220-1).

Delumeau (1989) destaca que nos séculos que seguem ao Renascimento e as Reformas o Ocidente aproximou a figura das mulheres ao diabo. Para o autor, representações vindas do fundo das eras não se deixam abater facilmente pelo raciocínio; desta forma, continua aparecendo essa condição “diabólicas” das mulheres nos textos do final do século XIX e início do século XX.

Outros textos desqualificavam as mulheres no quesito inteligência, como podemos observar no seguinte texto:

As mulheres

Querei fazer prevalecer uma opinião? Dirigi-vos às mulheres. Elas recebê-la-ão de bom grado, por que são ignorantes; espalhá-la-ão prontamente, por que são tagarelas, sustentá-la-ão por que são teimosas.

Mme. Necker – São Leopoldo – Rio Grande do Sul

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1895, p. 147).

O papel da mulher como cuidadora do lar não passou desapercibido pelas anedotas e piadas.

Cena Doméstica

No jardim:

- Olha, Arthur, as nossas roseiras já têm botões.

Ele, com um suspiro:

- É verdade; são muito mais felizes que as minhas camisas...

(ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO, 1899, p. 179)

A ironia do marido, ao responder aos comentários da esposa quanto aos botões de rosas, desperta duas possibilidades de interpretação: revela o temor pela emancipação das mulheres e também revela a resistência, por parte das mulheres, em não exercer tarefas do lar que se esperava que elas realizassem.

Dois outros capítulos da dissertação fizeram um contraponto sobre o que os homens escreveram sobre as mulheres e sobre o que as mulheres escreveram sobre elas mesmas. Vejamos alguns desses textos, suas semelhanças e diferenças.

Os textos de escritores homens sobre as mulheres versam sobre o amor (materno, filial, conjugal), sobre a condição feminina na sociedade, sobre a beleza das mulheres, sobre as “tias” ou “solteironas”, sobre a necessidade de controlar os modismos e, outros revelam algumas mudanças sofridas no comportamento das mulheres naquele contexto de final e início de século (SEGALIN, 2013, p. 75).

Seguindo os atributos considerados “naturais” para as mulheres, uma série de textos versava sobre o amor materno. Eles lembravam as mulheres que sua obrigação era, antes de tudo, ser mãe e, por isso, deviam amar essa condição maternal. O mito do amor materno foi proclamado por positivistas, médicos, higienistas, juristas e educadores como algo essencial para o bem-estar social. Para enfatizar a existência desse sentimento, era comum aparecer nos textos elementos extraídos da natureza ou da história. No exemplo que segue, são mencionados exemplos da natureza.

Amor sem par

[...]

O amor materno é verdadeiramente um reflexo da divindade. Digo da divindade, porque Deus somente é sucessível de tantas bondades. Não pode haver uma mãe cujo coração bem formado não dê idênticas provas deste amor. E, como para maior espanto, a natureza pôs também no coração dos seres mais adjetos da criação as consequências do amor materno. Os jacarés, por exemplo, dão sobejas provas de amor materno e assim também a baleia, que vem a morrer junto ao filho que o intrépido pescador retém preso. O passarinho entrega-se à prisão mui alegremente por amor a seus filhinhos, que o menino travesso roubou do ninho; os campos, as flores, os frutos, que outrora faziam o encanto de sua vida, lhe são agora indiferentes e tudo está em seus filhos queridos. Como é agradável viver ou morrer junto deles!

Divinizemo-lo e rendamos-lhes um culto de adoração, porque na Terra ele representa Deus, é Deus no seio da natureza, é a luz da manhã da vida iluminando o seio da família.

Luiz E. Souza – Maragogipe – Bahia.

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1894, p. 247-8).

Muitos autores escreveram nos almanaques sobre o amor materno, exaltando a figura da mulher-mãe. Segundo Elisabeth Badinter “O foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade” (1985, p. 146). O papel dos pais junto aos filhos só começa a ser debatido na imprensa a partir da segunda metade do século XX.

Outro tema que parece ter “preocupado” os homens do período foi a situação das mulheres que ignoravam o papel esperado para elas: casar e ter filhos. No texto ‘Solteironas’ é possível notar o desprezo por aquelas que haviam passado do terrível cabo dos trinta sem encontrar um pretendente. Mais de seis páginas foram utilizadas para tratar e desqualificar as “Tias, Matronas, Solteironas”. Enquanto para os homens, a solteirice representava a liberdade de desfrutar de amores, aventuras,

jogos, para as mulheres, ao contrário, era sinônimo de mulheres amarguradas, rabugentas, histéricas e rancorosas (SEGALIN, 2013, p. 92).

O texto faz uma reflexão sobre os motivos de existirem tantas mulheres solteiras na sociedade. Logo no início do conteúdo, o autor afirma que as páginas vão trazer algumas pimentas envoltas por um punhado de verdades. Para ele, as mulheres estavam solteiras ou porque eram pobres, feias, ou porque não se atreveram a reagir contra a vontade de pais casmurros. Analisa, em detalhes, cada um dos motivos. Existe um desconforto ao perceber que as mulheres não estavam seguindo “corretamente” os papéis de gênero esperados para elas. A maneira de reagir a essas mulheres, que não seguiam os padrões esperado, era desqualificando-as, “Tias, que horror!”

Solteironas

Vou ocupar aqui de um assunto que não será do grado das leitoras, e, principalmente daquelas que já passaram o terrível cabo dos trinta, sem achar marido que lhes convenha, segundo diem em confiança umas às outras.

Desculpem-nos, pois, se, no decurso destas linhas, depararem alguma pimenta envolta com um punhado de verdades. Mas tenham paciência! Foi o ponto que tirei, à sorte, da minha cornucópia de insignificâncias.

[...]

Os moços não querem casar-se com velhas, no que fazem muito bem; os velhos não estão para aturar noivas de sua idade, no que procedem ainda melhor.

E sempre iludidas, mas esperançadas, sempre vaidosas, mas feridas no seu orgulho, sempre ridículas e tolas, mas julgando-se muito assisadas não querem essas heroínas de comédia convencer-se de que hão de morrer tias.

Tias!

Que horror!

[...]

Francelio Marques – Vassouras – Rio de Janeiro

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1897, p. 161-7).

Alguns poucos textos, escritos por homens, destacaram algumas mudanças nos comportamentos das mulheres. Um deles assinala que até então se acreditava que as mulheres fossem só sentimento, pureza, beleza e vida; no entanto, as transformações do período começavam a mostrar que as mulheres não eram só sentimento. O que antes era inimaginável tornava-se possível: sensibilidade e razão. E isso se demonstrava pelo número crescente de mulheres ocupando bancos acadêmicos naquele início de século, bem como pela presença das mulheres nas páginas da imprensa (SEGALIN, 2013, p. 103).

A mulher

À D. Julieta de Mello Monteiro

Dizia-se até hoje que a mulher era apenas sentimento; caçoula de alabastro incensando os altares do Oriente; perfume adormecido no seio virgem das flores, e que a um sopro da criação veio umectar a primeira aurora da vida; que era um absurdo ver amante de Romeu raciocinar como Voltaire, e Alexandre de Macedônia ter a delicadeza de Corday; entretanto é muito certo que já não se considera como um consórcio híbrido na alma da mulher a concorrência dessas duas faculdades; a sensibilidade e a razão podem exercer influxo simultâneo no organismo feminino, que só parecia destinar-se ao amor. Os bancos acadêmicos já sentem o alvorecer de suas glórias no roçar das gazes que frequentam; a imprensa tem apontado no século de hoje talentos invejáveis que aparecem divinizados pelo aplauso público.

Pedro Antônio Miranda – Pelotas – Rio Grande do Sul

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1901, p. 161).

E o que as mulheres escreveram sobre elas mesmas? Alguns textos apresentam um discurso semelhante ao discurso dos homens, no tocante

à maternidade ou à família, outros revelam o descontentamento das mulheres em relação a posição decorativa que muitas delas ocupavam na sociedade da época, reivindicando o direito da educação, sobretudo (SEGALIN, 2013, p. 104).

O texto abaixo, intitulado “O lar”, reflete sobre o ambiente que era considerado, por excelência, o espaço das mulheres daquele período. Um lar que é considerado casto e santo, mas também palco de eventos amargurados e de prantos.

O lar

Ó lar! Doce e casto ninho de felicidade, pretencioso erário de nossas aspirações, eu te bendigo”

Tu és, nos momentos da existência, o cofre em que recolhemos os nossos dourados sonhos, és, nos amargurados transe da vida, ainda o receptáculo de nossos prantos.

Quem não te amarás!

Ouves carinhosamente as nossas santas confidências, os ternos beijos que nos imprimem nossos pais, as palavras meigas do companheiro de nossos dias, os nossos primeiros suspiros de amor.

Julieta de Mello Monteiro – Rio Grande – Rio Grande do Sul

(ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO, 1889, p. 221).

O papel da mulher como mãe e cuidadora dos filhos é apresentado num texto de Anna Aurora do Amaral Lisboa dedicado à sua irmã Palmyra Lisboa de Figueiredo. Além de desempenhar a função maternal as mulheres deveriam educar os filhos para que fossem “cidadãos úteis à pátria ou boas mães de família” (SEGALIN, 2013, p. 108-9).

A mãe de família

À minha irmã Palmyra Lisboa de Figueiredo

Faz alguns anos já que, conversando a respeito de um indivíduo que acabara de falecer, disse-te eu:

- Eis um homem que desaparece da cena do mundo sem deixar após de si uma saudade! Deve ser triste chegar àquela hora tremenda em que nos despedimos da vida e ouvir a voz da consciência dizer-vos: - Foste um ente inútil; nada fizeste pelo bem comum; a família, a pátria e a humanidade nada te devem, podes desaparecer, que ninguém sentirá tua falta.

E tu entre séria e zombeteira, disseste-me:

- Eu também sou um ente inútil, pois nada faço em benefício dos outros!

Eras então muito jovem e eu acusava-te de ser um pouco egoísta. Lembraste? Hoje eis-te casada e mãe de cinco filhinhos, de cinco lindas crianças, a quem adoras, a quem consagras tua vida, que te obrigam a substituir tua propensão para o egoísmo pela abnegação e sacrifício de que são modelo as boas mães.

Um dia, surpreendendo-me tu a contemplar-te quando, rodeada dos teus cinco anjos, repartias com eles os teus ternos desvelos, e recordando-te das minhas dissertações sobre a inutilidade de certas existências, perguntaste-me sorrindo:

- E agora, minha irmã, ainda poderão chamar-me de inútil?

- Não, repliquei; a tua vida agora é preciosíssima. Porém, querida Palmyra; a tua obra ainda não está completa; de ti depende que ela se torne útil ou inútil e até nociva, conforme legares à sociedade membros dignos ou indignos dela. A tua tarefa é de uma importância incalculável e, se for bem desempenhada, os seus benéficos efeitos não ficarão limitados no estreito círculo do lar.

Educa bem os teus filhos; inocula-lhes na alma, desde os mais verdes anos, os são princípios da moral e da virtude e não meças sacrifícios quando se tratar da tua instrução. Procura fazer dos homens cidadãos úteis a pátria e prepara as mulheres para boas mães de família, transmitindo-lhes as virtudes que herdastes de nossa boa e santa mãe.

[...]

Anna Aurora do Amaral Lisboa - Rio Pardo - Rio Grande do Sul

(ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1896, p. 145-6).

Como podemos observar, a autora apresenta uma posição que não diverge do que se esperava para as mulheres daquele período.

Outro texto, no entanto, escrito por Julia Lopes de Almeida, apresenta uma reflexão sobre a “educação superficial” que era oferecida às mulheres. Para ela, educar os filhos era uma tarefa que nenhuma mãe deveria declinar, porém, eram os lábios de uma criança que as faziam perceber o tempo perdido aprendendo a tocar notas musicais ou outras coisas que não lhes entravam na alma. As crianças tinham o interesse de saber o que era a água, a chuva, o vento, tudo e elas não sabiam responder, pois não haviam aprendido, e assim, sentiam-se profundamente envergonhas e com desgosto delas mesmas (SEGALIN, 2013, p. 114).

Educação

[...]

É um encargo que nenhuma mãe deveria declinar-se de si - o ensino dos filhos, ao menos os primeiros passos de leitura, escritas, contas, um pouco de geografia e desenho. Já não falo de outras matérias como geometria, línguas, etc., porque desgraçadamente a nossa instrução é em geral de uma pobreza pasmosa e não permitiria acompanhar até mais longe o estudo de uma criança nem dirigi-lo convenientemente.

[...]

A nossa educação superficial, essencialmente decorativa, não nos permite certamente responder a todas as perguntas curiosas dos pequeninos a quem temos o dever indeclinável de guiar. Ahí a nossa desgraça! Se eles nos perguntam sobre os fenômenos da natureza, os primeiros a atraírem a sua atenção, que resposta lhes damos? Eles querem saber o que é o calor, o vento, a chuva, o frio; se a lua está pregada no céu, de que é feita a luz, como e porque lampejam as estrelas, porque lampejam as estrelas, porque se une no horizonte a terra e as nuvens, o que é a terra, a pedra, o movimento, a água, o sol, o som, a vaga, a flor, o inseto, a montanha, o fogo, o aroma, tudo, e nós, a quem isso não foi nitidamente ensinado, ficamos avergonhadas, humilhadas com um profundo desgosto de nós mesmas.

Então é que nos vem à mente o desprezo pela instrução ornamental, aparatosa, com quem ensinamos nas salas, o prestígio e o renome! São os lábios inocentes e roses de uma criança que nos infligem o castigo do velho

tempo perdido a dedilhar exercícios e músicas, onde na maior parte das vezes não entrava em nossa alma, a nossa vocação, mas simples e meramente o desejo de brilhar.

A nossa desgraça está, portanto, em que o elemento decorativo continua a predominar, quer se trate de adorno do corpo, quer das conquistas de espírito. Sem consultar vocações nem vontades, exige-se em geral, que todas as moças toquem piano, saibam fazer sala e falar francês.

Não nos passa pela cabeça que uma senhora se possa dedicar a um estudo sério e poderoso, no doce recolhimento do seu gabinete, com o mero intuito de transmitir um dia aos filhos as suas observações e os seus trabalhos, dando-lhes uma educação despreziosa e sólida.

Isso é o que nos pareceria ridículo! Uma mulher interessada por botânica, uma mulher dada ao estudo das línguas, da matemática, da física ou da história natural!

Pedantismo imperdoável, na doce criatura nascida para o labor rotineiro da agulha e das receitas culinárias! Não nos lembramos que o tempo, afinal, não é tão pouco que não nos dê ocasião para tudo que fazemos e para muito que faríamos se tivéssemos incentivo, força de vontade e diligência! Cada hora que passa deve deixar-nos alguma coisa de útil.

A vida é curta e é tão bonito saber aproveitá-la.

Julia Lopes de Almeida

(ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO, 1897, p. 270).

No entanto, é possível observar que o desejo de receber uma educação menos artificial ainda era justificado pelo intuito de poder transmitir esses conhecimentos aos filhos.

Um último capítulo dedicava-se a desvendar as vozes femininas dos almanaques. Neles, foi possível encontrar uma presença significativa de mulheres como colaboradoras ou escritoras de textos, poesias e crônicas sobre diversas temáticas. No *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* encontramos a presença, segundo o índice de autoras, de mais de 130 mulheres e no *Almanaque Popular Brasileiro*, a presença de 98 mulheres. É evidente que o número de homens colaboradores e/ou

escritores era muito maior, mas merece muito destaque a presença de mais de 228 mulheres atuando como colaboradoras e/ ou autoras desses dois almanaques naquele período de intensas transformações nas relações sociais e gênero.

A significativa presença feminina reforça a ideia de que os almanaques se configuravam não só como um espaço de fixação de conduta, mas também um espaço intenso de disputa de poder, onde as mulheres começavam a versar não só sobre temas ligados à sua condição social, mas também a posicionar-se criticamente sobre diversos assuntos sociais tidos como “públicos” e até então, discutidos predominantemente pelos homens (SEGALIN, 2013, p. 124).

Muitas das mulheres, que aparecem nas páginas dos almanaques, eram mulheres do Rio Grande do Sul, de diversos estados brasileiros e até mesmo do exterior. Muitas foram educadoras, editoras, escritoras, poetisas, feministas e abolicionistas.

No texto abaixo, Anna Aurora do Amaral Lisboa revela os sentimentos de satisfação e de amor próprio ao ver seus escritos nas páginas do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*.

O Almanaque Literário

Recordo-me ainda do sentimento de Satisfação, talvez até de amor próprio, que experimentei, quando recebi a primeira circular de seu redator, solicitando a minha obscura colaboração; acostumei-me a ver desde o primeiro volume o meu nome figurando na lista de colaboradores; e, mais que tudo, habituei-me a esperar, com impaciente sofreguidão, o seu reaparecimento todos os anos, antegozando o prazer de sua amena leitura (ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893, p. 125-6)

Outros caminhos

Apresentamos aqui uma breve análise sobre o gênero de publicação “almanaque”. Um gênero instigante, rico em possibilidades de pesquisa, mas ainda pouco estudado. Como vimos, as relações de gênero é uma das possibilidades de pesquisa para ser investigada nos almanaques, porém, essas fontes contém um material significativo para trabalhar historicamente a economia, a cultura, a literatura, os avanços tecnológicos e científicos, os saberes populares, a política, os saberes médico-farmacêuticos e os saberes regionais. A comparação com outras publicações da imprensa também pode render importantes pesquisas.

Para finalizar, considerando a grande diversidade de almanaques existentes no Brasil, ressaltamos, mais uma vez, que eles se constituem em fontes de pesquisa que podem render importantes trabalhos, nas mais diversas áreas do conhecimento histórico.

Referências

- ARAÚJO, Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas femininas na imprensa do século XIX: Tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOTREL, Jean-Françis. Catálogo Almanak dos Almanagues. In: MEYER, Marlyse (Org). *Do Almanak aos Almanagues*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina/Ateliê Editorial, 2001, p. 17-18.

_____. Para una bibliografía de los almanaques y calendarios. *Elucidario*, n.1, marzo de 2006, p. 36-46. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1984281>> Acesso em: 25.fev.2015.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CORREIA, J. David Pinto; GUERREIRO, Manuel Viegas. Almanques ou a Sabedoria e as Tarefas do Tempo. *Revista ICALP*, vol.6, Agosto/ Dezembro de 1986, p.43-52. Disponível em: < <http://cvc.instituto-camoes.pt/dmdocuments/almanaques.pdf> >. Acesso em: 20 de nov. 2007.

DELUMEAU, Jean. Os agentes de Satã: a mulher. In: _____. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 p. 310-349.

DE ASSIS, Machado. Catálogo Almanak dos Almanques. In: MEYRER, Marlyse (Org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina/Ateliê Editorial, 2001, p. 25-28.

FEREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYRER, Marlyse (Org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 19-22.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do Mundo Feminino. In: NOVAES, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-421.

MOREIRA, Maria Eunice. (Org.) *Narradores do Partenon Literário*. Vol. 3. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002.

PARK, Margareth Brandini. *Histórias e Leituras do Almanaque no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso – A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEGALIN, Linara Bessega Segalin. “Leituras confiadas às mais inocentes e puras leitoras”? As mulheres nos almanques gaúchos (1889-1910). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SOIHET, Rachel. Pisando no “sexo frágil”. *Nossa História*. Diadema, SP, ano 1, n.3, p. 14-20, janeiro de 2004.

Fontes consultadas

RODRIGUES, Alfredo FERREIRA. Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul. Pelotas, RS: Tipografia da Livraria Americana, 1889, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1901, 1906.

ECHENIQUE & IRMÃO. Almanaque Popular Brasileiro. Pelotas, RS: Livraria Universal, 1889, 1897, 1899, 1904, s/d.

3

No Sul, um modernismo de conciliação: do embate à integração da geração de 1920 na imprensa porto-alegrense ¹

Jocelito Zalla

Se o fim do último conflito armado intraoligárquico do Rio Grande do Sul, a Revolução de 1923, encaminhou a unificação relativa da produção simbólica de uso político mais direto, também é verdade que a pacificação da elite local permitiu algumas reflexões sobre a natureza da produção letrada e a identidade dos agentes intelectuais nos novos tempos. Logo, os debates apresentaram um recorte de geração.² Buscando simplesmente inserir-se nos meios estabelecidos de produção e circulação de objetos linguísticos sofisticados – bastante restritos, no momento, às páginas literárias dos jornais porto-alegrenses e ao incipiente mercado editorial regional –, ou procurando renovar as condições mais gerais de escrita no sul do país – criando novas instâncias e veículos, importando padrões de gosto alternativos, exigindo reacomodações na configuração letrada – alguns jovens críticos e literatos passaram a questionar as convenções dominantes na fatura literária.

Dois casos são reveladores das discussões e tensões que se instalavam a esse respeito no período: primeiro, o debate entre o então crítico literário

¹ As discussões deste texto fazem parte, originalmente, do quinto capítulo da tese “A invenção de Simões Lopes Neto: literatura e memória histórica no sul do Brasil”, defendida em 2018.

² Seguindo Jean-François Sirinelli, a categoria é pensada neste trabalho como uma “escala móvel no tempo”, o que explica a reunião numa mesma geração de escritores às vezes distantes em faixa etária, enquanto alguns mais próximos são alocados em gerações distintas. Outros critérios, como formação escolar ou culturas política e literária, são mais importantes na classificação, pois, acredito, podem dotar um estrato demográfico daquilo que Sirinelli chamou de “existência autônoma” e “identidade”, “ambas geralmente determinadas por um acontecimento gerador” (SIRINELLI, 2005, p. 133).

Moysés Vellinho e o historiador Rubens de Barcellos acerca da literatura regionalista de Alcides Maya nas páginas do jornal *Correio do Povo*; segundo, a publicação efêmera da revista *Madrugada*, de perfil modernista declarado. Eles serão utilizados, neste capítulo, como índices dos embates e acordos estabelecidos entre a geração modernista de 1920 e os intelectuais polígrafos até então consagrados. Para isso, explorarei dados das trajetórias de seus principais expoentes, além das posições expressas em seus textos, traçando as condições de possibilidade e as características da vertente no Rio Grande do Sul.

Gaúchos e modernos

A diferença de idade entre Barcellos e Vellinho era pequena: seis anos. O suficiente, no entanto, para marcar questões geracionais na filiação literária dos dois intelectuais. Em 1925, quando se deu a famosa polêmica, o primeiro contava com vinte e nove anos, era bacharel em Direito desde 1918, atuava como jornalista no órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), *A Federação*, e já havia ingressado nos quadros do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). O segundo, com vinte e três anos, só completaria o curso da Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1926. Iniciara sua produção como crítico literário poucos anos antes.³ Só seria admitido como sócio efetivo do IHGRS em 1949. A trajetória de Vellinho, no entanto, se encontrava em ascensão. Uma vez formado, assumiria a redação do mesmo veículo partidário que abrigara Barcellos, além de postos públicos de destaque, como a promotoria do município serrano de Caxias do Sul, em 1926, abandonada para ocupar o cargo estadual de Inspetor de Ensino, no ano seguinte, na capital gaúcha. De 1928 a 1930, foi chefe de gabinete da

³ A primeira crítica de Arinos que consegui mapear data de 1922.

Secretaria do Interior do RS no governo Vargas, como já foi dito. A base política, portanto, era comum aos contentores,⁴ que, naquele momento, distinguiam-se apenas em grau de prestígio, o que provavelmente levou Barcellos a enquadrar o ataque de Vellinho a Maya como “afã de afirmar-se” (BARCELLOS, 1979a, p. 88).⁵

Há pelo menos duas linhas de tensão bem-desenvolvidas nos cinco artigos publicados (três de Vellinho, dois de Barcellos). A primeira, de conotação mais sociológica, partia da relação passado/presente na história rio-grandense, condensada na interpretação do recente conflito de 1923. Paralelamente, o debate mais propriamente estético era guiado pelo binômio estilo/assunto em literatura de ficção. Utilizando o pseudônimo de Paulo Arinos,⁶ o jovem crítico Vellinho tomou a literatura de Alcides Maya (1878-1944) como um modelo negativo para a nova produção literária do estado. Seus principais vícios seriam o *pessimismo* e o *saudosismo*, notas semelhantes ao “passadismo” então combatido pelos “futuristas”, mais tarde reconhecidos na história literária como modernistas. Ao tecer seu canto de luto do gaúcho histórico, o acadêmico Maya⁷ não teria enxergado a permanência do caráter profundo do habitante do Sul, marcado pelo heroísmo, sob a superfície das transformações modernizantes: “Saudade trai afastamento: e nós estamos perto de nós mesmos. Saudade trai decadência: e nós ainda somos no período das grandes assimilações” (ARINOS, 1979a, p. 86). A Revolução de

⁴ A base social e geográfica de inserção no PRR também era a mesma, Porto Alegre. Apesar de ter nascido no município de Santa Maria, no centro do estado, Vellinho passou a residir com a família na capital gaúcha aos dez anos de idade. Os dados foram retirados do dicionário biográfico *Escritores do Rio Grande do Sul*, de Ari Martins (1978), que subsidia as análises de trajetória deste capítulo.

⁵ A polémica foi compilada por Flávio Loureiro Chaves no livro *O ensaio literário no Rio Grande do Sul*, de 1979. Utilizo essa publicação, mas farei referência a cada artigo em separado na bibliografia final deste trabalho, para ressaltar sua autonomia no contexto original de publicação.

⁶ Referência ao escritor regionalista mineiro Afonso Arinos (1868-1916), celebrado pela geração modernista no centro do país devido à sua estética não canônica, em relação ao naturalismo acadêmico.

⁷ Maya foi o primeiro gaúcho a ingressar na Academia Brasileira de Letras, sendo admitido em 1914.

1923 seria, portanto, o prolongamento natural da história guerreira do Rio Grande, oferecendo um argumento (contra)factual ao diagnóstico agônico da literatura de Maya: “ela assinala uma ressurreição de energias, que estão em pleno desacordo com os obstinados prenúncios de morte que enchem as suas páginas” (ARINOS, 1979b, p. 99). Barcellos, em contrapartida, valia-se de seu reconhecimento público como sociólogo (termo aparentemente usado de maneira pejorativa pelo oponente, uma vez que não havia especialização na disciplina em nosso contexto escolar de nível superior) para afirmar a prosa de Maya como representação fiel da realidade.⁸ Seu tom decadentista seria função da morte da tradição gauchesca, cujo último suspiro se dera em 23, “eco amortecido da campanha de 93” (BARCELLOS, 1979a, p. 91).

No plano estético, Arinos combatia a estilização forçada do acadêmico (tópica comum na crítica modernista posterior, como se sabe), apesar de reconhecer algumas de suas realizações: “Em face de nossas coisas, não se deixou vencer: venceu-as. Antes de criar a sua ficção, abeberou-se de fórmulas, de lições e princípios” (ARINOS, 1979b, p. 96). O principal problema da arquitetura textual seria, na verdade, a inconformidade entre o tom elevado e a matéria popular. Assim, Arinos reconhecia o valor estético de Maya, mas desconstruía seu valor sociológico, ponto nodal para o adversário: “De sorte que a sua obra é verdadeiramente notável como expressão individual e não como expressão coletiva ou social” (ARINOS, 1979b, p. 97). Reclamava, em suma, uma literatura “afirmativa” para o Rio Grande, que soubesse cantar seus valores heroicos, sem saudades do passado, incorporando os avanços do progresso material à tradição local:

⁸ O trunfo mobilizado para construir sua identidade intelectual foi o impacto, na cena local, do texto “Esboço da Formação Social do Rio Grande, estudo sociológico”, publicado em 1922 no jornal *A Federação*, que também o habilitou para os quadros do IHGRS. Barcellos jamais publicaria um livro em vida. Em 1955, quatro anos após seu falecimento, teve uma seleção de artigos e conferências, coligidos por Moysés Vellinho e Mansueto Bernardi, publicada pela Globo na Coleção Província: *Estudos Rio-Grandenses: motivos de história e literatura*.

“Não lhes pedimos [aos novos] uma literatura quixotesca. O que queremos é que o traço das nossas realidades assinale fundo o seu estilo” (ARINOS, 1979a, p. 87). A forma dessa nova literatura deveria, assim, se atualizar, como também se renovava o aspecto de sua matéria, o povo: “Conservando as suas virtudes fundamentais, [...] o gaúcho ainda se sente bem de saúde ao lado da locomotiva, do automóvel, do telégrafo, do aeroplano, do jazz-band” (ARINOS, 1979b, p. 101).

Este último quesito, aliás, revela na polêmica um choque entre duas temporalidades políticas. Barcellos criticou o que considerava equivocado na avaliação de Vellinho, quanto à realidade cultural regional, recorrendo a uma articulação ideológica dos anos 1910, quando o discurso oficial do PRR negava a sobrevivência do universo gauchesco tradicional frente ao projeto de modernização conservadora do governo castilhista: “... o senhor Paulo Arinos teima confundir duas coisas absolutamente distintas; o tipo social do rio-grandense e o tipo representativo do ‘gaúcho’” (BARCELLOS, 1979b, p. 105). Como busquei demonstrar em trabalhos anteriores, houve um lento deslocamento semântico na história do termo “gaúcho” no Rio Grande do Sul, inicialmente identificado com o inimigo castelhano nas batalhas de fronteira, depois com o peão sul-rio-grandense das fazendas de criação de gado e, justamente na década de 1920, com todo o habitante do estado sulino, algo que se consolidaria após o movimento tradicionalista dos anos 1940 e 1950.⁹ Esse processo de classificação social originou-se de um estigma imputado à elite política local, de feição militar, por seus pares na corte. Na década anterior, o regime castilhista-borgista combatia as acusações de separatismo e de caudilhismo através do atestado de morte do Rio Grande gauchesco do período imperial. Esse é o ponto de vista assumido por Barcellos, que considerava gaúchos apenas os

⁹ Ver, por exemplo, ZALLA, 2018a e ZALLA, 2018b.

campeiros mais próximos do tipo fronteiriço primitivo, cujo número decrescia consideravelmente em função da modernização da pecuária e da conversão de terras para a agricultura: “São domadores, tropeiros, posteiros, agregados, ou ainda peões de estância. Os mais semelhantes ao perfil tradicional ‘não se ajustam’, isto é, não se submetem às condições de trabalho subordinado” (BARCELLOS, 1979b, p. 105-106).

Vellino, ao contrário, antecipa a perspectiva que seria dominante nos anos finais da década: usar a memória gauchesca como diacrítico político, capaz de catapultar no plano ideológico o projeto varguista de tomada do poder central. O crítico modernista se encontrava, assim, no início do processo de ressignificação do estigma de gaúcho que culminaria, duas décadas mais tarde, na criação do movimento tradicionalista, nos principais centros urbanos do estado: “...o gaúcho que esquece na querência as [esporas] chilenas e o lenço de pescoço, o chimarrão e o pingo [cavalo], e vem fazer de cidadão, porventura se transforma substancialmente? [...] O seu modo de ser específico permanece o mesmo” (ARINOS, 1979c, p. 111). Se o rio-grandense provinha do campo e mesmo o cidadão mais cosmopolita da capital encontraria em sua origem o gaúcho histórico, a literatura regionalista deveria tratar de nobilitar essa figura, cantar suas “virtudes fundamentais”.¹⁰ Eis aqui, com certeza, um dos fatores que levaria ao ocaso de Alcides Maya no cânone literário local. Em contraposição, João Simões Lopes Neto (1865-1916) começaria a ser lembrado como alternativa possível. É verdade que encontramos em seus contos e lendas o motivo do progresso como inimigo da tradição, além do mito da idade de ouro perdida, mas a perspectiva apologética da vida

¹⁰ Essa tarefa não se restringia à prosa de ficção, conforme os debates do período entre os historiadores, analisados por Ieda Gutfreind (1992) e Leticia Borges Nedel (2005).

gauchesca, distinta do canto de luto de Maya, apesar das ambiguidades do realismo poético simoniano, permitiria seu uso no novo contexto.

A clivagem geracional que distanciava os polemistas também era produto de suas leituras e relações com intelectuais do centro do país. As críticas de Arinos no *Correio do Povo* demonstram sintonia com discussões artísticas do Rio de Janeiro e de São Paulo, incluindo grande atenção ao impacto das atividades dos modernistas paulistas.¹¹ Já em 1922, logo depois que o jornal publicou uma notícia sobre o “fracasso” do famoso festival de arte moderna, o crítico saudou a “bendita vaia” da pauliceia. Para afastar-se do movimento, Arinos fazia o elogio de Monteiro Lobato, considerado um novo sensato. Assim, também se distanciava do parnasianismo dominante, sugerindo equilíbrio e arte nacional como metas para a produção nascente (ARINOS, 1922a, p. 3). Em várias oportunidades seguintes, exigiria renovação artística. Em 1923, dedicou um longo texto à poesia moderna no Brasil, celebrando o denominador comum da produção recente: “a busca da simplicidade, a poesia espontânea, sem o artificialismo que a inteligência impõe” (ARINOS, 1923a, p. 3). O cuidado de descolar sua própria imagem das correntes de vanguarda mais radicais, como o futurismo sempre condenado, era uma estratégia retórica importante num ambiente cioso das normas tradicionais e ainda preso aos modelos acadêmicos consagrados em literatura. Em março de 1924, por exemplo, outro crítico do *Correio do Povo*, Fernando Callage, atacava os modernistas paulistas por ocasião da passagem de Blaise Cendrars pelo país, vaticinando a morte do movimento, “uma brincadeira de mau gosto” (CALLAGE, 1924, p. 6). Duas semanas depois, Arinos se reafirmava no

¹¹ Em entrevista dada a Lígia Chiappini, em 1972, Moysés Vellinho lembrou a passagem de Guilherme de Almeida pelo Rio Grande do Sul, no ano da polêmica com Barcellos. O escritor paulista fez duas conferências no Teatro São Pedro, divulgando obras modernistas e a revista *Klaxon*, que havia ajudado a fundar (VELLINHO, LEITE, 1972, p. 246).

caminho do meio, dizendo assistir à nova corrente “da margem”, sem adesão a nenhuma facção, bastando para ele que a arte gerasse comoção. Mas, dessa posição de espectador aparentemente neutro, não escondia um “misto de simpatia pelo instinto criador que ela traz e de amável indiferença pelo seu ânimo demolidor” (ARINOS, 1924, p. 3). Também via com bons olhos o princípio nacionalista que começava a animar parcela do movimento. Ainda reconhecia o mérito dos paulistas em acabar com a “estagnação vadia da nossa intelectualidade”.¹² Além disso, a atitude previdente podia estar mais afinada aos debates do centro do que se imagina. Basta lembrarmos que alguns dos líderes da nova geração modernista paulista e carioca começavam, já em 1924, a se distanciar de seu momento de maior convulsão, renegando nomes polêmicos como o Graça Aranha e a pecha do exagero vanguardista que recaía sobre o movimento: “Instalara-se um ‘segundo tempo’, mais conforme à reconstrução e ao reconhecimento de tradições intelectuais” (GOMES, 1999, p. 53-54).

Mesmo fazendo crítica literária a partir de critérios dos novos,¹³ Moysés Vellinho não podia (ou não queria), portanto, se declarar modernista.¹⁴ Anos mais tarde, chegou a dizer, em depoimento a Ligia Chiappini de Moraes Leite, que não existiu modernismo no Rio Grande do Sul, numa comparação implícita com a configuração paulista (grandes polêmicas, manifestos programáticos e atividades públicas). Na mesma

¹² Como que aludindo à crítica de Arinos, Eurico Rodrigues diria, em maio seguinte, que via com simpatia a posição de artistas que se colocavam à margem do movimento extremado. Apesar de sua referência explícita ser a figura de Ronald Carvalho, tudo indica que as proposições de Moysés Vellinho começavam a ecoar entre a intelectualidade local (RODRIGUES, 1924, p. 3).

¹³ Em 1923, por exemplo, publicou uma espécie de “não-crítica”, em que se negava a analisar um livro de Rocha Ferreira porque fora composto no velho estilo, alheio à renovação que acompanhava a poesia no país (ARINOS, 1923b, p. 3).

¹⁴ Curiosamente, na mesma época Mario de Andrade declarava a Manuel Bandeira, em missiva: “Toda reação traz exageros. Eu tive porque fui reacionário contra o simbolismo. Hoje não sou. Não sou mais modernista. Mas sou moderno, como você” (Apud GOMES, 1999, p. 54).

entrevista, no entanto, lembraria um de seus artigos sobre a simplificação da linguagem moderna em literatura, “Decadência do Adjetivo”:¹⁵ “todo o Modernismo foi uma luta contra o adjetivo” (VELLINHO, LEITE, 1972, p. 246). Com isso, inseria-se no início da linhagem modernista do estado, preocupada sobretudo com a renovação da literatura em direção ao falar cotidiano. A leitura de suas discussões mais propriamente estéticas, publicadas nas críticas de jornal, não deixa dúvidas quanto a seu papel na promoção de mudanças na produção letrada local, o que se efetivaria na poesia de Augusto Meyer, sempre elogiada por Vellinho. Além disso, seus textos comprovam que a cisão entre as duas perspectivas em jogo possuía um corte geracional. Na polêmica de 1925, foi Rubens de Barcellos quem enunciou o programa, ainda bastante fluido, dos novos:

Variem os processos; mudem as expressões; sigam outros preceitos de arte; propugnem normas diversas; deem atenção exclusiva ao pormenor pinturesco, ao linguajar e ao vocabulário locais; relatem outros episódios, e nestes, como nos dramas belamente evocados pelo grande estilista, há de vibrar a mesma nota, estrugirá o mesmo canto (BARCELLOS, 1979b, 104).

No embalo desses debates, cinco jovens modernistas lançariam uma revista no ano seguinte, inicialmente semanal, que agitaria a cena local, apesar da curtíssima duração (cinco edições, durante pouco mais de dois meses): *Madrugada*. Os poetas Augusto Meyer e Theodomiro Tostes, do famoso grupo da Livraria do Globo, mais João Santana, Miranda Neto e Azevedo Cavalcante dirigiam o semanário. O artista plástico Sotero Cosme, capista de revistas ilustradas locais como a *Kosmos*, respondia pela edição de arte. Todos jovens com cerca de 25 anos, oriundos de camadas

¹⁵ O texto foi publicado em outubro de 1922. Nele, Arinos comentava o desprestígio sofrido pelo adjetivo na linguagem do momento, em contraposição à sua hegemonia na linguagem do século 19 (ARINOS, 1922b, p. 3).

média e alta da sociedade porto-alegrense (RAMOS, 2006, p. 25). Extração social e perfil político-ideológico semelhante ao de Vellinho. Tanto Meyer como Tostes, os possíveis editores de literatura, galgavam postos públicos relevantes, em íntima relação com a elite política republicana. No final da década, ambos ingressariam nos quadros da Biblioteca Pública do Estado. Meyer seria seu diretor, de 1930 a 1936. Tostes permaneceria na instituição até 1932, quando se tornaria funcionário público federal, servindo no Ministério das Relações Exteriores.¹⁶ Como o sobrenome denuncia, Meyer era descendente de imigrantes alemães radicados na capital. Tostes provinha de família abastada do pequeno município de Taquari, fundado após a imigração açoriana do final do século 18. Parcelas novas ou alternativas da elite econômica sul-rio-grandense, portanto. Como trunfo, ambos possuíam a formação no prestigiado Ginásio Anchieta (escola católica jesuíta que também diplomou líderes políticos conservadores, como os opositores ao modernismo gaúcho em contentas dos anos 1940). Tostes ainda seria Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Meyer abandonaria o ensino superior regular para dedicar-se a estudos de língua e literatura, como autodidata. Em 1926, ambos contavam com publicações esparsas em jornais locais e algumas edições modestas, como *Ilusão Querida*, que Meyer publicara em 1923 pela Tipografia do Centro, e *A canção Preludiada*, que Tostes lançara em 1924 pela Globo, com versos em estilo simbolista. Mas naquele ano, o público também conhecia o livro *Coração Verde*, de Meyer, que já explorava elementos formais modernistas, como a métrica irregular.

¹⁶ Tostes se aposentaria, em 1966, como embaixador.

Modernistas e conciliadores

Madrugada não era uma revista exclusivamente dedicada a assuntos artísticos e literários. Também havia uma dose (bastante generosa) daquilo que os editores chamavam de “mundanismo”: crônica social, fotografias de senhoras e moças da alta sociedade, resenhas de festas, notícias sobre cinema e desporto, tudo inserido em páginas e mais páginas de publicidade. Esse formato, misto de alta cultura e trivialidade, se devia ao contexto editorial local. Apesar dos índices de alfabetização favoráveis, mesmo as revistas ilustradas de maior sucesso não conseguiam manter-se comercialmente ativas durante muitos anos.¹⁷ A vida breve de *Madrugada* atesta a incapacidade de assimilação de novas edições pelo público leitor porto-alegrense, que em 1926, já contava com dois semanários editados na cidade, *Mascara* e *Kosmos*, além de ver circular *A Ilustração Pelotense*. A aposta no perfil de interesse mais geral, assim, acabava por encontrar seus limites na pequena concorrência já estabelecida. Apesar do fracasso comercial, a iniciativa se desdobraria em novos projetos, como uma página literária do grupo no *Diário de Notícias*,¹⁸ em 1927, e a organização da *Revista do Globo*, em 1929. Assim, também gerou dividendos simbólicos para seus idealizadores, que contaram com bases mais perenes de divulgação da nova corrente e de promoção de seus trabalhos. Como Angela de Castro Gomes apontou, a revista, no circuito modernista, era um “lugar de sociabilidade”.¹⁹

A organização visual de *Madrugada* não deixava dúvidas quanto a suas filiações. A capa do primeiro número exibia o traço Art Déco de Sotero

¹⁷ Paula Ramos se apoia em levantamento de títulos de Athos Damasceno Ferreira para atestar a vida curta das publicações no estado: “Muitos desses títulos não chegavam a completar um ano, mas é interessante perceber que havia empreendedores e condições, mesmo que precárias, para tal aventura” (RAMOS, 2006, p. 20).

¹⁸ Jornal fundado em 1925 na capital gaúcha.

¹⁹ Na verdade, nem mesmo no centro do país uma revista literária podia ser considerada um negócio: “Todas lutavam com imensas dificuldades financeiras para a própria manutenção, vivendo de subscrições, assinaturas e anúncios, apenas para cobrir as despesas que geralmente eram crescentes” (GOMES, 1999, p. 58).

Cósme, revelando sintonia com as tendências mais atuais em artes gráficas das grandes capitais europeias e com obras recentes de modernistas paulistas, como o escultor Víctor Brecheret. Esse anseio de renovação se estendia à palavra escrita, conforme as notas literárias e a seleção de textos publicados no periódico: “O passado lá vai... No gavetão da história dormem as épocas usadas seu sonho impregnado de naftalina.” (TOSTES, 1926, p. 26).²⁰ Mas diferentemente das artes visuais, o primeiro modernismo literário ancorava seu projeto em sólidas bases locais: a prosa regionalista e o verso simbolista. Ambos, de certa forma, marginais em relação às correntes estéticas dominantes no centro do país.²¹ Tudo se passava como se a história recente das letras rio-grandenses oferecesse alternativas à crise das convenções acadêmicas. O modelo advindo daí poderia se encontrar com as vanguardas nacionais em pelo menos dois aspectos: nacionalismo e lirismo. Do regionalismo adviria a cor local.²² Do simbolismo, a preocupação com o papel do poeta na sociedade moderna e a exacerbação do indivíduo. Duas seções da revista indicavam essas apropriações: “Página da Querência” e “Antologia”. Na primeira, foram reproduzidos contos de regionalistas gaúchos. Na segunda, coligiram-se poetas locais e nacionais da vertente então dominante no Sul.

Simões Lopes Neto apareceu na primeira edição, tendo o seu conto “Contrabandista” escolhido para inaugurar a seção regionalista. Na segunda página da transcrição, também foi inserido um quadro com poema de Vargas Neto, que recebeu como título o nome da revista. Velha e nova gerações eram, portanto, ligadas pelo artifício editorial, que

²⁰ Utilizo como fonte as edições fac-símile da revista *Madrugada*, organizadas por Paula Ramos e publicadas pela Editora UniRitter em 2006.

²¹ O descompasso mais notado pela historiografia literária diz respeito à poesia. Enquanto o parnasianismo seguia forte como corrente no centro, o simbolismo tardio rendia frutos no Rio Grande do Sul. Seu apogeu, segundo Luís Augusto Fischer, se deu justamente na década de 1920 (FISCHER, 2004, 71).

²² Ausente na poesia simbolista rio-grandense, como notou Regina Zilberman (1980, p. 18).

explicitava a referência do poeta. Essa estratégia foi reproduzida nos dois números seguintes: Roque Callage/João Nogueira Leiria; Alcides Maya/Vargas Neto. Na quarta edição, dois novos: Darcy Azambuja/João Nogueira Leiria. Na última, a “Página da Querência” traria um conto do escritor uruguaio Javier de Viana, o que talvez explique a ausência de um poeta sul-rio-grandense “novo”, que poderia ser acometido por certo rubor nacionalista frente ao debate público local. É interessante notar que Simões Lopes Neto já aparecia no horizonte modernista como uma de suas fontes literárias no ano em que teve publicada a primeira edição dupla de *Contos e Lendas* pela Livraria do Globo. Todavia, estava longe de ser inventado como precursor da corrente, o que se daria na década de 1950 (ZALLA, 2018b). A atenção diferenciada conferida a regionalistas consagrados ainda vivos e atuantes, como Roque Callage e Alcides Maya, confirma a constatação. Além da transcrição de um conto, os dois escritores receberam notas elogiosas na “Crônica Semanal”, seção de abertura da revista. Callage, aliás, era um fervoroso opositor do modernismo no Rio Grande, o que não impediu que fosse considerado como “admirável paisagista do ‘Rincão’” (CRÔNICA Semanal, 1926, p. 5).²³ Apesar da reprimenda anterior de Vellinho, Maya era celebrado por seu “amor nunca desmentido pela querência”. Sua “alma universal”, de vasta cultura, acabava submetida pela “voz da tradição” (CRÔNICA Semanal, 1926b, p. 3). A crítica favorável pode ser explicada pela chave simbolista, que ainda norteava os poetas locais. A estilização na literatura regionalista, segundo os editores, era um caminho para a “forma superior do símbolo”: “Miguelito,²⁴ por exemplo, há de ficar em nossa literatura como figura

²³ Referência ao livro *Rincão*, de 1921. O termo significa “terra natal” no linguajar gauchesco. A construção, assim, tem sentido metonímico, tomando a parte (obra) pelo todo (Rio Grande do Sul). Ainda no texto de apresentação, os editores agradecem um elogio de Callage à jovem revista, em crônica recente.

²⁴ Personagem de *Ruínas Vivas*, de 1910.

típica e admirável da raça em sua mais vigorosa dominante – o amor à liberdade” (CRÔNICA Semanal, 1926b, p. 3). Mas a sensibilidade modernista²⁵ nascente também atuava sobre essa leitura. Os editores notaram mudanças no último livro do acadêmico, *Alma Bárbara* (1922), de onde retiraram o conto “História Gaúcha”, “um dos mais expressivos de nossa literatura”. Nele, encontramos uma semelhança estrutural com os *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto: um narrador popular que participa do entrecho, ao modo de Blau Nunes, liberando a linguagem do ponto de vista acadêmico.

As poesias publicadas na “Página da Querência” denotam esse cruzamento entre renovação e tradição literária no programa modernista do Rio Grande do Sul. “Madrugada”, de Vargas Neto, publicado junto ao conto simoniano, apresenta elementos temáticos do regionalismo e do simbolismo, com versos livres de metro irregular. A cena descrita se passa no ambiente rural: “Sinto a alegria verde da manhã do Pampa”. O eu-lírico percorre o campo, no raiar do sol, em direção a um corpo d’água, onde acaba por apreciar o reflexo do céu. O fechamento do poema revela no episódio uma evocação melancólica do passado, como numa retomada da infância bem ao gosto simbolista: “Tenho medo de engolir a estrela d’alva.../Mas me debruço e vou beber o céu.../Como era fresco o céu da minha terra!...” (VARGAS NETO, 1926, p. 30). “Tapera”, de Nogueira Leiria, publicado em meio ao conto de Callage, faz a ponte entre o saudosismo do regionalismo tradicional (não simoniano) e o

²⁵ Utilizo o termo “sensibilidade modernista” para diferenciar o fenômeno que tenho buscado apreender daquilo que Monica Pimenta Velloso chamou de “cultura do modernismo”, mais amplo social e temporalmente. Se elementos dessa cultura, como a vida boêmia e a tentativa de abordar as mudanças ocorridas nos tempos “modernos” através da literatura, também atravessam toda a configuração letrada gaúcha na Primeira República, acredito que a ideia de sensibilidade chama a atenção para uma duração curta e nova, determinada pela transformação, ainda que relativa, dos critérios de apreciação da arte literária na segunda metade dos anos 1920. Mas considero de suma importância a crítica da autora à historiografia que não estabeleceu “vínculos de continuidade entre o pensamento dos intelectuais da geração de 1870 e os da geração de 1920” ou que deu centralidade excessiva à semana de 1922 (VELLOSO, 2014, p. 358).

penumbrismo simbolista: “Ali tudo padece a solidão de uma saudade povoada de amargor,/ pois no meio do rincão abriu-se em dor/ o coração de uma tapera...” (LEIRIA, 1926, p. 23). Como dito, a seção “Antologia” fazia deferência à escola poética francesa. No primeiro número, *Madrugada* publicou tradução inédita de Charles Baudelaire, preparada por Eduardo Guimarães, maior nome simbolista do estado. No número seguinte, Antologia trouxe a público quatro poemas do mineiro Alphonsus de Guimarães, outro grande autor da corrente. O pequeno texto de apresentação do poeta revela a função contestatória do simbolismo para o primeiro modernismo gaúcho: “escola que, combatendo o extremado culto dos parnasianos pela forma, deu à expressão emocional mais viveza, mais graça” (ANTOLOGIA, 1926, p. 20).

O inimigo, aliás, morava bem longe. A escolha do parnasianismo como alvo possuía um duplo sentido para os sulistas: afirmava a posição vanguardista dos literatos de *Madrugada* no contexto nacional e evitava um confronto maior dos jovens com o *establishment* local. Uma estratégia de inserção na elite letrada que permitia certo *mise-en-scène* modernista, sem a reprimenda pública experimentada por Vellinho no ano anterior: “Nós queremos ruído: a fecunda alegria das oficinas e das fábricas, a algazarra das ruas, o bimbalar dos sinos, as onomatopeias líricas do trem, a confusão, a desordem, tudo reunido numa harmonia única. A harmonia da vida. O tumulto musical do século novo” (TOSTES, 1926, p. 26). Mas se escutado de perto, o barulho arrebatador soaria como uma valsa comedida num salão da *belle époque*. A aliança entre “velhos” e “novos” rio-grandenses dava o tom, por exemplo, da viagem de divulgação que o escritor De Souza Júnior fez a Santa Catarina e Paraná em setembro de 1926. Segundo nota do primeiro número de *Madrugada*, a “simpática figura da intelectualidade gaúcha” teria partido com a missão de “tornar mais conhecida nos estados vizinhos a literatura nova do Rio Grande” (CRÔNICA Semanal, 1926c, p. 9). A excursão

contava com um rito de cortesia: a entrega para intelectuais dos dois estados de um pergaminho, com mensagem de união, assinado por escritores gaúchos. Na lista, aparecem nomes do grupo da Globo, então em formação – Mansueto Bernardi, Augusto Meyer, Theodomiro Tostes, Vargas Neto, Ruy Cirne Lima, Athos Damasceno Ferreira, Darcy Azambuja – e personagens destacados da geração anterior – Roque Callage, João Pinto da Silva, Eduardo Guimarães, Flores da Cunha e Zeferino Brasil.²⁶ Contistas, poetas, historiadores e cronistas, muitos periodistas, sobretudo vinculados à imprensa estabelecida em Porto Alegre, como o *Correio do Povo*, o *Jornal do Comércio* e *A Federação*. Gente diretamente ligada ao poder, como o então deputado federal pelo PRR José Antônio Flores da Cunha, e gente consagrada no universo das letras, mesmo que contasse em seu currículo com versos parnasianos, como Zeferino Brazil.²⁷ Um pacto intelectual semelhante ao pacto político-partidário, entre republicanos e federalistas, que se cristalizaria na Frente Única Gaúcha (FUG), em que continuidade e prestígio valiam mais do que ruptura e inovação.

O lugar de Simões Lopes Neto nos primeiros tempos modernistas parece marcado por essa conciliação. Por isso, vale a pena acompanhar o tratamento dado ao autor pelos escritores de *Madrugada*. Depois de sua redescoberta por João Pinto da Silva, em sua *História Literária do Rio Grande do Sul* (1924), poderia figurar entre as fontes da tradição local, mas com certa distância e receio, oriundos quer da pecha de folclorista e da

²⁶ Segue a lista completa de assinaturas, na ordem publicada por *Madrugada*: Zeferino Brasil, Jorge Jobim, Isolino Leal, Flores da Cunha, Roque Callage, João Pinto da Silva, Mansueto Bernardi, Pedro Vergara, Décio Coimbra, Eurico Rodrigues, Carlos Brazil, Hugo Barreto, Fábio Barros, Augusto Meyer, Theodomiro Tostes, Vargas Neto, Ruy Cirne Lima, Dyonélio Machado, Augusto Carvalho, Vieira Pires, Eduardo Guimarães, Darcy Azambuja, Renato Costa, João Maya e Athos Damasceno Ferreira.

²⁷ Nascido em 1870, no município de Taquari, Zeferino Antônio de Souza Brazil formou-se professor pela Escola Normal de Porto Alegre em 1889, quando ingressou no serviço público estadual. Pertenceu à redação do *Jornal do Comércio*, de *A Federação* e do *Correio do Povo*. Segundo Ari Martins, era considerado o maior poeta de seu tempo no estado: “Consagrado como o Príncipe dos Poetas do RS” (MARTINS, 1978, p. 104). Transitou entre os estilos parnasiano e simbolista, mas foi no primeiro que obteve reconhecimento, inclusive nacional, com obras como *Na torre de marfim*, de 1910.

ressonância tardia do veto do PRR à literatura gauchesca, quer do esquecimento relativo no campo cultural depois do falecimento, que já contava com dez anos. O bom editorial do regionalismo literário, em 1925, oferece outra possibilidade de testar essa hipótese. Foram quatro livros importantes de narrativas curtas, entre contos com enredo complexo e cenas breves, sempre tratando do universo campeiro, todos editados pela Livraria do Globo: *No Galpão*, de Darcy Azambuja; *Pampa*, de João Maia; *Querência*, de Vieira Pires; e *No pago*, de Clemenciano Barnasque. Naquele ano também foi publicado o livro de estreia de Vargas Netto, *Tropilha Crioula*, introduzindo a poesia lírica no regionalismo literário do Rio Grande do Sul.²⁸ De todos esses autores, apenas Azambuja rendeu tributo a Simões Lopes Neto, dedicando seu livro àquele que considerava seu predecessor. Entre as filiações explícitas dos autores, indicadas nos paratextos, encontramos familiares, políticos, militares e escritores da geração anterior. O quadro abaixo esquematiza as dedicatórias dos cinco livros.

²⁸ Vale lembrar que o poemeto campestre de Amaro Juvenal (Ramiro Barcellos) contra Borges de Medeiros, *Antonio Chimango* (1915), além de se tratar de poesia narrativa, não era apreciado como literatura, apesar de sua grande circulação, inclusive oral.

Quadro 1 - Dedicatórias dos livros regionalistas de 1925

	Familiares	Escritores/ Intelectuais	Políticos/ Militares
João Maia (<i>Pampa</i>)	- Carolina Vieira Pires (mãe)*		
Vieira Pires (<i>Querência</i>)	- João Maia Filho*	- Alcides Maya	- Gal. José Luiz Rodrigues da Silva - Chiquinho Saraiva - Dr. Manoel Ribeiro Tacques
Clemenciano Barnasque (<i>No pago</i>)		- Roque Callage*	
Darcy Azambuja (<i>No Galpão</i>)		- Simões Lopes Neto* - João Pinto da Silva - Rubens de Barcellos - Paulo Arinos (Moysés Vellinho) - Mansueto Bernardi - Eurico Rodrigues - Rivadávia Severo	- Rubens Rosa - Admar Barreto
Vargas Neto (<i>Tropilha Crioula</i>)	- Manuel do Nascimento Vargas (avó) - Viriato Dorneles Vargas (pai)	- Alcides Maya* - João Pinto da Silva - Eduardo Guimarães - Eurico Rodrigues - Rivadávia Severo - Rubens de Barcellos - Paulo Arinos (Moysés Vellinho) - Roque Callage - Darcy Azambuja - Mansueto Bernardi - Luiz Vergara	- José M. Leivas - Flores Pinto

* Dedicatórias principais (abertura do livro)

Fonte: elaborado pelo autor.

Evidentemente, as categorias que empreguei para a distribuição dos nomes citados pelos autores em suas homenagens são fluidas, daí o agrupamento de políticos profissionais e militares (vínculo histórico no caso gaúcho), além do amplo leque de intelectuais que compreende a terceira coluna, que seriam facilmente enquadrados também como políticos. Como temos visto, os principais nomes das duas gerações

republicanas de letrados atuantes na década de 1920 ainda provinham da elite econômica do estado, em seus estratos antigos e novos, não de setores médios urbanos. Praticamente todos eles ocupavam altos cargos públicos, eletivos ou não. No sentido inverso, políticos profissionais costumavam lançar, com menor frequência, obras literárias, principalmente poesia. Mas a imagem pública desses personagens, a partir do período estudado, passa nitidamente a ser mais marcada pela atividade no mundo das letras ou pela atuação político-partidária, o que justifica a divisão.

Assim, a seleção dos nomes homenageados reforça a tendência identificada acima, principalmente entre os novos autores: conciliação de intelectuais estabelecidos e de jovens que começavam a gravitar em torno do PRR, de seu órgão oficial, dos grandes jornais da capital e da Livraria do Globo. A referência conjunta a Rubens de Barcellos e a Paulo Arinos, nas obras de Darcy Azambuja e Vargas Neto, ambos da geração de 1920, indica que as diferenças estéticas não geravam cisões profundas, assim como a constante lembrança de Alcides Maya e Roque Callage pelos novos.

Considerações finais

De certa maneira, pode se dizer que nosso modernismo de conciliação foi uma manifestação ainda mais peculiar daquilo que Ivan Marques denominou de “modernismo de província” para explicar os padrões específicos do movimento nos estados e regiões do país em que ele se desenvolveu paralelamente à vanguarda paulista: Minas Gerais (Belo Horizonte e Cataguazes), Rio Grande do Sul, Nordeste e mesmo o Rio de Janeiro. Sua proposta, assim como a de Monica Velloso, busca matizar a visão de modernismos regionais como “simples imitação” do movimento de São Paulo, dando atenção às “feições particulares”, determinadas pelas condições locais:

Não se trata simplesmente de pôr em relevo a variedade dos sotaques, que nesse caso valeriam por sua feição exótica, mas de perceber como a incorporação da matéria local resultou em diferenças importantes, algo que tornaria o modernismo mais denso e complexo do que parecia antes [...] (MARQUES, 2011, p. 9).

Seu estudo sobre o modernismo em Belo Horizonte revela um padrão similar à da primeira geração de Porto Alegre: jovens letrados, com substantivo capital social, buscando inserção no campo político-intelectual. Em sua maioria, também eram filhos de famílias abastadas de cidades do interior, com formação nas melhores escolas da capital. Atuavam no jornalismo “oficial” e filiavam-se ao PRM. Assim como no caso gaúcho, o desejo de inovação nas artes respeitava a tradição local. Dessa maneira, o simbolismo também desempenhou papel importante na poesia modernista do estado. Mas à diferença do Sul, o modernismo mineiro não teria flertado com o regionalismo.

A conciliação, portanto, não é um traço exclusivo da realização possível do modernismo literário no Rio Grande do Sul. Mas trata-se, sem sombra de dúvidas, de um aspecto central dessa configuração periférica e, por que não dizer, fronteiriça. E ela explica tanto a sobrevivência do regionalismo gaúcho como a adoção pelos modernistas, no plano dos conteúdos, de antigos problemas de memória histórica ligadas, principalmente a disputa pela definição de uma identidade gaúcha/gauchesca para o estado.

Referências

ANTOLOGIA. *Madrugada*. Porto Alegre, n. 2, out. 1926, p. 20.

ARINOS, Paulo. Bendita vaia. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 26/02/1922a, p. 3.

ARINOS, Paulo. Da margem da corrente. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 06/04/1924, p. 3.

ARINOS, Paulo. Decadência do adjetivo. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14/10/1922b, p. 3.

ARINOS, Paulo. Guerra à saudade! In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979b, p. 96-101 (*Correio do Povo*, 30/08/1925).

ARINOS, Paulo. O papel da nova geração. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979a, p. 85-87.

ARINOS, Paulo. Pessimismo e realidade. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979c, p. 109-114.

ARINOS, Paulo. Soes. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29/07/1923b, p. 3.

ARINOS, Paulo. Variações sobre a moderna poesia no Brasil. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 02/09/1923a, p. 3.

BARCELLOS, Rubens de. O regionalismo e o papel da nova geração. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979a, p. 88-95.

BARCELLOS, Rubens de. Regionalismo e realidade. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979b, p. 102-108.

CALLAGE, Fernando. Futurismo em arte. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23/03/1924, p. 6.

CRÔNICA Semanal. *Madrugada*. Porto Alegre, n. 2, out. 1926, p. 5.

CRÔNICA Semanal. *Madrugada*. Porto Alegre, n. 3, out. 1926b, p. 3.

CRÔNICA Semanal. *Madrugada*. Porto Alegre, n. 3, out. 1926c, p. 3.

- FISCHER, Luís Augusto. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.
- LEIRIA, João Otávio Nogueira. Velho hábito. *Madrugada*. Porto Alegre, n. 2, out. 1926, p. 23.
- MARQUES, Ivan. *Cenas de um modernismo de província: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, UFRGS, 1978.
- NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005, 560 p.
- RAMOS, Paula. Madrugada: a modernidade em revista. In: RAMOS, PAULA (org.). *A madrugada da modernidade* (1926). Porto Alegre: UniRitter Editora, 2006, p. 20-31.
- RODRIGUES, Eurico (Cyro Nobre). Arte Moderna. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 09/05/1924, p. 3.
- SILVA, João Pinto. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1924.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, p. 131-137.

TOSTES, Theodomiro. Do jazz-band (excerto da palestra literária feita no primeiro sarau da Madrugada). *Madrugada*. Porto Alegre, n. 1, set. 1926, p. 26.

VARGAS NETO, Manuel do Nascimento. Madrugada. *Madrugada*. Porto Alegre, n. 1, set. 1926, p. 30.

VELLINHO, Moysés, LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. Moysés Vellinho (entrevista). In: LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 245-246.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*, v 1. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 351-386.

ZALLA, Jocelito. *A invenção de Simões Lopes Neto: literatura e memória histórica no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018b. 522 p.

ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018a.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

América Latina em revistas: *O Cruzeiro Internacional e Life en Español*

Marlise Regina Meyrer

A revista *O Cruzeiro* em sua edição internacional foi publicada de abril de 1957 a outubro de 1965. Era publicada em língua espanhola, circulando quinzenalmente em toda a América Latina - Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela - e alguns estados dos Estados Unidos, Ilhas Canárias e Espanha. Nos dois primeiros anos a revista logrou um sucesso de vendas, chegando à tiragem de 300.000 exemplares, superando publicações tradicionais em alguns países como *El Hogar*, na Argentina (CASADEI, 2014).

Embora exista uma considerável produção sobre a revista *O Cruzeiro* no Brasil, não foram encontrados estudos significativos sobre a edição internacional do periódico. Temos conhecimentos de dois trabalhos que, no entanto, tem objetivos distintos dos aqui propostos. Um deles, de Elisa Bachea Casadei (2012), trata-se um artigo na área da comunicação, tendo como objetivo apresentar periódico, em geral, desconhecido. O outro, é um livro de um professor da Universidade Católica do Chile, Alejandro Jiménez Escobar (2004) com o título: *Neruda En O Cruzeiro Internacional*, cuja proposta não é a revista em si, mas a publicação, em 1962, da obra de Neruda - *Confieso que he vivido* - na revista *O Cruzeiro Internacional*, em dez capítulos. Segundo o autor, os capítulos publicados constituem-se na essência do posterior *best seller* com o mesmo título.

As matérias veiculadas na revista, tanto nos textos verbais, quanto imagéticos são de conteúdos diversos: ciência, tecnologia, artes, política e economia e, sobretudo, temas simbólicos da modernidade que exaltam o estilo de vida da classe média, seus valores e hábitos de consumo. Entretanto, devido as características próprias do veículo - revista ilustrada de variedades - estes aparecem de uma forma branda e, ao mesmo tempo, dotados de um caráter pedagógico intensificado pelos recursos das novas tecnologias visuais como a composição, montagem, primeiros planos, etc. Esta pedagogia visual em *O Cruzeiro Internacional*¹ está diretamente associada a um ideal civilizador na correta condução do mundo, missão assumida explicitamente em relação ao Brasil na publicação nacional, pretendendo exercer o mesmo papel em relação a América Latina.²

Este tipo de periódico teve uma importante função política, na medida em que fatos sociais do período (tratados, guerras etc.) foram apreendidos, interpretados e difundidos por eles. Podemos citar, além de *O Cruzeiro Internacional*, a *Life en Espanõl* que cumpria as mesmas funções. Recorre-se aqui, ao conceito de poder brando (*soft power*) desenvolvido por Joseph S. Nye (1990), no qual as relações internacionais não estão subsumidas exclusivamente as relações diplomáticas oficiais, mas constituem um conjunto de relações oficiais, privadas, comerciais e culturais. Essencialmente, refere-se à atração exercida por um conjunto de ideias defendidas e sua capacidade de convencimento dos outros. Para

¹ A revista de seu lançamento, em abril de 1957 até agosto de 1958 é publicada com o título *O Cruzeiro: edición internacional*, a partir de setembro de 1958 passa a denominação de *O Cruzeiro Internacional*. Usaremos aqui, de uma forma geral, essa segunda denominação sempre que nos referirmos ao periódico.

² Como citado em outro trabalho: “Para O Cruzeiro, o desenvolvimento se constituía num projeto civilizatório. Conforme os autores que estudaram o perfil de Assis Chateaubriand, ele acreditava no “poder civilizatório do capital internacional” ou ainda na “reeducação pelo capitalismo”. O objetivo era inserir o Brasil no mundo civilizado, integrando um momento importante do processo civilizador pelo qual, acreditava-se, passava o país. Para pôr em prática tal objetivo, empenhou-se em difundir padrões de comportamento e cultura mais adequados ao modelo de desenvolvimento que defendia, participando, assim, da luta simbólica pela imposição de uma determinada visão do Brasil” (MEYRER, 2010, p.200).

Ramos e Zahran (2006) o termo aproxima-se do conceito de hegemonia de Gramsci. Ambos se referem "a um conjunto de princípios gerais, ideias, valores ou instituições; compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos; mas que ao mesmo tempo são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro" (p.134).

A imprensa é considerada, assim, não como uma instância controlada pelo Estado ou por grupos econômicos, mas como uma instituição com relativa autonomia. Com base na teoria dos campos de Bourdieu (1987;1989;1997) entendemos que o campo jornalístico sofre pressões externas (de outros campos, como os econômico e político) e também internas ao campo, na medida em que disputa a hegemonia com outros integrantes do próprio campo, numa luta contínua pela imposição de visões de mundo mais legítimas. Nesse sentido, podemos dizer que *O Cruzeiro Internacional* e *Life en Español*, nos anos aqui estudados, sofreram tanto pressões políticas dos seus países-sede e dos demais países latino-americanos. Também eram pressionadas pelo mercado, pois dependiam sobretudo dos anunciantes para manter suas publicações. Entretanto, ambas as revistas disputavam a capacidade de impor visões de mundo mais legítimas sobre e para a América Latina. Nesse processo, pautavam-se por uma lógica própria do campo jornalístico, recorrendo a estratégias específicas ao campo.

Este papel de agente político da revista *O Cruzeiro Internacional* não passou despercebido pelos intelectuais e lideranças dos países do Hemisfério. Fernando Diez de Medina, na época ministro da educação da Bolívia, fez publicar uma resposta à um discurso de Assis Chateaubriand veiculado na mesma revista, por ocasião do aniversário de um ano do periódico, na sua versão internacional. Para Medina,

o Sr. Chateaubriand é um estadista e um condutor de opinião em sua pátria. Amparado por uma poderosa cadeia de diários, revistas, rádio e televisão, parece que agora aspira a orientar o pensamento americano segundo sua própria fórmula: ampliar cada vez mais o ciclo vital dos brasileiros (O *CRUZEIRO INTERNACIONAL*, 18/06/1958, p.58).³

Mais adiante, o autor critica o projeto imperialista de Chateaubriand, levantando hipóteses sobre o verdadeiro sentido do seu discurso pan-americanista:

De que se trata? De vender uma mercadoria – O Cruzeiro - [...] de abrir novos mercados - ou expandi-los – para a poderosa expansão industrial de interesses mercantilistas que defende a cadeia publicitária do Senador Chateaubriand? Ou se trata seriamente de uma política definida que se não sustenta o Itamaraty, ao menos contaria com o respaldo de grandes setores da opinião brasileira? (O *CRUZEIRO INTERNACIONAL*, 18/06/1958, p.58).

Nesse sentido, pode-se inferir que estas revistas exerciam o que Valente e Santoro (2007) definem como "diplomacia midiática".⁴ Mesmo que não vinculadas oficialmente ao Estado, elas influenciavam e, em alguns casos, reforçavam valores culturais subjacentes a política externa exercida pelos países centrais. Elas iam além do âmbito estatal, mobilizando a opinião pública no processo de convencimento e formação de opinião, que agiam e interferiam sobre a política externa. No caso da *Life en Español*, muitas de suas publicações davam continuidade a visão civilizadora dos EUA, ou seja, a ideologia que fundamentava sua política externa. Nessa perspectiva, Hunt (1987) utilizando fontes diversas, inclusive iconográficas, descreve as formas como a América Latina era

³ Todas as citações que têm como referência os textos publicados na revista *O Cruzeiro Internacional*, foram traduzidos livremente para o português pela autora deste texto, portanto, optei por não incluir nota explicativa em todas citações.

⁴ Mesmo que os autores se refiram as mídias atuais que envolvem os novos recursos midiáticos da era da informação, consideramos úteis as ideias gerais contidas no conceito.

representada na virada do século XX, reproduzindo uma imagem, em geral, ligada a feminilidade, infância, emoção, grotesco, etc.

Para Thompson (2005), essa forma de poder simbólico é atribuição específica dos meios de comunicação caracterizados como "um tipo distinto de atividade social que envolve transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica utilização de recursos de vários tipos "todos eles decorrentes de alguma forma técnica"(p.24). Para o autor, "as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios de estado ou sublevar as massas em revolta coletiva"(p.24)

A imprensa, assim, enquanto meio de comunicação de massa, é entendida como um dos principais mediadores das representações sociais no mundo contemporâneo. Os meios de comunicação, segundo Sandra Jovchelovitch (2000, p.89), "tornaram-se constitutivos da vida social, [...] alteraram modos de interação, transformaram o acesso a, e ao consumo de bens simbólicos", sendo por isso, uma fonte importante para o estudo das representações sociais, neste caso, aquelas relativas as relações interamericanas no contexto do pós- segunda Guerra Mundial.

Essas considerações, a respeito da importância da mídia na sociedade moderna e contemporânea, tornam seu estudo uma fonte privilegiada para análise histórica. Ela constitui-se, também, num registro impresso dos acontecimentos de uma época sem descuidar, no entanto, que foi elevada a esta categoria – acontecimento - por uma escolha dentro de uma multiplicidade de acontecimentos que permeiam a vida social. Por isso é fundamental para a análise desvendar essa subjetividade, procurando identificar quais as forças que agem sobre uma ou outra representação e como elas poderiam influenciar a realidade ou mesmo quais as relações que mantém com a realidade. No caso da revista *O Cruzeiro Internacional*, esse entendimento pode ser encontrado tanto nas ideias defendidas por

seu proprietário, já bastante difundidas na bibliografia sobre a imprensa, no Brasil, bem como na ideologia relacionada aos grupos que ela representava.⁵

Parafraseando Thompson (2005), a mídia é fundamentalmente cultural, sendo que a questão central nos estudos que a tomam como objeto é o caráter significativo das formas simbólicas e sua contextualização social. Portanto, o conhecimento histórico das sociedades americanas do período, suas inter-relações internas e externas são fundamentais para o entendimento do significado dos periódicos em questão.

O contexto histórico, situado nos anos 1950, tinha como pano de fundo a Guerra Fria e as discussões acerca do desenvolvimento latino-americano, culminando com a Revolução Cubana em 1959 e os posteriores desdobramentos. O período foi marcado por uma série de tratados e organizações que visavam regular as relações interamericanas sob a hegemonia dos Estados Unidos num clima de crescente oposição, por parte dos países latino-americanos, à política imperialista deste país.

Entre os anos 1950 e 1970, o capitalismo mundial desenvolveu-se em torno dos Estados Unidos que quadruplicaram as suas exportações para o resto do mundo, mas também se tornaram um importante importador de bens de consumo a partir do final da década de 1950. Em 1952, a eleição do republicano Eisenhower para a presidência dos Estados Unidos marcou a culminância desse processo. Segundo Muniz Bandeira (1973), Oswaldo Aranha teria se referido a Eisenhower como sendo manipulado pelos

⁵ Chateaubriand posicionava-se quase sempre ao lado do poder, seja ele privado ou estatal. Por meio de uma rede de favores, intrigas e chantagem, ameaçando colocar seus veículos a favor ou contra determinado grupo, empresa ou indivíduo, na esfera pública ou privada, ele obtinha uma série de privilégios que soube usar em seu benefício. Participou ativamente das discussões nacionais, tanto na imprensa quanto na tribuna, durante seus dois mandatos de Senador. Suas posições podem ser sintetizadas como vinculadas às da ala liberal e conservadora da elite brasileira ligada aos setores exportadores, defesa do capital estrangeiro e combate aos nacionalistas mais radicais, que definia como xenófobos. Defendia, também, a criação da “cultura nacional” com base no exotismo das paisagens e do povo mestiço. Ver mais em Marlie Meyrer (2017).

grandes banqueiros, industriais e comerciantes norte-americanos. Para ele, o período que se inaugurava seria caracterizado pelo domínio de *Wall Street* sobre o Estado. “O capitalismo no poder não conhece limitações, sobremodo as de ordem internacional” (p.341).

As multinacionais americanas aumentaram suas filiais estrangeiras de cerca de 7,5 mil em 1950 para mais de 23 mil em 1966. Contudo, as empresas de outros países as foram seguindo cada vez mais, sendo sua principal função a de “internalizar mercados ignorando fronteiras nacionais”, tornar-se independentes de fronteiras nacionais, isto é, tornar-se independentes do Estado e seu território. Assim, “[...] na América Latina, já em 1950, trezentas filiais de empresas norte-americanas respondiam por 90% das inversões realizadas pelas empresas estadunidenses na região [...]” (FURTADO, 1975, p.53).

Inserida na luta contra o avanço do fascismo no hemisfério, na década de 1930, na tentativa de mudar a imagem negativa dos EUA na América Latina, Roosevelt lançou a política da Boa Vizinhança - uma série de acordos que previam intercâmbio cultural e econômico e a suspensão das intervenções militares norte-americanas na América Latina. É desta época o lançamento da edição latino-americana da revista estadunidense *Reader`s Digest* que, com apoio do governo norte-americano, tornou-se um importante instrumento de penetração do *american way*.⁶

No contexto que emergiu após o segundo conflito mundial, entretanto, as estratégias principais dos Estados Unidos concentraram-se em afastar do hemisfério qualquer influência da União Soviética. Contudo, a exclusão da América Latina dos planos de ajuda do governo americano no pós-guerra, deixando esta função unicamente à iniciativa privada, gerou muitos descontentamentos. A ênfase na Segurança Nacional no que

⁶ A este respeito ver Mary JUNQUEIRA (2001).

se refere a política externa para a América Latina, não ia ao encontro dos anseios dos países latino-americanos.

Em meio as reformulações da política norte-americana para a América Latina foram criados novos instrumentos a fim de preservar sua influência na região. Em 1947, foi criado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) que obrigava seus signatários, com o quórum de dois terços de aprovação, a interromper relações com qualquer violador dos princípios soberanos dos países americanos. Em 1948, era criada a OEA, que tinha como princípios básicos a não intervenção, igualdade jurídica entre os Estados, arranjo pacífico das diferenças e a defesa coletiva contra as agressões. Tratava-se de manter a paz interamericana, mantendo o foco no combate comum ao principal inimigo externo: o regime comunista, definido pelos Estados Unidos como contrário a democracia que deveria ser defendida na América Latina. No entanto, os Estados Unidos não tardaram a apoiar os regimes ditatoriais surgidos no período, como os de Fulgêncio Batista (Cuba), Pérez Jiménez (Venezuela) e Somoza (Nicarágua).

Em 1953 é criada a United States Information Agency (USIA), destinada a fortalecer as ações diplomáticas dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A agência, que funcionava no interior das embaixadas, não era um órgão isolado, mas estava ligada a uma rede de outras instituições que vinham sendo criadas no período após Segunda Guerra, a fim de consolidar a hegemonia norte-americana no mundo. Ela contava com uma rede de colaboradores, entre os quais alguns setores da imprensa internacional, como o grupo Time-Life. Essas ações eram elaboradas pela Agência Central de Informações dos Estados Unidos (CIA), que atuou fortemente na construção do consenso baseado na propaganda encoberta, na guerra psicológica e na promoção de frentes culturais.

O esforço bélico e “psicológico” dos Estados Unidos, no processo de intensificação de sua política de segurança hemisférica contra a ameaça comunista e seu conseqüente apoio as ditaduras latino-americanas, contribuiu para o crescimento do antiamericanismo na região. A própria OEA, criada como uma tentativa norte americana para submeter os vinte e um países membros ao controle norte-americano, passou a ser palco de disputas de influências. A principal divergência era quanto as prioridades distintas entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Os primeiros tinham como preocupação central a ajuda financeira para seu desenvolvimento, enquanto os últimos preocupavam-se exclusivamente com a segurança hemisférica.

Na esteira das queixas dos países latino-americanos contra a política estadunidense em relação a América Latina emerge a proposta do presidente brasileiro Juscelino Kubitscheck, de criação da Organização Pan-americana (OPA) que reivindicava, em última análise, maior apoio financeiro para o desenvolvimento dos países latino-americanos. A ideia era uma espécie de plano Marshall para a região. A OPA foi uma das mais significativas iniciativas da política brasileira frente a política externa norte-americana que, posteriormente, deu margem a Política Externa Independente. "Com a OPA, o governo Kubitscheck pretendia aglutinar várias nações latino-americanas, tendo a clara e reforçada liderança brasileira" (PEREIRA, 2011, p.5). Embora encarnando uma perspectiva tradicional, o que a OPA trouxe de novo era

a crença que só o desenvolvimento econômico poderia deter a revolução comunista, que este desenvolvimento só poderia ser obtido com um esforço aglutinado dos países latino-americanos e com a decisiva participação e compromisso dos Estados Unidos em restabelecer a aliança pan-americana (PEREIRA, 2011, p.5).

Assim, embora o antiamericanismo tenha raízes históricas na região, durante os anos 1950, a disputa entre as duas grandes potências pela hegemonia mundial aliada ao esforço americano na luta anticomunista no hemisfério, levou a reedição de políticas de interferência no continente, contribuindo para a intensificação de reações contra a hegemonia norte-americana. Além do mais, muitos países latino-americanos vivenciavam um crescimento urbano-industrial decorrente, em parte, da política de substituição de importações do período da guerra. As políticas nacionalistas, por sua vez, promoviam acirradas discussões da intelectualidade nacional e regional, acerca do desenvolvimento dos países latino-americanos e, de uma forma geral, andavam no sentido radicalmente contrário às instruções norte-americanas.

Exemplo da potencialidade explosiva do antiamericanismo na América Latina foi demonstrado por ocasião da visita do vice-presidente Richard Nixon na Venezuela, em maio de 1958, quando enfrentou uma série de manifestações antiamericanas em Caracas e quase foi agredido fisicamente por manifestantes, expondo a insatisfação latino-americana com a política externa dos Estados Unidos.

É este o contexto em que foi lançada *O Cruzeiro Internacional*, primeiro empreendimento editorial internacional brasileiro. A versão brasileira da revista já era nacionalmente consagrada como a principal revista ilustrada do país, carro-chefe da rede de comunicação dos Diários Associados que, em 1957, pôs em prática um ousado projeto de expansão para os países da América Latina, incluindo Espanha, e Estados Unidos.

O Cruzeiro integrou o primeiro conglomerado de imprensa e a primeira Rede de Comunicação, englobando diferentes mídias no Brasil - o oligopólio formado pelos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand. Fundada em 1928, a revista inseriu-se no contexto inicial do processo de modernização dos meios de comunicação no país, no final

dos anos 20 e que se consolidou nos anos 50. Porta-voz de um discurso modernizante, a revista foi a primeira do gênero de circulação nacional. O grande boom da revista ocorreu nos anos 40, quando trouxe propostas inovadoras, entre as quais, a intensa utilização do fotojornalismo, difundindo um ideal editorial de “reportagem” em contraposição ao modelo literário vigente no país até os anos 30. A linha adotada inspirou-se no jornalismo norte-americano, especialmente em revistas como a *Life*, tendo, por base, atualidades rapidamente digeríveis, adequando-se à vida moderna. O grande diferencial era a utilização da fotografia, não mais como mera ilustração, mas como construtora de um discurso visual sobre os acontecimentos.

Estas mudanças conectam-se com uma renovação da linguagem fotográfica no Brasil apontada por Fabris (2012) como ligada aos partidários da Nova Visão e Nova Objetividade. Eles “tinham colocado no centro de seu programa a ideia do ver melhor: concebiam a objetiva da câmera como um segundo olho capaz de educar o olho natural, levando-o a perceber o mundo a partir de ângulos inusitados” (FABRIS, 2012, p.178). Esta concepção tinha como princípio fundamental a ideia de objetividade documental que foi amplamente utilizada pela comunicação de massa, sendo seu principal expoente o fotojornalismo. A fotografia de imprensa deixa de servir apenas como ilustração do texto, passando a ser “[...] uma elaboração conceitual, materializando um conhecimento visual específico sobre o mundo. Não se tratava mais de simplesmente registrar o real, mas de ativamente construí-lo” (COSTA, 2012, p.170).

Nesse contexto, as revistas ilustradas, como *O Cruzeiro*, tiveram um importante papel na defesa de interesses políticos e econômicos de grupos e/ou governos e mesmo na difusão de determinadas visões de mundo. Elas fundamentavam-se, de um lado, na pretensa objetividade das fotorreportagens e, de outro, na possibilidade de construção da realidade

por meio, sobretudo, dos novos recursos tecnológicos e das ideias da fotografia de vanguarda.

A revista *O Cruzeiro*, nacionalmente, adotou um discurso pedagógico direcionado explicitamente e nominalmente a uma *burguesia nacional*⁷, a qual pretendia educar segundo os moldes do mundo que julgava civilizado, ou seja, europeu e norte-americano. Na sua versão latino-americana, ela guiou-se pelos mesmos princípios. Porém, nessa, o Brasil aparecia como líder do processo, colocando-se num estágio de civilização superior aos demais países latino-americanos.

O lançamento de *O Cruzeiro Internacional* ocorreu em meio a conjuntura político-econômica brasileira marcada pelo entusiasmo juscelinista, coincidindo também com outro lançamento – o da Operação Pan Americana (OPA), conforme descrito acima. Wilson Aguiar e Odylo Costa Filho foram encarregados de dirigir a edição internacional, sendo substituídos mais tarde por outros diretores, entre os quais Constantino Paleólogo, na década de 1960. Em seu livro: *O Brasil na América Latina: uma experiência de jornalismo internacional*, com tradução para o espanhol, Paleólogo (1960) escreveu sobre o processo de idealização e concretização do projeto da revista. Descreveu, também, a nova proposta editorial, sob sua gestão, que propunha conteúdos mais voltados para a realidade dos países latino-americanos, criticando a forma estereotipada como o continente vinha sendo tratado pela revista até então.

Antes do lançamento oficial em 1957, a empresa editorial havia feito algumas ‘experiências veiculando, no ano anterior, em alguns países da América Latina, edições da revista brasileira com parte das reportagens

⁷ O termo “burguesia nacional” é referido em diversos discursos da própria revista em sua versão brasileira e em discursos proferidos em outros veículos de imprensa por Assis Chateaubriand, que entre as diversas campanhas que promovia através de seus veículos de imprensa, uma dela tinha como objetivo a educação da “burguesia nacional”. Mais sobre este tema em Marlise Meyer (2017).

traduzidas para o espanhol. Porém, após pesquisas realizadas na Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai, ao longo do ano, decidiu-se pela edição de uma revista voltada para alguns interesses específicos dos países vizinhos. Paleólogo (1960) afirma que as pesquisas revelaram que uma revista brasileira, que pretendesse somente difundir a “filosofia de vida” do Brasil, fracassaria, sendo preciso uma orientação totalmente nova. O autor argumenta que a *Life en Español*, mesmo com sua qualidade gráfica e beleza de suas fotos, não tinha confiabilidade entre os latino-americanos devido “a maneira ostensiva pela qual se fizera intérprete da política exterior do governo norte-americano” (PALEÓLOGO, 1960, p.21).

O empreendimento teria recebido apoio inicial do Presidente da República que, segundo Glauco Carneiro (1999), havia se comprometido a liberar verbas para publicações do Governo em todas edições, de no mínimo oito páginas, a fim de divulgar os projetos estatais desenvolvidos a partir do Plano de Metas. Esse apoio governamental, entretanto, não se efetivou, o que contribuiu para inviabilidade financeira da revista que, mesmo assim, manteve-se em circulação por oito anos com um déficit que contribuiu para a decadência do grupo Associados, conforme apontado por autores que estudaram o periódico⁸. A revista, mesmo com o sucesso inicial, foi deficitária desde o início e, embora a publicação tenha encerrado oficialmente em 1965, a partir de meados de 1961 ela foi minguando e passou, quase que exclusivamente, a traduzir parte da edição de sua congênera nacional.

Além da alegada promessa por parte de Juscelino Kubitschek, teriam sido feitos acordos com anunciantes norte-americanos para a venda de espaços publicitários, o que também não se efetivou. Tanto Carneiro (1999) quanto Acioly Netto (1998) atribuem a desistência dos anunciantes

⁸ CARNEIRO (1999); NETTO (1998); SILVA, 1989.

à interferência do grupo *Time- Life*, que havia lançado uma versão em espanhol para circulação na América Latina em 1953. Importante conhecer a atuação desta revista, na medida em que ela serviu de base para criação de *O Cruzeiro Internacional*, sendo sua principal concorrente.

A revista *Life* era a versão "mais leve" da *Time*, uma revista de notícias criada em 1923 que, de uma forma geral, divulgava uma síntese dos eventos ocorridos na semana - nacional e internacionalmente -, tendo como alvo a classe média americana. A *Life en Español* era voltada para a América Latina e trazia, além dos conteúdos da versão em inglês, outros específicos da região. A revista obteve apoio do Estado defendendo a importância de divulgar produtos e valores americanos, o que foi consolidado com o *Smith-Mundt Act* "que incentivava a divulgação e promoção dos Estados Unidos através da mídia americana em circulação em outros países" (SILVA, 2012, p.68).

Para Silva (2012), o grupo dirigido por Henry Luce atuava no sentido de tentar influenciar os rumos da política externa americana, cobrando e realizando ações que reforçassem a hegemonia norte-americana. A mesma autora afirma que as edições internacionais de *Time* e *Life* "ajudaram a transmitir ao mundo uma certa imagem da América: a América do consenso, da classe média, do capitalismo, do consumo, da democracia e da liberdade"(SILVA, 2012, p.70)

Esta expressão imperialista da mídia norte-americana, entretanto, sofria resistências nos países latino-americanos. As reações antiamericanas no continente tinham raízes históricas, devido a política intervencionista na região desde o século XIX, culminando com a Doutrina Monroe, que estimulou posições intelectuais contrárias ao imperialismo norte-americano, bem como algumas ações e movimentos de cunho nacionalista contrários ao domínio estadunidense. No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, este sentimento chegou ao

seu ápice em um contexto que foi se tornando cada vez mais complexo no decorrer dos anos 1950.

Mesmo sendo declaradamente favorável ao domínio econômico norte-americano, especialmente no que diz respeito a defesa da entrada do capital estrangeiro no país, o grupo dos *Diários Associados* soube aproveitar o contexto. Pretendia assumir o posto de intermediário entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, papel que, em termos de imprensa, vinha sendo ocupado pela *Life*. Entretanto, os nacionalismos emergentes na América Latina poderiam ser um empecilho. Por ocasião da inauguração de *O Cruzeiro Internacional*, em 1957, Assis Chateaubriand, discursou dizendo:

A edição desta revista em língua espanhola [...] tinha que ser feita por nós, por nossa organização. Ela significa mais um golpe que das nossas fileiras parte contra o nacionalismo caricatural que aqui se faz. Nosso povo, senhor presidente, ou se levanta contra este nosso estado macrocefálico, contra o dilúvio dos monopólios estatais, que todos os dias nos esmagam, e contra a deformação da idéia nacional, ou ele sucumbirá nos dias que correm e que significam em todas democracias ocidentais, a partir da Alemanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Canadá, a ressurreição da livre empresa
(*O CRUZEIRO*, 04/05/1957, p.22)

O Cruzeiro Internacional, desde o início, se inspirou na revista *Life*, ao mesmo tempo em que se posicionava como sua concorrente.

A ideia inicial era compor uma redação com jornalistas contratados de diversos países latino-americanos e que utilizassem, em seus textos, uma espécie de "espanhol interamericano", ou seja, que passasse por cima das diferenças regionais da língua e fosse relativamente bem aceito em todos os países (CASADEI, 2012, p.82).

O objetivo de concorrer com as americanas *Seleções* e *Life*, mais especificamente com esta última é citado por Paleólogo (1960). Para o autor, eles tiveram "coragem de exportar, sob a forma da revista, o seu pensamento e a sua concepção filosófica de vida" (p.17). Segundo a avaliação feita pelo autor, devido aos nacionalismos dos países latinos, seria prudente evitar a propaganda excessiva do Brasil. Avaliava, ainda, que havia um desconhecimento mútuo entre o Brasil e os países hispânicos, mas havia também um interesse desses países pelo Brasil.

Para Paleólogo (1960, p.30), entre os Estados Unidos e o Brasil, "ao sul, evidentemente, estava situado o país amigo, o aliado desinteressado, a nação que pelo tamanho e pelas suas possibilidades de progresso, estava destinada a estabelecer o equilíbrio de influências na América [...], assumia o novo papel no novo contexto". Esta concepção é simbolizada na imagem publicitária (Figura 1) veiculada nas primeiras edições da revista. Nela, o Brasil, representado por sua bandeira, aparece na parte superior da imagem apoiando os demais países da América Latina (representados por suas respectivas bandeiras) intermediado pela revista *O Cruzeiro*.

Esse novo papel, ainda segundo o autor e membro da editoria da revista, era explicitado na missão anunciada como sendo a de aproximar os povos latino americanos (Brasil e hispânicos), atuando, assim como "intérpretes":

Que éramos nós todos, afinal de contas? Uma comunidade de nações classificadas de subdesenvolvidas, lutando pela sua emancipação econômica e rebelando-se contra aqueles que viam em nós, apenas um campo lucrativo para a intervenção de capitais, mas que não se preocupavam em absoluto com nosso destino e nossa e a nossa evolução. Tínhamos deficiências, sem dúvida, mas ninguém poderia julgar-nos por elas. Chegara o tempo em que devíamos empenharmos, todos, em estimular os nossos inúmeros aspectos positivos, a fim de que as deficiências fossem eliminadas. A comunidade latino-americana

de nações não necessitava de críticos, necessitava, isto sim, de um intérprete (PALEÓLOGO, 1960, p.46).

Figura 1 - Anúncio *O Cruzeiro Internacional*



O Cruzeiro Internacional, 02/04/1957, p.5.

Fonte: Acervo Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo

O autor continua a explanação dos objetivos e méritos da revista internacional, afirmando que foi esta sua função, de “intérprete da América Latina”, que preparou o caminho para a Operação Pan Americana de Juscelino Kubitschek. Paleólogo tece críticas ao monopólio norte-americano das notícias que veiculavam somente informações positivas dos EUA de forma acrítica, enquanto as notícias da América Latina tratavam, em geral, de seu subdesenvolvimento (PALEÓLOGO, 1960, p.66). *O Cruzeiro Internacional* assim se posicionava:

[...] num processo de evolução natural como intérprete da América Latina [...] a divulgação dos episódios da vida norte-americana exclusivamente sob seu aspecto róseo, sem submetê-los a qualquer crivo analítico, foi eliminando esse tipo de matéria "fabricada", substituindo-a por artigos e fotos referentes ao Brasil e à América Espanhola. E a revista nada sofreu do ponto de vista jornalístico. Pelo contrário: tôda uma multidão de criaturas, que até então nunca se julgara nem fôra julgada digna de transformar-se em tema de reportagem, começou a surgir nas páginas da publicação. Mulheres lindas de tôdas as nações, cientistas, escritores, pintores, atôres e atrizes, mendigos e milionários, excêntricos e idealistas, enfim tôda a multicolorida gama da humanidade latina do Novo Mundo foi sendo revelada a um público que parecia nunca ter suspeitado de sua existência (PALEÓLOGO, 1960, p.67)

Em sua concepção, do papel de intérprete da América Latina”, a revista poderia dar respostas em nome do subcontinente, o que antes só era feito a nível local (nações). Definida como uma revista feita por latino-americanos para latino-americanos, "sua missão primordial, por conseguinte, acabou sendo a de oferecer uma grande e unificada tribuna livre aos povos da América Latina" (PALEÓLOGO, 1960, p.76). O autor ainda conclui que a criação de *O Cruzeiro Internacional*,

[...] é um acontecimento inédito no mundo. Pela primeira vez, na história da imprensa universal, uma revista nasceu para representar e interpretar toda uma comunidade de nações esquecida da existência de fronteiras, alheia às pequenas diferenças que geram animosidades entre países, assumiu, como objetivo superior, a tarefa de exprimir o que todos tem de grande, de belo e de justo, mesmo quando, para fazê-lo, é forçada a mostrar o reverso da medalha. Não é a revista de um só povo - pertence a vinte nações. Talvez seja esta a primeira parte da lição que a América Latina está preparando para ministrar ao mundo (PALEÓLOGO, 1960, p.89).

Conforme já assinalado, *O Cruzeiro Internacional* e *Life en Español*, enquanto publicações representantes de dois polos regionais centrais disputavam a hegemonia de determinada visão de mundo. Entretanto, essa disputa não estava localizada apenas nos polos centrais, citados, mas passava pelas querelas internas entre os países latino-americanos, como podemos auferir da publicação da resposta ao discurso de Assis Chateaubriand. A réplica foi escrita por Fernando Diez Medina, ministro da educação da Bolívia, sob o título: *Insurgência da Nova América*. Segundo ele, ao defender que a única forma capaz de “compensar nossa imaturidade social e nossa adversidade geográfica” seria a aproximação política de nossos povos e abertura dos mercados ao capital europeu e norte-americano, Chateaubriand não levava em conta a diversidade dos países latino-americanos. Nas palavras de Medina, “não é o mesmo falar de aproximação a partir do Rio de Janeiro do que de La Paz [...] em que a América, a do centro, a do Sul, é um mosaico de povos, de costumes, de diversidades econômicas, que não se pode medir com o mesmo critério.” O autor ainda cita “o repúdio ao nacionalismo e ao mito do aborígene [...] especialmente por parte de um condutor de opinião continental” como inadmissíveis (O *CRUZEIRO INTERNACIONAL*, 01/07/1957, p.49).

Sinteticamente, os objetivos da publicação latino-americana são assim descritos no editorial de abertura da primeira publicação: “O *Cruzeiro* procura por em evidência nossa origem comum, nossos comuns interesses e nossas comuns ideias. Ela surge decidida a constituir-se em um elemento promotor de nossa aproximação” (O *CRUZEIRO INTERNACIONAL*, 07/04/1957, p.8).

Munidos desses princípios frequentemente reiterados em discursos, alguns de autoria do próprio Chateaubriand, a revista promovia e divulgava uma determinada visão da América Latina para a América Latina. Para isso, produziu e reproduziu representações sociais sobre o

subcontinente, construídas por meio de um conjunto de imagens e textos veiculados em fotorreportagens sensacionalistas, colunas de fofocas ou em artigos de cunho político-econômico. Em qualquer um dos formatos, na maioria dos casos, a ideia de pan-americanismo conforme concebida pelo grupo editor da revista, permanecia como fio condutor. Nessa construção o periódico buscava afirmar um discurso pretensamente latino-americano. Paleólogo (1960, p.61) enfatiza esse caráter: “circulando, simultaneamente, em todos os países hispano-americanos, e provindo de um país latino, passava a ser o único veículo capaz de divulgar, para toda a comunidade de nações, as ideias que mais lhe interessavam”.

Nesse intento explícito de difundir uma imagem da América Latina a partir da própria América Latina, a revista seguidamente promovia um embate com as publicações norte-americanas, mais especificamente com a revista *Life en Español*. Paleólogo (1960, p. 21) infere que *Seleções e Life* eram as duas únicas revistas internacionais que circulavam na América Latina no período. Para o autor, a primeira, embora doutrinária e portavoz do *american way*, tinha já um espaço conquistado entre o público Latino Americano. Já a forma ostensiva com que a segunda se “fizera intérprete da política norte-americana” tornou-a impopular por crescentes segmentos do público latino-americano.

Essas práticas podem ser entendidas a partir das concepções de campo jornalístico por Bourdieu no que diz respeito às suas disputas internas. Para esse autor, a concorrência integra a lógica específica do campo jornalístico, que “incita a exercer uma vigilância permanente [...] sobre as atividades dos concorrentes, a fim de tirar proveitos de seus fracassos” (BOURDIEU, 1997, p.107-108). Para o autor, a concorrência, entretanto não contribui para a autonomia, pois gera uma uniformidade da oferta dos produtos ao copiar seus sucessos e evitar seus fracassos.

Seguindo ainda as críticas do primeiro diretor da revista, Constantino Paleólogo, outra limitação à divulgação de notícias de interesse essencialmente latino-americano, era o domínio das agências de notícias norte americanas na difusão de notícias, incluindo textos e imagens.⁹ Para o autor, a hegemonia dessas agências colaborava para a construção e difusão de imagens estereotipadas da América Latina além de enfatizar seu subdesenvolvimento em contraposição ao desenvolvimento e sistema de vida idealizado dos norte-americanos. Tal influência teria feito com que a própria revista *O Cruzeiro Internacional* reproduzisse essas concepções no seu primeiro ano de veiculação. O autor descreve que o processo de mudança com relação aos conteúdos publicados na revista, ocorreu após pesquisas em alguns países e a identificação da presença de um antiamericanismo aliado a prevalência de uma forte identidade cultural nas diferentes nações.

Essa distinção entre o discurso de *Life en Español* e *O Cruzeiro Internacional* pode ser observada nos primeiros editoriais por ocasião do lançamento das duas revistas. De 1953 a 1957, os editoriais da revista norte-americana têm como título *Carta de Norteamérica*. Essas *Cartas* eram assinadas como “La Dirección”. Na primeira edição a revista é apresentada ao público enfatizando que

mesmo que adote um novo idioma, a LIFE será essencialmente a revista de sempre [...] com uma seleção das “melhores reportagens” da publicação em inglês com alguns materiais específicos de interesse para a América Latina e [...] esta página, que corresponde a do editorial de LIFE em inglês, será escrita especialmente para nossos leitores de língua espanhola. Nela, tentaremos

⁹ Segundo Amanada Medeiros e Juciano Lacerda: “No pós-guerra, houve a ascensão dos Estados Unidos como principal potência capitalista e os círculos de informações globais se redesenharam com a hegemonia das agências norte-americanas. No cenário da Guerra Fria, uma nova estrutura dos sistemas internacionais de informação começa a tomar forma; ao longo dos anos as agências ‘passaram de empresas familiares para holdings de capital aberto, com subsidiárias para serviços específicos, compondo-se de uma estrutura complexa e assemelhando-se às corporações de outros setores’, inclusive se expandindo e eliminando a concorrência através de grandes fusões” (MEDEIROS, LACERDA, 2018, s/p).

resenhar o que mais atrai a atenção do povo norte-americano (*LIFE EN ESPAÑOL*, 05.jan.1953, p.32).

Já o editorial de abertura da edição internacional de *O Cruzeiro*, é assinado por Assis Chateaubriand com o título “La America Latina y el principio de la cooperacion” acentuando o latino-americanismo: “Esta edição, de um dos órgãos da cadeia ‘Diários Associados’, *O Cruzeiro*, busca destacar nossa origem comum, nossos interesses comuns e nossas ideias comuns. Ela surge determinada a se tornar um elemento promotor de nossa abordagem” (*O CRUZEIRO* – Edición Internacional, 02.abr.1957, p.3).

O próprio título do editorial de *Life* evidencia que a mensagem é emitida dos Estados Unidos para a América Latina, enquanto, Assis Chateaubriand pretende ser a voz do continente para o continente latino-americano. As diferenças também revelam a maior e menor adesão às regras do mito da “neutralidade”, caras à imprensa, especialmente a norte-americana. Lembramos que, no Brasil, é nos anos 1950 que se estabelece o comprometimento da imprensa com a imparcialidade, com a crescente profissionalização dos jornais e jornalistas, ao seguir determinados padrões e técnicas incorporadas, principalmente, do jornalismo norte-americano (BARBOSA, 2007). Muitos periódicos brasileiros, entretanto, vivenciavam ainda na época uma fase de transição entre o jornalismo moderno e o tradicional.¹⁰ Essas estratégias que criam “efeitos de neutralidade” visam, em última análise ampliar a legitimação dos discursos, agora sob outras formas e outros signos, não eximindo as publicações das pressões externas e internas sofridas.

¹⁰ Para Jacques Wainberg (1977) ao contrário do atual jornalismo do leitor, onde predomina a visão de satisfazer ao consumidor (público-leitor) aquele praticado por Chateaubriand era praticamente uma “caixa de ressonância de sua voz (o editor como ator político).” Para o autor, o jornalismo dos Diários Associados é fruto de uma época em que se praticava o jornalismo de editor, sendo que “nela preponderava a voz do chefe.” Nesse sentido, afirma que “os veículos são extensão de seus interesses, de suas ideias e projetos, ideologias e desejos.” O editor, torna-se, assim, um ator político que utiliza seus “meios” como palanque. (WAINBERG, 1977, p. 14).

Conforme já assinalado, a *Life* era ao mesmo tempo modelo e concorrência, desde o formato da revista aos temas tratados, sendo que algumas vezes *O Cruzeiro* se colocava em posição de confronto direto com a publicação norte-americana, buscando afirmação e reconhecimento de sua posição jornalística na América Latina. Em 1957, primeiro ano de veiculação da revista internacional, uma das matérias em chamada de capa foi sobre as mulheres latino-americanas. Sob o título, *La Joven Moderna da América* (O CRUZEIRO INTERNACIONAL, 01/12/1957, p.16) a reportagem, sem assinatura, descreve, em nove páginas, um perfil da mulher latino-americana que possuiria um “equilíbrio entre as virtudes tradicionais e a liberdade da educação moderna”. Por meio de textos e imagens fotográficas são ressaltadas as diferenças e as qualidades da jovem hispano-americana frente a norte-americana. Essa última, estaria “contaminada pelo “vírus do materialismo”.

Essa longa matéria chama atenção, se considerarmos que em janeiro do mesmo ano a *Life en Español* publicou uma edição especial com o título: *La Mujer em los E.E.UU.: sus triunfos y problemas*, cuja ênfase eram as qualidades das estadunidenses, derivadas dos valores e benefícios do mundo moderno capitalista.

A partir da segunda metade do segundo ano da revista, a concorrência e/ou enfrentamento com a *Life* se tornaram mais explícitos. O próprio Paleólogo enfatiza essa mudança na linha editorial. O autor descreve que inicialmente a editoria tinha certo receio de confrontar a “rival” norte-americana, mas que teriam percebido a necessidade de se diferenciar, pois estava perdendo leitores. Passaram então, sempre na versão de Paleólogo (1960), a evidenciar, em suas páginas, um não alinhamento automático com a potência do norte e, em alguns casos, confrontando diretamente suas versões dos acontecimentos. Essa mudança se expressou simbolicamente na mudança do título da revista,

que deixou de ser *O Cruzeiro – edición internacional* para tornar-se *O Cruzeiro Internacional* a partir da edição de 01 de outubro de 1958.

A denominação Edição Internacional definia a revista, sem dúvida, como uma variante da Edição Nacional, em castelhano, mas a supressão da palavra **Edição**, o uso apenas do vocábulo **Internacional**, indicava o nascimento de uma revista independente, desligada daquela que lhe dera origem, com uma nova filosofia, novos objetivos, novos rumos [...] (PALEÓLOGO, 1960, p.47, grifo no original).

No contexto da agressiva política anticomunista promovida pela imprensa norte americana, a revista *Life en Español* por ocasião da visita do, então, vice premier soviético Anastas Mikoyan aos Estados Unidos, publicou a matéria: *Um Rojo y el capitalismo: supermercados y automóviles gusta em los EE.UU. a Mikoyan*.¹¹ A reportagem é ilustrada com fotografias de Mikoyan fazendo compras, visitando uma indústria automobilística, entre outras do mesmo teor. Apresenta a imagem de um soviético sorridente e encantado com o capitalismo estadunidense. Por sua vez, a edição de *O Cruzeiro Internacional de 01 de agosto de 1959* traz a reportagem: *Por primera vez el texto integro: Mikoyan habla de su visita a EUA*.¹² Na apresentação da matéria, não assinada, o texto fala da importância dessa visita para a América e faz uma crítica ao tratamento dado pela imprensa ao fato. Diante disso, *O Cruzeiro Internacional* decidiu ir diretamente à fonte e solicitar uma entrevista ao próprio Mikoyan sobre sua ida aos EUA. Em resposta, teria recebido as notas taquigrafadas da entrevista que ele concedeu à imprensa soviética no seu retorno, o que a revista estava publicando na íntegra, sem alterações e/ou “interpretações”. A esse respeito Paleólogo (1960, p. 71) afirma que procedendo dessa forma,

¹¹ *Life en Español*, 09.fev.1959. Vol. 13, n.º 2, p. 24.

¹² *O Cruzeiro Internacional*, 01.ago.1959. Rio de Janeiro. Ano III. N.º15, p. 58-61.

O Cruzeiro Internacional adotava uma linha de “democracia superior [...] seu dever não era, portanto, emitir um pronunciamento sobre a questão, mas informar com autenticidade”.

Da mesma forma após publicações de *Life* no início de 1959, com críticas a Fidel Castro e aos acontecimentos em Cuba¹³, o *Cruzeiro Internacional* publica uma série de três longas reportagens com entrevistas “exclusivas” de Che Guevara¹⁴, com autoria de Fernando G. Campoamor, correspondente em Havana. A primeira da série é tema da capa da revista estampada com a fotografia de Che Guevara e a legenda: “CHE revela la verdadera historia de la Revolucion Cubana”. Mais uma vez, na busca de legitimação, a matéria abre com o discurso sobre autenticidade da notícia veiculada pela revista:

Em seu esforço permanente de levar aos leitores a autêntica interpretação dos eventos mais importantes da América e do mundo, O CRUZEIRO Internacional, por meio de seu correspondente em Havana, Fernando G. Campoamor atravessou os muros da Cabanha e obteve, com absoluta exclusividade mundial, de um dos principais líderes da vitoriosa Revolução Cubana, o comandante Ernesto "Che" Guevara, a história viva da campanha libertadora. (O CRUZEIRO INTERNACIONAL, 16 de junho de 1959, p.15)

Podemos citar, ainda, dois momentos de enfrentamento mais direto com a publicação norte americana, que evidenciam a linha de embate e busca de autonomia por parte de *O Cruzeiro Internacional*. Em 2 de março de 1959, a edição latino-americana da revista *Time* publicou um artigo sobre um outro foco de conflito latino-americano, dessa vez na Bolívia. No

¹³ Em especial as edições de: 09.fev.1959 - *Castro y Cuba celebran la caída del tirano* (p.10) e *Herbert L. Matthews, del Times de Nueva York, opina sobre Castro y su victoria* (p.22); 23.fev.1959 - *Los procesos de La Habana: ¿Justicia o espectáculo romano?* (p.11); 06.abr.1959 - *Uma condena que alegra a los reos: Cuba* (p.28).

¹⁴ *O Cruzeiro Internacional*, Rio de Janeiro, 16.jun.1959, ano III, nº12, p. 15-19; Idem, 01.jul.1959, ano III, nº 13. P. 16-21; Idem. 16.jul.1959. ano III. Nº 14, p. 60-64.

artigo sugere-se a divisão da Bolívia entre os países vizinhos e o fim de sua existência como país. A publicação teve grande repercussão negativa em toda imprensa latino-americana, levando o próprio Henry Luce a se justificar posteriormente. Gerou também revoltas dos estudantes nas ruas da Bolívia. O episódio é considerado como responsável pela “desistência” de Clare Booth Luce, esposa do proprietário do Grupo Time Life, ao posto na embaixada brasileira, que assumiria naquele ano.¹⁵ Mais uma vez *O Cruzeiro Internacional* publicou uma matéria-resposta com a entrevista do embaixador da Bolívia, Fernando Diez de Medina: “Bolívia, Centro e Clave de um Continente”, onde ele responde cada um dos argumentos do artigo norte-americano e defende a unidade de seu país (O CRUZEIRO INTERNACIONAL, 01.jun.1959, p. 20-25).

Uma referência mais explícita à revista *Life*, aparece em matéria de capa, de 01 de novembro de 1959 (Figura 2) com título: *Por que los yanquis no pueden comprender a America Latina* (O CRUZEIRO INTERNACIONAL, 01.nov.1959. p.22-27). A reportagem é um confronto direto e nominal a uma publicação de *Life en Español* de 10 de agosto de 1959 (Figura 3): *Por que no podemos comprendernos mejor* (LIFE EN ESPAÑOL.10.ago.1959.p 64-71), com a chamada de capa: *Dos tipos de americanos: um teólogo explica sus diferencias*. Estrategicamente a reportagem publicada na revista brasileira utiliza o mesmo título, formato, diagramação, composição e artes gráficas, estimulando o leitor a relaciona-la com a reportagem da *Life*. Ambas as reportagens iniciam em uma página dupla com uma divisão horizontal, sendo que a parte superior é ocupada com desenhos divididos em dois cenários: à esquerda a representação caricatural dos norte-americanos e a direita dos latino-

¹⁵ Proceedings and debates of the 86th Congress First Session. Vol. 105 - part 5. April 13, 1959 to april, 29, 1959. U.S. Government Printing Office: Washington, 1959, pg. 6993.

americanos, sendo que em *O Cruzeiro*, as imagens estereotipadas dos latino americanos aparecem em um balão que remete a imaginação. No canto inferior esquerdo, junto ao texto, um box apresenta o autor do artigo. A *Life* apresenta o padre Jesuíta Gustavo Weigel, autor do artigo, que viveu 11 anos na América Latina, decano da Universidade Católica do Chile. A revista assinala que o texto representa o ponto de vista pessoal do autor que não necessariamente é o da *Life en Español*. A edição brasileira, no mesmo formato, apresenta o autor Constantino Paleólogo, com uma breve biografia de sua trajetória intelectual e a observação de que o seu ponto de vista é o de *O Cruzeiro Internacional*.

Figura 2. Por que los yanquis no pueden comprender a America Latina



O Cruzeiro Internacional. 01.nov.1959. ano III. Nº21. p. 22.
 Fonte: Acervo Biblioteca Mario de Andrade – São Paulo.

Figura 3. Por que no podemos comprendernos mejor



Life em Español. 10.ago.1959. vol 14.nº3.p 64-65.
 Fonte: Acervo Biblioteca Mário de Andrade

Os desenhos têm um importante papel pedagógico e de atribuição de sentido aos textos, sendo assinados por caricaturistas reconhecidos. Também a apresentação dos caricaturistas, com suas biografias descritas em um *box*, é idêntica em ambas as publicações. As ilustrações da revista americana são feitas por um caricaturista chileno, Jorge Delano, e as da brasileira pelo caricaturista Ziraldo. Não é nosso objetivo, aqui, discutir o conteúdo textual e imagético dessas matérias. Apenas destacamos que, de uma forma geral, o texto do jesuíta opõe a operosidade e produtividade do norte-americano ao ócio e falta de engenho e eficiência dos latino-americanos. Cita ainda características como sensualidade, impulsividade e afetividade como características latino-americanas. Paleólogo, em seu artigo, contrapõe cada um desses pontos e cita as “fraquezas” dos norte-americanos: delinquência juvenil, problema racial com os linchamentos da população negra, corrupção (se refere aos gangsters de Chicago).

Essa matéria é apresentada no editorial da edição, assinado por Constantino Paleólogo, autor do texto e à época secretário de edição, enfatizando o papel a que a revista se atribui: “Em um momento como este, não podemos deixar de nos alegrar com a existência de *O CRUZEIRO* Internacional, que viabiliza a resposta, ampla e firme, a heresias dessa magnitude” (*O CRUZEIRO INTERNACIONAL*, 01.nov.1959. p.5).

A revista *O Cruzeiro Internacional*, especialmente durante o ano de 1959, engendrou um embate constante com a revista *Life en Español*, no intuito de assumir um papel de “porta-voz” da América Latina, buscando independência editorial. Para muitos analistas, a aventura internacional de *O Cruzeiro*, já estava condenada desde o início, pois por ocasião do seu lançamento a revista nacional já estava em processo de decadência, sendo

suplantada pela revista *Manchete*¹⁶ nos anos seguintes. A partir de 1961, a publicação internacional foi minguando com cada vez menos anúncios e conseqüentemente menos reportagens. Ao final limitava-se a reproduzir algumas poucas matérias da revista nacional e a republicar artigos de Assis Chateaubriand.

Entretanto, cabe destacar que, enquanto o caráter combativo de *O Cruzeiro Internacional* se arrefecia, no momento em que a publicação perdia força, a revista em sua edição nacional foi protagonista de um grande embate com a revista *Life Internacional* na língua inglesa. Esse fato é discutido em artigo de Fernando de Tacca (2006). Para fazer frente à publicação de uma série de cinco reportagens da *Life* (junho, 1961) sobre a pobreza latino-americana, sendo uma delas referente às favelas brasileiras, *O Cruzeiro* enviou o repórter Henri Ballot para fazer uma reportagem sobre a pobreza em Nova York, que foi publicada na edição nacional em outubro de 1961, conseguindo, segundo Tacca (2006), mobilizar a opinião pública.¹⁷ Estranhamente, esta matéria não foi publicada na edição internacional, evidenciando a sua perda de prestígio mesmo dentro do grupo editorial.

Mesmo já em decadência a revista nacional tinha uma longa história de êxito que lhe conferia uma posição de prestígio no campo jornalístico que possibilitava maior autonomia com relação aos outros campos e maior capital nas disputas internas ao campo. Esse fator permitiu que mesmo sem apoio político e restrições econômicas, no caso referido acima, o discurso da revista *O Cruzeiro*, na sua edição nacional, obteve significativa eficácia na disputa por visões de mundo naquele contexto histórico e

¹⁶ Revista de A. Bloch, *Manchete*, ingressou no mercado brasileiro em 1952 e passou a disputá-lo com *O Cruzeiro*. Já no final da década, esta publicação superou sua rival, tornando-se a principal revista brasileira de fotorreportagens na década seguinte.

¹⁷ Para mais informações sobre este tema consultar Fernando de TACCA (2006).

espacial. A baixa autonomia da revista internacional, entretanto, não permitia voos tão altos, o que pode explicar a não publicação dessa matéria polêmica, mas de grande repercussão e reconhecimento, dentro e fora do campo jornalístico brasileiro.

Referências

BANDEIRA, Muniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987

_____. *Sobre a Televisão*, seguido de A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, Primeiro. História dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CASADEI, Eliza Bacheга. Las imágenes fotográficas de América Latina en O Cruzeiro Internacional. *Comunicacion Y Medios*, v. 1, n. 29, p. 37-51, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135500>

_____. Eliza Bacheга. O sonho imperialista de Assis Chateaubriand na América Latina: ascensão e fracasso de O Cruzeiro Internacional. São Paulo: *Extraprensa* (USP) – Ano VI – nº10. Junho, 2012.

COSTA, Helouise. Surpresas da objetiva: novos modos de ver nas revistas ilustradas modernas. In.: SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens*. Campinas, Unicamp, 2012, p. 153-173.

ESCOBAR, Jiménez Alejandro. *Neruda en O’Cruzeiro Internacional*. Recuperación, introducción y notas. Santiago: Puerto de Palos, 2004.

FABRIS, Annateresa. Uma sensação estranha que faz pensar. In.: SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens*. Campinas, Unicamp, 2012, p.175-189.

FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

HUNT, Michael. *Ideology and US Foreign Policy*. New Haven: Yale University Press, 1987.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande: análise de Seleções do Reader’s Digest*, Porto Alegre: editora da Universidade São Francisco, 2001.

MEDEIROS, Amanada e LACERDA, Juciano. Agências transnacionais e agências alternativas de informação em rede na América Latina: hegemonia e resistência. *IV Encontro regional sudeste de história da mídia 2018 – ALCAR: Niterói*, 2018.

MEYRER, Marlise Regina. Revista *O Cruzeiro: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957)*. *História Unisinos*, 14(2):196-213, São Leopoldo, Maio/Agosto, 2010

MEYRER, Marlise R. *Representações do Desenvolvimento nas fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2017.

NETTO, Accioly. *Império de Papel: os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NYE, Jr. Joseph S. *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York, Basic Book, 1990.

PALEÓLOGO, Constantino. *O Brasil na América Latina: Uma experiência de jornalismo internacional*. Edições O Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1960.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. Pan-americanismo e anticomunismo: A operação Pan-americana no Brasil e as origens da aliança para o progresso nos Estados Unidos. In.: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH - São Paulo, jul, 2011.

RAMOS, Leonardo e ZAHARAN, Geraldo. Da Hegemonia ao poder brando: implicações de uma mudança conceitual. *Cena Internacional*, ano 8, n 1, jun 2006. p.134-157.

SILVA, Graciela Fabrício da. "*O que fazer com castro*": Time, Life e a Revolução Cubana (1959 -1962). Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012.

SILVA, Eugênio. "O Cruzeiro: por que acabou - depoimento". *Revista de Comunicação*, ano 5, n. 20, Rio de Janeiro: 1989.

TACCA, Fernando de. O Cruzeiro versus Paris Match e LIFE Magazine: um jogo especular. *Líbero* - Ano IX - n^o 17 - São Paulo: Jun 2006.

THOMPSON, John B. Comunicação e contexto social. In: *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VALENTE, Leonardo & SANTORO, Maurício (2007). A diplomacia midiática do governo Hugo Chávez. *Carta Internacional*, 2(1). Belo Horizonte. Recuperado de <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/410>

WAINBERG, Jacques A. *Império das palavras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1977.

Fotografia e fotojornalistas no jornal CooJornal (1975-1976)

Carolina Martins Etcheverry

“There’s one thing photography must contain, the humanity of the moment”.

Robert Frank

Escorre uma lágrima pelo rosto da menina negra de olhos grandes e assustados, que olha para o lado enquanto sua boneca branca e loira encara a câmera do fotógrafo Jaime Klintowitz. A mão ao rosto e a luz lateral adicionam dramaticidade ao retrato, feito com uma Nikon F e um filme Tri-X. Em outra fotografia, vemos um jogo de luz e sombra que imediatamente nos coloca dentro da cena. Jacqueline Joner, com maestria no uso da luz, aponta para a situação de marginalidade do casal ao centro da foto, iluminado pela luz que chega da janela à direita. Com uma Pentax ST-500 e também um filme Tri-X, a fotógrafa consegue capturar as dificuldades do homem e da mulher sentados no chão cru, abraçados em sua solidão e pobreza, na casa sem pintura e com o reboco caído.

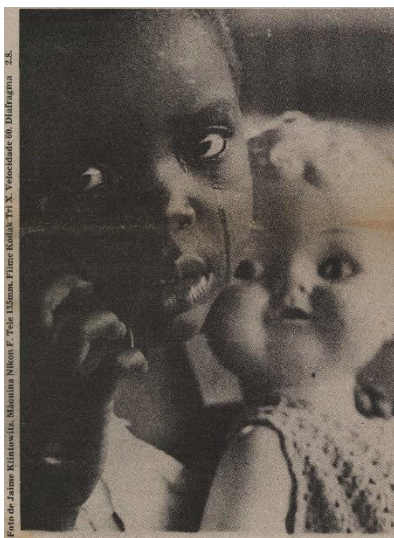


Foto de Jaime Klintonowicz. Mariana Nison F. de Paula. Filme Kodak Tri-X. Velocidade 80. Diâmetro 2,8.

Figura 1 Fotografia Jaime Klintonowicz

Fonte: *cooJournal*, ano I, n. 4.01, 1976



Foto de Jacqueline Joner. Setembro de 1975. 164. Funks 80. Lente: 20mm. Filme Tri-X/ASA1741. 1/125. Diafragma 3,6.

Figura 2 Fotografia Jacqueline Joner

Fonte: *cooJournal*, ano I, n. 2, 1975

O presente capítulo tem por objetivo analisar o papel da fotografia no jornal homônimo publicado pela Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre (CooJournal). O *cooJournal*¹ começou a ser publicado em 1975, seguindo até novembro de 1982, quando de seu encerramento devido à crise financeira por que passava a própria cooperativa, que veio a fechar em 1983.² Foi um jornal nascido dentro do contexto dos jornais alternativos que surgem no país durante a Ditadura, com o objetivo de ter maior liberdade de pauta, uma vez que os veículos de comunicação de massa vinham sendo calados pela censura e pela repressão que foi instaurada nesse período. A imprensa alternativa era, em sua essência, de oposição ao governo, fazendo isso aparecer em suas escolhas editoriais.

¹ O jornal tem o nome escrito com o “coo” em minúscula, *cooJournal*, diferente da cooperativa, *CooJournal*.

² Para o presente estudo foram analisadas 20 edições, de 1975 a 1976, que estão disponibilizadas no site do Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação (NUPECC) da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS. As edições podem ser consultadas aqui: <https://bit.ly/2SnEd7j>. Destas 20 edições, 7 apresentam fotografias com destaque na capa, e é delas que nos ocupamos nesse capítulo.

Em Porto Alegre, vários jornais, periódicos e boletins informativos alternativos foram criados³, que seguiam linhas editoriais distintas, tais como políticas, culturais, anarquistas, humoristas e feministas (ELLWANGER e MELLO, 2011).

De acordo com Bernardo Kucinski (1991), foi a partir da morte de Vladimir Herzog (1975) que os jornais alternativos passaram a uma nova fase, em que havia apoio de sindicatos e a formação de cooperativas, como é o caso do Coojornal, apontado pelo autor como uma das iniciativas mais notáveis. Criada em 1974, a Cooperativa dos Jornalistas do Rio Grande do Sul iniciou com 66 jornalistas associados como uma alternativa de organização cooperativada para os profissionais do jornalismo. De acordo com Rozana Ellwanger (2011), tinha como objetivo ser uma alternativa de organização da categoria profissional, buscando enfrentar o problema do restrito mercado de trabalho e perseguir o sonho do jornal próprio, que foi atingido em 1975⁴. O cooJornal, o jornal da cooperativa homônima, era um jornal feito por jornalistas com pautas que giravam em torno de temas políticos e problemas e inquietações da área, ou seja, tinha como público alvo profissionais da comunicação. Era uma publicação mensal, com tiragem de 35 mil exemplares e distribuição nacional, em formato tablóide, tendo em média entre 12 a 15 páginas, salvo edições especiais.

Para este capítulo procura-se pensar sobre um conjunto de sete fotografias que foram capa do periódico e que foram apresentadas de forma específica: ganharam destaque na capa, tratavam de temas importantes e indicavam nome do fotógrafo e informações técnicas sobre a tomada da imagem (tipo de câmera e filme, por exemplo). Além disso,

³ Podemos citar *Exemplar* (1967) e *Pato Macho* (1971).

⁴ A autora em sua dissertação aborda longamente a relação entre a criação da Coojornal e o jornal *Folha da Manhã*, do grupo Caldas Júnior, que trouxe mais liberdade de pauta para os jornalistas e fotójornalistas. A cooperativa teria surgido a partir de profissionais que tiveram passagem por esse jornal.

pretende-se pensar sobre as modificações pelas quais passava o campo da fotografia nos anos 1970 no Brasil e de que maneira o cooJournal fez parte de tais mudanças.

Para tanto, o capítulo apresenta três objetivos complementares. O primeiro procura situar a Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre (CooJournal) e sua publicação cooJournal em um contexto de modificação e de valorização do papel do fotógrafo e das imagens, principalmente na grande imprensa. Nesse mesmo sentido, o segundo objetivo procura refletir, a partir de reportagens e propagandas publicadas no próprio periódico, sobre o campo fotográfico e, nesse sentido, procura-se dar maior atenção ao papel das mulheres no fotojornalismo. Por fim, parte-se para uma análise das fotografias escolhidas para este capítulo, contextualizando-as em correntes fotográficas e na história da fotografia brasileira.

O fotojornalismo dos anos 1960 aos anos 1980 passava pelo que Jorge Pedro Sousa (2004) chamou de “segunda revolução do fotojornalismo”, caracterizado pelo desaparecimento das grandes revistas, como *Life* e *Look*, que perdem público ao competir com a popularização da televisão e pelo surgimento de agências de fotografias, que terão como clientes, sobretudo, as novas revistas semanais de informação geral, como *Time* e *Newsweek*. No Brasil, esse fenômeno pode ser percebido com o surgimento das revistas *Veja* e *Isto é*, que acabam por substituir a revista *Cruzeiro* e a revista *Manchete*, pelo surgimento das editorias e agências de fotografia.

Há, no Brasil, uma expansão e profissionalização do campo da fotografia, tanto artística quanto fotojornalística (MONTEIRO, 2015). Maria Beatriz Coelho (2012) afirma que

As mudanças na imprensa aprofundaram-se durante os anos de ditadura. Se, de um lado, foram causadas pelo desenvolvimento da indústria cultural, de outro, a entrada no mercado de jornalistas e repórteres fotográficos oriundos de universidades marcou profundamente o quadro geral em que tais mudanças se consolidaram (COELHO, 2012, p.119).

A autora indica, então, a inserção da fotografia nas grades curriculares dos cursos de Jornalismo a partir da reforma universitária de 1968, que então passaram a adotar o modelo norte-americano, que valorizava, de certa forma, os aspectos técnicos da profissão. Essa formação mais profissional teria contribuído, de acordo com Guimarães e Peregrino (2004), para o surgimento de uma consciência política no fotógrafo, agora sabedor de sua posição social, sendo capaz, então, de exigir direitos antes subtraídos.

Outra característica que marca uma inflexão no fotojornalismo nos anos 1970 é a ênfase que revistas como *Veja* e *Isto é* passam a dar ao papel das fotografias nas reportagens. Aos poucos, e com a consolidação das editorias de fotografia, começa uma nova relação entre texto e imagem. De acordo com Maria Beatriz Coelho,

As fotografias tiveram que se adequar ao novo padrão, tanto em relação à composição e ao enquadramento, como ao estilo de linguagem. A dificuldade era acentuada pelo fato de os fotógrafos não terem autonomia, uma vez que a editoria de fotografia era subordinada aos núcleos de texto e de arte. Somente em 1978 é que a editoria passou a ter o mesmo status das outras duas, de arte e texto (COELHO, 2012, p. 122)

Angela Magalhães e Nadja Peregrino (2004) afirmam que alguns fotógrafos começam a reagir às regras do mercado, que não permitia uma participação mais efetiva na produção fotojornalística, uma vez que não havia diálogo entre eles e os redatores para a diagramação das imagens, assim como não havia a questão dos direitos autorais, manifestada na posse do negativo e na indicação do nome do fotógrafo na publicação. A criação das editorias de fotografia e das agências de fotografia modificam substancialmente essa situação.

Charles Monteiro (2015) afirma que o surgimento de uma imprensa alternativa, como vai ser o *cooJournal*, tem como objetivo fornecer uma visão mais crítica frente ao regime militar instaurado no país desde 1964, buscando abordar diversas questões com maior liberdade do que teriam na grande imprensa tradicional, mais sujeita à censura e à autocensura. Ainda segundo o autor,

Surgiram as cooperativas ou coletivos de fotógrafos, que eram tanto espaços de trabalho alternativos à grande imprensa como grupos de organização política e de luta pela valorização dos fotógrafos: *Focontexto* (Porto Alegre, 1979), *F4* (São Paulo, 1979) e *Ágil Fotojornalismo* (Brasília, 1980), entre outras. A criação de agências independentes de fotojornalismo e de coletivos de fotografia permitiu aos fotógrafos maior liberdade na produção de matérias, na cobertura dos acontecimentos políticos mais importantes do período, assim como uma maior valorização de seu trabalho. (MONTEIRO, 2015, s/p, tradução nossa) ⁵

Caio Proença e Charles Monteiro (2016) afirmam que, nos anos 1970, a organização de fotógrafos em agências e cooperativas se dá por contas

⁵ No original: Surgieron las cooperativas o colectivos de fotógrafos, que eran tanto espacios de trabajo alternativos a la gran prensa, como grupos de organización política y de lucha por la valorización de los fotógrafos: *Focontexto* (Porto Alegre, 1979), *F4* (São Paulo, 1979) y *Ágil Fotojornalismo* (Brasília, 1980) entre otras. La creación de agencias independientes de fotoperiodismo y de colectivos de fotografía permitió a los fotógrafos mayor libertad en la producción de notas, en la cobertura de los acontecimientos políticos más importantes del período, así como una mayor valorización de su trabajo.

de restrições de liberdade criativa em grandes empresas de comunicação. Entendendo que o fotojornalismo é resultado da atuação de um conjunto de profissionais que não apenas o fotógrafo (e aí entram os editores da revista, os editores de fotografia, redatores, diagramadores), os autores afirmam que

[...] as agências de fotógrafos eram uma alternativa atraente para vários profissionais com experiências prévias no fotojornalismo, que buscavam uma valorização de seu trabalho, o reconhecimento da autoria das imagens e maior autonomia para criar as suas próprias pautas (MONTEIRO e PROENÇA, 2016, p. 193).

Nas páginas do *cooJournal* esse cenário de transformação do campo fotojornalístico materializa-se de diferentes formas. Ali temos reportagens sobre fotógrafos premiados (como nas fotografias 5 e 6), propagandas de agências de fotografia (Focontexto e Ponto de Vista), reportagens sobre história da fotografia no Rio Grande do Sul (como a que fala sobre Margarethe Schoenwald, filha de Otto Schoenwald, um dos primeiros fotógrafos a atuar em Porto Alegre no século XIX⁶) e mostras fotográficas (figura 4). Chama a atenção o empenho em divulgar atividades voltadas ao campo jornalístico, como o seminário que foi organizado pela Agência Focontexto (do seu associado Assis Hoffman), em parceria com o Instituto Cultural Brasileiro-Alemão (ICBA), onde o seminário teve lugar. Contou com a presença de fotógrafos renomados no cenário nacional, como Cristiano Mascaro e Luis Humberto, para discutir o papel da fotografia na imprensa e seus problemas. Houve, entretanto, pouca adesão, ao que Assis Hoffman atribui o “desinteresse dos profissionais em aumentar seus

⁶ Sobre isso, ver MARGARETHE, 1976.

conhecimentos técnicos e discutir seus problemas” (BOM SEMINÁRIO, 1976, p. 4).

FOTOGRAFIA — Ricardo Chaves, Leonid Streliaev, J. B. Scalco, Carlos Rodrigues, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Gerson Schirmer, Olívio Lamas, Sérgio Arnoud, Luís Abreu, Edgar Planella, Assis Hoffmann, Antonio Carlos Mafalda, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner

Figura 3 Expediente de fotografia

Fonte: coojornal, ano I, n. 1, 1975

Mostra de fotografia

Os fotógrafos de Porto Alegre estão preparando para a segunda quinzena de agosto uma mostra livre de fotografia. Podem participar fotógrafos amadores e profissionais, sem restrição de tema, técnica e apresentação.

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas nas agências: Diafragma (rua José do Patrocínio nº 104), Spectro (rua Sarmento Leite nº 882) e Focontexto (rua Vasco da Gama nº 321).

Figura 4 Nota sobre a organização de uma exposição de fotografia.

Fonte: coojornal, ano I, n. 7, 1976

Fotografias premiadas

Mais de 42 mil fotos, de 45 países, concorreram ao Concurso Nikon/75, promovido pela indústria japonesa de material fotográfico que, desde 68, dá prêmios aos melhores fotos de profissionais.

Este ano, dois gaúchos, Sílvio Costa Pereira, de 32 anos e Pedro Flores Filho, de 24, estavam na lista dos 19 fotógrafos brasileiros premiados.

Sílvio foi o terceiro colocado na categoria cor, com o slide **Imensidão**, uma foto plástica feita em Itapoá, embora seu estilo preferido seja a jornalística, área em que atua desde 68, quando começou a trabalhar no Departamento Fotográfico da Companhia Jornalistica Caidas Junior. Antes fazia fotos apenas como amador. Em 72, saiu da CJCJ e foi trabalhar na sucursal de o **O Globo**, em Porto Alegre, onde ficou até 74, quando entrou para a Bloch Editores. Atualmente ele é fotógrafo da Editora Pini e free-lancer na Editora Abril.

A foto com que Pedrinho obteve o terceiro lugar na categoria preto-e-branco, chama-se **Manhã de Carnaval**. Foi feita no Parque da Redenção no carnaval de 75, no fim da festa. Pedro Flores Filho começou a fotografar com 19 anos na agência Focontexto. Como profissional, começou em 74, na CJCJ, onde está até hoje. Ele gosta de fotos de efeito plástico, embora ultimamente tenha se dedicado mais às reportagens policiais.

Os dois fotógrafos, os primeiros gaúchos a serem premiados neste concurso, ganharam uma máquina Nikkormat e uma lente teleobjetiva.

Figura 5 Nota sobre fotografia premiada de membro da Coojornal

Fonte: coojornal, ano I, n. 4, 1976



O fim do carnaval na foto premiada de Pedro Flores

Figura 6 Fotografia de Pedro Flores

Fonte: coojornal, ano I, n. 4, 1976

A edição 4.2, de maio de 1976, tem uma fotografia de Fernando Bueno na capa, em que um homem com roupas típicas de gaúcho, montado em seu cavalo, recolhe de uma armadilha um jacaré que foi levado para cima de uma árvore (figura 7). Logo abaixo lemos: “os fotógrafos e as fotografias nos nossos jornais”. Nas páginas 8 e 9, a reportagem “Nossos fotógrafos, mal pagos e sem escola” procura, a partir de uma entrevista com 12 fotógrafos⁷, refletir sobre o campo do fotojornalismo no Rio Grande do Sul, seus sucessos e, principalmente, seus problemas. Essa reportagem faz parte de um esforço por parte dos cooperativados de valorização da fotografia, o que já acontecia com a discussão de pautas, o crédito das fotografias e dos fotógrafos (fotografia 3) e a criação de editorias de fotografia⁸.

⁷ São eles: Assis Hoffman, Gerson Schirmer, Ricardo “Kadão” Chaves, Jacqueline Joner, Eneida Serrano, J. B. Scalco, Jaime Klintowicz, Luiz Abreu, Alberto Echart, Maurecy Santos, Sílvio Ferreira e Olívio Lamas.

⁸ A revista *Agricultura e Cooperativismo*, editada pela Coojornal para a Fecotrigo, por exemplo, tinha como editora de fotografia a fotógrafa Jacqueline Joner, e em seu interior há um tratamento diferenciado das imagens. Sobre isso, ver ETCHEVERRY (2019).

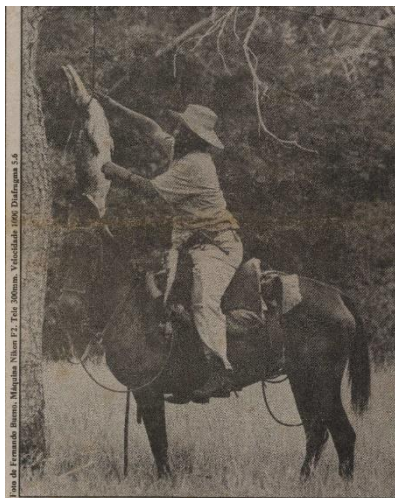


Figura 7 Fotografia de Fernando Bueno
Fonte: *coojornal*, ano I, n. 4, 1976

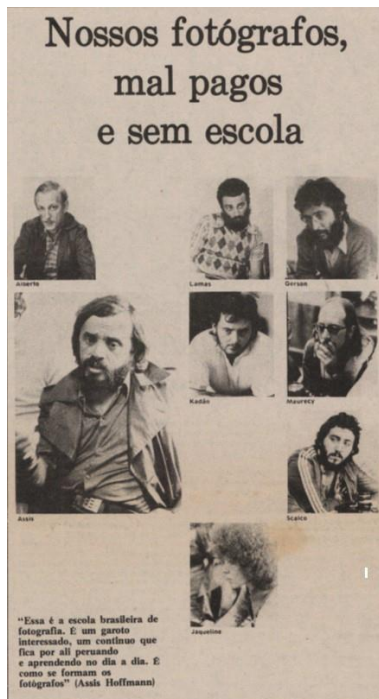


Figura 8 Reportagem
Fonte: *coojornal*, ano I, n. 4, 1976

A reportagem-entrevista parte de um pressuposto para nós interessante: nos últimos anos muitos fotógrafos do Rio Grande do Sul têm se destacado ao trabalhar na grande mídia de São Paulo e do Rio de Janeiro, e ao ganhar prêmios e destaques. Assim, as perguntas feitas aos fotógrafos eram: o que acham de sua profissão, como veem o meio jornalístico em que atuam e que problemas enfrentam no exercício de sua profissão.

Muito se falava sobre o fotógrafo ser autodidata. Segundo Assis Hoffman, “o problema mais sério para o profissional da fotografia é também o mais velho: é o problema da formação” (NOSSOS FOTÓGRAFOS, 1976, p. 8). Em geral os fotógrafos eram homens, que

começavam como *officeboy* ou alguma outra função menor na redação do jornal e iam escalando até chegar a fotojornalista. Hoffman segue:

O fotógrafo no Rio Grande do Sul (e no Brasil todo) se forma na marra, é um autodidata. Ele não tem uma escola para aprender, não tem quem o oriente, não encontra apoio nas empresas jornalísticas que não querem investir porque não tem interesse em bons profissionais, enfim ele acaba fotógrafo de teimoso. Se ele vai ser bom ou ruim, depende menos do talento do que do esforço pessoal (NOSSOS FOTÓGRAFOS, 1976, p. 8).

Por ser o ambiente de uma redação, ainda hoje mas muito mais nos anos 1970, muito machista, era bastante difícil para as mulheres conseguir se manter no trabalho. É o que pontua Jacqueline Joner na reportagem: “A Zero Hora se diz aberta à entrada de mulheres. E trabalhei lá três meses, mas não tive condições de ficar devido a uma série de pressões, dos preconceitos dos próprios colegas” (NOSSOS FOTÓGRAFOS, 1976, p. 9)

Em pesquisa anterior⁹, procuramos pensar sobre o papel das fotojornalistas mulheres Eneida Serrano (1952) e Jacqueline Joner (1953), que fizeram parte da cooperativa até 1979, quando de lá saíram para fundar a Agência Ponto de Vista. Ali foi possível perceber questões importantes relativas à formação (elas eram as únicas com formação universitária) e de gênero (como mulheres tinham dificuldades em conseguir boas pautas e sofriam preconceitos). Jacqueline Joner e Eneida Serrano são profissionais que tinham um diferencial em relação aos colegas fotógrafos da época, uma vez que tinham formação superior em Jornalismo. As duas fotógrafas fizeram estágio no jornal *Zero Hora*, ainda hoje um dos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Sul, em 1974, e foram demitidas mais ou menos na mesma época. O “diferencial”

⁹ Ver ETCHEVERRY, 2019.

universitário, segundo depoimento de ambas, não facilitou a vida nas redações. Segundo depoimento de Jacqueline Joner,

Era de três meses de repórter fotográfica na Zero Hora, eu fazia estágio, a Eneida trabalhava lá como estagiária também, foi onde nós nos conhecemos. E nós duas fomos postas para a rua ao mesmo tempo. Porque nós fazíamos parte de um grupo que era considerado revolucionário demais na época, por que nós éramos formados, ou melhor, estudantes de comunicação. Os fotógrafos da geração anterior à nossa vinham de outra escola que existia, que era a escola da época do Assis Hoffman, que trabalhava na Caldas Jr., e do Telmo Cúrcio, da Zero Hora. Estes fotógrafos vinham de uma carreira dentro do jornal, que às vezes começava até como office-boy, passava pelo laboratório e ia acontecendo. Nós íamos para lá com revistas, com livros na mão. A gente tinha um outro grau de informação. (SEIDL, 2016, p. 157)

Em depoimento oral em evento na Faculdade de Comunicação da PUCRS, Jacqueline Joner reiterou a dificuldade encontrada para conseguir estágio no jornal *Correio do Povo*, tendo ouvido do diretor do jornal que “na redação dele só entrava mulher depois que ele morresse”. Ou seja, o fato de serem mulheres e terem formação universitária, o que conferia a elas um estofo intelectual diferenciado, eram fatores de dificuldade na profissão.

Na reportagem do coojornal o jornalista Luis Claudio Cunha pergunta se o argumento é o de que as mulheres “não aguentam porrada”. Ao que Assis Hoffman, o mesmo mencionado por Joner no excerto acima, afirma o seguinte: “o maior argumento, que não me disseram mas deixaram implícito, é que na fotografia não tem nível para trabalhar mulher, que a promiscuidade vai ser muito violenta, que vai acabar em sujeira” (NOSSOS FOTÓGRAFOS, 1976, p. 9). Confrontado com a informação de que no *Correio do Povo* há uma secretária, respondeu que essa profissional foi conseguida após muita luta e que “não viaja”, ou seja,

não sai para a rua com outros profissionais. Ainda de acordo com o fotógrafo, a redação do jornal quando ele começou a trabalhar era marcada por muitos episódios de preconceito, *bullying* (ele, por óbvio, não usa essa palavra, porém descreve ações compatíveis com o conceito usado hoje) e brincadeiras de mau gosto, que faziam com que muitos profissionais, mesmo homens, não suportassem o ambiente de trabalho.

Para além da dificuldade encontrada pelas mulheres, os homens também relatam a situação subalterna do profissional da fotografia, que trabalhava longas horas e recebia um salário ruim. Trabalhando até 15 horas por dia, o fotógrafo só era considerado jornalista no papel, mas não nos salários, que costumavam ser os mais baixos da redação. Assis Hoffman chega a afirmar que um fotógrafo que trabalha longas horas e não recebe de acordo não tem condições nem interesse em se aperfeiçoar no ofício, o que talvez explique a baixa adesão de participantes no seminário promovido pela Focontexto, de que falamos acima.



Em quatro eleições, ele foi de São Borja à Presidência e só voltou morto

Figura 9 Fotografia de Jacqueline Joner na morte de Jango

Fonte: *coojornal*, ano I, n. 11, 1976



Figura 10 Fotografia de Sílvio Ferreira

Fonte: *coojornal*, ano I, n. 6, 1976

As primeiras edições do *cooJournal* procuravam valorizar as fotografias e os fotógrafos, colocando as imagens em tamanho grande, com as informações¹⁰ na lateral, como podemos ver na figura 10. Esse modelo de diagramação se mantém inalterado até a edição 7, de 1976, quando desenhos e outros tipos de fotografias (como pequenos retratos) começam a ser incluídos. A fotografia 9, de autoria de Jacqueline Joner, que mostra a comoção do enterro de Jango, em dezembro de 1976, já apresenta uma diagramação diferente, não trazendo informações técnicas e tampouco se trata de fotografia de cunho humanista, sendo, de fato, um registro de um evento. As fotografias aqui analisadas são as que valorizam aspectos técnicos e formais e que ganham destaque nas capas¹¹.

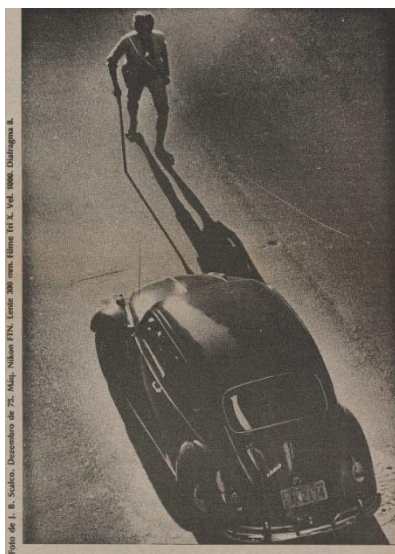
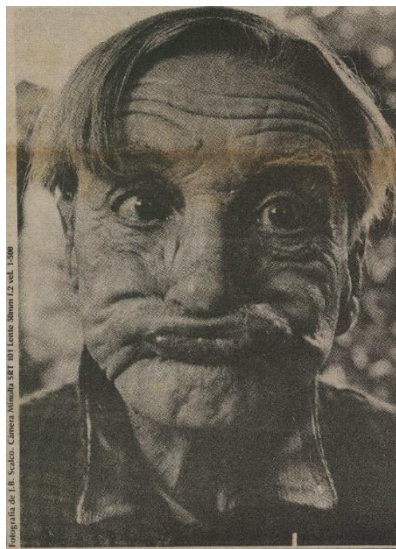


Foto de J. B. Scalco. Dezembro de 75. Macé, Nikon F1N, Lente 300 mm. Filme Tri-X, vel. 1000. Diafragma 8.

Figura 11 Fotografia de J. B. Scalco
Fonte: *cooJournal*, ano I, n. 3, 1976



Fotografia de J. B. Scalco. Câmara Minolta SR7 101. Lente 300mm f2.8 vel. 1500

Figura 12 Fotografia de J. B. Scalco
Fonte: *cooJournal*, ano I, n. 7, 1976

¹⁰ Fotógrafo, tipo de câmera, lente, tipo de filme, velocidade e diafragma.

¹¹ São as figuras 1, 2, 7, 9, 10, 11 e 12.

Analisando o conjunto das sete imagens que aqui nos interessam, de autoria de Jacqueline Joner (figuras 2 e 9), J. B. Scalco (figuras 11 e 12), Jaime Klintowitz (figura 1), Fernando Bueno (figura 7) e Sílvio Ferreira (figura 10), podemos perceber que, além de ganharem destaque na página de capa do jornal, são fotografias em preto e branco que carregam em si uma estética muito documentária, com exceção da fotografia do enterro de Jango e de Sílvio Ferreira, do policial machucado, que são mais situacionais. Para Jorge Pedro Souza (2004) o fotojornalismo procura, em sentido estrito, informar a respeito de algum acontecimento, contextualizando-o, em geral acompanhando alguma matéria em texto. A fotografia documental tem compromisso social e costuma ser um trabalho mais demorado, que permite ao fotógrafo se aprofundar em determinado tema. É o caso do fotolivro *Santa Soja*, cujo enfoque era a vida dos pequeno-agricultores do noroeste do Rio Grande do Sul, por exemplo, feito por alguns fotógrafos da *Coojornal*¹². De acordo Sousa, “com o documentarismo estabelece-se uma das grandes motivações da fotografia no século XX: o desejo de conhecer o outro, de saber como o outro vive, o que pensa, como vê o mundo, com o que se importa. As palavras eram insuficientes” (SOUSA, 2004, p. 55).

À menina com lágrimas nos olhos e ao casal sentado no chão frio, que descrevemos no começo desse capítulo, juntam-se o gaúcho montado no cavalo que recolhe o crocodilo preso em uma armadilha, o homem de bengala e sua sombra que caminham em direção ao Fusca e o senhor que faz careta para o fotógrafo. São fotografias que não caberiam na imprensa diária, pois não descrevem uma situação ligada à alguma notícia vinculada no periódico (salvo as duas exceções já mencionadas). As cinco fotografias

¹² O fotolivro *Santa Soja* foi publicado em 1979 pelos fotógrafos Jacqueline Joner, Eneida Serrano, Luiz Abreu e Genaro Joner. Sobre isso ver MONTEIRO e ETCHEVERRY (2019).

descritas rapidamente acima podem ser inseridas em uma corrente da história da fotografia chamada fotografia humanista. Erika Zerwes (2016) afirma que o conceito de fotografia humanista, nascido no período pós-Segunda Guerra Mundial, não é de fácil definição. De acordo com a autora

Assim, a fotografia humanista – enquanto uma estética voltada para a fotografia documental, em preto e branco, geralmente feita com câmeras 35 mm, e também enquanto uma ética no que se refere às temáticas universais e a certa preocupação dos fotógrafos com a “dignidade humana” como postulada no discurso de De Gaulle – chegou a impactar a história da fotografia nas regiões mais diversas do globo, inclusive na América Latina, onde teve papel fundamental na construção de uma historiografia da fotografia latino-americana. (ZERWES, 2016, p. 318)

As fotografias que estamos analisando aqui podem ser compreendidas dentro dessa ideia de fotografia humanista que é, de certa forma, também uma fotografia engajada¹³, de compromisso social, interessada no aspecto humano das interações sociais. Segundo Ana Maria Mauad (2008)

[...] a noção de engajamento do olhar do fotógrafo pode ser delimitada pelas posições que os fotógrafos ocupam nos espaços sociais e pela prática propriamente fotográfica que eles vão adquirindo ao longo da sua trajetória. Por prática, no caso, entendemos o saber-fazer que se constitui de um conjunto de conhecimentos, técnicas e procedimentos acumulados pelo fotógrafo no seu aprendizado fotográfico e processados em sua vivência cultural. (MAUAD, 2008, p. 36)

Assim, o registro do gaúcho montado em seu cavalo recolhendo sua caça é também uma forma de refletir sobre a identidade gaúcha, sobre a

¹³ Sobre fotografia engajada, ver MAUAD (2008).

cultura gaúcha do pampa. A menina cuja lágrima no rosto nos toca é o reflexo da desigualdade social que há tantos anos assola o país e também uma forma de colocar em pauta a questão da infância, no caso perdida no meio de tantas possíveis carências. Do mesmo modo é uma foto-denúncia aquela de Jacqueline Joner, em que vemos um casal sentado no chão sem piso de uma casa de construção precária. Outro tipo de fotografia documental são as que temos com as imagens de J. B. Scalco, que longe de ser uma denúncia, são um registro de situações cotidianas, que mostram aquilo que Ana Mauad nos chama a atenção: a posição do fotógrafo na sociedade, sua vivência cultural e sua prática fotográfica. Não são fotografias que denunciam situações precárias com o desejo de intervenção social ou que apresentam situações culturais (como se fossem levantamentos etnográficos ou documentação colonialista), mas são registros cotidianos. Um homem que caminha na rua escura, iluminada pela luz de um poste que projeta uma luz oblíqua em direção a um carro (símbolo da indústria automobilística brasileira) e um homem que faz uma careta para o fotógrafo, em um retrato que lembra aqueles feitos pelos fotógrafos documentaristas da *Farm Security Administration*¹⁴. São fotografias que passam ao largo da grande imprensa diária. Elas não são informativas, operam, ao contrário, em outra lógica, a da documentação e da denúncia.

É importante o papel que a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, a partir da publicação de seu boletim mensal *cooJournal*, teve na

¹⁴ A *Farm Security Administration* é o nome dado a um vasto projeto fotodocumental encabeçado pelo governo norte-americano dentro do *New Deal*, durante a depressão dos anos 1930. Sobre ela, ver SOUSA, 2004.

reorganização do campo da fotografia no Rio Grande do Sul. Além de valorizar os fotógrafos ao publicar suas fotografias com créditos e informações técnicas (principalmente as da capa), há também todo um interesse em refletir sobre outros aspectos do campo da fotografia, como a formação do fotógrafo e seus espaços de trabalho, suas dificuldades (de categoria, de gênero, financeiras), assim como com a divulgação de seminários, exposições, colóquios, publicação de livros e reportagens sobre história da fotografia no Brasil e no Rio Grande do Sul. É um engajamento, como nos fala Ana Maria Mauad (2008), que pensa criticamente a relação do sujeito (no caso, os fotógrafos) com a realidade que o circunda (aspectos sociais, que podemos ver nas fotografias, mas também aspectos do fazer fotográfico). Há uma preocupação com o papel do fotojornalista nas redações (o que tem a ver com o processo de valorização do profissional) e com o fazer fotojornalístico (e jornalístico também), por se tratar de um jornal de imprensa alternativa, que não tinha as amarras dos donos dos grandes conglomerados jornalísticos. Por isso é possível publicar as fotografias que escolhemos para esse capítulo, que são fotografias documentais de cunho humanista, muitas delas em tom de denúncia.

Referências

BOM SEMINÁRIO, pouco interesse. *cooJournal*, Porto Alegre, edição 7, julho de 1976.

COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX*. São Paulo: EDUSP, 2012

ELLWANGER, Rozana. *A experiência da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre (Coojournal) como alternativa de organização de categoria profissional*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011.

ELLWANGER, Rozana; MELLO, Veridiana Pivetta de. Coojournal: o alternativo dos pampas. *Anais do VIII Encontro Estadual de História da Mídia*, Unicentro, Guarapuava – PR, 2011.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. O fotojornalismo gaúcho dos anos 1970: Jacqueline Joner e Eneida Serrano. *História: Debates e Tendências*, v. 19, nº 1, p. 19-30, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991.

PEREGRINO, Nadja, MAGALHÃES, Angela. *Fotografia no Brasil: um olhar das origens ao contemporâneo*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

MARGARETHE, a ex fotógrafa. *cooJournal*, Porto Alegre, edição 7, julho 1976. Disponível em: <<https://bit.ly/2SnEd7j>>

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. *ArtCultura*, v. 10, nº 16, p. 33-50, 2008.

MONTEIRO, Charles. El campo de la fotografía y las imágenes del Brasil en los años 1970-80: entre el fotoperiodismo y la fotografía documental. *Arteologie*, nº 7, p. 10-24, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/artelogie/1086>. Acesso em: 8/12/2017.

MONTEIRO, Charles; PROENÇA, Caio. O fotojornalismo em revista: o trabalho do fotógrafo e do editor de fotografia em *Veja* (1977). *Maracanã*, nº 14, p. 19-209, 2016.

MONTEIRO, Charles; ETCHEVERRY, Carolina. Agências de fotografia e a fotografia documental no Rio Grande do Sul: um estudo de caso sobre o foto-livro *Santa Soja* (1979). *História Unisinos*, v. 23, nº 3, p. 451-463, 2019.

NOSSO FOTÓGRAFOS – mal pagos e sem escola. *cooJournal*, Porto Alegre, edição 4.02, maio 1976. Disponível em: <<https://bit.ly/2SnEd7j>>

SEIDL, Eduardo. *Santa Soja: narrativa documental em fotolivro*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Ciências da Comunicação, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, 193p, 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

ZERWES, Erika. A fotografia humanista e a construção de uma historiografia sobre a fotografia latino-americana. *História: debates e tendências*, v. 16, nº 2, p. 214-327, 2016.

Referências documentais:

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 2, 1º a 15 de dezembro de 1975.

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 3, fevereiro de 1976.

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 4, março/abril de 1976.

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 4, maio de 1976.

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 6, junho de 1976.

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 7, julho de 1976.

cooJornal – Boletim da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre. Porto Alegre, ano I, nº 11, dezembro de 1976.

Às urnas, cidadãs: A eleição de 1945 e a participação feminina na ótica do *Correio da Manhã* (RJ)

Mônica Karawejczyk ¹

No segundo dia do mês de dezembro de 1945 o Brasil foi às urnas escolher o novo presidente da nação, além de deputados federais e senadores que, juntos, elaborariam uma nova Constituição. Há dez anos não ocorriam eleições em território nacional, pois a última aconteceu em outubro de 1935². O regime imposto por Getúlio Vargas, em 1937, os havia banido bem como desmantelado a Justiça Eleitoral, implantada em 1932. Com a deposição de Getúlio Vargas, José Linhares, ministro do Supremo Tribunal havia assumido a cadeira presidencial em final de outubro de 1945, sendo o responsável por gerir as primeiras eleições após o fim do Estado Novo.

Algumas peculiaridades desse momento são apontadas pela historiografia, tal como informa Thomas Skidmore: “a maneira como Vargas partiu [do poder] foi da maior importância. [...] o ditador foi deposto do cargo não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do comando do Exército. [...] Foi um ato de liderança dos generais” (SKIDMORE, 2010, p.87). Por sua vez Jorge Ferreira destaca um paradoxo vivenciado naquele momento, o movimento que foi levado à frente por trabalhadores pela permanência do ditador no poder, o *queremismo*.

¹ Este texto é um dos resultados das pesquisas feitas no pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em História da PUC-RS com financiamento da CAPES.

² As eleições municipais de 1935 foram convocadas para preencher os cargos de prefeitos e vereadores nos estados. Excepcionalmente em 1945 não houve eleição para Vice-Presidente da República, devido à extinção temporária deste cargo.

Segundo a análise de Ferreira havia o temor, entre os trabalhadores, que com a saída de Vargas do poder, acabasse ocorrendo um retrocesso na legislação trabalhista, assim: “cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador, vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder” (FERREIRA, 2005, p.26).

Outra peculiaridade de 1945 foi a participação do Partido Comunista no pleito, devido ao fato de o partido estar na legalidade desde a anistia geral ocorrida em abril daquele ano (PRESTES, 2006, p.174). Bom destacar também que apesar de o

sistema partidário e as práticas eleitorais do pós-45 mante[re]m vínculos com a dinâmica do Estado Novo e da Primeira República, também demarca[ra]m transformações muito importantes [...] pode-se dizer que, nesse período, o Brasil estava construindo uma experiência de democracia representativa (GOMES; FERREIRA, 2018, p.254).

Os eleitos em 2 de dezembro também seriam os responsáveis pela elaboração da nova Constituição do país, tal como informava a Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945, que, entre outras coisas, restabeleceu a designação de Senado Federal — que a Carta de 1937 havia redesignado para o nome de Conselho Federal — bem como instituiu que, após ser promulgada na Constituição, a Câmara e o Senado passariam a funcionar como órgãos do Poder Legislativo.

Assim percebe-se a importância das eleições de 1945 e o porquê, como destaca a historiografia, terem despertado um grande interesse na população, mas apesar de tal significância há poucos estudos que levam em conta, nas suas análises, a participação feminina em tal pleito. Nesse sentido, esse capítulo procura elucidar as eleições ocorridas no Distrito

Federal e a cobertura que o jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro) deu ao fato.

Nas últimas décadas o uso da imprensa como fonte vem se disseminando cada vez mais entre os historiadores, demonstrando grande riqueza de temas e abordagens.³ Ainda mais se levarmos em conta que os jornais podem e devem ser considerados como veículos de opinião e disseminação de ideias. Concordo com Maria Helena Capelato e a Maria Lígia Prado quando as autoras salientam que:

a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, PRADO, 1980, p. XIX).

Nesse mesmo viés interpretativo Bethânia Mariani indica que “cada jornal vai construindo uma visão de mundo específica e diferente” de modo que “o discurso jornalístico produz leituras do mundo” (MARIANI, 1999, p.103). Assim a escolha por trabalhar com o jornal *Correio da Manhã* foi feita no sentido de se captar o que esse jornal veiculou sobre a participação feminina no pleito de 1945.

O Correio da Manhã

A motivação por utilizar o *Correio da Manhã* como fonte principal nessa pesquisa foi pelo fato dele ser considerado um dos mais importantes jornais publicados no Brasil no século XX.⁴ Márcio Moreira Alves (2002,

³ Entre os trabalhos que procuram destacar uma metodologia para o estudo da imprensa cito, como exemplo: Renée Zicman (1985); Maria Helena Capelato (1988); Cláudio Elmir (1995); Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007); Tania Regina de Luca (2008); Mônica Karawejczyk (2010) e Luis Carlos Martins (2018).

⁴ As edições do jornal foram consultadas de forma on-line no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. A grafia da época foi atualizada em todas as citações.

p.48) chega a denominar o jornal como “o mais influente do Brasil” enquanto Marialva Barbosa o nomeia como “o maior jornal do Rio de Janeiro” e “o periódico de maior prestígio político” (BARBOSA, 2007, p.84 e 88). O jornal também era conhecido como “um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um ‘jornal de opinião’”, tal como aponta o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC- FGV.⁵

A “vida pública” do jornal começou com o novo século, em junho de 1901, quando foi fundado pelo advogado gaúcho Edmundo Bittencourt na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. Desde o começo o jornal se caracterizou por “seu caráter independente e liberal” e com o passar do tempo passou a se identificar com a classe média do Rio de Janeiro⁶. Daiana Maciel Areas destaca que o fundador “imprimiria uma marca forte ao novo jornal, que seria a da ‘busca da verdade’. O próprio editorial de lançamento do periódico enfatizava seu duplo papel de ‘Compromisso com a Verdade/Um jornal de opinião’” (AREAS, 2012, p.6).

O periódico quase sempre se colocou como opositor do governo e favorável a causas que considerava patrióticas, o que fez que fosse perseguido pelos que se consideravam injuriados pelo jornal, tal como ocorreu em 1924 quando foi fechado, pelo então presidente Artur Bernardes, e reaberto em 1925. Em março de 1929 a direção e a propriedade do jornal mudaram de mãos, passando para o filho de Edmundo, Paulo, que permaneceu no cargo até a sua morte em 1963. Segundo informa João Arthur Ciciliato Franzolin (2008, p.1) o jornal

⁵ Verbetes escritos por Carlos Eduardo Leal. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/correio-da-manha>. Acesso em 29/04/2020.

⁶ Informações obtidas no site da Fundação Biblioteca Nacional disponível em: <https://bdigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>

apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, “mas logo entrou em rota de colisão com o Governo Provisório” e a tensão não se arrefeceu durante o Estado Novo, pelo contrário, pois tal como informa Carlos Eduardo Leal, logo após o golpe de 1937,

iniciou-se o regime da censura rigorosa, com um censor instalado no jornal lendo todas as matérias. Nesse período, desenvolveu-se o chamado ‘estilo de censura’, que resultou em artigos com uma mensagem política tão sutil que muitas vezes seu conteúdo não era apreendido nem pelo censor, nem pela maioria dos leitores (LEAL, s.d., s.p).

Outro fator destacado pela bibliografia é o fato de o matutino ter sido o responsável por publicar, em fevereiro de 1945, uma entrevista concedida por José Américo de Almeida (um dos candidatos ao pleito presidencial de 1938) ao jornalista Carlos Lacerda que teria ajudado a selar o fim de Getúlio Vargas no poder, no qual Almeida criticou o regime ditatorial e apontou o fracasso da obra administrativa do governo. Anita Prestes (2006) e Marialva Barbosa (2007) destacam nos seus respectivos estudos a repercussão dessa entrevista que teria servido de estopim para o fim da censura imposta a toda a imprensa no Brasil e que teria contribuído com a queda de Vargas. Sobre tal questão destaco que as empresas jornalísticas mantiveram uma posição conflituosa com Vargas durante boa parte do período em que ele permaneceu no poder, muito por conta da criação e atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1938, para controlar o que era publicado na mídia.⁷ Neste sentido o *Correio da Manhã*, de forma bem particular, marcou posição

⁷ Durante boa parte do período em que durou o Estado Novo o governo de Vargas contou com um departamento especialmente criado para acompanhar todas as manifestações artísticas e noticiosas que ocorriam no país, dar propaganda para os atos do governo e de Vargas bem como censurar a imprensa, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em maio de 1945 o DIP foi extinto.

como opositor ao regime de Vargas durante a vigência do Estado Novo e, logo após a queda do ditador:

Uma vez marcadas as eleições para dezembro de 1945, o *Correio da Manhã* optou pelo apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). [...] Paulo Bittencourt teria figurado entre os primeiros integrantes desse partido, embora logo em seguida tivesse entrado em desacordo com seus correligionários, achando que estariam traindo o programa inicial. Sabe-se também que o diretor do *Correio* havia sido amigo de infância de Eduardo Gomes, e que manteve com ele um estreito relacionamento ao longo de toda a sua vida. (LEAL, s.d, s.p.).

Assim percebe-se que o jornal não era “imparcial e meramente informativo”, mas sim que defendia um lado nessa nova disputa política. Tal como aponta Franzolin: “existe uma tentativa de influenciar os rumos e o destino da nação, através das ideias defendidas pelo grupo (ou família) que coordena o jornal” (FRANZOLIN, 2008, p.8). E esta vertente é que torna cada vez mais interessante os estudos que têm se dedicado a utilizar os periódicos como fontes.

Para analisar a *forma* que o jornal publicou as matérias sobre as eleições foram levados em conta alguns parâmetros, entre eles, sempre bom lembrar que “o jornal é, antes de tudo, alguma coisa que se vê” (SILVA, 1985, p.28), ou seja, é importante salientar que as matérias não são dispostas ao acaso nas páginas de um periódico, há uma intenção subjacente de valorar alguns temas em detrimento de outros quando da diagramação das suas páginas. Assim levei em consideração o que destaca Gaye Tuchman de que um jornal se divide em seções e páginas, sendo que

as primeiras páginas contêm notícias de informação geral ‘estritamente objectivas’. As notícias especializadas, como o desport, as notícias de finanças,

as destinadas as mulheres, aparecem em páginas claramente definidas, englobadas em seções distintas. Os artigos de informação geral que não são ‘objectivos’ são colocados ou na página editorial ou na *Op Ed* (a página oposta à página editorial) (TUCHMAN, 1993, p. 84).

Outro ponto levado em questão é que

cada jornal tem seu próprio código de valorização. **De um modo geral a inserção de uma informação na primeira página confere-lhe uma importância nitidamente superior à resultante de sua inserção na página do meio.** O alto da página vale mais do que o rodapé, o lado esquerdo mais do que o direito (KIENZT, 1973, p.99, grifos nossos).

Assim, levando-se em conta o processo de produção visual do jornal uma grande importância é dada pelos periódicos para o que é publicado nas páginas editoriais, na capa e, também, na contracapa das edições, áreas consideradas como nobres dos jornais. Como será destacado a seguir o matutino *Correio da Manhã* deu destaque para as eleições de 1945 ao publicá-las nessas páginas, bem como em comentar tais fatos na página editorial. Acredito, assim, ser válido afirmar que o *Correio* concedeu uma posição de destaque às eleições sendo que o enfoque desse capítulo é descobrir se tal valorização também se deu à participação das brasileiras no pleito.

O Decreto e a volta da Justiça Eleitoral

A primeira eleição após a implantação do Estado Novo também foi a primeira a que as brasileiras puderam participar para escolher o presidente da nação.⁸ José Murilo de Carvalho destaca a importância dessa eleição ao enfatizar que

⁸ A eleição federal foi convocada para a escolha do novo presidente da nação além de preencher os 42 cargos em aberto para senadores (dois por Estado e pelo Distrito Federal) e 286 para deputados federais. Os senadores foram eleitos pelo voto majoritário e os deputados, pelo voto direto, secreto e proporcional à população de cada estado.

após 1945, o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa [...]. O voto foi estendido a todos os cidadãos, homens e mulheres, com mais de 18 anos de idade. Era obrigatório, secreto e direto. Permanecia, no entanto, a proibição do voto do analfabeto. (CARVALHO, 2013, p. 145).

Todo o processo que envolveu a eleição de dezembro 1945, desde a inscrição dos eleitores, a organização dos partidos políticos até a apuração dos votos, foi mediado pela Justiça Eleitoral reativada em 28 de maio, pelo Decreto-lei de número 7856. O voto permaneceu secreto e as eleições foram novamente fiscalizadas pela reativada Justiça eleitoral e, um ponto importante, foi “o fato de o governo de José Linhares [...] não ter interferido no processo eleitoral, o que era um fato inédito na política brasileira” (GOMES, FERREIRA, 2018, p. 259).

Para Jairo Nicolau o alistamento para essa nova eleição foi “muito mais eficiente do que o realizado 12 anos antes” (NICOLAU, 2004, p. 43). O autor está se referindo ao alistamento que foi proposto pelo Código Eleitoral de 1932 e aplicado pela primeira vez nas eleições de 1933, a primeira que as brasileiras puderam participar como eleitoras e candidatas. Depois de longos anos de luta do movimento sufragista, e de várias tentativas de parlamentares de promover o voto feminino, o alistamento para as brasileiras foi conquistado no Código Eleitoral de 1932. Segundo o texto aprovado votariam, a partir de então, os brasileiros, *de ambos os sexos*, acima de 21 anos, alfabetizados, com a ressalva de o

Minas e São Paulo elegeram 35 deputados cada um; a Bahia elegeu 24; o Rio Grande do Sul, 22; Pernambuco, 19; Ceará, Rio de Janeiro e Distrito Federal elegeram 17; a Paraíba elegeu dez; Pará, Maranhão, Alagoas, Paraná e Santa Catarina elegeram nove; Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Goiás, sete; Amazonas, Sergipe e Mato Grosso, cinco e o território do Acre elegeu dois. Essa composição fora fixada pelo artigo 134 do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, de acordo com o artigo 48 da Carta de 1937, tal como destaca Osvaldo Trigueiro no verbete *Assembléia nacional constituinte de 1946*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1946>. Acesso em 02/05/2020.

alistamento ser facultativo para as mulheres. A Constituição de 1934 apenas diminuiu para 18 anos a idade do/da alistando/da⁹. A diferença proposta pela nova lei eleitoral de 1945 estava exatamente na obrigatoriedade do alistamento e do voto para as mulheres. Tal como descreve Leticia Canêdo este é um “momento de transformação brutal do sufrágio – tornado obrigatório para os alfabetizados – [além da] implantação dos partidos políticos nacionais de massa, com programas definidos” (CANÊDO, 2014, p.537).¹⁰

O decreto que regulamentou a eleição de 1945 foi proposto ainda sob o governo de Vargas, em 28 de maio de 1945, sob o número 7.856. O *Correio da Manhã* na sua edição de terça feira, dia 29, o publicou com destaque na página dois do periódico ocupando todas as três colunas à direita da página com o título “A Lei eleitoral”.¹¹

A nova lei eleitoral passou a regular o alistamento para as eleições daquele ano sendo que além de reativar a Justiça Eleitoral estipulou a data da eleição para o dia dois de dezembro. O então ministro José Linhares, na época vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ficou encarregado de organizar a Comissão de magistrados e juristas que haviam elaborado o anteprojeto da lei eleitoral, que deu origem a nova lei. ¹² O anteprojeto, segundo informa o jornal, recebeu mais de 950 sugestões de emendas de todas as regiões do país, as principais delas referentes aos partidos políticos (que fossem de âmbito nacional, com programas definidos e com um número mínimo de eleitores para conseguir seu registro) e o

⁹ O movimento sufragista e a luta pelo voto feminino bem como as eleições de 1933, no Distrito Federal, já foram temas de pesquisas anteriores para tanto consultar Mônica Karawejczyk (2019a e 2020).

¹⁰ A importância da criação dos partidos de massa nesse período já foi tema de vários estudos motivo pelo qual não será aqui abordada.

¹¹ A página do jornal, no formato standard, era dividida em 9 colunas de igual formato com letras pequenas e poucos títulos em destaque.

¹² A comissão foi assim constituída: José Linhares, presidente; os desembargadores Vicente Piragibe e Lafayette de Andrade; dr. Miranda Valverde, representante da Ordem dos Advogados e o professor Hahnemann Guimarães.

alistamento (emendas visando facilitar o alistamento *ex-officio*¹³ e as provas de identidade). Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, foi o responsável por apresentar o projeto à Vargas sendo que a nova lei eleitoral acabou recebendo seu nome¹⁴.

Tanto o alistamento quanto o voto foram considerados obrigatórios para os brasileiros e as brasileiras, salvo para os inválidos, os maiores de 65 anos, os brasileiros a serviço do país no estrangeiro, os oficiais das forças armadas em serviço ativo, os funcionários públicos em gozo de licença ou férias foras de seu domicílio, os magistrados e as mulheres que não exercessem profissão lucrativa. O jornal publicou as novidades proposta pela nova lei sendo a primeira, referente aos eleitores, assim descritos: “podem votar: todos os brasileiros de um e outro sexo, maiores de 18 anos. Há uma exceção importante. É quanto às mulheres. Estas, desde que exerçam profissão lucrativa terão obrigatoriamente de alistarse, como os homens, eleitores” (*Correio da Manhã*, 29.maio.1945, p.2).

Assim, no tocante às brasileiras, somente as mulheres com uma profissão comprovada estariam obrigadas a se alistarem. Esse adendo pode ser mais bem compreendido levando-se em conta dois fatores: o primeiro de se estar em plena vigência o Código Civil de 1916, que considerava a mulher casada como incapaz perante a Justiça e dependente do marido a quem deveria obediência.¹⁵ O segundo fator a ser considerado era que a independência econômica como um dos parâmetros para se estender o alistamento para as mulheres já havia sido considerado desde a implantação da República no Brasil bem como também estava presente no texto do anteprojeto de reforma eleitoral apresentado em 1931, na

¹³ Alistamento *ex-officio* ou compulsório refere-se ao alistamento obrigatório e automático de alguns setores, tais como os funcionários públicos. Os chefes de repartição federais, estaduais e municipais tinham a obrigação de enviar aos cartórios eleitorais a relação dos seus funcionários afins de inscrição eleitoral.

¹⁴ Agamenon Magalhães havia assumido o posto em março de 1945 após deixar o governo de Pernambuco.

¹⁵ Para mais dados sobre as restrições do Código ver Andrea Borelli (2010).

ocasião, os responsáveis pela elaboração da lei eleitoral, Assis Brasil e João Cabral, discordavam da melhor redação a se dar ao alistamento feminino.¹⁶ Cabral insistia em deixar de fora das disputas eleitorais à mulher casada que não trabalhava fora (CABRAL, 2004, p.19) enquanto Assis Brasil conjecturava ser inevitável a admissão do voto feminino - nas mesmas condições para homens e mulheres - devido a essa já ser uma “ideia vencedora na civilização que pretendemos pertencer” (ASSIS BRASIL, 1931, p.55). Com as reviravoltas que ocorreram na subcomissão da lei eleitoral no final de 1931 a proposta que saiu vitoriosa para o alistamento feminino foi a de Assis Brasil que determinou a igualdade de condições para homens e mulheres.¹⁷ A volta de tal restrição para as brasileiras parece assinalar que a polêmica permanecia na sociedade do período.

O projeto aprovado pelo governo de Vargas mantinha os dois tipos de alistamento que vigoravam no Código de 1932, o alistamento *ex-officio* e o por iniciativa do cidadão, mas acabava com a possibilidade da candidatura avulsa, pois somente seria permitido, a partir de então, candidaturas vinculadas a partidos políticos. Foi estipulado um prazo de 90 dias para ser iniciado o alistamento em todo o território nacional sendo que o mesmo se encerraria em um prazo de 60 dias antes das eleições, com a ressalva que eleitor que tivesse se alistado até 40 dias antes das eleições ainda poderia participar do pleito.

No dia 29 na página quatro, em que eram publicados os artigos de opinião e o editorial, o fato mais comentado pelos articulistas do *Correio*

¹⁶ A subcomissão responsável por elaborar a nova lei eleitoral sob o governo provisório de Vargas publicou em 11 de setembro de 1931 a primeira parte do anteprojeto referente ao alistamento para receber emendas e sugestões. Após deliberações e a troca do ministro da Justiça de Oswaldo Aranha para Maurício Cardoso, em dezembro, foi instituída uma nova comissão para dar os últimos retoques na lei, sendo retiradas todas as restrições ao voto feminino proposto no anteprojeto. Já sobre o Código Civil, o de 1916 é o primeiro a surgir no Brasil e foi elaborado por Clóvis Bevilacqua, em 1969 ele foi totalmente reformulado, sendo lançada a segunda edição, sendo o mais recente estabelecido em 2002.

¹⁷ Para mais informações sobre as discussões em torno da elaboração do Código Eleitoral consultar Mônica Karawejczyk (2019).

foi a questão dos partidos políticos e do fim das candidaturas avulsas, nem uma palavra foi escrita sobre as restrições ao alistamento feminino.

“Este é o domingo” - a eleição na ótica do jornal

O primeiro domingo do mês de dezembro de 1945 foi diferente dos outros domingos desde a implantação do Estado Novo pois os brasileiros – e as brasileiras – compareceram às urnas depois de mais de uma década. Sobre esse pleito José Murilo Carvalho destaca:

a participação do povo na política cresceu significativamente, tanto pelo lado das eleições como da ação política organizada em partidos, sindicatos, ligas camponesas e outras associações. O aumento da participação eleitoral pode ser demonstrado pelos números que seguem. Em 1930, os votantes não passavam de 5,6% da população. Na eleição presidencial de 1945, chegaram a 13,4 %, ultrapassando, pela primeira vez, os dados de 1872 (CARVALHO, 2013, p.146).

Os três maiores partidos políticos em disputa pelas vagas de deputados federais e senadores eram: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista (PTB). Os candidatos ao posto de presidente do Brasil foram: o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), Eurico Gaspar Dutra (PSD), Yedo Fiuza (PCB) e Mario Rolim Telles (Partido Agrário Nacional). Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira apontam que essa eleição foi atípica, pois:

seus preparativos começaram durante o Estado Novo e elas se realizaram quando o chefe do Executivo federal era o presidente do Supremo Tribunal Federal. Também foram antecedidas pela anistia aos presos políticos [...]; pelo fim da censura aos meios de comunicação; e pela nova organização partidária [...]. Com a campanha eleitoral, a sociedade brasileira viveu intensamente o processo eleitoral (GOMES, FERREIRA, 2018, p.266-267)

O Distrito Federal contava com uma população total de dois milhões e quarenta e três mil habitantes em 1945, sendo que 549.353 estavam aptos para votar e, destes, 496.771 efetivaram o alistamento (SANTOS, 2002, p.19). O eleitorado total no país foi de 7.418.930 tendo sido oferecidas 286 vagas para a Câmara dos Deputados e 42 para o Senado (SANTOS, 2002, p.50).

No domingo, dia da eleição, o matutino já deixou claro a quem apoiava na campanha presidencial ao estampar a foto do “Brigadeiro” de corpo inteiro, ocupando duas colunas da parte central da página, encimada com o título: “Nossa causa é invencível” (*Correio da Manhã*, 2.dez.1945, p.1) enquanto publicava no rodapé da página, emparelhados entre duas colunas, quase aos pés de Eduardo Gomes, uma fotografia pequena de cada um dos outros três candidatos com a legenda “O Brigadeiro...e os outros menos votados”.

Uma matéria destacada em um quadro foi publicada na parte inferior esquerda da capa, sob o título de “Este é o domingo” na qual aparecem palavras como: “grande domingo”, “dia esperado há tanto”, “o dia da libertação”, “o Domingo da Ressureição”, “o dia da esperança”, “o início de uma nova era” e frases contundentes como: “depois do tempo da humilhação”, “depois da [sic] tempo do silêncio”, “depois do tempo em que se não podia falar sem castigo”, “em que não se podia dizer nada sem perder o próprio direito ao trabalho” o jornal deixa bem claro que as eleições foram muito esperadas e que estava mais do que na hora delas retornarem ao país. Ao escrever que “está surgindo um Brasil, que um homem, Eduardo Gomes, encarna nesta hora: um novo Brasil diferente que um homem diferente anuncia” o *Correio* deixa ainda mais explícito a quem está apoiando nas eleições presidenciais. A matéria termina com as palavras “Este é o Domingo, o primeiro dia do Brasil livre, o grande Domingo do Brasil”.

E se alguma dúvida ficou ao leitor do periódico o editorial, publicado na página quatro da edição, escancara toda sua preferência por Eduardo Gomes em palavras bem claras, bem como no artigo de opinião assinado por Costa Rego, redator-chefe do jornal, publicado na mesma página.

A participação feminina no pleito

A eleição do dia dois foi saudada como tendo acontecido em um “ambiente de ordem e entusiasmo” pelo jornal. Nada menos que onze partidos políticos apresentaram 183 candidatos para disputar as 17 vagas de deputado à Câmara Federal no Distrito Federal (*Correio da Manhã*, 2.dez.1945, p.28) e as 2 vagas para o Senado. O número médio de candidatos por vaga, no DF, foi de 10,6, número bem maior do que a média de candidatos no país que ficou em 5,86 por vaga (SANTOS, 2002, p.89 e 127).

Ana Alice Alcantara Costa (1998, p.97) informa que dezoito mulheres se candidataram em todo o país para concorrerem nessa eleição histórica. Só no Distrito Federal cinco mulheres se apresentaram para participar como candidatas a deputadas no pleito sendo elas: Maria Eugenia Celso, pelo Partido Republicano; Hilda Leite, pelo Partido Trabalhista; Alvina Rego e Eugenia Alvaro Moreira, pelo Partido Comunista do Brasil e Estelita Lins pelo Partido Democrata Cristão (*Correio da Manhã*, 2.dez.1945, p.28). Nenhuma foi eleita¹⁸.

¹⁸ Maria Eugenia Celso foi a única candidata de quem, até o momento de encerrar a escrita desse texto, conseguiu-se alguma informação. Nascida em Minas Gerais na cidade de São João del Rei, no dia 19 de abril de 1886, era neta do visconde de Ouro Preto. Ela era escritora e jornalista, sendo que na década de 1920, já morando no Rio de Janeiro, mantinha uma coluna diária no *Jornal do Brasil*. Também fez trabalhos para emissoras de rádio tais como: Nacional, Sociedade e Jornal do Brasil. Participou de forma assídua do campo do assistencialismo e foi uma das responsáveis pela fundação da maternidade Pró-Matre, na cidade do Rio de Janeiro. Na virada da década de 1930 ocupou a vice-presidência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) associação feminina muito ativa no período entre as décadas de 1920 e 1930 no Brasil (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p.389-390). O próprio periódico *Correio da Manhã* apresentou uma matéria, assinada por Leontina Licínio Cardoso, associada da FBP, expondo a “nossa candidata” ocupando duas colunas da página dois do dia 28 de novembro de 1945, com as seguintes palavras: “Estamos de parabéns. Temos a nossa candidata à deputação federal como cabeça de chapa do Partido Republicano. [...] à causa feminista, à emancipação civil e política da mulher brasileira, deu as fulgurações de seu espírito. [...] Maria Eugenia apareceu integrada no Partido Republicano que incluiu em seu programa os dez princípios pleiteados

O “elemento feminino” aparece com certa ênfase na edição de terça-feira, dia 4 de dezembro, a primeira após a realização das eleições. O voto feminino é estampado já na capa da edição, em uma entrevista concedida ao jornal por Agamenon Magalhães, ex-ministro da Justiça, que coordenou a feitura da lei eleitoral em vigor. Ele foi abordado enquanto esperava sua vez de votar, na terceira zona eleitoral, no saguão de uma escola à rua das Laranjeiras. Segundo as palavras de Magalhães:

o voto feminino é incontrolável. Vai proporcionar grandes surpresas. Odoteio [sic], na lei, muito de propósito, para uma experiência definitiva sobre a matéria. Você viu na França o que aconteceu. As mulheres, com sua votação, anularam todas as expectativas. Aqui vamos ter surpresas, até porque a concorrência feminina está sendo grande e a gente percebe que sua grande maioria bate na mesma tecla. Enfim, aguardemos o resultado da experiência. [...]. (*Correio da Manhã*, 4.dez.1945, p.1).

Como destacado cinco candidatas concorreram a uma das vagas para deputado no Distrito Federal, contudo o *Correio* pouco destaque deu a essas candidaturas, focando mais nas eleitoras que compareceram ao pleito. Abaixo do título em letras garrafais “O povo escolheu seus mandatários”, tanto a capa quanto a última página do periódico do dia quatro, foram dedicadas a informar e a comentar as eleições.

As primeiras quatro colunas da capa deram destaque a Eduardo Gomes que, como já apontado, era apoiado pelo jornal, ele é o único que

pela Liga Eleitoral Católica. [...] tomou a si a libertação da mulher escravizada pelos preconceitos sociais [...]. Foi intemerata lutadora pelas reivindicações femininas. [...] Ninguém, portanto, com maiores credenciais do que Maria Eugenia Celso para defender no parlamento, com os recursos inesgotáveis de sua inteligência, com a palavra fácil e irresistível, os interesses de Cristo, os direitos femininos, a causa da maternidade e da infância, a disseminação e gratuidade do ensino, a remuneração do professorado, a saúde do povo e a enfermagem, e clamar pela extinção do pauperismo, pela multiplicidade das escolas, pela formação da consciência nacional, pelo oferecimento de oportunidades, segundo o critério democrático, sem distinção de credo, de raça, de classe, de sexo.[...] Às urnas minhas patrícias! Formamos 50 % do eleitorado, concorramos para que o Brasil se afirme como uma democracia verdadeiramente cristã: asseguremos a vitória das urnas na Câmara a Maria Eugênia Celso” (*Correio da Manhã*, 28.nov.1945, p.2).

teve direito a um conjunto de três fotografias, que acompanharam o candidato no seu momento de votar. Em duas das imagens têm-se a figura de mulheres de pé, a esperar na fila de votação ao lado do Brigadeiro, instantâneos tomados na hora do voto. A continuação da matéria está na última página da edição e ocupa mais quatro colunas e, nessas, o eleitorado feminino aparece, junto com o eleitorado masculino, sentados à espera de sua vez de votar. Na imagem não se faz distinção entre o corpo dos eleitores de homens e mulheres, estes aparecem denominados simplesmente como “eleitores”, em pose de espera, sentados, pacientes e sorridentes, tal como se observa na figura 1.

Figura 1 – os eleitores



Fonte: *Correio da Manhã*, ed. 15673, 4.dez.1945, contracapa – colunas 1-2.

O “toque” humorístico não foi esquecido pelos articulistas do jornal ao narrarem as peripécias dos eleitores no pleito. Muito a propósito é dado certo destaque a um suposto flagrante de uma mulher que teria confundido os envelopes ao depositar seu voto na urna, eis a nota intitulada *Voto Singular*:

uma senhora, gorda e nervosa, saindo de uma seção, e depois de vencer aos empurrões a multidão que se acotovelava à porta da sala, abriu a bolsa e deixou escapar uma exclamação de surpresa que chamou logo a atenção do

repórter: - Ah! Em vez das cédulas, coloquei no envelope as medidas de uma cinta... (p.16, coluna 1).

Tal forma de desqualificar as mulheres nas lides públicas não era novidade alguma, nas eleições de 1933, o viés humorístico, como forma de desqualificação, já havia sido utilizado pelos jornalistas que cobriram o pleito naquela ocasião (ver KARAWEJCZY, 2010). O chiste, a troça, o riso como forma de coibir a presença feminina em espaços públicos eram empregados de forma corriqueira pelos detentores dos meios de comunicação. Esse era apenas mais um dos muitos obstáculos impostos e que deviam ser transpostos pelas mulheres que queriam participar da vida pública e política. Como bem destaca Flávia Biroli:

obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos de exclusão. A política é *atualizada* como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos subalternizados (BIROLI, 2018, p.172).

O passo a passo das eleições nas zonas eleitorais do Distrito Federal

O *Correio* dedicou um bom espaço para descrever a eleição do dia dois. Ocupando um terço da metade inferior da contracapa da edição do dia 4, a primeira após o pleito, e mais dois terços da página três, o periódico acompanhou, em minúcias, todas as quinze zonas eleitorais da capital. Sob o título “A Realização do Pleito” as zonas eleitorais da capital federal foram avaliadas, pelo jornal como “em perfeita ordem”, tendo, contudo, ocorrido “filas enormes” de eleitores, porém “sem incidentes” e com “abstenções diminutas”, para o jornal o que mais mereceu destaque no pleito foi que ele ocorreu com “regularidade e ordem” e “grande

animação”. A página três, como já indicado, publicou a finalização da matéria que começou na página final, a de número 16.

Quanto ao comparecimento feminino, entre as quinze zonas eleitorais que foi dividido o Distrito Federal foi dada publicidade a presença feminina como eleitoras, como mesárias, e como fiscais dos Partidos tal como, por exemplo, no Leme, na 69ª seção, fiscalizada por “uma senhora do Partido Comunista”. O comparecimento das mulheres foi assinalado em várias das zonas eleitorais, tal como na 3ª zona eleitoral na qual o articulista escreveu:

havia uma percentagem muito alta de senhoras e senhoritas, mormente nas quatro primeiras seções, no Cosme Velho. Se houve abstenção na 3ª zona, foi muito pequena e não da parte do sexo frágil. Mais práticas que os homens, as mulheres, já contando com a demora, levaram livros ou bordados e era comum observar as senhoras que armadas de agulhas teciam em étamine, aguardando com paciência sua vez. Notamos que a ordem era admirável, não se tendo registrado um só incidente entre partidários das candidaturas (p.16, coluna 3-4).

Na 5ª zona eleitoral, na 53ª seção, o repórter descreveu que uma mulher compareceu para votar mesmo “com o braço no gesso, em virtude de fratura”; na 63ª seção o repórter achou por bem assinalar que ali, no Ginásio Melo e Souza, “a quase totalidade dos votantes era do sexo feminino” (p.3, col.1-2).

Já na 6ª zona foi dado destaque para “as mulheres” e as “donas de casa” – sendo estes os títulos de duas notas referentes às seções que compuseram tal zona eleitoral. Segundo a descrição do articulista, quando ele as percorreu, “na fase mais acesa das eleições: as primeiras horas da manhã. Seções inteiras eram compostas quase que de eleitorado feminino”

(col.2). Mulheres também figuravam como mesárias, sendo elogiadas por seu desempenho com as seguintes palavras:

as mulheres aprovaram como mesárias e como eleitoras. Como orientadoras do pleito nas secções em que funcionaram, a impressão que se tinha era que realmente se estava numa sala de aula com aluno: palminhas, filas bem organizadas, distribuição de senhas com sorrisos e muita ordem. [...] Dúvidas eram sanadas de imediato e os fiscais dos Partidos colaboravam com boa vontade [...]. (p.3, col. 2).

Quanto ao comparecimento do eleitorado feminino o jornalista expressou sua surpresa ao constatar o grande número de mulheres que apareceram para votar, dando ênfase ao fato de que, em secções como no Engenho Velho e em Rio Comprido, ter encontrado filas “compostas exclusivamente de mulheres”. A surpresa, segundo o autor dessas linhas, estava no fato de que

admitia-se como certa a abstenção forte do eleitorado feminino principalmente nas donas de casa. Foi o contrário o que se viu: as mulheres, em número elevado, demonstrando vivo interesse, foram compor as filas da democracia. Tivemos mesmo ocasião de votar numa seção em que a lista feminina sobrepunha o número de eleitores masculinos. [...] (col.2).

Na 7ª zona eleitoral, também foi apontado

extraordinária afluência feminina [...] em todos os lugares, elas lá estavam, sob o sol implacável, por extensas calçadas [...]. Ocorreu até mesmo na Escola Santa Isabel, na 55ª seção, o que foi denominado de “a seção das Marias” por lá ter sido chamadas a votar 400 Marias (col.2).

Também na 8ª zona foi salientado que “em todas as secções notava-se um número de mulheres bem expressivo, bem como grupos de irmãs

de caridade” (col. 3). Sendo que na nona zona o repórter destacou que o fato de os ânimos estarem calmos por lá seria devido ao grande comparecimento do eleitorado feminino.

O comparecimento de donas de casa, que surpreenderam os repórteres responsáveis por percorrer as zonas eleitorais da capital, parecem ter sido destacadas pelo fato de que o alistamento para elas não ter sido considerado obrigatório pela nova lei eleitoral recém implantada. Já sobre o destaque dado pelo periódico para o fato de que o clima das eleições ter sido o de entusiasmo, mas acima de tudo de ordem e disciplina devido à presença feminina, bom esclarecer que esse era um argumento apresentado pelos jornais desde a década de 1930 (KARAWEJCZYK, 2019). Desde as primeiras inserções femininas no mundo político tais ideias eram veiculadas, ou seja, de que a simples presença delas nesse ambiente traria um pretense clima de respeito, ordem e moralidade, sendo que tal argumento continuava a ser empregado pelos que descreveram o pleito de 1945.

Na página quatro, a que continha o editorial e os artigos de opinião do *Correio*, a participação feminina não passou em branco, tendo sido ali também referida. Na segunda coluna sob o título “As Eleitoras” a participação das brasileiras no pleito é glorificada como tendo sido a responsável por dar uma “nota inédita e empolgante” ao dia. O texto salienta que a mulher “suportava heroicamente, em verdadeiras legiões, o incomodo das filas, numerosas, numa eleição que talvez marque a maior concorrência, em todos o tempo, no Brasil.” Segundo o articulista a mulher que participou do pleito, como eleitora, “não era a eleitora compulsória, resignada e contrafeita [...] percebia-se a impaciência patriótica com que aguardava, cada uma, a vez de lançar na urna sua cédula.” Para não deixar dúvidas que o jornal, e o articulista em particular de tal artigo, apoiava a candidatura de Eduardo Gomes, o texto ainda dedica algumas linhas para

relatar que as mulheres em um “belo levantamento de consciências [...] o voto da mulher nasceu e cresceu, até a hora do pleito, inspirado, na escola de civismo que o Brigadeiro inaugurou em todos os Estados [...]”. O artigo segue exaltando

o **entusiasmo da mulher brasileira**, eleitora de 1945, plenamente manifestado no pleito [...]. **As cidadãs deixaram por instantes seus lares, muitas faltando ao carinho dos filhos**, tomaram posição nas democráticas filas do civismo, não contrariadas ou simplesmente conformadas às exigências da lei. **Sentiam-se justamente orgulhosas** de contribuir, **com o gesto de sua consciência e de sua vontade**, para que a pátria recuperasse uma existência digna (p.4, grifos nossos).

Tais comentários sobre a participação feminina no pleito de dezembro deixam entrever a posição do jornal referente a tal participação. Ao escolher divulgar o “entusiasmo”, a “paciência”, a tomada de “consciência”, a “ordem” que a presença das eleitoras evocaram nas zonas eleitorais, também chama a atenção o fato de que as candidaturas femininas não terem sido ao menos citadas pelo periódico, que a elas concedeu pouca (ou nenhuma) importância. Ao lembrar, por exemplo, que a mulher ao se deslocar para as zonas eleitorais para votar deixava de lado sua maior obrigação, a de ser mãe, o jornal coloca em evidência o caráter eminentemente patriarcal do espaço público, no qual a mulher não era vista com “naturalidade”. Esse espaço ela só ocupava de forma temporária, rápida e não sem conflitos. Talvez esse seja um dos motivos por que as candidaturas femininas não tenham sido destacadas pelo jornal.

À guisa de uma conclusão

Fernando Limongi, Juliana de Souza Oliveira e Stefanie Tomé Schmitt (2019) escreveram, em parceria, um estudo em que procuram avaliar a

participação feminina nos pleitos eleitorais e relembram que “os direitos políticos da mulher brasileira só foram equiparados ao dos homens em 1965” (p.1). Destacam que o fato de o alistamento ser voluntário para as mulheres, até esse período, quase que invalidaria, segundo sua interpretação, a participação das brasileiras no mundo público. Para os autores a discriminação contra a presença das mulheres nesse espaço masculino por definição continua até os dias atuais, sendo que as

mulheres foram deliberadamente mantidas à margem do sistema político mesmo após terem obtido o direito de voto. Nas Constituintes de 1934 e 1946, os homens, sem maior alarde, reafirmaram a noção de que o lugar das mulheres era o lar, que sua participação no mundo público dependia do assentimento do chefe da família (LIMONGI, OLIVEIRA, SCHMITT, 2019, p.3).

Os autores também destacam que o fato de o alistamento para elas ter sido mantido como não-obrigatório, teria sido

a forma encontrada pelos homens para manter a autoridade masculina no interior da família. O Estado se absteve de questionar essa autoridade. Se o voto fosse obrigatório, a ordem pública estaria, implicitamente, colocando um limite à prerrogativa masculina de ditar o direito de ir e vir das mulheres. Esposas só poderiam deixar o lar e se dedicar a atividades práticas se e quando autorizadas por seus maridos (LIMONGI, OLIVEIRA, SCHMITT, 2019, p.18).

Apesar de concordar com os autores de que o sistema patriarcal estava se autogerindo e reservando os lugares de disputa de poder para os homens, chefes de família, pertencentes à elite, discordo deles em algumas de suas conclusões. Afinal o fato de o alistamento não ser obrigatório não parece configurar que as mulheres não estariam aptas a participar do mundo político quando, o mesmo, foi a elas aberto. As eleições da década de 1930, em que o alistamento lhes era opcional, bem como as eleições de

1945, na qual somente as que exerciam um trabalho remunerado estavam obrigadas ao alistamento, parecem assinalar que, pelo menos uma parcela das brasileiras estava interessada em participar das lides eleitorais, tanto como eleitoras quanto como candidatas, mesárias e fiscais. Como bem destacado por Wendy Goldman “uma mulher dificilmente poderia compartilhar das mesmas preocupações e interesses de seu marido quando seus horizontes estavam bloqueados, dia após dia, por pilhas de lençóis e louça suja” (GOLDMAN, 2014, p.173).

O fato de inúmeras donas de casa terem se disposto a comparecer às urnas, tal como apontado pelo *Correio da Manhã*, fato que surpreendeu os repórteres do jornal que resolveram escrever sobre o inusitado comparecimento delas nas zonas eleitorais da capital federal, parece ilustrar bem tal atitude. O que o jornal *Correio da Manhã* publicou sobre a participação feminina no pleito de 1945 parece apontar que, mesmo com todas as restrições, as mulheres do Distrito Federal compareceram às urnas para votar bem como se candidataram a um dos cargos em disputa. Até o momento não se tem certeza do número de mulheres que se apresentaram para participar das eleições nas primeiras inserções delas ao mundo político, nem em 1933, 1934, 1935 e nem em 1945. Contudo a estimativa que se faz, baseado nos dados publicados nos periódicos do período, é que entre 20 a 30 % do eleitorado total dessas eleições era composto de mulheres, número considerado baixo por Limongi, Oliveira e Schmitt (2019), mas que não pode, e não deve, ser ignorado.

O alistamento para as mulheres não ser obrigatório, no meu entender, agrega mais valor a participação daquelas mulheres, afinal mesmo que tal comparecimento não lhes era imposto pelas leis, elas resolveram participar. Mulheres que tiveram que superar muitos limites para ali se fazerem presentes.

O jornal deu destaque nas suas edições para as eleições de 1945, mostrando que, na disputa presidencial, não foi “objetivo e imparcial”, mas que se colocava ao lado do candidato Eduardo Gomes e por ele fazia campanha. Na cobertura que fez das eleições o *Correio da Manhã* deu certo destaque à participação feminina no pleito mostrando sua presença nas zonas eleitorais e seu desempenho como mesárias e fiscais dos partidos. Todavia o jornal pouco mais fez do que notar e descrever sua presença nesse ambiente.

Quanto as candidaturas femininas essas foram ignoradas pelos articulistas do jornal, tal como se destacou ao longo desse texto, o que pode também apontar que o espaço público até poderia acomodar mulheres, desde que de forma esporádica e silenciosa, já que o dever do voto não demandaria muito tempo para as mulheres, contudo como candidatas, isso já exigiria que sua voz fosse ouvida no espaço público. Como bem aponta Mary Beard em *Mulheres e Poder – um manifesto* (2018) “no que diz respeito a silenciar as mulheres, a cultura ocidental tem milhares de anos de prática” (posição 52) sendo que a voz pública é a voz masculina por excelência, grave e autoritária, enquanto as vozes femininas “agudas” ali não teriam vez e nem deveriam ser ouvidas. Não que elas não possam expressar seus anseios, tal como aponta a autora, mas somente “em circunstâncias extremas” e, de preferência, para “defender publicamente os próprios interesses setoriais, mas não podem falar pelos homens nem pela comunidade como um todo” (posição 138). O que parece deixar entrever a posição do *Correio da Manhã* sobre o lugar da mulher no mundo político, aceitas como eleitoras, fiscais e mesárias, mas não como representantes de todos, homens e mulheres, nos parlamentos.

Referências

- ALVES, Márcio Moreira. O mais influente do Brasil. In: SECRETARIA Especial de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã – compromisso coma verdade*. Rio de Janeiro: Imprinta Gráfica e Editora, 2002.
- AREAS, Daiana Maciel. Imprensa e Política na década de 1950: o caso do *Correio da Manhã*. In: Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. 2012. Disponível em: < http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1046.> Acesso em: 01.10.2013.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Democracia Representativa: do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931 (4ª edição).
- BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018 (e-book).
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORELLI, Andrea. *Uma cidadã relativa*. As mulheres, as questões de gênero e o direito brasileiro, 1830-1950. São Paulo: DC&C Empresarial, 2010.
- CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1932. Edição Fac-similar. Brasília: TSE/Secretaria de Documentação e Informação, 2004.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. IN: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2014 (6ª ed.).
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2013 (17ª edição).

- COSTA, Ana Alice Alcantara. *As donas do poder: Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ELMIR, Cláudio P. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso par a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, dez. 1995.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANZOLIN, JOÃO Arthur Ciciliato. As representações da Alemanha no jornal Correio da Manhã (1937-1942). In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão*. Anpuh-SP, 2008, CD-ROM.
- GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviética, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo: Iskra edições, 2014.
- GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v.24, n.2, p. 251-275, 2018.
- LEAL, Carlos Eduardo. Verbete: Correio da Manhã. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas*. Online. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>
- KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2020.
- KARAWEJCZYK, Mônica. *Mulher deve votar? O Código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. Voto feminino: trâmites legais e movimento sufragista. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019a, p.109-137.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como fonte histórica – breves considerações. *Historiae*. Rio Grande, v.1, n.3, 2010.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de Massa - análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas...só para os homens. O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v.27, n.70, 2019.

MARIANI, Bethânia. Sobre um percurso de análise de discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzato, 1999.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa com fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles S. M; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas S. (orgs). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: OIKOS, 2018.

NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PRESTES, Anita L. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. *Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v. XXXII, n.2, p.171-186, dezembro 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e Partidos: almanaque de dados eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Rafael Souza. *Diagramação: o planejamento visual gráfico na Comunicação*. São Paulo: Summus, 1985.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

Um passado que não passa: o fantasma do comunismo no Brasil

Charles Sidarta Machado Domingos

De 2016 até agora, a História Política do Brasil está aprisionada no tempo histórico. Escrevo esse texto no final do primeiro semestre de 2019 e a sensação que temos é que estamos vivendo num presente contínuo, incapaz de se transformar em passado e com possibilidades muito restritas de chegar a um futuro num tempo mais próximo.

Não obstante, e por mais paradoxal que possa parecer, esse presente contínuo se alimenta de um passado não muito distante – o início dos anos 1960 – “um passado que não passa” porque tem sido a matéria-prima mais utilizada por um dos setores que disputam o poder político no Brasil da segunda década do século XXI. Temas tão abundantemente explorados há mais de 50 anos retornam com força na formação da nossa atualizada cultura política, estruturada a partir de dois pontos: corrupção e anticomunismo.

Se o primeiro é uma chaga do mundo social, portanto real, concreto e sempre passível de superação, o segundo tema é produto de um anacronismo ideológico pleno do emprego político do passado. Falar em anticomunismo no Brasil do século XXI é, conceitualmente, um erro crasso – afinal, nunca houve a menor ameaça comunista no Brasil quando o comunismo era uma força importante no mundo, quiçá agora, quando faz 30 anos de seu dobre de finados.

Entretanto, essa retórica, historicamente equivocada por razões muito complexas que circulam as noções de cultura política, mas também de imaginário e de alteridade, tem apresentado uma força crescente. A despeito de suas atualizadas formas de transmissão – redes sociais em geral e aplicativos de mensagem *online* em particular – não são substancialmente diferentes das formas de transmissão de valores, noções de mundo, posições ideológicas e embate político que a grande imprensa do século XX representou na História Política do Brasil (não vou me concentrar no debate acerca das *fake news* porque há uma contradição patente aí: se é *fake* não pode ser *news*, sendo apenas jogo sujo na disputa política).

Em razão disso, nesse texto, pretendo trazer à tona as disputas políticas de início dos anos 60 no país, época do início do governo Goulart, para que possamos refletir sobre o uso do anticomunismo naquela época e suas possibilidades de comparação nesse presente contínuo em que estamos vivendo. A partir de um episódio muito particular – o restabelecimento das relações diplomáticas do Brasil com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – pretendo examinar de maneira mais aprofundada o papel da grande imprensa na cobertura daquele acontecimento. Por questões geográficas, mas também plenas de cultura política, nossa fonte/objeto será o jornal *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, o jornal mais tradicional do estado no século XX e que, com algumas alterações, mantém sua circulação até a presente data.

O Brasil do início dos anos 1960: Política Externa Independente, populismo e nacionalismo

Já em seu início, no governo Quadros, a Política Externa Independente despertou acirradas disputas políticas. Através de atos como as condecorações ao cosmonauta soviético Yuri Gagarin e ao

revolucionário Ernesto “Che” Guevara, a política externa produziu diversas reações internas, tanto de aprovação como de reprovação. Por se tratar de um governo de forte base conservadora, o governo Quadros sofreu cobranças por parte de seus apoiadores em relação às medidas da Política Externa Independente.

Com a crise da renúncia de Jânio Quadros, houve um período de instabilidade política intensa. Os ministros militares não aceitavam a posse do legítimo sucessor de Quadros, o vice-presidente João Goulart – em razão de seu passado e de seu projeto político. Após o sucesso da Campanha da Legalidade o vice-presidente da República assumiu o cargo a que tinha direito, porém dentro de um novo sistema político: o parlamentarismo.

O parlamentarismo, pela primeira vez na História da República do Brasil, e desde então única até os dias de hoje, foi o regime político no qual João Goulart tomou posse na presidência do país, perdurando por pouco mais de um ano. No ato de sua posse, à sete de setembro de 1961 – quando se completavam 139 anos da Independência do Brasil, ao menos em termos políticos – Goulart em seu pronunciamento disse ser seu desejo e sua intenção garantir a Paz, a Democracia e a Soberania. Note-se que essas três palavras eram emblemáticas para o período e para a consecução de seu governo. Paz, nesse momento, sintetiza a união de esforços para acabar com o exaltado clima político de confronto. Lutar pela Democracia era sinônimo de luta pela manutenção dos direitos da Constituição, o que significava contrariar o interesse dos golpistas, numa leitura mais atenta, ou ao menos garantir o respeito às escolhas da maioria, que eram pela sua posse. E, finalmente, falar em Soberania, naquele período de Guerra Fria, era se colocar como livre de influências demasiadas tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, o que, nessa data em particular, era

relembrar o sentimento de independência do Brasil como fator articulador e propulsor do seu governo; o que demonstrava sua disposição em manter a Política Externa Independente.

E o primeiro ato de relevo do novo governo em sua política externa foi o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Essa medida foi extremamente polêmica. Trouxe à tona muito da tensão política que se pretendia refrear, pois foi tomada em 23 de novembro de 1961, pouco mais de dois meses após a conturbada posse do novo governo. Imediatamente, os que se opunham ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS se fizeram ouvir. Da mesma maneira, os setores políticos que apoiavam a medida também se manifestaram. Tudo contribuindo para evidenciar as disputas políticas daquele período histórico.

Porém, para melhor compreensão do que o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS como medida da Política Externa Independente representou para aquela época, é necessário realizarmos reflexão teórica sobre o conceito de *populismo na política brasileira* (WEFFORT, 2003). Interpretação hegemônica nos estudos de História e Ciências Sociais ao longo do fim da década de 1960, perpassando a de 1970, até meados da de 1980, a noção de populismo passou a ser alvo de discussões acaloradas nos anos finais do século XX e primeiros do XXI, quando alguns historiadores brasileiros passaram a discutir a validade do emprego do conceito de populismo para o período 1945-1964 no Brasil (FERREIRA, 2001).

A crítica central realizada sobre essa abordagem se concentrou na atuação das classes trabalhadoras. Para os teóricos do populismo, os trabalhadores do período não desempenhavam um papel ativo nas relações sociais, chegando na maior parte do tempo a serem ludibriados

pela burguesia; além disso, não tinham consciência de classe, visto que não apoiavam a revolução socialista, em seu maior número. O que os historiadores críticos do populismo tentam demonstrar, de forma mais central, é que não havia essa total passividade das classes populares e trabalhadoras. Que eles tinham sim consciência de classe, embora esta não fosse revolucionária, estando mais próxima de uma conceituação nacionalista ou reformista. E que por isto mesmo, eles exerciam sua militância política através das eleições, ou até mesmo engajados em partidos políticos, enfocando principalmente as relações com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Embora essa seja uma discussão que esteja longe de ser resolvida, não poderíamos nos furtar a realizá-la, sob pena de inviabilizar a pesquisa empírica, pois essa demonstrou as disputas conscientes entre os que apoiavam e repudiavam o reatamento das relações diplomáticas com a URSS.

Foi preciso, assim, um outro aporte teórico – e contextual – para o nosso estudo. Optamos, então, pelo conceito de nacionalismo para analisar o “tempo da experiência democrática” de 1945-1964 no Brasil” (FERREIRA; DELGADO, 2003). A partir das contribuições de Eric Hobsbawm (2002), demonstrar como o nacionalismo se modificou ao longo do tempo – que embora breve cronologicamente – foi extremamente denso em termos de lutas políticas – nas quais o nacionalismo servia de baliza entre dois projetos de nação.

Ao implementar uma maior participação do Estado no desenvolvimento nacional, o projeto de início dos anos 1950 trabalhava de forma embrionária com o nacionalismo, sendo a origem das discussões que este conceito propiciou ao longo da democracia brasileira da época. Durante a segunda metade dos anos 1950, o nacionalismo foi forjado

enquanto ideário pelos intelectuais do ISEB – instituição que, embora autônoma, mantinha fortes vínculos com a administração de Juscelino Kubitschek. Seus membros foram os grandes divulgadores da ideia do nacional-desenvolvimentismo; através desse ideário, procuravam legitimar o desenvolvimento do Brasil em bases nacionalistas – inclusive com algumas ideias que posteriormente fariam parte da Política Externa Independente. Com a eleição de 1960, a crítica da experiência nacional-desenvolvimentista foi realizada inclusive por alguns autores vinculados ao ISEB. A ilusão desenvolvimentista teve fim. Assim, alguns intelectuais do ISEB, juntamente com membros do PCB e parcelas da sociedade brasileira, perceberam os limites concretos do nacional-desenvolvimentismo; que o desenvolvimentismo se realizara com relativo sucesso, porém às expensas do nacional. No início dos anos 1960, uma nova transformação tomou o nacionalismo no Brasil. Com as críticas elaboradas numa dimensão que priorizava um discurso de reformas no capitalismo acompanhado de um forte componente antiimperialista para integrar maiores parcelas da sociedade à nação, foi se consubstanciando o caráter distributivista do nacionalismo – em harmonia com as diretrizes da Política Externa Independente –, o que radicalizou o conceito, tanto teórica quanto concretamente, ao terem as lutas sociais do período também se radicalizado.

História e Imprensa: a importância do *Correio do Povo* no Rio Grande do Sul

Na imprensa da época, o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética teve grande destaque. Além de noticiar os acontecimentos e as opiniões de pessoas influentes da sociedade, alguns jornais se posicionaram sobre a questão: *O Globo* e *O Estado de São Paulo* manifestaram sua contrariedade em relação ao restabelecimento das

relações diplomáticas; ao passo que o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* foram favoráveis à medida da política externa brasileira (MOTTA, 2002, p. 235).

Porém, não havia registros na bibliografia histórica sobre a questão nos periódicos do Rio Grande do Sul. Os jornais acima descritos faziam parte da imprensa das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dessa forma, nesse texto, procuramos evidenciar como o jornal *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, noticiou os acontecimentos e as opiniões referentes ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS, além de percebermos como o jornal se posicionou em relação à medida em questão da Política Externa Independente.

A opção pelo *Correio do Povo* como fonte para esse capítulo se deu em razão do prestígio acumulado ao longo dos anos por este jornal no Rio Grande do Sul. Recém completado 66 anos de existência, em 1961, o *Correio do Povo* era um autêntico representante da “grande imprensa” (SODRÉ, 1983, p. 275-276). Desde sua fundação, mesmo que organizado nos moldes da administração familiar, o *Correio do Povo* estava estruturado na lógica capitalista de produção: seu objetivo último era o lucro – e o lucro nem sempre é apenas econômico. Para obter seu intento, esteve sempre alicerçado sobre o lema “independente, nobre e forte” (DILLENBURG, 1997, p. 9). Em que pese em muitos momentos esta independência não se fizesse verdadeira, havia uma percepção bastante homogênea na sociedade sul-rio-grandense de que o *Correio do Povo* era um jornal imparcial – e muito da sua credibilidade se assentava nisso. Por isso mesmo, o jornal não tomou nenhuma posição sobre o assunto que era polêmico: nem se opôs, nem apoiou o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS – pelo menos não de forma oficial ou explícita.

As origens das relações entre o Brasil e a União Soviética remontam ao tempo no qual nosso país ainda era colônia portuguesa e a União Soviética ainda era o império russo (GUIMARÃES, 2000, p. 394). Acompanhando a evolução dos contatos entre os dois países ao longo de aproximadamente dois séculos, foi possível perceber como essas relações se realizaram de forma conturbada. Pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial o Brasil, nos estertores da ditadura varguista, reconheceu o governo da URSS e propôs o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (GUIMARÃES, 2000, p. 396-397). O estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países se deu em Washington, em dois de abril de 1945. Houve, inclusive, o apoio dos Estados Unidos para o Brasil manter relações diplomáticas com a URSS (REZENDE, 2006, p. 64), chegando ao seu momento mais crítico no ano de 1947. Muito dos problemas que envolviam a relação dos dois países se devia à formação social distinta existente entre eles, e que se configuraria como o elemento de maior animosidade para o restabelecimento das relações diplomáticas em 1961.

Essa animosidade pôde ser percebida pelas páginas do *Correio do Povo*. Embora haja escassez de trabalhos acadêmicos dedicados a este periódico após a década de 1930, é possível depreender uma linha de continuidade em suas políticas editoriais. Valorizamos de forma central para isso tanto o seu desenvolvimento enquanto empresa jornalística, quanto suas relações com o meio social e político no qual estava inserido. Ficou claro, dessa forma, que na maior parte dos anos de sua história o *Correio do Povo* manteve boas ou ótimas relações com os governos – estadual e federal. A exceção mais conhecida pela bibliografia foi durante o governo de Flores da Cunha (1930-1937):

O Correio do Povo, para citar apenas um caso, nunca foi um jornal apolítico, como reza sua lenda. Durante a década de 30, por exemplo, envolveu-se num sério conflito com o governo Flores da Cunha. Breno Caldas decidira apoiar, após um período de rejeição, o projeto varguista de desenvolvimento capitalista para o País, cujos termos centralizadores haviam gerado uma dissidência com Flores. O Correio passou a publicar então uma série de notícias e reportagens negativas sobre o governo. Flores proibiu a distribuição dos jornais pela via férrea e organizou uma campanha de devolução de assinaturas entre os filiados ao Partido Republicano Liberal. Além disso, mandou cortar a publicação de anúncios e atos oficiais no jornal, através de medidas que incluía as prefeituras (RÜDIGER, 1998, p. 70).

Todavia, além dessa ocasião, o jornal também manteve uma relação de constantes atritos com o governo de Leonel Brizola, desde o episódio da Campanha da Legalidade. A razão para o início desses desentendimentos foi a requisição da *Rádio Guaíba* realizada pelo governador gaúcho (GALVANI, 1994, p. 407). A *Rádio Guaíba* também era de propriedade de Breno Caldas, o dono do *Correio do Povo*. Breno Caldas, em consonância com sua visão de mundo liberal-conservadora, não perdeu a intervenção estatal em sua propriedade privada.

Não existe um método único para o trabalho com jornais. Cada pesquisa tem suas especificidades. Cada objeto demanda uma forma de tratamento.¹ Por vezes o mesmo objeto, em conjunturas diversas, precisa ser analisado de formas distintas.

Em razão disso, partiremos do conceito de Cláudio Pereira Elmir de “leitura intensiva”. Para Elmir, o historiador não pode trabalhar com o

¹ Uma das questões de mais difícil resolução com o trabalho de fontes de imprensa é o caráter de objeto que a fonte acaba se autoimpondo. Neste trabalho, nosso objeto de pesquisa é a Política Externa Independente. No entanto, para podermos trabalhar com o jornal *Correio do Povo* – bem como para com qualquer outro jornal ou revista – é necessário fazer a crítica externa do documento: suas origens, sua vinculação de classe, suas relações políticas, entre outras. Todo esse cuidado na análise do documento acaba levando a “uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica [...]” (LUCA, 2006, p. 141).

jornal como se estivesse se inteirando das notícias, como se estivesse se informando – o que Elmir trata por “leitura extensiva”. De acordo com o autor, é imprescindível que o historiador faça uma “leitura intensiva”, na qual “a qualidade desta leitura é distinta, porque a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha” (ELMIR, 1995, p.21).

Além disso, o mesmo autor coloca que o historiador deve buscar a “regularidade” no trato da fonte, para precaver-se de realizar uma análise com base em um fragmento único – ou poucos fragmentos – capaz de comprometer a análise do trabalho. Por isso, Elmir vaticina que “em pesquisa com jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia” (ELMIR, 1995, p. 23).²

Outro ponto importante no trabalho com as fontes de imprensa está relacionado com a disposição espacial do jornal – bem como pela sua diagramação. Através desse aspecto é possível perceber uma tendência na seleção das notícias pelo jornal – claro que sem desconsiderar o grau de aleatoriedade existente nos jornais. Em muitas situações, os jornais valorizam mais ou menos uma informação, como explicita Albert Kientz:

Durante o tratamento a que as notícias em bruto têm de ser submetidas, o órgão de imprensa atribui a cada uma delas uma maior ou menor importância. [...] A importância quantitativa que lhe é conferida (superfície impressa em cm, número de linhas ou de colunas) fornece uma primeira aproximação. Completada pela análise dos processos de valorização (colocação, título, ilustração, etc.), obtém-se uma medida de bastante precisão. Cada jornal tem seu próprio código de valorização. De um modo geral, a inserção de uma informação na primeira página confere-lhe uma importância nitidamente

² Por essa razão, trabalhamos com todas as edições diárias do mês de novembro de 1961.

superior à resultante de uma inserção nas páginas do meio. O alto da página vale mais que o rodapé, o lado esquerdo mais que o direito. O gabarito dos títulos, a ilustração, o emprego de tintas de cor, o corpo das letras, as cercaduras, são outros tantos procedimentos que permitem fazer variar a intensidade da emissão da “prosa” (paroles) jornalística que constitui o noticiário (KIENTZ, 1973, p. 99-100).³

Sobre a diagramação como produto final no jornal – o que Tania de Luca chama de “materialidade” – é importante o historiador ter em mente a advertência de que “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” (LUCA, 2006, p. 132). Assim, o historiador tem de estar sempre atento às razões que levam determinada informação a estar naquele espaço determinado – pois estas foram determinadas por alguém, e não por forças exteriores à vontade humana (mesmo que os propósitos sejam os mais variados para isso).

Em relação direta com a fonte elegida por nós para este capítulo, são importantes algumas observações: o jornal *Correio do Povo* tinha em 1961 formato *standart* – era, portanto, um jornal de difícil manuseio pelos leitores. Suas dimensões eram de 58 cm de altura por 41,5 cm de largura. Nas segundas-feiras, o jornal não circulava. A edição de domingo era a maior da semana, contemplando cadernos de assuntos variados. O preço do jornal era de Cr\$10,00 de terça à sábado e Cr\$20,00 aos domingos.⁴ A capa do jornal sempre era reservada para acontecimentos de política

³ Interpolações nossas.

⁴ O mesmo preço era cobrado pelo jornal *Diário de Notícias*, o principal concorrente do *Correio do Povo*. O jornal *Última Hora* não tinha edições aos domingos e custava o mesmo valor em suas edições de segunda a sábado. Merece ser destacado que o *Última Hora* tinha formato tablóide, diferentemente dos outros dois jornais. Como o papel representava o maior custo na elaboração do jornal, presume-se que a margem de lucros do *Última Hora* fosse maior. Porém, duas questões precisariam ser estudadas: o valor das receitas referentes à publicidade em cada um dos três jornais e a possibilidade dos jornais *standart* contarem com algum tipo de auxílio/subsídio externo, para garantir uma menor taxa de lucros sobre circulação dos jornais.

internacional e a contracapa para os assuntos da política nacional. A página 7 do jornal trazia as notícias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, além de outras notícias sobre a vida política do Estado; nessa página, aos domingos, havia a coluna *A Semana Política*, escrita por Armando Fay de Azevedo, na qual havia um balanço das notícias mais importantes da semana que se encerrara. Já o Editorial do *Correio do Povo* ficava na página 4, no lado esquerdo da página. Nessa mesma página, havia os artigos de opinião – sob o título de “Especial para o Correio do Povo”. Eventualmente a Política Externa Independente ou seus articuladores mais diretos eram apresentados na capa do jornal, todavia, o lugar reservado por excelência para a PEI era a contracapa do *Correio do Povo*.

Por fim, entendendo a “grande imprensa”, então, como dotada de um interesse de tentar intervir na vida social, pretendemos perceber as formas pelas quais a Política Externa Independente, no episódio do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, foram apresentadas pelo jornal *Correio do Povo*. Para tanto, nos valeremos metodologicamente da “leitura intensiva” de todas as edições do jornal no mês de novembro de 1961 – na busca de uma regularidade –, realizando a crítica externa do jornal e a crítica interna, notadamente em relação à disposição espacial do jornal e de sua diagramação.

O reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética: história e imprensa

O jornal *Correio do Povo* contava com algumas colunas de caráter regular, como a coluna *Carta da Alemanha*, escrita por Hermann M. Göergen. Ao tratar do funcionamento da missão comercial soviética na Finlândia, Göergen fazia a denúncia de que a missão comercial em questão facilitava a possibilidade do ingresso de propaganda comunista nos países:

Compreende-se o valor que os comunistas estão atribuindo às suas missões comerciais em qualquer país do mundo. Donos de uma pertinácia impressionante conseguem encaixar no âmbito de uma “Missão Comercial” todo tipo de atividade política. Aproveitam as imunidades diplomáticas para fazer a propaganda do bolchevismo, para fazer pressão à política interna de um país e ajudar a conquista do poder pelo respectivo partido comunista nacional. Caso único? Só na Finlândia? Investigações detalhadas provam ser a finalidade das “Missões Comerciais” de qualquer estado comunista, em qualquer parte do mundo sempre a mesma (CORREIO DO POVO, 2/11/1961, capa).

Como o Brasil contava com uma missão comercial soviética em seu território desde 1960, a denúncia acabava ganhando um estatuto de aviso, e, por extensão, de tentativa de intervenção na vida política brasileira – afinal, o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS estava no horizonte da Política Externa Independente. Ao abordar o Neutralismo – mais claramente em relação à Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada na Iugoslávia – Hermann M. Göergen considerava-o como um sócio menor do comunismo. Além disso, equiparava os preceitos do Neutralismo, ainda que indiretamente, às diretrizes da Política Externa Independente. Dessa forma, poderia construir um sentido para o leitor, calcado na correspondência de alguns princípios entre o Neutralismo e a PEI, desqualificando, sob sua ótica, a política externa brasileira.

Além disso, o *Correio do Povo* demonstrava uma tendência na seleção de suas notícias – e na editoração destas. Quando da visita do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, à Argentina, o jornal fez o registro da informação diagramando-a ao lado de uma informação sobre o presidente da Iugoslávia, Joseph Broz Tito, na qual este se manifestava favorável à URSS e contrário aos EUA. Como Tito era um dos grandes

expoentes do Movimento dos Países Não-Alinhados, havia o reforço da ideia sugerida por Hermann M. Göergen em sua coluna do dia anterior (e certamente há uma razão para a coluna *Carta da Alemanha* ter abordado um fato ocorrido na primeira semana de setembro de 1961 em uma edição do fim da primeira quinzena de novembro do mesmo ano: porque não abordou antes o ocorrido?).

Retornando de sua viagem à Argentina, o ministro San Tiago Dantas fez uma visita política à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na tarde do dia 16 de novembro de 1961. Nessa ocasião, o ministro realizou um pronunciamento de aproximadamente uma hora, no qual se ocupou de divulgar as diretrizes principais da PEI e que foi noticiado pelo jornal. Comparando o que foi registrado pelo *Correio do Povo* com o registro existente nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), constatamos que o jornal divulgou as palavras do ministro na sua integralidade. Porém, o mesmo não foi confirmado quando do registro das palavras do deputado Milton Dutra, do PTB, que realizou o pronunciamento de saudação ao ministro. Na condensação das palavras do deputado petebista, o jornal acabou retirando àquelas que se solidarizavam com a busca da PEI por novos mercados e por novas relações diplomáticas com todos os povos:

Entende, quem ora está falando, como um imperativo desta nossa Nação jovem, desta Nação pujante, que tem um destino a cumprir no mundo e um lugar a conquistar no concerto internacional, de que devemos manter relações com todos os povos, seja no campo comercial, seja no trato diplomático,

resguardando, sempre, os interesses do Brasil, principalmente sua autonomia econômica e sua soberania política (AALRS, 21/11/61, p. 193).⁵

Com isso, o jornal privava seus leitores da mensagem de simpatia do deputado petebista à Política Externa Independente.

Nesse mesmo dia, o ministro das Relações Exteriores concedeu uma entrevista coletiva para a imprensa porto-alegrense. Dentre as questões, não faltou referência ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. O ministro, ao responder, afirmou que o assunto vinha correndo dentro da normalidade, não havendo maiores preocupações por parte do governo. Dessa forma, pretendia evitar maiores polêmicas sobre o assunto.

A Política Externa Independente foi registrada, por aqueles dias, também na coluna *Informações Econômicas*, de Dante D'Angelo. Ao utilizar-se de informações sobre a expansão do comércio exterior, proferidas pelo ministro quando de sua visita a Assembleia Legislativa, D'Angelo dava a entender que não havia necessidade de comerciar com os países do Leste Europeu. Dessa forma, acabava diminuindo a importância argumentativa baseada no comércio, o que, em última análise, desfavorecia os partidários do reatamento (CORREIO DO POVO, 19/11/1961, p. 2).

Nos dias 22 e 23 de novembro de 1961, o *Correio do Povo* destacava a possibilidade do reatamento acontecer de forma iminente.

REATAMENTO COM A URSS. Brasília, 22 (CP) – O Ministro San Thiago Dantas, acertou, hoje, com a mesa da Câmara dos Deputados seu

⁵ Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (AALRS), 21 de novembro de 1961, p. 192-197. Embora conste essa data, ao fim do texto que referimos é feita a seguinte menção: “Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1961”.

comparecimento àquela casa, amanhã à tarde, para fazer um relato de sua viagem à Argentina. O chanceler declarou a jornalistas, na oportunidade, que ao contrário do que se noticiou, não anunciará o reatamento de relações com a União Soviética, embora, em seu discurso, deva referir-se a esse assunto (CORREIO DO POVO, 22/11/61, p. 14).

A expectativa pelo restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS era grande. Seria essa uma preocupação apenas com a possibilidade de dar o “furo” jornalístico?

Na edição do dia 24 de novembro de 1961 tenha aparecido uma colaboração *Especial para o “Correio do Povo”* de autoria do magistrado gaúcho João Didonet Neto. Nessa colaboração, Didonet Neto articula argumentos contrários ao reatamento com a URSS, bem como a Política Externa Independente de forma geral. Nessa busca pelas tendências mais gerais que orientavam as formas pelas quais o *Correio do Povo* selecionava as notícias em relação ao ato diplomático, realmente importantes são duas situações: a colaboração estava publicada na página 4 do jornal – a página na qual consta o editorial, que não fez nenhuma menção ao restabelecimento – e a data do envio da colaboração – 11 de novembro. Quem fosse ler o editorial do jornal, à procura de uma posição do *Correio do Povo* sobre o reatamento, acabaria possivelmente deparando-se com o artigo de João Didonet Neto; e nenhum mais, nem editorial, nem artigo defendendo a PEI – para fazer o “contraponto” –, o que era de se esperar, em tese, de um jornal “independente”. Além disso, a data demonstra como o artigo vinha sendo “segurado” pelo jornal. Certamente, esperando uma ocasião demasiadamente apropriada para sua divulgação, tal qual um “tiro de misericórdia”.

Na mesma edição do dia 24 de novembro, o periódico trazia a seguinte manchete, em letras garrafais: **BRASIL E RÚSSIA REATARAM RELAÇÕES.**

BRASÍLIA, 23 (CP) – Às 14 horas de hoje foram restabelecidas, mediante troca de notas, na sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, diz em nota oficial o chanceler San Tiago Dantas, acrescentando: “Os dois países trocaram embaixadores extraordinários e plenipotenciários. Estiveram presentes ao ato os presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara dos Deputados” (CORREIO DO POVO, 24/11/1961, contracapa).

Evidentemente, isso se explica pelo caráter de importância que o assunto detinha para a época, como vimos afirmando ao longo desse texto. A edição desse dia dedicava especial atenção para o assunto: trazia declarações do emissário soviético, Victor Azof; as opiniões dos ministros de Estado – de importância fundamental no sistema parlamentarista –; a opinião do governador do Estado, Leonel Brizola; a posição do primeiro-ministro Tancredo Neves; a opinião do arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer; e a declaração de um ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura (CORREIO DO POVO, 24/11/61, contracapa).

Enquanto o *Correio do Povo* apresentava as afirmações em certa medida favoráveis ao reatamento de uma forma comedida – é o caso da afirmação do emissário soviético, dos ministros de Estado, do governador do Rio Grande do Sul, das palavras do primeiro-ministro –; as opiniões contrárias ao reatamento eram apresentadas de uma forma mais enfática – como a do arcebispo de Porto Alegre e a de João Neves da Fontoura

Os que apoiavam, com suas distintas gradações de apoio, traziam argumentos como os de Tancredo Neves, que dividia a responsabilidade

com o governo anterior e apontava no sentido do que vinha sendo apregoado pelo ministro das Relações Exteriores, a saber, que o Brasil era um país independente, porém vinculado a tradição ocidental que preza pela democracia e pelo cristianismo. Já os contrários tinham argumentos mais intensos, como o temor à penetração das ideias comunistas, a relação com a Intentona Comunista, ou mesmo a intenção do governo em separar o Brasil dos EUA – fruto do comunismo e de um falso nacionalismo. Argumentos de maior apelo em uma tentativa de intervenção na vida social.

Gradativamente, o jornal mudava a direção das críticas apresentadas: de uma crítica fundamentada em uma política externa que vinha sendo executada desde o governo anterior, passava a dar maiores espaços para as críticas que viam no presidente Goulart o responsável pelo reatamento. E explorava, quer por tendência, quer por conjuntura, as relações entre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Intentona Comunista de uma forma mais frequente – especialmente através dos registros das palavras de Dom Vicente Scherer e do deputado Afonso Anschau e do senador Guido Mondin, ambos políticos do Partido da Representação Popular (PRP), partido herdeiro do Integralismo.

Na edição de domingo, dia 26 de novembro de 1961, ao divulgar editorial do jornal soviético *Izvestia*, o *Correio do Povo* trazia elementos que foram bem apropriados pelos opositores ao ato diplomático, uma vez que o jornal soviético afirmava a existência de uma identificação entre a URSS e o Brasil – tudo que o governo brasileiro pretendia negar. A mesma edição trazia novas repercussões sobre o assunto: as opiniões do ex-presidente Juscelino Kubitschek; do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro; de Abreu Sodré e Lopo Coelho, respectivamente presidentes das Assembleias Legislativas de São Paulo e do Rio de Janeiro;

do escritor católico Gustavo Corção; do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto; do marechal Henrique Teixeira Lott; do general Osvino Alves; e do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra.

Apesar dos díspares posicionamentos em relação ao restabelecimento das relações diplomáticas, com seus distintos graus de intensidade e de representatividade, queremos chamar a atenção para duas situações: em primeiro lugar, a posição do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, responsável pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS. Destacada editorialmente na contracapa, a opinião do ex-presidente consistia no fato dele não opinar. Esse silêncio é significativo. Qual a razão de dar espaço para a opinião de alguém que não declara a sua opinião? Certamente, a intenção é valorizar a imagem do rompimento de uma forma positiva – pois vinha impedindo, de acordo com os opositores ao reatamento, a penetração das ideias comunistas em maior grau no país.

Em segundo lugar, é preciso estar atento que para o conjunto de nove pessoas entrevistadas, nenhuma delas pertencia PTB. Duas posições são identificadas com a Igreja Católica (Dom Jaime e Gustavo Corção); três que podem ser identificadas com o Exército (Eurico Gaspar Dutra, Osvino Alves e Henrique Teixeira Lott); quatro identificadas com o Partido Social Democrático (PSD) (Lopo Coelho, Eurico Gaspar Dutra, Henrique Teixeira Lott e JK), duas com a União Democrática Nacional (UDN) (Magalhães Pinto e Abreu Sodré). Qual a razão do *Correio do Povo* em não dar voz a essa agremiação política – o PTB –, que detinha as maiores bancadas na Assembleia Legislativa gaúcha e na Câmara dos Deputados? Há maneira mais evidente de demonstrar sua antipatia pela medida, que é associada em muitas ocasiões com as figuras de João Goulart e San Tiago Dantas, duas das figuras mais expressivas dos trabalhistas brasileiros?

Ainda a mesma edição – a edição dominical tinha um volume muito superior às edições de terça a sábado – encontramos a coluna *A Semana Política*, de Armando Fay de Azevedo. Essa coluna trazia os fatos mais importantes da política na semana que se encerrava. O destaque nesse dia era o ato da Política Externa Independente. Para o colunista, o Brasil acertara em sua posição. Porém, era preciso não se descuidar de seus vínculos com o Ocidente democrático e cristão, e nem se afastar dos EUA. Ainda de acordo com sua visão liberal, Fay de Azevedo critica os opositores ao reatamento, lembrando que muitos deles – e a referência é clara quanto ao alvo: o PRP, herdeiro do Integralismo – não se incomodaram com o fato de o Brasil ter mantido relações diplomáticas com a Itália fascista e com a Alemanha nazista, no passado. Tudo de acordo com o perfil do *Correio do Povo*, um jornal liberal-conservador (CORREIO DO POVO, 26/11/1961, p. 7).

Na terça-feira, dia 28 de novembro de 1961, o *Correio do Povo* trazia em sua contracapa, com prosseguimento na página 20, declaração do governador do Estado do Rio Grande do Sul. Como visto anteriormente, Leonel Brizola era favorável à medida. Razão pela qual não se deteve apenas em expressar sua opinião: aproveitou o espaço aberto pelo jornal – e que costumava ser negado aos representantes de seu partido – e partiu para o ataque ao PRP – simbolizada na figura de Afonso Anschau. Ainda, aproveitou o espaço e fez uma crítica ampla, capaz de abarcar inclusive o *Correio do Povo*, pelo caráter de excepcionalidade que o jornal conferia ao acontecimento.

Nesse mesmo dia, havia um artigo *Especial para o “Correio do Povo”* de autoria de Dámaso Rocha. Antigo colaborador do jornal – seus vínculos tinham origens ainda na década de 1930 –, Rocha assinava um artigo na página 4 – a página do editorial. Sob o título de *O Reatamento*, o autor

fazia veemente crítica ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como à Política Externa Independente. Em razão dos tempos que o país vivia, considerados por Dámaso Rocha como um surto pré-revolucionário, era necessária extrema cautela por parte dos governantes – o que não vinha ocorrendo, em sua opinião. Não poupou críticas ao governador Brizola. Nem ao ministro San Tiago Dantas. Porém, seu verdadeiro alvo era o presidente Goulart, aquele “falso populista” (CORREIO DO POVO, 28/11/1961, p. 4). Mais uma vez, o jornal não emitia sua opinião. Mantinha a sua “independência, nobreza e força”. Porém, mais uma vez, falava pela boca de outros. Assim como fizera com Hermann Göergen, Dante D’Angelo, João Didonet Neto, Fay de Azevedo. Como também o fizera ao dar voz em número e intensidade muito superior aos que se opunham ao reatamento.

Considerações finais

Ao pesquisarmos todas as edições diárias do *Correio do Povo* do mês de novembro de 1961 não encontramos em nenhum dos editoriais do jornal menção ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. Dessa maneira, podemos afirmar que o *Correio do Povo* não tomou nenhuma medida de apoio ou de reprovação ao ato da Política Externa Independente de forma oficial ou mesmo explícita. Dessa maneira, preservava sua autoproclamada independência, ao não se posicionar sobre assunto eivado de polêmicas.

Entretanto, o jornal acabou servindo de combustível para alimentar o fantasma do comunismo no Brasil.

O fantasma do comunismo, no Brasil, é um potente elemento de aglutinação de distintos setores sociais que têm, em comum, um grande medo. E que não é um medo de fantasma, mas sim um grande medo

comparável aquele dos campos da França de 1789: o da sublevação das classes populares.

Essa sublevação das classes populares é a manifestação mais extrema desse grande medo. Um medo que não morre! Um medo que é, pela sua perenidade, outro fantasma. Um medo que se manifesta, sobretudo, quando certos privilégios, quando certas desigualdades, parecem perder força aos olhos desses distintos setores sociais. Uma medida tipicamente republicana, como a expansão ao acesso do ensino superior, é capaz de alimentar esse medo como se fosse álcool no fogo.

E para combater esse fogo, o medo se reorganiza e se rearticula. Foi assim no início dos anos 1960 e é assim hoje. E o medo vira agressão – típico mecanismo de defesa em termos psicológicos. Mas não uma agressão direta ao outro, àquele que, talvez insubmisso, não se coloca no “seu lugar”. A agressão é sempre ao mesmo. É sempre aquele que não se pode ver concretamente, porque ele não existe: afinal, não seria essa uma das características mais assustadoras dos fantasmas?

Fontes primárias

ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AALRS), 16 nov. 1961, registrado no dia 21 de nov. 1961, p. 192-197. Biblioteca Borges de Medeiros da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS

CORREIO DO POVO – Edições de novembro de 1961.

Fontes secundárias

DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo**: história e memória. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. N° 13. Porto Alegre: dezembro de 1995.

FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GALVANI, Walter. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GUIMARÃES, Lytton L. Brasil-URSS: os processos de mudança e as relações bilaterais. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**: o desafio geoestratégico. Vol. 3. São Paulo: Annablume, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KIENTZ, Albert. *Comunicação de massa – análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

REZENDE, Renato Arruda de. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei**: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. 115 f.

Dourados: UFGD, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Povo em perspectiva: as representações sobre o povo nas páginas da grande imprensa carioca (1955-1960)

Letícia Sabina Wermeier Krilow

Introdução

A partir das mudanças nas formas legítimas de produção do conhecimento histórico, especialmente, com a Terceira Geração da Escola dos Anais, a imprensa vem, progressivamente, sendo incorporada como fonte e/ou objeto da escrita histórica, segundo Tânia de Luca (2005). Ademais, quando são consideradas as expressivas intervenções na política nacional da chamada *grande imprensa*¹ brasileira, em particular os jornais, no período pós 1945 até o Golpe de 1964, é reforçado a validade desses periódicos como objeto de estudo.

Entretanto, apesar da profusão de pesquisas que abordem a atuação política dos principais jornais brasileiros no período 1945-64, estes estudos pouco se dedicam em identificar o pensamento político *nos e/ou dos* diários. Haja vista que, normalmente, os trabalhos centram-se na identificação das ligações políticas dos jornais (de forma direta) a grupos de pressão, partidos ou políticos específicos, geralmente considerando o universo jornalístico como subordinado ao político, ou como simples “arma de luta política” e “meio” através do qual os demais grupos sociais

¹ Compreendemos *grande imprensa* da mesma forma que Tânia de Luca, isto é, como um “conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2011, p. 149). No caso desta pesquisa, para um periódico ser considerado pertencente à *grande imprensa*, é preciso que possua uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, no período estudado, que possua regularidade e continuidade em suas edições, que seja estruturado administrativamente, com divisão do trabalho no interior das redações, além da utilização de técnicas industriais na produção dos periódicos.

articulam suas disputas pelo poder². Dessa forma, não possuem a preocupação em compreender o pensamento político desses jornais, menos ainda analisar quais os valores, ideias e visões de mundo estavam sendo mobilizadas e difundidas. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar como os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora*³ representaram, em seus respectivos editoriais⁴ a noção de *povo* entre 1955-1960, partindo do aporte teórico de Pierre Bourdieu (1974; 1996; 2015; 2016), o que possibilita uma abordagem que compreenda a forma e o conteúdo dos textos jornalísticos a partir de diferentes aspectos, como as especificidades internas do fazer jornalístico; especialmente, para este texto, as interrelação entre os jornais; e, a forma como respondiam às demandas internas e externas – políticas e econômicas, relações que não podem ser vistas como mera subordinação ou simples determinação.

Dentro dessa perspectiva, a escolha dos periódicos utilizados nesta pesquisa não ocorreu de forma aleatória, mas especialmente, por serem tratados na bibliografia como possuidores de características distintas, as quais podem ter interferido na sua abordagem do tema aqui proposto. Assim, o vespertino⁵ *Última Hora* é o mais jovem dos quatro jornais escolhidos, fundado em 12 de junho 1951 por Samuel Wainer, sob os

² Cf. SODRÉ (2011); BAHIA (1990); GOLDENSTEIN (1987); CAPELATO; PRADO (1980); RIBEIRO (2002 e 2003).

³ Para simplificar as referências aos jornais, por vezes, utilizaremos as respectivas siglas: *CM*, *JB*, *OG* e *UH*.

⁴ A escolha dos editoriais ocorreu baseada na argumentação de Luis Martins (2018, p. 69 - 70): “em pesquisas de médio e longo prazo, a análise dos editoriais permite identificar as principais ideias e conceitos políticos que circulam nas páginas de um impresso e orientam a(s) concepção(ões) sobre a realidade sustentada pela publicação”. Bem como, os editoriais são escritos pelos principais editores/articulistas de um jornal e geralmente são fruto de um debate prévio entre os chefes das principais editoriais, o que torna estes textos uma produção de autoria coletiva, mas acima de tudo são “a forma como os proprietários e/ou os responsáveis por esta empresa desejam que ela seja vista no cenário público”.

⁵ Os jornais vespertinos chegavam às bancas normalmente pelas 11h; faziam um jornalismo mais de sensação, com grandes manchetes; utilizavam uma linguagem mais leve, concisa e direta. Não circulavam no domingo. Já os periódicos matutinos: circulavam nas primeiras horas da manhã; possuíam um número maior de páginas; eram profundos e minuciosos no tratamento das informações e doutrinários em seus comentários editoriais; eram, em geral sérios e analíticos. Não circulavam na segunda (RIBEIRO, 2007, p.57).

molde do jornalismo que se consolidou durante a segunda metade da década de 1950, sendo, por isso, descrito por Gisela Goldenstein (1987), como um dos mais importantes “reformadores” da imprensa brasileira, na década de 1950, introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil⁶. Ainda, segundo a autora, o jornal seria voltado, predominantemente, embora não exclusivamente, para as classes populares. Segundo o Carlos Leal (2001) no verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB)⁷, *UH* teria sido criado para dar respaldo ao getulismo junto à opinião pública, entretanto, para conseguir atingir tal objetivo era necessário que se legitimasse perante os pares e ao público. Durante o período de 1955-1960, *Última Hora* iniciou uma fase de recuperação da crise gerada pela campanha da grande imprensa contra esse jornal (LEAL, 2001)⁸.

Já *O Globo*, também vespertino fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925, na década de 1950, investiu consideravelmente na modernização do parque gráfico, o que refletiu na constante ampliação de suas tiragens ao longo da década de 1950. Mas, também, segundo Ana Ribeiro tornou-se “um jornal combativo, opinando com veemência sobre

⁶ A partir de 1950, especialmente houve a introdução de máquinas modernas, racionalização administrativa, assim, os jornais foram se consolidando como empresas. Ocorreu, ainda, a criação de várias folhas, implementação de um estilo de escrita mais voltado ao modelo norte americano, com a incorporação do *lead*, pirâmide invertida, *copy desc*. Por fim, alguns dos principais jornais ampliaram ou mudaram suas sedes, não é por acaso que Fernando Lattman-Weltman (1996) chama esse período de “anos dourados” da imprensa carioca. Sobre a “modernização” da imprensa carioca na década de 1950, Cf. LATTMAN-WELTMAN (1996); BARBOSA (2007); RIBEIRO (2007); RIBEIRO (2004).

⁷ Sobre as características de cada periódico optamos por nos concentrarmos nas informações contidas no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930* (DHBB). Utilizamos a versão on-line disponível no site da Fundação Getúlio Vargas (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>), a qual não possui paginação, por isso, as referências estão sem página.

⁸ Segundo Leal, “a partir de 1953, os demais órgãos de imprensa do país desencadearam uma intensa campanha contra *Última Hora*. Os primeiros passos nesse sentido foram dados por Carlos Lacerda, através de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, e por Assis Chateaubriand. Lacerda começou por afirmar que Samuel Wainer era estrangeiro, e que, portanto, de acordo com o artigo 160 da Constituição de 1946, não poderia possuir ou dirigir qualquer órgão de imprensa no país. A campanha enfatizou em seguida os empréstimos que deram origem à *Última Hora*, e sobretudo as relações de Samuel Wainer com o Banco do Brasil. [...] Ainda em abril de 1953, instaurou-se na Câmara dos Deputados uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as transações efetuadas por *Última Hora*. [...] A estratégia dos inimigos de Wainer – obviamente setores de oposição a Vargas – era menos destruir a *Última Hora* do que provar as vinculações diretas de Getúlio e membros de sua família com o jornal” (LEAL, 2001, s/p).

política nacional” (2007, p.92), realizando, assim, um processo inverso da corrente que se consolidava. Nesse período, apresentava uma diagramação com o uso de “títulos dinâmicos” e o recurso de muitas fotografias e charges. Os textos eram carregados e rebuscados, não havendo incorporação de recursos como o *lead*. O que pode indicar que esse vespertino não era um jornal voltado prioritariamente para as camadas populares, embora este também fosse o seu público alvo.

Por seu turno, o matutino *Jornal do Brasil* é o mais antigo, fundado ainda em 1891. A partir dos anos 1930, adotou a estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas como anúncios e classificados. Essa estratégia possibilitou ao jornal grande autonomia financeira – bancado pelos classificados e vendas aos leitores –, sendo o único dos grandes diários, nos anos 1950, que não dependia de publicidade para se financiar (RIBEIRO, 2007, p.155). O que lhe rendeu o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”, embora possuísse uma linguagem rebuscada, pouco uso de imagens, mesmo após as reformas iniciadas em 1956. Neste sentido, ao que tudo indica, era consumido pelas classes populares, que procuravam os classificados, e pelas classes média e alta, mais interessadas nos conteúdos discursivos propriamente ditos. Segundo Sérgio Montalvão no verbete do DHBB, desde o início do século XX, o *JB* assumiu posições políticas mais contidas, se construindo como um “órgão ‘católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (MONTALVÃO, 2001, s/p). Em 1956 inicia o seu processo de reformulação, encerrando-as efetivamente apenas em 1962 e será posteriormente considerado um paradigma das transformações em outros órgãos de imprensa (MONTALVÃO, 2001).

Quanto ao *Correio da Manhã*, foi o mais contido na modernização, segundo Daiana Areas (2012), em 1955 promoveu, mudanças gráficas e editoriais, conduzidas, em parte, pelo jornalista Antonio Callado, também

o parque gráfico recebeu novas máquinas de fabricação estado-unidense. O *CM* também foi um periódico matutino antigo, fundado 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Construiu sua imagem como sendo um “jornal de opinião”, mas sem vinculação partidária, o que lhe gerou um grande reconhecimento, sendo considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Na década de 1950, era um dos jornais de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito texto e poucas imagens. Ao que tudo indica, seu público leitor na década de 1950 estava concentrando na “alta burguesia” e “classe média alta”, entretanto seu orçamento, majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas (LEAL, 2001, s/p).

Diante desse contexto, pode-se indagar como *povo* foi representado pelos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora*? Quais ideias, valores e até conceitos políticos foram mobilizados por estes diários para compreender e representar discursivamente *povo*?

Mas antes de respondermos essas questões, são necessárias algumas considerações acerca de *povo*.

Povo e sua polissemia

A ideia de *povo* é antiga, encontrada, já na Antiguidade Clássica, a partir da perspectiva da *dêmos*⁹ grega, enquanto sujeito de ação política,

⁹ Alfredo Julien, a partir de Homero afirma que *dêmos* corresponde a “um conceito territorial e político, designando, ao mesmo tempo uma porção de território e o povo que nele habita” (2006, p. 53). Dessa forma, segundo Bruno Dambros (2017, p. 97-98), os *dêmos* já existiam no período homérico, entretanto só adquiriram importância política, nas Assembleias, efetivamente por volta de 508 a.C., com a reformas de Clístenes. Estas reformas políticas proporcionaram aos cidadãos, independentemente do critério de renda, o direito de voto e ocupação dos mais diversos cargos, ou seja, ofereceu uma certa abertura política e descentralização do poder. Clístenes reorganizou o território da Ática mudando a organização política ateniense, que era baseada em quatro tradicionais tribos com fortes laços de parentesco entre si, assim, dividiu a Ática em dez tribos de acordo com sua área de residência. Cada tribo era composta pelos *dêmos* - eram a menor unidade política e se assemelhava a um distrito ou comarca, com administração própria, incluindo assembleias - que possuíam os registros de seus membros, sendo que quem fosse registrado em um *dêmos* tornava-se cidadão.

e, do termo romano *populus* que em sua primeira acepção era um termo restrito – assim como *dêmos* – para designar os “homens livres”. Mas, argumenta Xosé Rivas (2012, p. 2), com o alargamento da cidadania romana a todos os habitantes do império, *populus* passou a designar “todas as pessoas integradas numa sociedade política”. Ocorrendo, assim, uma modificação em seu sentido, passando a ideia de uma maior igualdade jurídica entre os homens (RIVAS, 2012, p. 3-4). Entretanto, como alerta Fernando Modelli, não se pode esquecer que havia a diferenciação entre *populus* e *plebs*, sendo que o “termo *plebs* designava os comuns, os pobres, aqueles que habitavam a cidade sem se tornar, por isso, cidadãos” (2018, p. 13). Neste contexto “a plebe, como grupo, surgiu na luta contra os privilégios dos patrícios. Na sua base, estavam camponeses livres de poucas posses, artesãos e comerciantes, e a palavra se ligava à ideia de multidão, massa” (MODELLI, 2018, p. 13).

Entretanto, foi apenas com a inauguração da democracia chamada moderna, que está diretamente ligada a dois eventos inspirados nos ideais iluministas liberais e democratas – especialmente as de Rousseau –, a saber, a Guerra de Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, que ocorreu a formação da moderna concepção de *povo*.

Dessa forma, *povo* pode ser considerado como argumenta Luisa Pereira um “esteio do mundo moderno”, como um conceito que “esteve no centro de suas grandes invenções políticas, a cidadania, a democracia e a nacionalidade, sendo, portanto, de uso abundante e plural, tanto na linguagem cotidiana quanto nos meios científicos e intelectuais” (2011, p. 1). Em síntese, o conceito de *povo* está intimamente ligado ao de democracia, não somente por aspectos etimológicos – *demos* (*δήμος*) = povo + *cratos* (*κράτος*) = poder –, mas especialmente, com referência ao aspecto da legitimidade, pois segundo o sociólogo Daury Fabriz e o advogado Claudio Ferreira, é “o povo que sustenta a existência de um

ordenamento jurídico de base democrática” (2001, p. 120), ainda mais, o *povo* foi construído “como titular da soberania política”, segundo o jurista Fábio Comparato (1997, p. 213). Mas, não se pode negligenciar, que *povo* também pode legitimar a ação, formação e consolidação de regimes autoritários e totalitários (RIVAS, 2012).

Portanto, pode-se identificar que, assim como democracia, *povo* também é um conceito complexo, na medida que um dos poucos consensos existentes se refere a polissemia, fluidez e ambiguidade, deste conceito (PEREIRA, 2011; RIVAS, 2012; COLLIVA, 1998; MÜLLER, 2011). Ao ponto que *povo* pode ser, segundo Paulo Bonavides (2000), conceituado legitimamente sob as mais distintas áreas de conhecimento como o político, jurídico e sociológico.

Por conseguinte, quando se fala no conceito político de *povo*, está-se referindo ao próprio desenvolvimento da democracia como forma de governo dos Estados Liberais, constitucionais e representativos das sociedades liberais-burguesas. Assim, no seu sentido político o conceito de *povo* se refere ao “[...] quadro humano sufragante, que se politizou (quer dizer, que assumiu capacidade decisória), ou seja, o corpo eleitoral” (BONAVIDES, 2000, p. 90), também chamado por Friedrich Müller de *povo ativo*, onde se considera a norma de *one man, one vote* (2011, p. 53). Nesses termos, os que, por algum motivo (idade, alfabetização, renda, gênero etc.) estivessem excluídos do direito de sufrágio, não pertenceriam, nem representariam o *povo*.

Já o conceito jurídico de *povo*, está ligado à cidadania, ou seja, o *povo* é considerado “o conjunto de pessoas vinculadas de forma institucional e estável a um determinado ordenamento jurídico”, em outros termos, o conjunto de cidadãos - em seu sentido amplo - de um Estado (BONAVIDES, 2000, p. 92). Tal formulação foi denominada por Müller de *povo de atribuição* - como instância global de atribuição de legitimidade,

ou seja, o *povo*, neste caso pode ser associado à população¹⁰ (MÜLLER, 2011, p. 55).

Por fim, no conceito sociológico de *povo*, há a equivalência deste com o de nação. O *povo* seria “toda a continuidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns”. Assim, “compreende vivos e mortos, as gerações presentes e as gerações passadas, os que vivem e os que hão de viver” (BONAVIDES, 2000, p. 94). Tal conceito se aproxima muito do que Müller denominou de *povo ícone*, ou seja, é sinônimo de representação (FABRIZ; FERREIRA, 2001, p. 117), pois não trata propriamente “de nenhuma pessoa viva”, mas é construído apenas “no âmbito do discurso de legitimação” (MÜLLER, 2011).

Em muitos casos a *iconização do povo*, importa em “criar o povo”. Neste caso, o processo que nos interessa especialmente, ocorre em sentido pedagógico, referindo-se, neste caso, especialmente ao *povo ativo*. Assim, seria tarefa do estado educador “criar” cidadãos “comprometidos com o bem comum graças à virtude política”, destarte, “o povo deve ser primeiramente criado por medidas políticas ou pedagógicas ou culturais, que demandarão muito fôlego” (MÜLLER, 2011, p. 64).

Contudo, para enriquecer a compreensão do trabalho aqui exposto, não se pode deixar de fora a formulação que Luísa Pereira utiliza em seu livro *O povo na história do Brasil: linguagem e historicidade no debate político (1750-1870)*, onde a autora analisa as constituições de uma determinada representação do *povo* brasileiro. Nesta pesquisa, Pereira utiliza duas correntes distintas a *sociológica* e a *político-constitucional*, embora os termos sejam os mesmos que os utilizados pelo direito, a

¹⁰ Mas é necessário cuidado, pois “o termo população, exprime um conceito demográfico, numérico, indicando a totalidade de habitantes de um Estado”, já no povo em seu sentido jurídico há “um vínculo, o vínculo da cidadania que prende as pessoas ao Estado” (FABRIZ; FERREIRA, 2001, p. 108).

historiadora e cientista política apresenta formas distintas e até conflitantes de compreender o conceito *povo*.

A acepção sociológica utilizada pela autora está baseada em “critérios de natureza quantitativa, étnica, cultural, linguística, religiosa e econômica para conceituar o povo através de um exame das ‘condições reais em que se apresentam os grupamentos humanos’” (PEREIRA, 2016, p.16). Assim, *povo* a partir dessa perspectiva

[...] se refere a realidades históricas, sociais, culturais e econômicas, o que se verifica na fala cotidiana em expressões como ‘índole do povo’, ‘cultura do povo’, ‘caráter do povo’ e ‘história do povo’, ‘situação do povo’. Neste caso, pode também assumir características negativas, como nas expressões ‘zé-povinho’, ‘povão’, sendo assim associado a uma parte considerada inferior, pela pobreza ou nível educacional e cultural: a chamada plebe, populacho, malta ou canalha (PEREIRA, 2016, p. 15-16).

Por seu turno, na segunda acepção, a político-constitucional *povo* é percebido como componente do sistema político, é representado como um sujeito de vontade e ação política legítima. Entretanto, fica evidente a incapacidade de “observação de suas condições reais’, isto é, físicas, socioculturais e espirituais”. Não por acaso, que a autora argumenta que se trata “de construções abstratas, uma sistematização de ‘certos elementos extraídos do real, e a partir da qual se elabora uma noção de povo’”. Neste caso, destaca a autora que, “o povo assume toda a sua glória, por exemplo, em expressões como ‘vontade do povo’, a ‘soberania do povo’, ‘o povo fez’, ‘o povo unido jamais será vencido’” (PEREIRA, 2016, p.16).

Dessa forma, segundo Luísa Pereira, *povo*

pode significar a parte e a totalidade de uma população, tomar acepções positivas e negativas, ser glorificado, depreciado ou mesmo temido. É usado

como justificativa para quase tudo na vida política e social, pois é dele que emana, ao menos em teoria, a legitimidade dos governos, assim, como os problemas sociais e econômicos. É o ente a que se dirigem políticas públicas, assim, como os chamados à ação política e à revolução. O povo é sempre uma questão a ser resolvida, um problema a ser solucionado, uma vez que defini-lo e encontrar os modos de sua efetivação político-institucional é sempre um grande desafio. (PEREIRA, 2016, p. 15).

Entretanto, não se pode esquecer da argumentação de Céli Pinto, ou seja, que *povo* é, mais do que tudo, objeto da e na luta política, e nesta luta, foi e é construído, como um sujeito, mas um sujeito muito mais abstrato, não palpável, mesurável, visível do que real (2017, p. 474). Ou ainda como afirma Müller, um conceito de combate, um “combate semântico”, assim, pode ser considerado “um conceito não naturalista, a ser encontrado por via da ciência. Não é ele também simples, mas complexo e artificial, i.e., uma inferência a partir de uma concepção e não a partir de um fato”. Por isso argumenta o jurista, é um conceito que “não se reveste de traços inocentes, neutros, objetivos, mas decididamente seletivos” (MÜLLER, 2011, p. 73).

Nestes termos, aproveitando a argumentação de Müller, pode-se indagar, quais seleções foram feitas pelos jornais estudados quando representaram *povo*? Esse povo ou povo(s) representados possuem correspondentes na *sociedade real* ou são construções totalmente abstratas? São efetivamente legitimadores da democracia vigente, ou podem ser utilizados como deslegitimadores do regime instituído?

Antes de buscarmos resposta para essas questões colocadas, faremos um apanhado sobre o *corpus* documental utilizado.

O *corpus documental* final ficou delimitado em 532 textos ao longo dos seis anos investigados¹¹, destes: 126 são do *Correio da Manhã*, 150 do *Jornal do Brasil*, 130 do *O Globo* e, 126 do *Última Hora*. Sendo que no *CM* as referências a *povo* foram encontradas em 35 dos 126 editoriais (27,7% do *corpus documental* deste jornal); no *JB* em 76 dos 150 (50,6%); no *OG* em 69 editoriais dos 130 (53%); e no *UH* foram identificados 77 textos dos 126 (61,1%). Números que correspondem a um total de 257 textos com representações sobre *povo* dentro do *corpus* final de pesquisa e que pode indicar um equilíbrio na utilização e difusão do termo *povo* pelos jornais estudados.

Inicialmente, pode-se perceber que nos textos que formam o *corpus documental*, *povo* pode ser representado de formas bem amplas – o todo, segundo Pereira – e de modos mais restritos – a parte. No primeiro caso, *povo* pode ser associado com nação e, predominantemente, tomado como sinônimo de *população* – *povo destinatário*. Já no segundo caso, pode ser compreendido, especialmente, como os cidadãos com direito ao voto – *povo ativo*¹².

¹¹ Para a formação do *corpus* de pesquisa optamos pelo critério de prospecção por amostragem, na qual analisou-se inicialmente 15% do total das edições anuais, o que corresponde a 45 edições por ano em cada periódico. A base do cálculo que resultou nessas 45 edições é de 305 edições por ano de cada jornal (o valor não é de 365 - dias do ano -, pois, no período de 1955 - 1960, os periódicos possuíam apenas 6 edições semanais e não 7, e, em alguns casos, por motivos diversos acabavam não circulando. Outra observação deve ser feita em relação a publicação de edições extras, estas não entraram na contabilização, pois seleccionei apenas o jornal referência do dia, não considerando as possíveis edições adicionais a um mesmo dia). Assim, foi feita uma regra de três simples e 15% dessas 305 edições equivalem a 45 edições anuais, o que equivale a 270 edições por jornal ao longo dos seis anos de pesquisa, totalizando um montante de 1.080 edições dos quatro jornais nos seis anos de pesquisa. Entretanto, como nem todos os editoriais destas 1.080 edições foram pertinentes ao objeto de pesquisa, e em alguns casos houve mais de um texto selecionado por edição, o *corpus documental* final ficou delimitado em 532 textos. Algumas observações são necessárias: No caso do jornal *Última Hora*, em função de sua especificidade de não publicar textos editoriais com frequência teve que se optar por selecionar duas colunas não assinadas intermitentes entre si: *Coluna de Última Hora* e *Coluna Flash do momento*. A escolha de ambas as colunas ocorreu pois elas podem ser consideradas como uma seção em que se expõe aquilo que pode ser considerado como uma “opinião oficial” do jornal. Por fim, importa ainda especificar que os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* estão disponíveis na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional Digital - <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Já o jornal *O Globo* possui acervo próprio o qual possuímos acesso via assinatura.

¹² Ainda pode-se verificar a representação de *povo* sob um aspecto que chamei de *uso retórico*, neste caso, os jornais se colocam como falando em nome do *povo*, muitas vezes atribuindo sentimentos ao povo, interpretando seus desejos

Assim, identificamos que o sentido mais geral que *povo* adquiriu nos jornais estudados pode ser associado ao de *nação*. Essa acepção pode ser encontrada no *O Globo*, quando este se refere ao comunismo e ao “nacionalismo revolucionário”¹³ e argumenta que “[...] forças exógenas, disfarçadas em compatriotas, lutam para jogar-nos na fogueira dos conflitos internacionais, aos serviços de uma ideologia contrária à nossa formação e à índole do nosso povo” (*OG*, 15/11/1957, p.1).

Por seu turno, o *Correio da Manhã* está preocupado com as “insinuações golpistas”¹⁴, que são um perigo interno que coloca o Brasil “num estado de desconfiança das instituições que nos regem, e em que o país se formou”, neste contexto “os problemas de rotina, e até as etapas ordinárias do processo democrático, com uma ligeireza perigosa são apontados como crises, para as quais se estimam soluções extraordinárias de força”. Por isso, alerta o jornal, “a época difícil é, sobretudo, a quadra da instabilidade em que vivemos, e pela qual são - responsáveis os que a provocam, desdenhando das normas e princípios em que se fundamenta a evolução cívica de um povo” (*CM*, 02/03/1955, p. 6).

Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* ao se referir ao processo que derrubou o presidente argentino, Juan Domingo Perón¹⁵, caracterizado

e necessidades, inclusive difundindo o que “o povo quer” ou “sabe”, ocorrendo uma verdadeira reificação do conceito. Entretanto, em virtude da extensão do texto, esse último aspecto – uso retórico – não será abordado neste capítulo.

¹³ *O Globo* era favorável a entrada de capital estrangeiro no Brasil, assim, apresentava críticas ao Estado excessivamente interventor, condenando os grupos favoráveis ao “monopólio do Estado” na área econômica e contrários ao investimento estrangeiro no país, reprovando essa forma de nacionalismo. Cf. *OG* (21/06/1957, p. 1); MARTINS (2016).

¹⁴ O ano de 1955 foi agitado politicamente, o processo de sucessão presidencial foi tumultuado desde a indicação de Juscelino Kubitschek como candidato à presidência; depois teve-se a publicação da *Carta Brandi*; uma tentativa de *golpe*, que gerou um *contra golpe* (Movimento do 11 de Novembro), assim, o *Correio da Manhã* nomeia genericamente de “golpistas”, os que buscam sempre estabelecer soluções “extralegais e/ou “extraordinárias de força” para qualquer problema ou crise política. Cf. (*CM*, 02/03/1955, p. 6; *CM*, 12/04/1955, p. 6; *CM*, 27/07/1955, p. 6).

¹⁵ “Perón venceu o pleito de 1946, obtendo 56 % dos votos. Ao longo do mandato, nacionalizou as companhias de estradas de ferro, telefones, gás e algumas empresas de energia elétrica, promoveu o desenvolvimento industrial e garantiu o aumento da taxa de emprego e dos salários. Os trabalhadores receberam importantes benefícios, como aposentadoria, férias pagas e assistência médica. Reeito em 1951, enfrentou sérios problemas durante o seu segundo mandato presidencial. A morte de Evita em 1952, as dificuldades econômicas e as reivindicações dos

pelo jornal como caudilho e demagogo¹⁶, destaca que “a grande República vizinha passa por uma fase angustiante de sua jornada política, assinalada por manifestações de civismo que serviram de marco à história da democracia dentro do Continente”. Assim, conclui o texto, “um dia, aquele povo encontraria o caminho que o conduziria às fontes de sua formação histórica, readquirindo o domínio de si mesmo e reconquistando o regime que lhe garantiu um lugar proeminente na comunhão pan-americana” (*JB*, 22/09/1955, p. 5).

No que se refere ao jornal *Última Hora*, este também menciona a Argentina, mas em momento posterior, - em 1958, quando, depois de dois anos de governo ditatorial¹⁷, ocorreriam as primeiras eleições para Presidente da República -, alerta que não existe intenção por parte do jornal “de interferir, sequer de julgar, assuntos que dizem respeito ao povo da República irmã - mas simplesmente o desejo de ver o povo argentino devolvido às condições de liberdade e democracia, de segurança e tranquilidade indispensável ao progresso a que faz jus pelo seu valor” (*UH*, 21/03/1958, p. 3).

Nestes trechos selecionados, identifica-se um forte sentido de processo ou de desenvolvimento, ponto que pode oferecer elementos para, nesses casos, considerar a utilização de *povo* como sinônimo de *nação* conforme a argumentação de Bonavides (2000, p. 94) exposta anteriormente. Em outras palavras, nesta perspectiva, *povo*

trabalhadores enfraqueceram a sua posição e, em 1955, foi deposto pelos militares, na chamada “Revolução Libertadora”, exilando-se no Paraguai” (ABREU, et al, 2001, s/p). O governo peronista ficou marcado por impor uma política populista e autoritária.

¹⁶ O *Jornal do Brasil*, assim como, grande parte da imprensa carioca era muito crítico à Perón, segundo o *JB*, “com todos os fatores deliberativos na mão, podia ele [Perón] governar a seu talento, defendendo-se da crítica, dizendo que a Constituição não fora violada. A legalidade disfarçada é mais uma forma de degenerescência do regime democrático, de criação caudillesca”. Cf. *JB* (24/07/1955, p. 5).

¹⁷ Após a deposição de Perón, foi instalada uma ditadura “provisória”, o período ficou conhecido como a “Revolução Libertadora que após derrubar o presidente Juan Domingo Perón, fechou o Congresso Nacional e depôs os membros da Corte Suprema. Durou dois anos, até a entrega do poder ao presidente eleito Arturo Frondizi, a 1 de maio de 1958.

corresponderia as marchas da história humana de determinado grupo no período de algumas gerações, expressando uma “continuidade do elemento humano” que se identifica na projeção de valores e aspirações comuns. Mas, também, é perceptível que na passagem de *OG* há o receio de que certas forças externas, mas que atuam através de “compatriotas”, podem trazer à “índole do nosso povo”. No *CM*, encontramos uma preocupação com os inimigos internos considerados uma ameaça ao regime e que podem interferir na “evolução cívica” do *povo*. Nesses termos, uma pergunta acaba por se impor: para esses jornais, o *povo* seria capaz de seguir em sua índole e/ou na sua evolução cívica em direção à consolidação da democracia ou esse processo estaria comprometido?

Já nos jornais *JB* e *UH*, pode-se perceber, que embora se refiram a momentos e situações distintas ambos estão comemorando a possível retomada do caminho democrático pelo “povo argentino”, o *JB* saudando a deposição de um presidente considerado, por esse jornal, como nocivo à democracia e o *UH* festejando o possível fim da ditadura provisória, elementos que indicam perspectivas políticas convergentes para um fim em comum, mas a partir de pontos bem distintos. O que pode indicar posicionamentos distintos em relação ao regime político vigente no Brasil de então.

Seguindo em nossas análises, passaremos para os trechos em que se identifica *povo* como correlato a *população*.

Pode-se encontrar essa representação, por exemplo, quando *O Globo* expõe que tem “[...] feito o possível para estimular o Presidente da república a cumprir seus elementares deveres para com o povo” (*OG*, 02/10/1956, p. 1), concluindo com recomendações de que Juscelino Kubitschek deveria crer “que o povo anseia por saber que há, no Catete, um Chefe da Nação, errando ou acertando, mas sob sua exclusiva responsabilidade” (*OG*, 02/10/1956, p. 1). Em outro texto argumenta que

nenhum título de benemerência maior tem um chefe de Estado do que o que lhe confere a asseguuração do bem-estar de um povo, ao lado do gozo dos direitos políticos e privados” (OG, 22/01/1959, p. 1).

No *Correio da Manhã* encontramos construções que concebem *povo* como sinônimo de *população* quando se elencam cinco pontos definidos pelo periódico como essenciais para a causa da legalidade, e, no quinto ponto se afirma que o “povo” não abre mão da “manutenção das liberdades públicas e individuais”, concluindo que não devem haver “estados de sítio, nem de estados de emergência, nem qualquer outro expediente que venha colocar as liberdades ao arbítrio de um poder executivo hipertrofiado” (CM, 28/08/1955, p.6). Na mesma perspectiva, em outro texto, foi argumentado que os sentimentos legalistas “constituem a inalterável vocação do povo brasileiro”, por isso, estão isolados do país aqueles que querem garrotear esse sentimento, em nome de soluções salvadoras” (CM, 06/09/1955, p.6).

Nos editoriais do *Jornal do Brasil* foi destacada a importância da viagem do Presidente eleito, mas ainda não empossado, Juscelino Kubitschek, para os Estados Unidos e países da Europa. Em um dos textos, expressou-se o desejo de que tal viagem fosse “proveitosa a si mesmo e ao nosso povo, que reivindica dele um governo capaz de pôr termo ao ciclo de crises que nos coube por sorte nesses difícil encruzilhada da nossa história política” (JB, 22/01/1956, p. 5). Já em texto posterior, quando foi feita uma apreciação sobre uma possível reforma na Constituição, difunde-se um alerta de que é preciso crescer na estabilidade, pois “se o conseguirmos, teremos a oportunidade de executar a pretendida reforma – que passa, afinal, dos ajustamentos indispensáveis em uma sociedade que se transforma – em ordem e com proveito para o País e o nosso povo” (JB, 28/08/1958, p. 3).

No caso de *Ultima Hora*, geralmente *povo* em sentido de população foi associado ao ex-presidente Getúlio Vargas, assim pode-se ler que “há um nome no Brasil que exprime melhor do que outro qualquer a luta pela independência econômica e a arrancada pelo progresso social do povo brasileiro. Esse nome é o de Getúlio Vargas, aquele que deu a própria vida pelo seu povo” (*UH*, 06/09/1955, p. 1). Ainda mais em texto posterior se argumenta que “sua luta [de Vargas] se confundiu com a luta do nosso povo. Morrendo, prestou o último serviço, que não foi o menor, esclarecendo, apontando, acusando” (*UH*, 19/04/1958, p. 3).

Mas também se encontram críticas aos “traidores do povo”, especificamente a Carlos Lacerda que desencadeou internamente uma “ofensiva de traição” e a Pena Boto que externamente no “Congresso Anticomunista em Lima, responde à chamada. Está presente, como sempre, contra o Brasil, contra o seu povo, conta os que servem à democracia, à liberdade, aos interesses da Pátria. Tal como o traidor Lacerda” (*UH*, 17/04/1957, p. 1).

Percebe-se que, de uma forma ou de outra, em todos os jornais foi identificada uma preocupação com os “direitos” e “liberdades” do *povo*. O *OG* e o *JB* cobrando dos poderes públicos instituídos e indicando o que consideram o melhor a seguir; o *CM* seguindo na defesa do que se tornou sua bandeira – defesa da legalidade; e o *UH* também defendendo sua bandeira - dar continuidade aos ideais de Vargas, sempre que possível acusando os principais envolvidos na derrocada do ex-Presidente. Dessa forma, pode-se questionar se a pauta das “liberdades” e dos “direitos” públicos e privados foi instituída pelos jornais nesse processo de tentativa de construção de um campo jornalístico ou se foi uma pauta que se impôs no debate público, e, caso não fosse considerada pelos diários, estes correriam o risco de perderem credibilidade no debate público? Ou seja, até que ponto o apelo ao povo, neste caso, é uma iniciativa da forma como

os referidos jornais estão tentando construir sua inserção legítima no debate público ou se foi um tema obrigatório, salientando que as duas coisas possivelmente não sejam excludentes.

Ainda é possível identificar outra variante de *povo* nos diários analisados, por sinal, a que mais ocorrências possui, *povo* enquanto *eleitor*. Isso fica claro no *Correio da Manhã* quando se lê: “a soberania do regime ainda continua na mão do povo”, nesse sentido, é bem enfático ao afirmar que “não pactuaremos com uma democracia tutelada pelos militares, pois uma democracia tutelada já é uma ditadura disfarçada” (*CM*, 28/04/1955, p. 6). Não por acaso, o jornal, no pleito presidencial de 1955, destaca que “o povo inteiro irá às urnas não exclusivamente para eleger candidatos, mas para dizer aos que quiserem se improvisar em seus tutores, que não aceita outro sistema que não seja o da ordem legal” (*CM*, 30/09/1955, p. 6). Bem como, nas eleições de 1960, comemorava, pois, “o povo votou ontem, de consciência tranquila, certo e seguro do respeito à sua vontade expressa no silêncio da cabina indevassável, guardada nas dobras da cédula única: esta que a todos os candidatos oferece a mesma oportunidade” (*CM*, 04/10/1960, p. 6).

Diante de ameaças de golpes ao regime em função das eleições de 1955, evidencia que há uma repulsa pública a um possível golpe, pois de “maneira pronta e enérgica” o “povo respondeu às palavras de defesa do regime”, o que comprova a “determinação unânime em que vive o Brasil, de marchar para as eleições de 3 de outubro”. Dessa forma, conclui o texto, que “esta data não está sendo mais considerada pelo país, como de um simples pleito eleitoral, mas a data de um teste supremo: o teste que dirá se realmente a vontade do povo é soberana e se, como tal, será acatada, respeitada e cumprida” (*CM*, 06/09/1955, p. 6). Nesta perspectiva, para o *CM*, “a legalidade uniu acima dos partidos os brasileiros, colocando-os

indistintamente sob a égide da causa suprema: a da sobrevivência do regime (*CM*, 06/09/1955, p. 6).

Nestes termos, *povo* funciona, para o *Correio*, como verdadeiro legitimador e fiador da democracia, possivelmente, em função dessa construção não foram identificados juízos de valor positivos ou negativos, em relação ao *povo* enquanto eleitores, mas tais julgamentos foram recorrentes no *Jornal do Brasil*, por exemplo, quando foi feito um alerta aos políticos, advertindo que “não convém, hoje, ser candidato bafejado ostensivamente pelos poderosos”, pois “o povo, às vezes, vota com consciência cívica, procurando escolher entre os melhores, selecionando os mais aptos e capazes de ficar a testa da coisa pública, mas outras vezes, desgarrar-se e adquire atitude de revide”. Continua o texto “não olha os candidatos em suas qualidades intrínsecas, mas indaga, antes, quais são os seus elementos protetores” (*JB*, 20/04/1955, p. 5).

Entretanto, apesar desta inicial representação negativa acerca do *povo*, em editoriais posteriores as construções são também positivas, assim, pode-se encontrar as seguintes afirmações:

É um erro supor que o povo não entende certas questões. Nos nossos dias, a evolução operada tornou muitos assuntos, que eram privilégio de alguns, acessíveis à compreensão da massa, que se encontra pronta a apreciar um debate em torno das melhores soluções que oferecem os técnicos e estudiosos. O eleitorado se ampliou e quase na mesma proporção estendeu-se o conhecimento de certos problemas, colocando o grande público em situação de poder opinar sobre os mesmos, apreciando com justiça aqueles que os estudaram com maior cópia de detalhes e estejam, por isso mesmo, indicados para lhes dar solução prática mais adequada (*JB*, 31/05/1955, p. 5).

Acrescenta-se em outro editorial, que “o povo já adquiriu confiança nas eleições e está cada dia mais seguro de que o seu direito de escolha dos nomes que deverão ficar encarregados de dirigir os seus destinos será

respeitado”. Ainda mais, “o povo já adquiriu lucidez necessária, sabendo distinguir entre o equilíbrio, a moderação, a austeridade, a competência e os meros efeitos oratórios, em que a demagogia é prodiga”, assim, “tem demonstrado o seu interesse pelos comícios, evidenciando que os propagandistas das insurreições não conseguiram arrefecer o seu ardor cívico, nem entibiar as suas convicções democráticas” (*JB*, 04/08/1955, p. 5).

O Globo também reconhece o povo como *corpo eleitoral*, pode-se identificar essa associação, quando faz sua apreciação sobre Consagração do nome de Lott para candidato à presidência da República, na Convenção Nacional do P.S.D., ao afirmar que “agora, o que cumpre é prosseguir nos trâmites sucessivos da candidatura pessedista, lançando-se nas ruas para o exame do povo, o supremo e o único juiz. Quando a democracia funciona, a esperança renasce. Parece até que o feijão fica mais barato” (*OG*, 15/12/1959, P. 1). Entretanto, esse sentimento de que a democracia está funcionando não pode ser estendido à análise das representações de *OG* sobre as eleições de 1955, como pode-se ler:

Um jornal como O GLOBO, que não se deixa cegar por paixões de partido, é obrigado a confessar que o povo está atualmente dominando por uma alarmante descrença nos partidos e nos líderes. Depois de tantas promessas descumpridas, de tantas malogradas experiências, uma grande e perigosa indiferença invadiu todas as camadas sociais, a tal, ponto que a corrente de abstenção alcançará índices inesperados. Eis um péssimo sintoma (*OG*, 06/09/1955, p. 1).

Ainda se referindo ao pleito presidencial de 1955, em outro texto foram feitas diversas advertências, inicialmente que “o eleitorado tem de compenetrar-se de que nas suas mãos é que se encontra o futuro do nosso país”, dessa forma, “ninguém, assim, deve encarar com displicência ou

frivolidade esse compromisso”. Continua o texto, em sentido de alerta, “votar com liberdade não é tudo; cumpre votar com seriedade e meditação, como se do voto de cada um de nós dependesse o bom ou o mau Governo” (OG, 22/09/1955, p. 1). Entretanto, logo vem uma advertência, “é certo que estes pensamentos não acodem infelizmente a todos os cérebros. A uns, por deficiência de cultura e por desconhecimento das necessidades públicas; a outros, porque as paixões cegam ou os vis interesses corrompem (OG, 22/09/1955, p. 1).

Posições distintas das encontradas no jornal *Última Hora*, quando se lê que o amadurecimento político do *povo* brasileiro “vai já conduzindo o Brasil ao nível dos povos democráticos plenamente desenvolvidos” (UH, 02/10/1956, p. 1), neste sentido, em outro texto, mas na mesma edição, se afirma que “participação do povo nos problemas políticos” não ocorre apenas “nas fases eleitorais” (UH, 02/10/1956, p. 3). Já em período anterior, quando o Brasil ainda estava em estado de sítio, essa perspectiva era encontrada, quando se argumenta que “não é, não pode ser um estado de sítio contra o povo. É, ao contrário, um estado de sítio com a finalidade de fazer cumprir a vontade do povo, expressa nas eleições de 3 de outubro! Eis porque ele começa cercado do agrado sincero da coletividade”. Ainda mais, continua o texto

Insistimos, pois, na tese da união nacional em torno da Constituição. Esta terá de ser defendida pelas Forças Armadas, mas sobretudo pelo Povo, organizado dentro de seus partidos, de suas organizações, de seus sindicatos, em seus comícios de essência democrática. Este é o verdadeiro caminho, através do qual iremos, de batalha em batalha, destruindo a negra conspiração neofascista e consolidando a socialdemocracia em nossa terra! (UH, 26/11/1955, p. 4).

Essa passagem é particularmente interessante, pois, a escrita de Povo com “P” maiúsculo não foi aleatória, mas pode ser considerado como um elemento de distinção para corroborar a que no Brasil existe não apenas um *povo ativo* – sentido jurídico -, mas também mobilizado e organizado politicamente.

Dessa forma, diante de perspectivas tão diversas, em alguns casos contraditórias, em relação ao *povo* enquanto eleitores, seria lícito indagar se existem propostas, especialmente, no caso de *O Globo* para melhorar a atuação política do povo?

A resposta é positiva, diante do cenário anteriormente descrito por *O Globo*, foi proposto que,

deveria haver cursos públicos para ensinar o povo a refletir sobre a gravidade do ato eleitoral, sobre a distinção entre as promessas dos candidatos e a possibilidade ou impossibilidade de realiza-las, além de noções de psicologia individual ou coletiva, do ponto de vista político-partidário. Só assim o Estado democrático estaria ministrando aos cidadãos as noções, do que eles em geral carecem, para preservá-lo do ataque dos seus inimigos, da antidemocracia (*OG*, 22/09/1955, p. 1).

Essa foi uma preocupação recorrente no *O Globo*, tanto que, posteriormente, uma das críticas ao plano de metas de JK, foi justamente ter relegado “os problemas educacionais” à última das metas do governo. Dessa forma, questiona-se

como, então, se há de ‘alterar a fisionomia econômica e social do país’, sem enfrentar com decisão, antes de mais nada, os problemas do ensino? Como tornar esta pobre nação de analfabetos economicamente mais forte e politicamente mais consciente, sem antes resolver, em termos amplos e definitivos, a educação fundamental do povo? (*OG*, 19/04/1958, p. 1).

Nesse sentido, a defesa de educação para que o povo se torne politicamente mais consciente, ganha mais legitimidade quando em outro texto enfatiza-se que Leonel Brizola e Ademar de Barros “representam a marcha da corrupção, do personalismo, do caciquismo da proscricção dos métodos de governos republicanos, isto é, governos que o povo escolhe com liberdade e controla pelos meios legais” (OG, 28/08/1958, p. 1). Em outro escrito se assinala que “Tenório Cavalcanti é um fruto da democracia, dos maus, evidentemente, que existem apenas para chamar a atenção do povo para a necessidade de aperfeiçoar a vida política da Nação” (OG, 02/10/1959, p. 1). Sendo, possivelmente, um dos caminhos para se aperfeiçoar a vida política do país seria pela educação do *povo*, perspectiva que convergem com a ideia da necessidade de se “criar” o *povo* no Brasil, assim como descrito por Müller (2011, p. 61), e, mesmo convergindo com a maioria dos autores agrupados sob o “rótulo “pensamento social brasileiro”¹⁸, estes autores constataram a ausência de povo, “no sentido de um conjunto de cidadãos organizados e conscientes de seu papel político” (PEREIRA, 2016, p. 29), para estes, no Brasil não há “um povo adequado para a vida política moderna, para a participação num sistema representativo liberal e democrático. Logo, um Estado forte ou autoritário é em geral conclamado para tutelar o povo enquanto este segue sua marcha de formação” (PEREIRA, 2016, p. 29).

Diante de tais concepções, pode-se indagar se não poderia existir projetos políticos distintos nos jornais em relação a participação do *povo* na vida política, especialmente, no tocante à escolha dos seus representantes? Se sim, como tais projetos se articulariam a democracia

¹⁸ Sob esse rótulo Luisa Pereira agrupou os viajantes (Auguste de Saint-Hilaire e Gustave Aimard); os “intérpretes do Brasil” (Euclides da Cunha, Alberto Torres, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Azevedo Amaral e Francisco Campos); o marxismo da USP (*Seminário Marx* (1958-1964) e Caio Prado Júnior); e, de uma forma um pouco distinta, pois, afastaram suas análises da ideia da pura ausência de povo, mas acabaram corroborando essa perspectiva: Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (PEREIRA, 2016, p. 22 - 30).

vigente? Legitimariam a sua continuação e consolidação ou poderiam validar medidas extralegais e até a instituição de uma ditadura?

São questões difíceis de se formularem respostas, entretanto, ao que tudo indica, existem projetos políticos distintos, que podem ser legitimados pela forma como o *povo* enquanto eleitores foi representado. Neste sentido, por exemplo, nos textos de *Última Hora* encontram-se posições totalmente contrárias às soluções de cúpula, quando se assevera que diante do cenário nacional “hoje o negócio é trocar apoios de cúpula por apoio da massa popular”, condenando assim, ao “velhos políticos” que “insistem nos processos superados: a busca do apoio eleitoral, na fase de consulta, a sua substituição por apoios de cúpula, quando no Poder”. Concluindo o texto com a afirmação que, “os entendimentos, hoje, já não são a sós, as longas conversas secretas, mas aqueles que se processam de público, na sua vigência atual: só há um caminho para o governo, no Brasil, o caminho do apoio popular” (*UH*, 02/10/1956, p. 3).

Diante disso, destaca que a ideia de uma “união nacional” em torno de um ou dois nomes apenas para concorrerem à Presidência do país em 1955 “não pode, sequer, ser encaminhada porque portadora de um vício de origem, uma falha fundamental em qualquer articulação política cuja aprovação final dependa do pronunciamento popular”. Isso, porque as “soluções de cúpula não convencem mais ao povo, nem o entusiasmam, nem sequer o iludem mais (*UH*, 14/05/1955, p. 4). Entretanto, não se pode deixar de perceber o silêncio de *Última Hora* quando foi aventada a possibilidade de uma “união nacional” com nomes satisfatórios ao governo para a sucessão presidencial de 1960.

No caso do *Jornal do Brasil*, ocorreu exatamente o contrário, ou seja, diante da possibilidade de se formar uma “união nacional” para o pleito de 1955, identifica-se um silêncio, o que não ocorreu nas eleições de 1960, quando condena a ideia de uma unificação nacional, em torno de um nome

com respaldo da situação, para se resolver o “problema da sucessão presidencial”, pois “nem sempre são legítimos os intuitos dos que formulam esses propósitos”, sendo apenas cogitada em função de uma situação interna de tal gravidade que ameaçasse a segurança das instituições”. Defendendo, assim, que a “solução alta, no caso vertente, é o apelo às urnas. Só o povo deve decidir dos seus destinos e não os cambalachos de cúpula, em que os mandarins ou os supostos mandarins da política se julgam com o direito de frustrar os anseios populares” (*JB*, 10/10/1959, p. 3).

Já em *O Globo*, pode-se encontrar um posicionamento distinto, em diversos momentos pode-se identificar a sugestão na necessidade de *soluções de cúpula*, – expressão utilizada pelos demais jornais, mas não encontrada em *OG*, possivelmente pela carga negativa que contém – ao concordar com Afonso Arinos

que a paz política, para um bom Governo, tem de ser fundada sobre uma conciliação interpartidária que anteceda as eleições, à base de um plano de administração e de reformas. Do contrário, é um simples cambalacho flutuante, ao sabor das conveniências e interesses de cada grupo (*OG*, 10/03/1955, p. 1).

Nesse sentido foi bem crítico a Juscelino Kubitschek, afirmando que “a ambição do poder cegou por completo o digno Governador de Minas”, se negando a ouvir as “advertências leais de vários líderes de responsabilidade”, que lhe apontaram “a necessidade de uma previa consulta às outras correntes partidárias, a fim de auscultar lhes os pensamentos e coordená-los para uma solução patriótica, acima de miseráveis competições de pessoas ou de regiões”. Em função de suas “aspirações transformadas em obsessão”, alerta o jornal que Juscelino terá de “assumir a responsabilidade de todas as consequências de uma luta

desnecessária e sob certos aspectos, impatriótica” (*OG*, 02/03/1955, p. 1). Ainda mais, assevera que “para recompor-se do abalo, causado pelo Governo passado, a Nação reclamava uma sucessão acima de atritos individuais, de paixões de grupos, de choques de facções” (*OG*, 14/09/1955, p. 1).

Por seu turno, o *Correio da Manhã* contesta abertamente as perspectivas de *O Globo*, quando se lê:

Inquietou a nação, porém, a corrente de boatos e ameaças que acompanharam a tentativa de impugnação previa da candidatura do sr. Kubitschek. Falava-se em golpe, negando ambiente para eleições pacíficas. Argumentava-se com a crise econômica, ao mesmo tempo que se procurava perenizar a crise de 24 de agosto.

Mas o estado de espírito que se procurava abafar – o de receptividade, para um pleito normal – afirmou-se sobre os boatos e superou a ameaça golpista, repudiada pela opinião pública. O pretexto da nunca definida ‘união nacional’ esborouou-se no decorrer das semanas, ruiu na própria vacuidade (*CM*, 18/03/1955, p. 6).

Acrescentando: “o que põe em perigo as instituições é o argumento de que se precisa simular o processo democrático com um candidato único, porque a dois ou três elas não resistem” (*CM*, 18/03/1955, p. 6).

Dentro dessa perspectiva, foram feitas duras críticas ao discurso do presidente Café Filho na *Voz do Brasil*, quando este toma posição favorável a proposta de um candidato “de união nacional”, um “candidato de todos”, proposta sugerida por alguns militares e da UDN (*CM*, 28/01/1955, p. 6). Em editorial posterior, o assunto é retomado e se argumenta que a ideia de “união nacional”, fracassou “antes de tudo porque não estava animada de sinceridade, nem de patriotismo”, pois “com a ‘união nacional’ o que queriam os udenistas era a manutenção do poder sem as canseiras e os riscos de uma campanha eleitoral” (*CM*, 24/06/1955, p. 6).

Não por acaso que em outro editorial, o *CM* chama o jornal *O Globo* de “líder e porta-voz” do golpismo político-udenista (*CM*, 16/10/1955, p. 6). Contudo, em 1960, essas críticas não escapam ao PSD, em um editorial de título sugestivo, “Fantasmas de 55”, reprovasse severamente a “impatriótica” proposta de “união nacional” como fórmula para a sucessão, criada pelo PSD junto com JK, para afastar Jânio Quadros da campanha eleitoral (*CM*, 10/06/1959, p. 6).

Contudo, podemos indagar como podem ser compreendidas essas tomadas de posições dos jornais?

Inicialmente, no caso de *UH* parece haver uma tripla legitimação, primeiro da participação ativa do povo na vida política, considerando este capaz e organizado politicamente, expresso na utilização de Povo com “P” maiúsculo, e, assim, por consequência acabam legitimando a democracia e o modo de escolha dos governantes inerentes a essa forma de governo, como por exemplo, a grande variedade de candidatos disponíveis para livre escolha do eleitorado. A terceira legitimação seria a do próprio jornal no debate público, perante aos pares e aos consumidores, pois nesse processo *UH* passa a ressignificar o *povo*, difundindo uma visão que se contrapõe aos textos de grande maioria dos autores do “pensamento social brasileiro” e mesmo da própria imprensa, como verificado no caso de *OG*, nesse sentido, ao redefinir positivamente o conceito de *povo*, está também ressignificando grande parte do seu público leitor, o que lhe permitia ganhos simbólicos e materiais tanto fora quanto dentro do *campo jornalístico*

Entretanto, tal legitimação pode ser comprometida tendo em vista seu silêncio no caso de 1960, neste momento percebe-se que a questão da autonomia do *campo jornalístico* em formação diante do *campo político* ainda é frágil, em alguns casos as pressões e vinculações políticas intervêm fortemente no conteúdo e forma dos textos jornalísticos.

No *JB* percebe-se uma crítica aos “cambalachos de cúpula”, entretanto, argumenta-se que tal solução é plausível, caso haja uma situação interna que ameace a segurança das instituições. Pode ser considerada uma boa estratégia para desvincular-se de possíveis acusações de incoerência, e, se construir como livre das paixões políticas, como o fez em diversos momentos, assim como os demais jornais, sendo essa uma forma de buscar legitimidade perante o público leitor. Assim, este comportamento do *JB* que, classificamos em termos de retiradas estratégicas ou dubiedades, também pode estar ligado a sua forma de inserção no debate público e com isso no possível *campo jornalístico*, uma vez que desde a década de 1930, o jornal adotou a perspectiva de não assumir posições inflexíveis em assuntos políticos que pudessem gerar problemas ao jornal como “empastelamentos” e censuras diretas ou indiretas.

Embora, *OG* não fale abertamente em soluções de cúpula, sugere entendimentos prévios as eleições, pois concebe que as disputas entre vários partidos e grupos pode ser nocivo para o país. Nesse sentido, suas teses sobre as (in)capacidades políticas do povo, sugerindo a criação de cursos preparatórios, o que indica a necessidade de se “formar” o povo no Brasil, podem legitimar essas “falas”. O que abre possibilidade para diversos questionamentos: como se daria a participação do povo na política? O “povo” deve ter a supremacia nas escolhas políticas ou os assuntos de interesse público deveriam passar primeiro pelos “políticos profissionais” e partidos, chegando devidamente selecionado ao “povo”? Nesse sentido, que tipo de democracia seria está, indiretamente, projetada por este jornal?

Por fim, no *CM* percebe-se que retornou a abordar a questão do “golpismo”, inclusive criticando partidos, tudo para defender a bandeira da legalidade e o direito de voto do povo, mas, embora quisesse

tranquilizar o país, é lícito indagar se a recorrência do assunto golpe não traria um clima de insegurança podendo legitimar medidas de força por parte de grupos interessados em acabar com o estado de direito? Ou por outro lado, será que já não estava acusando de golpistas e com razão, aqueles que deram o golpe efetivamente em 1964?

Por fim, nas passagens do *CM* vemos algumas tendências se repetirem: a defesa de soberania da vontade popular, do respeito a decisão das urnas, e acima de tudo, defesa de que os representantes do *povo* devam ser eleitos pelo *povo*, com isso o *CM* está também defendendo sua bandeira de luta, a legalidade, que é uma forma particular de inserção no debate público e dentro do campo jornalístico em formação, uma vez que constantemente se constrói como um jornal de opinião.

Conclusão

Neste capítulo buscou-se analisar como os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora* representaram, em seus respectivos editoriais a noção de *povo* entre 1955-1960, período que pode ser considerado como pautado pela proposta de formação de um *campo jornalístico*. Tal análise teve como pano de fundo a perspectiva de que o estudo da forma e do conteúdo dos textos jornalísticos deve considerar as pressões externas (políticas e econômicas), mas especialmente, as especificidades internas do fazer jornalístico e as interrelação entre os jornais.

Dessa forma, após efetuarmos um breve apanhado sobre o conceito de *povo*, passou-se para a investigação das representações de *povo* nos jornais selecionados. Inicialmente se constatou que existem distintas formas de representar o *povo*: como sinônimo de *nação*; de *população* e de *eleitores*. Mas o elemento mais significativo nessas construções é o fato de que estas acabaram por legitimar projetos políticos distintos em relação

a atuação política do *povo* e conseqüentemente, expuseram perspectivas distintas em relação à democracia então vigente.

Por fim, pode-se compreender as tomadas de posições dos jornais a partir de sua busca por uma forma legítima de inserção no debate público, bem como a partir da lógica própria - de conflitos - de um campo jornalístico, dessa forma, tal pesquisa reforçou nosso argumento que defende a importância de compreender a imprensa de modo mais dinâmico onde a forma e o conteúdo dos textos jornalísticos são compreendidos a partir de aspectos do próprio fazer jornalístico, a partir de uma lógica de luta interna ao *campo jornalístico*, que podem ser muito mais determinantes nas publicações do que fatores externos como pressões econômicas e políticas.

Fontes

Correio da Manhã

“A Voz do Brasil”, *Correio da Manhã*, 28 de janeiro de 1955, 1^oC¹⁹, p.6.

“Apreensões patrióticas”, *Correio da Manhã*, 2 de março de 1955, 1^oC, p.6.

“Um candidato para eles”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1955, 1^oC, p.6.

“Definições ou traições?”, *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1955, 1^oC, p.6.

“Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek”, *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1^oC, p.6.

“A sacudidela”, *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1955, 1^oC, p.6.

“Teu nome é boato”, *Correio da Manhã*, 27 de julho de 1955, 1^oC, p.6.

“Os cinco pontos”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1955, 1^oC, p. 6.

“Vontade de legalidade”, *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1^oC, p. 6.

¹⁹ A letra “C” que se encontra em todas as referências às fontes significa caderno, ou seja, a sigla “1^oC” significa que todos os textos foram extraídos do primeiro caderno de cada jornal.

“Prélio Ordeiro”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1955, 1ºC, p.6.

“O voto indevassável”, *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1955, 1ºC, p.6.

“Fantasmas de 55”, *Correio da Manhã*, 10 de junho de 1959, 1C, p.6.

“Eleições exemplares”, *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1960, 1ºC, p.6.

Jornal do Brasil

“Política e bafejo oficial”, *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1955, 1ºC, p.5.

“Candidaturas e gastos públicos”, *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1955, 1ºC, p.5.

“Uma data das democracias”, *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1955, 1ºC, p.5.

“Sob a vigilância do Judiciário”, *Jornal do Brasil*, 04 de agosto de 1955, 1ºC, p.5.

“As lições do momento argentino”, *Jornal do Brasil*, 22 de setembro de 1955, 1ºC, p.5

“As responsabilidades de um governo”, *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1956, 1ºC, p. 5.

“Processo de ajustamento”, *Jornal do Brasil*, 28 de agosto de 1958, 1ºC, p.3.

“Miragem da unificação”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1959, 1ºC, p.3.

O Globo

“A entrevista e as decepções de São Borja”, *O Globo*, 2 de março de 1955, 1ºC, p.1.

“A União Nacional, no discurso do líder Afonso Arinos”, *O Globo*, 10 de março de 1955, 1ºC, p.1.

“Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06 de setembro de 1955, 1ºC, p.1.

“Kubitschek apelou para os diretórios pessimistas de Minas, a fim de que o salvem da derrota eleitoral”, *O Globo*, 14 de setembro de 1955, 1ºC, p.1.

“Porque Juarez Távora?”, *O Globo*, 22 de setembro de 1955, 1ºC, p.1.

“Renovação no governo ou troca de Ministro?”, *O Globo*, 02 de outubro de 1956, 1ºC, p.1.

“O malogro do nacionalismo e do estatismo no mundo”, *O Globo*, 21 de junho de 1957, 1°C, p.1

“O Brasil na sua Terceira República”, *O Globo*, 15 de novembro de 1957, 1°C, p.1.

“Meta Nº 30”, *O Globo*, 19 de abril de 1958, 1°C, p.1.

“Ademar, Prestes e cia”, *O Globo*, 28 de agosto de 1958, 1°C, p.1.

“O erro do governo”, *O Globo*, 22 de janeiro de 1959, 1°C, p. 1.

“O Globo e o Deputado Tenório”, *O Globo*, 02 de outubro de 1959, 1°C, p.1.

“Agora, o julgamento do povo”, *O Globo*, 15 de dezembro de 1959, 1°C, p.1.

Última Hora

“Vitória do povo”, *Última Hora*, 14 de maio de 1955, 1°C, p.4. *Coluna de Última Hora*.

“Faltam apenas 27 dias para as eleições: Vote em Getúlio, cidadão!”, *Última Hora*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p.1.

“O sentido atual do Estado de Sítio”, *Última Hora*, 26 de novembro de 1955, 1°C, p.4. *Coluna de Última Hora*

“Confiar, desconfiando”, *Última Hora*, 02 de outubro de 1956, 1°C, p.1.

“Combinações de cúpula”, *Última Hora*, 02 de outubro de 1956, 1°C, p.3, *Coluna “Flashes” do Momento*.

“Navegando no mar da traição”, *Última Hora*, 17 de abril de 1957, 1°C, p.1.

“Eleições argentinas: volta à normalidade democrática”, *Última Hora*, 21 de fevereiro de 1958, 1°C, p.3, *Coluna “Flash” do momento*.

“A palavra de ordem de Getúlio Vargas”, *Última Hora*, 19 de abril de 1958, 1°C, p.3, *Coluna “Flash” do momento*.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de. et al. Juan Domingo Perón. In.: ABREU, Alzira Alves de. et al. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- AREAS, Daiana Maciel. Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. In.: **Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio**, São Gonçalo, 2012.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950-1960). In: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil – 1990-2000. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10^a ed. rev. atua. São Paulo: Malheiros editores, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Gêneses e estrutura do campo religioso. In: MICELI, Sergio (Org.) **Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. Três estados do campo. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuições para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia, o jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- COLLIVA, Paolo. Verbete Povo. In.: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11^a ed., 1998.
- COMPARATO, Fábio Konder. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.11, n. 31, p. 211 – 222, 1997.

DAMBRÓS, Bruno Rodrigo. A reorganização territorial Ática sob Clístenes: a democracia como enfraquecimento dos poderes parental-aristocráticos. **Revista Hélade**, Rio de Janeiro: UFF, v.3, n.3, p. 96-106, 2017.

FABRIZ, D. C.; FERREIRA, C. F. Teoria geral dos elementos constitutivos do Estado. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 39, p. 107-141. jan./jun. 2001.

GOLDENSTEIN, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

JULIEN, Alfredo. **Ágora, Dêmos e Laós: os modos de figuração do povo na Assembleia Homérica** – contradições, ambiguidades e indefinições. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In.: ABREU, Alzira. A.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEAL, Carlos Eduardo. Última Hora. In.: ABREU, Alzira Alves de et alli. (coord). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

_____. Correio da Manhã. In.: ABREU, Alzira Alves de et alli. (coord). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tania R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Luis C. P. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. In.: DOMINGOS, Charles S. M; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas S (Orgs.). **Capítulos de História**

Política: fontes, objetos e abordagens. [E-book], São Leopoldo: Oikos, 2018, p.53-74.

MARTINS, Luis C. P. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954):** conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MODELLI, Fernando. **O conceito de povo no Brasil:** *populus e plebs* na constituinte de 1823. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MONTALVÃO, Sérgio. **Jornal do Brasil.** In.: ABREU, Alzira Alves de et alli. (coord). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?** : a questão fundamental da democracia. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

PEREIRA, Luisa Rauter. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, p. 1-10, julho 2011.

_____. **O povo na história do Brasil:** linguagem e historicidade no debate político (1750-1870). – 1. ed. São Paulo: Paco, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Tempos de pós-democracia: ausência do povo. **Tempo e Argumento**, Florinópolis, v. 9, p. 472-481, 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação** da Universidade Federal Fluminense. n. 08, 2002.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: **Estudos Históricos, Mídia**, n. 31, 2003.

_____. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público**: A institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

RIVAS, Xosé Luis Barreiro. Verbetes “povo” In. Instituto de Filosofia da Linguagem. Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. Lisboa, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

A demarcação da Terra Indígena Yanomami na imprensa brasileira e internacional (1990-1992) ¹

*Elenita Malta Pereira
Débora Nunes de Sá*

Introdução

A Terra Indígena (TI) Yanomami², instituída oficialmente em 1991, pelo então Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, possui aproximadamente 9,4 milhões de hectares de superfície, perpassando os estados do Amazonas (AM) e Roraima (RR) até a faixa de fronteira com a Venezuela, país em que também foi estabelecida uma reserva para os Yanomami. O território faz parte do bioma da Amazônia e possui como fitofisionomia predominante a Floresta Ombrófila Densa. Nessa TI vivem mais de 20 mil indivíduos Yanomami. A homologação das terras foi resultado de uma intensa luta dos indígenas, defendida por organizações indigenistas e por ambientalistas, no Brasil e exterior, dentre os quais o engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger (1926-2002), que, entre 1990 e 1992 ocupou o cargo de Secretário do Meio Ambiente, com status de Ministro, durante o governo Collor. Desde que foi empossado no cargo, em março de 1990, Lutzenberger assumiu a instituição da reserva Yanomami como uma de suas principais metas. A homologação das terras, no entanto, gerou conflitos e especulações por

¹ Este capítulo faz parte da pesquisa desenvolvida no projeto "José Lutzenberger: Um mediador entre o ambientalismo brasileiro e global (Déc. 1980-1990)", financiado pelo CNPq (Edital Universal 01/2016).

² Aqui se optou pela grafia Yanomami (embora muitos escrevam ianomâmi, e também Yanoama, Yanomani), cunhada por antropólogos, baseada na forma como o próprio grupo se denomina, "a partir da palavra yanômami que, na expressão yanômami thêpê, significa "seres humanos". Essa expressão se opõe às categorias yaro (animais de caça) e yai (seres invisíveis ou sem nome), mas também a napê (inimigo, estrangeiro, "branco")" (ISA, Povos Indígenas do Brasil, *Online*).

parte de alguns membros do Exército Brasileiro, representantes do governo e da sociedade civil.

O processo que resultou na demarcação (15 de novembro de 1991) e homologação final (25 de maio de 1992) foi fruto de muitas lutas dos indígenas, apoiados por organizações indigenistas e ambientalistas nacionais (como a Comissão Pró-Yanomami – CCPY, criada em 1978) e internacionais (a exemplo da *Survival International*, fundada em 1969), e de um intenso conflito socioambiental³ com garimpeiros, que exploravam a região dos Yanomami, rica em minérios, em especial ouro.

Embora os Yanomami tenham sofrido terríveis danos com as invasões garimpeiras dos anos 1980, eles já haviam sido contatados pelos brancos bem antes disso: os primeiros contatos esporádicos se deram entre as décadas de 1910 e 1940, de forma acidental. Um pouco depois, entre os anos de 1940 e 1960, o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) abriu postos no território Yanomami. Além disso, missões evangélicas norte-americanas e católicas italianas instalaram-se na região, criando, com isso, pontos de contato permanente. Esses locais tornaram-se focos de concentração populacional e de sedentarização, franqueando o acesso a bens manufaturados e à assistência médica. Por outro lado, foram a porta de entrada de muitas epidemias, como sarampo, coqueluche, gripe, tuberculose, as quais causaram grande impacto entre os Yanomami (ALBERT, MILLIKEN, 2009, p. 14).

Nos anos 1970, os indígenas também foram atingidos pelos megaprojetos de integração nacional empreendidos pelos governos militares, como os programas de colonização rural e a rodovia Perimetral

³ Aqui entendemos a noção de conflitos ambientais de acordo com Henri Acselrad (2004), para quem os conflitos ambientais são produtos de distintos modos de apropriação, usos e significações do território por grupos sociais. O conflito surge do uso de um determinado bem/recurso natural por um grupo que causa impactos indesejáveis, seja no solo, água, ar, etc., de forma que altera ou mesmo impossibilita a continuidade da apropriação do bem pelo outro grupo.

Norte (BR 210). A construção da estrada e a vinda de colonos provocou diminuição da população indígena por epidemias e o desequilíbrio ecológico de seu habitat, afugentando a caça e causando desmatamento (HERMANO, 2012, p. 201-202).

Em 1975, o projeto RADAM BRASIL⁴ detectou a existência de jazidas de ouro na região dos Yanomami, o que atraiu milhares de garimpeiros. Dessa forma, o garimpo nos anos 1980 representou o agravamento de um processo de descaso e desrespeito com os povos indígenas que começou nos primórdios do século XX. Eles eram expostos a doenças, danos ambientais e infrações de seus direitos humanos, por habitarem uma região rica em minérios. Essa questão ganhou visibilidade, ao longo dos anos 1980, em que a Amazônia se torna assunto de interesse internacional (ACKER, 2014).

Já no período da redemocratização, após a ditadura civil-militar, o governo Sarney (1985-1990) assinou decretos que dificultaram a instituição da TI. Segundo Batista (2017, p. 50), em 1988, “no período na promulgação da Carta Magna (Constituição Federal), a região onde viviam aproximadamente 10.000 índios chegou a ser retalhada, cortada em pedaços, em 19 “ilhas” e duas florestas nacionais [Roraima e Amazonas], através de decretos presidenciais”. Em 28 de junho de 1989, o Decreto 97.887 instituiu o Parque Nacional Monte Roraima, ocupando 116.000 hectares na região Yanomami. Já no finalzinho do governo, Sarney assinou mais dois decretos (98.959 e 98.960, de 16 de fevereiro de 1990) criando as reservas garimpeiras de Uraricoera e Catrimani Couto Magalhães, em Roraima, dentro da Floresta Nacional de Roraima.

⁴ O RADAM BRASIL foi um projeto desenvolvido pelo IBGE no período de 1971 a 1986, com a finalidade de identificar os recursos/bens naturais do território brasileiro, resultando também na atual classificação da fitoecologia brasileira.

Com os textos legais assinados por Sarney, os indígenas perderam o direito à posse de cerca de 75% de seu território, convertidos nas Florestas Nacionais de Roraima e Amazonas. Mais do que isso, no final do governo, a mineração de ouro dentro da região Yanomami foi permitida e incentivada. Isso fez com que as organizações indígenas e organizações não governamentais de apoio aos índios tecessem críticas contundentes aos atos do governo,

por serem um flagrante desrespeito à legislação de defesa dos direitos indígenas aos seus territórios. Com a criação dessas florestas e do Parque Nacional, o governo atendia às pressões de empresários e políticos regionais, criando áreas alternativas para a exploração econômica na faixa de fronteira e atendia também aos militares, ao criar áreas onde seria permitida a “vivificação das fronteiras”⁵ (BIGIO, 2007, p. 112).

O governo Fernando Collor de Mello assumiu em 15 de março de 1990, num contexto de grande esperança, como primeiro presidente eleito no pós-ditadura civil militar. No entanto, ele não atendeu ao pedido de Lutzenberger em prol da homologação de forma imediata. Isso causou frustração no Secretário, levando a rumores de que pediria demissão do cargo (ZH, 18/04/1991, p. 8, APJL). Somente no Dia do Índio de 1991, Collor anunciaria a anulação das florestas nacionais e reservas garimpeiras, como um passo importante em direção à demarcação das terras indígenas. Mesmo com a demora, o ato foi percebido como uma vitória de Lutzenberger (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19/04/1991, p. 12, APJL).

⁵ A expressão “vivificação das fronteiras” refere-se à “inserção de colonos civis nas bordas do país como barreiras contra o avanço dos países vizinhos e, simultaneamente, como base para a expansão brasileira no interior do continente”. Como os indígenas “não têm o conceito de patriotismo, de defesa e soberania nacional”, os militares, em geral, são contra a delimitação de TIs (GAZETA DO POVO, *Online*).

A demarcação da TI Yanomami gerou um debate muito interessante na imprensa brasileira e internacional. Muitas matérias foram publicadas em veículos jornalísticos de circulação impressa e, ainda de forma incipiente, na internet (principalmente no exterior).

Neste capítulo, nosso foco é a análise de um conjunto de fontes jornalísticas a respeito da demarcação da TI Yanomami, veiculadas no Brasil e no exterior, entre 1990 e 1992, presentes no Acervo Privado de José Lutzenberger (APJL). Na análise desse material, procuramos responder às seguintes perguntas: quais as diferenças de tratamento do tema pela imprensa brasileira e internacional? Quais as representações e percepções sobre a demarcação recorrentes nos veículos? Quais os personagens favoráveis e contrários à demarcação e como foram abordados pelos jornais? Por que havia diferentes visões sobre a homologação no Brasil e no exterior? Qual foi o papel de Lutzenberger como secretário do meio ambiente na instituição da reserva Yanomami? Neste texto, temos como objetivo contribuir com os estudos sobre a demarcação da maior TI existente até hoje no mundo, sob a perspectiva da história ambiental, enfocando a importância das fontes jornalísticas para esse campo da história.

Para atingirmos nosso objetivo, dividimos o capítulo em cinco partes: após esta introdução, tecemos uma breve discussão sobre o uso da imprensa como fonte para a história ambiental. Na terceira parte, tratamos o envolvimento de Lutzenberger na demarcação da TI. A seguir, analisamos recortes de jornais selecionados da imprensa brasileira e internacional. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

História ambiental e imprensa

Em artigo já clássico, José Augusto Drummond (1991, p. 177) “dava uma notícia sobre a história ambiental”, quando essa área recém estava

começando a ganhar o interesse dos historiadores brasileiros, mencionando, entre as possíveis fontes para seu estudo, a imprensa:

Uma [...] característica a considerar, de importância especial para os historiadores que valorizam as fontes, é a *grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente*. Podem ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, *imprensa*, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas. Neles se encontrarão informações abundantes sobre os conceitos, os usos, os valores atribuídos e a disponibilidade de recursos naturais [grifos nossos] (DRUMMOND, 1991, p. 183 [grifo no original]).

Atualmente, a história ambiental, assim como a história em geral, usa todo o tipo de fontes disponíveis. A partir dos anos 1960, a nova história cultural empreendeu uma “verdadeira revolução documental”, trazendo um novo sentido ao documento, como aponta Le Goff (1990, p. 540-541): “[O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem (consciente ou não) do historiador, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...] durante as quais continuou a ser manipulado”.

No nosso caso de estudo, na análise de um conjunto muito grande de documentos, chamou a atenção a forma como a demarcação da TI Yanomami foi tratada nas matérias jornalísticas veiculadas na ocasião, especialmente na imprensa escrita. Essa forma de documento começou a ser usada bastante recentemente, na década de 1970, ainda de forma tímida (DE LUCA, 2005, p. 111). Foi a renovação da história cultural que possibilitou o ingresso de fontes como a imprensa no status de documentos para os historiadores (BURKE, 2005).

Segundo Karawejczyk (2010, p. 134), uma das “vantagens” da leitura e análise dos discursos expressos nos jornais parece ser a que permite

acompanhar o movimento das ideias que circulavam na época pesquisada. Ao trazer em seu conteúdo textos de autores de diferentes correntes de pensamento e filiação, os jornais possibilitam “o confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos” (CAPELATO, 1988, p. 34).

No entanto, os textos jornalísticos devem ser analisados com muito rigor. Em primeiro lugar, eles foram escritos por sujeitos que tinham seus interesses e intenções individuais ou coletivos. Em segundo lugar, é preciso analisá-los a partir do conceito de representação (CHARTIER, 1990), pois, dessa forma, entenderemos que o documento jornal “deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas (...). É válido o uso de fontes jornalísticas para se fazer uma análise histórica, desde que, é claro, não se perca de vista o conceito de representação que elas possuem” (KARAWAJCZYK, 2010, p. 136).

A história ambiental, entre outras temáticas, estuda justamente as representações, ideias, éticas e percepções sobre natureza construídas pelas sociedades humanas ao longo da história (WORSTER, 1991). Nesse sentido, o uso do jornal como documento pode trazer grande contribuição às pesquisas sobre a interação humanos e natureza, e, no nosso caso específico, no tocante às representações e percepções tecidas na imprensa nacional e internacional sobre a demarcação da TI Yanomami.

De acordo com Stefania Gallini (2004), a história ambiental utiliza periódicos e revistas tanto como fonte de informação empírica sobre dinâmicas ambientais no passado, bem como registro dos discursos públicos sobre a natureza e suas manifestações. Para a historiadora, os críticos poderiam objetar que a imprensa oficialista silencia as vozes da “gente simples”, como já apontou Hobsbawm. Porém outros poderiam recordar que alguns silêncios podem ser ruidosos e muito eloquentes,

como por exemplo o silêncio das autoridades governamentais quando ocorrem desastres naturais. Tal silêncio se converte num manifesto da relação triangular governo-sociedade-natureza (GALLINI, 2004, p. 155).

É importante também deixar claro que usamos recortes de jornais presentes no Acervo Privado de José Lutzenberger, e, por isso, são matérias que chamaram a atenção dele, ou a que teve acesso, enquanto era vivo. De certa forma, houve uma seleção prévia do corpus documental dessa pesquisa já na formação do Acervo, na composição de uma “coleção de si” (GOMES, 1998). Há dezenas de recortes sobre o processo de instituição da TI Yanomami, mas aqui trazemos uma seleção das matérias que mais contribuem para responder à problemática proposta na introdução – esse foi nosso critério de trabalho.

José Lutzenberger e a TI Yanomami

O engenheiro agrônomo José Lutzenberger protagonizou, ao longo de 31 anos (1971-2002), uma forte atuação ambientalista no Brasil e em âmbito internacional. Em fevereiro de 1990 foi convidado pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello para assumir a pasta do meio ambiente. Seu governo criou a Secretaria Especial do Meio ambiente – SENAM, pois em 1992 o Brasil sediaria a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Eco-92). Preocupado com a visibilidade que o país teria na temática ambiental, Collor planejou agregar o prestígio internacional de Lutzenberger a seu governo. Dentre as “vitórias” de Lutzenberger no cargo, podemos citar a redução do desmatamento da Amazônia, o término do programa nuclear brasileiro e a demarcação das terras Yanomami.

Quando Lutzenberger assumiu a Secretaria do Meio Ambiente, em março de 1990, a situação dos Yanomami era o problema mais grave e urgente a enfrentar. Antes mesmo da posse, ele declarou ao *Correio do Povo* (09/03/1990, capa) que defenderia a intervenção das Forças

Armadas para resolver o conflito. Segundo ele, era “a primeira coisa a fazer numa região semeada de aeroportos ilegais”, frisando que “os militares terão um importante papel na defesa do meio ambiente”. A primeira viagem oficial de Collor foi um sobrevoo em Roraima, nas terras Yanomami e na área do Programa Calha Norte⁶, o que demonstrava a visibilidade que o tema tinha adquirido na sociedade brasileira.

Em julho de 1990, Lutzenberger e a então Presidente do IBAMA, Tania Munhoz, solicitaram a Collor a revogação dos decretos do ex-presidente Sarney, que criaram reservas garimpeiras e duas florestas nacionais dentro das terras reivindicadas pelos índios Yanomami (JB, 16/07/1990, p. 5, APJL). No entanto, esse não foi um assunto fácil, porque, ao contrário do que pensava Lutzenberger, setores militares não queriam uma Terra Indígena Yanomami contínua, com mais de 9 milhões de hectares. Entre as lideranças contrárias à demarcação, destacava-se o General Bayma Dennis, ex-ministro chefe do gabinete militar do governo Sarney. Ele foi o idealizador das 19 “ilhas” como reservas indígenas, intercaladas por reservas garimpeiras e florestas nacionais, como forma de evitar o que considerava “uma trama internacional”, visando à criação da TI Yanomami (Idem). Essa era mais uma das expressões do temor da “internacionalização da Amazônia”, tão recorrente entre os militares. Para eles, a região era estratégica, área de segurança nacional, por fazer fronteira com a Venezuela.

Tentando dar uma satisfação à comunidade internacional, que clamava pela demarcação, e, ao mesmo tempo, ganhar tempo para acalmar os militares, Collor mandou explodir diversas pistas de pouso de garimpeiros na região dos Yanomami, entre 1990 e 91 (FOLHA DE SÃO

⁶ O Programa Calha Norte foi instituído em 1985 pelo Governo Federal para promover a ocupação e o desenvolvimento da região amazônica (MINISTÉRIO DA DEFESA, *Online*).

PAULO, 07/04/1991, APJL). No entanto, Lutzenberger afirmou em entrevista à Gazeta Mercantil que não concordava com a dinamitação das pistas, pois isso não seria suficiente para retirar os garimpeiros do território indígena. Segundo o jornal, “para ele, a solução é impedir o tráfego de combustíveis na área. ‘Estou muito preocupado e descontente com a maneira como a questão está sendo tratada’, afirmou” (GAZETA MERCANTIL, 28/06/1990, APJL).

Lutzenberger tinha razão, pois em julho de 1990 a questão não estava resolvida e ele solicitou ao presidente que revogasse os decretos de Sarney,

que criaram reservas garimpeiras e áreas de florestas nacionais dentro do território dos índios ianomâmi (...). Lutzenberger solicita ainda a demarcação do território tradicional ianomâmi em área contínua. A área está demarcada de forma descontínua (...). Além da demarcação definitiva da área, Lutzenberger pede a retirada imediata de todos os garimpeiros que invadiram a região, com ação da Polícia Federal. (...). Em sua exposição de motivos o secretário do Meio Ambiente sugere a elaboração de um programa permanente de saúde ianomâmi (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/07/1990, p. A-10, APJL).

Em sua defesa da demarcação imediata das terras Yanomami, o Secretário entrou em atrito com representantes de outros órgãos governamentais. Ele pediu “ao presidente Fernando Collor que condene publicamente as recentes declarações do presidente da Funai, Cantídio Guerreira Guimarães, favoráveis à divisão do território dos índios ianomâmi” (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/09/1990, APJL). A reportagem lembrava que Lutzenberger, em suas viagens ao exterior, “tem defendido que o governo ‘corrigirá o erro cometido pelo governo passado que dividiu o território ianomâmi”. Já os assessores da Funai “acreditavam que as críticas de Lutzenberger fazem parte de uma campanha para transferir as

funções executivas do órgão para a Secretaria do Meio Ambiente. Desejo que Lutzenberger nunca escondeu” (Idem).

Em 22 de outubro de 1990, Lutz enviou a Collor uma Exposição de Motivos para a extinção das unidades de conservação criadas por Sarney, a Floresta Nacional de Roraima e a Floresta Nacional do Amazonas, através de Medida Provisória. Em sua perspectiva, antes de demarcar o Parque Yanomami, era necessário extinguir as florestas nacionais que se encontravam dentro das terras indígenas.

Segundo Lutzenberger (Ofício 62/90, 22/10/1990, APJL), as florestas nacionais encorajaram “a presença de invasores que degradaram e devastaram todo o ecossistema, até então mantido secularmente harmônico só com a presença dos índios”. A medida solicitada pelo Secretário visava “devolver as áreas declaradas Florestas Nacionais à administração da FUNAI, a fim de que seja criado o ‘Parque Indígena Yanomami’, objetivando oferecer integridade ao habitat daquele povo”.

A demarcação e a repercussão imediata na imprensa brasileira e internacional

Após avanços e recuos, a demarcação ocorreu, finalmente, por meio da Portaria declaratória nº 580 de 15 de novembro de 1991. A TI abrangia a superfície de 9.419.108 hectares, localizada nos municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Caracará e Mucajaí, em Roraima, e Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Portaria nº 580, 15/11/1991, *Online*).



Figura 1: Mapa com a localização da TI Yanomami, na Venezuela e Brasil.

Fonte: ISA. ÔKÂPOMAI. A defesa da TI Yanomami (*Online*).

A notícia foi muito bem recebida no plano internacional, enquanto em âmbito interno houve oposição de vários setores – em Roraima, somente a Igreja Católica e a FUNAI eram favoráveis, segundo o jornal *O Globo* (23/11/1991, APJL).

No Brasil, houve forte pressão de militares e políticos para que a demarcação não ocorresse. Dois dias antes, o governador do Amazonas, Mestrinho, condenou a demarcação. Alegava que “a criação da reserva colocará em risco a soberania nacional (...)”, e lamentou ainda “que a política ambiental do Governo Federal esteja nas mãos do secretário José Lutzenberger. [Mestrinho disse:] Sou suspeito para dizer alguma coisa porque debato com ele há 12 anos, mas não sei dizer o que ele faz, já que passa a maior parte do tempo fora do País” (OESP, 13/11/1991, p. 6, APJL).

Os militares consideravam a área “grande demais para a população de índios ianomâmis brasileiros” (O GLOBO, 20/11/1991, APJL). A

Assembleia Legislativa de Roraima entrou com requerimento de ação de inconstitucionalidade contra o ato que reconhece os 9,4 milhões de hectares Yanomami. Já o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, aplaudiu a decisão brasileira. Ele percebia a demarcação das terras Yanomami pelo seu país e pelo Brasil como “o exercício de uma soberania essencial dos dois países” e defendia a integração gradual dos países da América Latina para acompanhar a tendência de formação de blocos econômicos (GAZETA MERCANTIL, 21/11/1991, APJL).

Segundo o *Estadão* (16/11/1991, p. 13, Acervo Digital), pesou na decisão do governo “as ameaças das Organizações Não Governamentais de todo o mundo de boicotar a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), caso não houvesse demarcação”. O comunicado para a imprensa da *Survival International* comemorava a vitória, destacando que na semana anterior estivera envolvida, junto com outras entidades, numa ameaça de boicote à Eco-92. O Secretário Geral das Nações Unidas, General Perez de Cuellar, teria telefonado “para o presidente Collor na semana passada para expressar sua profunda preocupação com a situação dos Yanomami, uma vez que parecia que o decreto de demarcação das terras seria engavetado por muitos meses” (SURVIVAL, 15/11/1991, APJL).

A imprensa brasileira, por sua vez, deu bastante destaque às posições contrárias à demarcação. Em artigo para o *Jornal do Brasil* (22/11/1991, APJL), Wilson Teixeira Soares denominou os opositores logo no título: “Os Antianomamis”, caracterizando-os como um poderoso lobby anti-indígena, “históricos em acusações aos indigenistas e ambientalistas por pretenderem internacionalizar a Amazônia, martelando a caduca tese de que não se deve consagrar tanta terra a tão poucos índios”.

Segundo reportagem do *Correio Braziliense*, o governador de Roraima, Ottomar Pinto, solicitou o apoio do Governo Federal para a

aprovação de lei complementar que regulamentaria a exploração mineral em áreas indígenas como contrapartida ao estado pela homologação dos 9,4 milhões de hectares de terras Yanomami. Segundo o governador “esta é a única maneira de evitar a esterilização econômica do estado já afetado com o esvaziamento da atividade garimpeira na região”. Com a demarcação, um terço de Roraima não poderia receber atividade mineradora. Para Pinto, “o Brasil não está em situação econômica tão boa para desdenhar dessas riquezas”. Ele disse que pretendia agilizar junto ao presidente Fernando Collor, ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e à liderança partidária no Congresso Nacional a regulamentação da lei que permitiria a empresas brasileiras de capital nacional a exploração mineral em solo indígena (CORREIO BRAZILIENSE, 16/11/1991, p. 11, APJL).

A *Folha de São Paulo* publicou chamada em sua capa de 16 de novembro sobre o tema. Porém, destacou uma cena pitoresca em que, “durante a solenidade de anúncio, realizada no Palácio da Alvorada, um enxame de mosquitos cercou o local do discurso de Collor. Funcionários gastaram em vão uma lata de repelente para tentar conter o ataque de insetos”. Ressaltou também que o ministro da educação “Goldemberg não compareceu à cerimônia e que o custo da demarcação seria de Cr\$ 3 bilhões” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/11/1991, p. 1-2, APJL).

O *Jornal do Brasil* frisou a resistência militar, durante o pronunciamento de Collor, “a irritação do ministro do Exército, general Carlos Tinoco, que não aplaudiu o anúncio do ato presidencial e depois negou-se a fazer comentários, demonstrava que os militares ainda não concordam com a inclusão da faixa de fronteira nas terras Yanomami” (JORNAL DO BRASIL, 16/11/1991, p. 5, APJL). Segundo o JB, “os militares, com a ajuda do ministro da educação, José Goldemberg, defendiam a redução da área Yanomami em 2 milhões de hectares, alegando que seria necessário preservar a faixa de fronteira (com a Venezuela), por questão

de segurança nacional”. No entanto, o jornal deu ênfase aos aspectos positivos da demarcação, como a preservação do conhecimento dos indígenas sobre a biodiversidade da floresta e seus usos medicinais. Além disso, destacou a importância da demarcação já realizada do lado da Venezuela e a campanha internacional de boicote à Rio 92, como fatores que pressionaram a atitude de Collor (JORNAL DO BRASIL, 16/11/1991, p. 5, APJL).

Já *O Globo* (16/11/1991, p. 1, APJL), na manchete de capa publicou matéria com título “Collor contraria Exército e cria reserva Yanomami - Área indígena é três vezes maior que a Holanda”. Comparações com as áreas de países davam a dimensão que o veículo escolheu enfatizar: “com uma extensão de 94 mil quilômetros quadrados nos Estados de Roraima e do Amazonas - é um pouco maior que Portugal e três vezes o tamanho da Bélgica ou da Holanda - a reserva dos índios Yanomamis foi reconhecida ontem pelo Presidente Fernando Collor, contrariando interesses econômicos e pontos de vista militares”. O semblante do Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, também foi abordado: “ficou de cabeça baixa durante a maior parte da cerimônia e não aplaudiu o Presidente no momento em que foi assinada a demarcação da reserva”. Por outro lado, *O Globo* trouxe fala de Lutzenberger com suas impressões sobre a solenidade: “num cargo como esse a gente passa por altos e baixos. Vive momentos de profunda depressão e grande alegria. Esse momento é de alegria. É um fato novo para os índios, para os brasileiros e para mim - comemorou Lutzenberger” (O GLOBO, 16/11/1991, p. 3, APJL).

Dias depois, *O Globo* seria mais enfático em sua crítica à demarcação. Publicou matéria com o título: “Ianomâmis são elite entre os índios”, e no texto, afirmava que a Funai iria “criar uma elite de privilegiados entre a população indígena brasileira. Cada um dos índios (...) vai dispor de no mínimo 940 e no máximo 2684 hectares de terras (...). Nas outras áreas

demarcadas, cada índio brasileiro dispõe, em média de 211 hectares” (O GLOBO, 25/11/1991, APJL). No dia seguinte, o mesmo jornal divulgou que o senador César Dias (PMDB-RR) havia solicitado “a suspensão da portaria que autoriza a demarcação da área (...) destinada a reserva Ianomâmi”. A matéria destacava a opinião do senador, de que Collor fora mal assessorado ao assinar a portaria nº 580, de 15 de novembro, “influenciado pelo secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger, e pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo. Segundo César Dias, ambos agem apenas com sentimentalismos”. A mesma reportagem afirma também que a “Amazônia critica a demarcação. A crença de que a reserva Ianomâmi extrapolou o necessário é praticamente unânime na bancada do Amazonas” (O GLOBO, 26/11/1991, APJL).

Em 29/11/1991, *O Globo* voltava a publicar matéria sobre uma possível suspensão da reserva. Relatava que o Deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) iria “viajar para o Amazonas para juntar 30 mil assinaturas para tentar entrar com uma ação popular para sustar a portaria da demarcação das terras Yanomamis (O GLOBO, 29/11/1991, APJL). Essa possibilidade era temida pela CCPY - em seu Boletim de 02/12/1991, recomendava “que as entidades de defesa dos interesses indígenas enviem, na medida de suas possibilidades, cartas de apoio ao presidente Collor e ao ministro da Justiça, incentivando-os a dar continuidade à regularização do território Yanomami e de outros indígenas do país” (CCPY, 02/12/1991, p. 2, APJL).

Felizmente, a ameaça não se concretizou, no entanto, isso não significou que os Yanomami ficariam definitivamente livres do garimpo e das doenças trazidas por essa atividade em suas terras. De qualquer forma, a demarcação foi recebida como uma vitória para as entidades ambientalistas e indigenistas, bem como pela imprensa internacional. Já no Brasil, pudemos perceber que além de militares e políticos, boa parte

da mídia não aprovava a reserva. Entre os principais motivos, destacamos o risco de “internacionalização da Amazônia” e da constituição de uma nação Yanomami independente do Brasil, em área fronteira com a Venezuela, ambos preocupação principal dos militares; o argumento de que seria uma extensão de terra muito grande para poucas pessoas e de que a mineração seria afetada, esse último era preocupação dos governadores e políticos da região.

A imprensa internacional aplaudiu o gesto de Collor. O *The New York Times* (19/11/1991, p. A-3, APJL) publicou que a demarcação provocou euforia nos Estados Unidos e descontentamento entre os militares brasileiros. Os senadores democratas norte-americanos Alen Crainston (Califórnia), Edward Kennedy (Massachusetts), Dennis De Concini (Arizona), Daniel Moynihan (Nova York), Timothy Wirth (Colorado) e Albert Gore (Tennessee) enviaram carta a Collor felicitando-o pela demarcação das terras Yanomami. Para esses políticos, o ato representava um passo extremamente importante na luta mundial para salvar o ambiente e para a proteção dos direitos humanos dos povos da Amazônia. A ação ajudaria na sobrevivência dos Yanomami e poderia inspirar futuros sucessos nos esforços para prevenir a exploração e destruição do patrimônio cultural dos povos nativos em toda a parte (US SENATE, Carta a Fernando Collor de Mello, 22/11/1991, APJL).

No México, *El Universal* (16/11/1991, APJL) destacou que demarcação foi contra os interesses militares e que, com isso, as riquezas minerais estariam fora do alcance das empresas mineradoras. O *The Guardian* inglês (16/11/1991, APJL) publicou que a demarcação devolvia “as terras que eram originalmente dos índios Yanomami, a maior tribo primitiva do mundo”. Nos Estados Unidos, o *The Washington Post* (16/11/1991, p. 24-A, APJL) viu a constituição da reserva como “uma vitória para os ambientalistas”. O jornal salientou a fala de Stephan Schwartzman, do

Washington-based Environmental Defense Fund, que vinha sendo crítico de Collor: “Nenhum outro ato poderia mostrar tão claramente que o Brasil nunca mais terá seu desenvolvimento a qualquer preço”. O *Corriere Della Sera*, da Itália (17/11/1991, APJL) comemorou, afirmando que a nova reserva “vai garantir um pouco de tranquilidade aos índios em relação aos brancos, ávidos de ouro, diamante, estanho, zinco e outras das imensas riquezas naturais da floresta”. Também italiano, o *Il Messagero* (17/11/1991, APJL), afirmou que a demarcação “aconteceu porque era certo que proteger os Yanomami dos ‘brancos’ era a única maneira de preservá-los da extinção”.

Houve veículos estrangeiros que destacaram os entusiastas e também os descontentes com a reserva Yanomami. Em Portugal, *Público* (18/11/1991, APJL) divulgou a manchete “Collor não ouve os militares e dá terra aos Yanomamis”. A reportagem ainda citou falas da fotógrafa italiana Cláudia Andujar, radicada em São Paulo, e que foi pioneira na luta pela preservação das terras dos Yanomamis. Para ela, “foi uma grande passo e um marco importante na luta pela sobrevivência dos índios, mas a nossa luta de 13 anos pela criação de um parque Yanomami ainda não terminou”, e por isso, afirmou: “Não se pode agora simplesmente abandonar os Yanomamis dentro da sua reserva, embora eu tenha informações de que eles já voltaram a cultivar as suas terras. Mas só isto não basta. Nós temos uma dívida moral para com eles”. Para o francês *Le Monde* (19/11/1991, APJL), “recebida com satisfação pelos ecologistas, a decisão foi tomada mesmo com a oposição dos generais e de muitas companhias mineradoras que exploram ouro, diamante e estanho na região”.

A matéria da revista *The Christian Science Monitor* (19/11/1991, APJL), dos Estados Unidos, inicia falando que depois de muito tempo o governo brasileiro resolveu ceder ao apelo dos ativistas pelos direitos dos índios e decidiu demarcar uma área para servir de pátria ao povo

Yanomami. O texto cita Cláudia Andujar: “É um primeiro passo para demonstrar que o Brasil está pronto para mudar e pagar o débito de 500 anos de perseguição e morte”. É interessante que essa matéria é a única presente no APJL a se preocupar com a visão dos próprios indígenas: “as reações dos índios Yanomami para com o processo de demarcação são desconhecidas. A maioria dos Yanomami não sabem que vivem no Brasil. São pessoas que nunca tiveram contato com outras civilizações e que não sabem quem são seus vizinhos”.

Considerações finais

No caso estudado, a imprensa como fonte ajudou a compreender os meandros do contexto de homologação da TI Yanomami, bem como sua repercussão no Brasil e no exterior. A história ambiental sobre a constituição dessa TI, especialmente em suas dinâmicas políticas, mostra que ela foi fruto das lutas dos próprios indígenas, de organizações indigenistas nacionais e internacionais, com o importante apoio do Secretário Lutzenberger.

Podemos afirmar que é perceptível, da parte de Fernando Collor, a estratégia de agregar o prestígio de Lutzenberger ao seu governo e, com isso, demonstrar, especialmente à comunidade internacional, que estava disposto a tomar algumas atitudes pela preservação do meio ambiente, às vésperas da Rio-92.

A causa Yanomami, que vinha sendo defendida por organizações indigenistas desde os anos 1980, em meio à conscientização mundial sobre a Amazônia, passa a ser uma das metas principais assumidas por Lutzenberger como Secretário. Por meio de participação em reuniões oficiais, declarações em palestras e à imprensa, ele exerceu influência para que Collor assinasse a demarcação, mesmo com pressões internas contrárias, dentro e fora do governo.

Nesse sentido, é importante a análise de matérias publicadas na imprensa brasileira e internacional presentes no APJL, pois nos trazem as posições favoráveis e contrárias dos agentes envolvidos. A narrativa dos acontecimentos da maneira ordenada pela imprensa escrita demonstra diferentes pontos de vista. Por meio da análise desse material, é possível identificar distintas opiniões ressaltadas pelos periódicos analisados, deixando transparecer as posições dos próprios veículos de comunicação. É possível perceber que, enquanto a imprensa internacional aplaudiu a demarcação, vista como um gesto que acalmou as entidades defensoras dos indígenas e o próprio comitê organizador da Rio-92, os veículos de comunicação brasileiros analisados, em sua maioria, ressaltaram as oposições à constituição da TI.

Os “Anti Yanomamis” englobavam militares, políticos, garimpeiros, companhias mineradoras e parte significativa da imprensa nacional. Entre as representações presentes em seus discursos, veiculados pela mídia, destacamos o “risco à soberania nacional”, mencionado por Mestrinho ao *OESP*, a quantidade de terra: “muita terra para pouco índio”, argumento trabalhado por *O Globo*, na comparação com países europeus com áreas menores (Portugal, Bélgica e Holanda). Esse jornal também divulgou a ideia de que, com a TI, os Yanomamis passariam a ser “elite de privilegiados entre a população indígena brasileira”.

Já entre os “Pró-Yanomamis” podemos citar a igreja católica, Funai, ambientalistas, indigenistas, setores da imprensa internacional e políticos do partido Democrata nos EUA. Ao contrário de Mestrinho, o presidente da Venezuela enfatizou a demarcação da TI como “exercício de uma soberania essencial dos dois países”. Quanto ao tamanho, *The Guardian* frisou a o direito originário dos indígenas às suas terras: “as terras que eram originalmente dos índios Yanomami”. A imprensa internacional ainda destacou o significado de proteção aos indígenas: serviam para

“proteger os Yanomami dos brancos” (*Il Messagero*). Também nos chamou atenção que apenas veículos internacionais deram espaço para a manifestação de Claudia Andujar e para a visão dos indígenas sobre a demarcação.

É interessante apontar, entre a imprensa nacional, um discurso “dissonante” nas matérias do *Jornal do Brasil* analisadas. Em suas páginas, destacou aspectos favoráveis da demarcação: a “preservação do conhecimento dos indígenas sobre a biodiversidade da floresta e seus usos medicinais”.

Podemos afirmar, portanto, a partir das matérias selecionadas, que a maioria dos veículos de imprensa nacionais analisados deu voz a setores contrários à TI, posicionando-se contra a demarcação, com exceção das matérias do *JB*. Entre os jornais impressos presentes no APJL, a posição mais abertamente contrária, parece-nos, é a de *O Globo*, que reiteradamente publicou matérias apontando a insatisfação de militares, por questões de segurança nacional, e de políticos, preocupados com o fim dos ganhos da mineração.

Vários veículos da imprensa internacional, inversamente, destacaram aspectos positivos da demarcação e deram espaço para opiniões favoráveis aos indígenas. É importante destacar, nessa análise breve e incompleta, que a única fonte a questionar como teria sido a visão/opinião dos principais interessados, os Yanomami, foi um veículo estrangeiro, *The Christian Science Monitor*⁷, que deu espaço para Cláudia Andujar, uma das defensoras da TI, manifestar-se.

A diferença de posições na imprensa brasileira e internacional revela os diferentes compromissos a que estavam ligadas. Jornais da imprensa

⁷ Trata-se de um veículo de imprensa dos Estados Unidos, fundado em 1908 por Mary Baker Eddy. Ver mais em: <https://www.csmonitor.com/>

brasileira deixaram entrever seus interesses e vínculos políticos e econômicos conservadores, ao dar espaço a posições Anti Yanomami. Já a imprensa internacional estava livre desses compromissos, e pode adotar outro ponto de vista, pró-indígena e pró-natureza. No fim das contas, a pressão internacional foi elemento importante; a promessa de boicote à Rio-92 acabou pesando na decisão de Collor.

As fontes por nós analisadas não permitem afirmar como as reportagens veiculadas pelos meios de comunicação brasileiros influenciaram ou não a opinião pública com relação a demarcação da TY Yanomami. No entanto, apesar de toda a controvérsia, a homologação da TI aconteceu no ano seguinte, após a saída de Lutzenberger do ministério e às vésperas da Rio 92, em 25 de maio de 1992 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/05/1992, p. 14, *Acervo Online*).

Fontes

COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI (CCPY). Parlamentares pressionam contra a demarcação da área yanomami. 02/12/1991 (APJL).

CORREIO BRAZILIENSE. Ottomar quer a mineração. Brasília, 16/11/1991, p. 11 (APJL).

CORREIO DO POVO. Lutzenberger quer ajuda militar. Porto Alegre, 09/03/1990, capa (APJL).

CORRIERE DELLA SERA. Brasile restituisce la terra agli indios. Milão, 17/11/1991 (APJL).

EL UNIVERSAL. Demarcó el presidente brasileño el territorio de los indios yanomamis. Cidade do México, 16/11/91 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Lutzenberger pede restrição a garimpo. São Paulo, 10/07/1990, p. A-10 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Lutzenberger critica presidente da Funai na questão ianomâmi. São Paulo, 22/09/1990 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Ameaça de genocídio continua. São Paulo, 07/04/1991, p. 16 (APJL).

FOLHA DE SÃO PAULO. Collor define reserva para os ianomami. São Paulo, 16/11/1991, p. 1-2 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Lutzenberger diz que agricultura biológica pode breca devastaçãõ. Porto Alegre, 28/06/1990, p. 22 (APJL).

GAZETA MERCANTIL. Demarcação de terras dos índios possibilita controle. Porto Alegre, 21/11/1991 (APJL).

IL MESSAGERO. Brasile: agli indios um pezzo de foresta. Roma, 17/11/1991 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Lutzenberger extinguirá reservas de garimpeiros. Rio de Janeiro, 16/07/1990, p. 5 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Área Ianomami inclui faixa de fronteira. Rio de Janeiro, 16/11/1991, p. 5 (APJL).

JORNAL DO BRASIL. Índios ajudam na medicina. Rio de Janeiro, 16/11/1991, p. 5 (APJL).

LE MONDE. Brésil: une réserve pour les Indiens Yanomamis. Paris, 19/11/1991 (APJL).

LUTZENBERGER, José. Ofício 62/90, 22/10/1990 (APJL).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Nº 580. Homologação da Terra Indígena Yanomami. Disponível no site da CCPY em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc_of/PD_580_15_nov_1991_a.htm>. Acesso em 28 out 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto dá vitória para Lutzenberger. São Paulo, 19/04/1991, p. 12 (APJL)

O ESTADO DE SÃO PAULO. Mestrinho condena demarcação de terras para os ianomâmis. São Paulo, 13/11/1991 (APJL).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Governo cria reserva Yanomami. São Paulo, 16/11/1991, p. 13 (Acervo Online).

O ESTADO DE SÃO PAULO. Collor homologa reserva ianomâmi. São Paulo, 26/05/1992, p. 14 (Acervo Online).

O GLOBO. Collor contraria Exército e cria reserva ianomâmi. Rio de Janeiro, 16/11/1991, p. 1 (APJL).

O GLOBO. Governo demarca reserva ianomâmi. Rio de Janeiro, 16/11/1991, p. 3 (APJL).

O GLOBO. Militares negam que tenham perdido com a criação da reserva. Rio de Janeiro, 20/11/1991 (APJL).

O GLOBO. Só igreja e Funai apoiam reserva Ianomâmi. Rio de Janeiro, 23/11/1991 (APJL).

O GLOBO. Ianomâmis são elite entre os índios. Rio de Janeiro, 25/11/1991 (APJL).

O GLOBO. Senador tenta sustar portaria que cria a reserva ianomâmi. Rio de Janeiro, 26/11/1991 (APJL).

O GLOBO. Deputado prepara ação popular para derrubar Reserva Ianomâmi. Rio de Janeiro, 29/11/1991 (APJL).

PÚBLICO. Collor não ouve os militares e dá terra aos yanomamis. Portugal, 18/11/1991 (APJL).

SOARES, Wilson Teixeira. Os antianomamis. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/11/1991 (APJL).

SURVIVAL INTERNATIONAL. Against all expectations – Collor announces the demarcation of the Yanomami Park. 15/11/1991 (APJL).

THE CHRISTIAN SCIENCE MONITOR. Brazil Creates Homeland for Yanomamis. EUA, 19/11/1991 (APJL).

THE GUARDIAN. News in brief Land is restored to Brazil Indians. Londres, 16/11/1991 (APJL).

THE NEW YORK TIMES. Brazil Creates Reserve for Imperiled Amazon Tribe. Nova York, 19/11/91, p. A-3 (APJL).

THE WASHINGTON POST. Brazil Grants Land Rights to Indians. Washington, 16/11/1991, p. 24-A (APJL).

UNITED STATES SENATE. Carta a Fernando Collor de Mello. Washington DC, 22/11/1991 (APJL).

ZERO HORA. Lutzenberger nega suposto pedido de demissão ao governo Porto Alegre, 18/04/1991, p. 8 (APJL).

Referências bibliográficas

ACKER, Antoine. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALBERT, Bruce, MILLIKEN, William. *Urihi A: a terra-floresta Yanomami*. São Paulo: Instituto Socioambiental; Paris: IRD, 2009.

BATISTA, Víctor Paulo Oliveira. *O processo de demarcação da terra indígena Yanomami a partir do conceito de Território (1988-1992)*. Trabalho de Conclusão de História. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

BIGIO, Elias dos Santos. *Programa (s) de índio (s): falas, contradições, ações interinstitucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960-1992)*. Tese de doutorado. PPG História. Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL. *Decreto n. 98.959, de 15 de fevereiro de 1990*. Dispõe sobre área de garimpagem, na Gleba Uraricoera, no Estado de Roraima. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98959impresao.htm>. Acesso em 04 agosto de 2019.

BRASIL. *Decreto n. 97.887, de 28 de junho de 1989*. Cria o Parque Nacional do Monte Roraima e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97887.htm>. Acesso em 04 agosto de 2019.

BRASIL. *Decreto n. 98.960, de 15 de fevereiro de 1990*. Dispõe sobre área de exercício de atividade de garimpagem, na Gleba Catrimani Couto Magalhães, no Estado de Roraima. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98960.htm>. Acesso em 04 agosto de 2019.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

GALLINI, Stefania. Problemas de métodos en la Historia Ambiental de América Latina. *Anuário IHES*. 2004, p. 147-171. Disponível em: <[http://www.docentes.unal.edu.co/sgallini/docs/Gallini%20AnuarioIHES\(2\).pdf](http://www.docentes.unal.edu.co/sgallini/docs/Gallini%20AnuarioIHES(2).pdf)>. Acesso em: 14 abril 2019.

GAZETA DO POVO. Governo militar vivificou fronteiras para proteção. Publicado em: 27/09/2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/governo-militar-vivificou-fronteiras-para-protacao-b75aji8r7n4buviarfiol9nbi/>>. Acesso em 07 março 2019.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 21, 1998.

HERMANO, Brasilina Moraes. O contato e suas consequências: o caso Yanomami. *I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras*. UFRR. Boa Vista, 04 a 07 de dezembro de 2012, p. 199-216. Disponível em: <<http://ufrbr/ppgsof/index.php/i-seminario-internacional.html>>. Acesso em 28 out 2014.

ISA. ÔKĀPOMAI. *A defesa da TI Yanomami*. Disponível em: <<https://expedicaoyanomami.socioambiental.org/>>. Acesso em 01 agosto de 2018.

ISA. Povos indígenas do Brasil. *Yanomami*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>>. Acesso em 01 agosto 2018.

KARAWJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. *Historiae*, Rio Grande, 1 (3): 131-147, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Programa Calha Norte*. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte>>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>>. Acesso em 04 agosto de 2019.

O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro

Luiz Alberto Grijó

1. Do que se trata:

Depois de uma aguerrida, atípica e até mesmo bizarra campanha eleitoral – a qual incluiu uma performática facada em um dos candidatos, a insignificância ou mesmo a ausência dos debates na televisão, o uso de robôs multiplicadores e de *fake news* em profusão na internet –, em primeiro de janeiro de 2019 foi empossado Jair Messias Bolsonaro presidente da República Federativa do Brasil. Trata-se de um ex-capitão do exército, reformado, que se tornara deputado federal em 1991, tendo ficado na Câmara em sucessivos mandatos por quase 30 anos. Desde então, ele e seus principais aspones têm deixado claro que evitar os, e mesmo se evadir dos, espaços tradicionais de exposição pública controlados pelos grandes meios de comunicação empresarias mais importantes do país – doravante grande mídia ou grandes meios – não se tratou apenas de uma estratégia eleitoral, mas deveria seguir sendo uma prática ou uma tática de comunicação do seu governo. Passaram a dar preferência ao uso de meios alternativos, como as chamadas redes sociais e outros tipos de canais de divulgação de conteúdos na internet, e os veículos que explicitamente se colocaram como aliados do novo governo desde a campanha eleitoral, os casos da Rede Record, de propriedade do autoproclamado “bispo” Edir Macedo – dono do empreendimento religioso neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – e do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de propriedade do animador de

auditório e empresário Silvio Santos. Vez por outra também ocupam espaços em programas dóceis disseminados pelos meios em geral, como as entrevistas dadas por membros do governo aos programas matinais da Rádio Gaúcha de Porto Alegre – empresa vinculado ao Grupo RBS, afiliado à Rede Globo no Rio Grande do Sul – ou as participações na Rádio Jovem Pan de São Paulo, nos quais podem literalmente falar sozinhos, sem contraposição ou contraditório, com a complacência de jornalistas e comentaristas, para dizer o mínimo, extremamente inócuos, limitados e amigáveis. Por outro lado, o atual governo escolheu como adversária, senão “inimiga”, entre outros grupos e instituições sociais, segundo tem repetido o próprio chefe da claqué em diversas oportunidades, “a imprensa”, atingindo especialmente e nominalmente a grande mídia hegemônica: os grupos Abril, Folha/Uol e Globo/G1.

Tendo como objetivo contribuir para a tarefa de explicar e entender a atual situação do país, que é por certo muito mais ampla e coletiva e escapa das possibilidades de um pequeno texto como este, procuro investigar de que modo podemos dar conta da mudança de conduta de um governo, recém-eleito e empossado, em comparação com todos os demais que o antecederam desde a redemocratização e a Constituição de 1988. Até bem pouco tempo atrás, o jogo político se desenrolava em grande medida tendo como um dos seus principais protagonistas e distribuidor de espaços de protagonismo a grande mídia nacional, especialmente representada pelos grupos de comunicação acima citados. A política passava na e pela televisão – leia-se Rede Globo –, bem como pelos principais periódicos, emissoras de rádio, canais de TV paga, portais e blogs controlados por um punhado de grupos familiares com presença marcante no país inteiro (GRIJÓ, 2016). Tendo em vista essa mudança que não é apenas devida a um ato de vontade ou de preferência, se abre a questão de qual teria sido o papel nela desempenhado pela grande mídia que agora é relegada a um

plano secundário pelo novo governo. Quer dizer, antes de serem vítimas de um processo que lhes escapou do controle relativo, não teriam os grandes meios também contribuído, mesmo involuntariamente, para a emergência das novas condições que lhes podem ser muito desfavoráveis em comparação com as de que antes desfrutavam?

Desde a campanha eleitoral, a estratégia dos bolsonaristas foi a de tentar controlar muito de perto o que da imagem pública construída de seu candidato poderia ser exibido nas grandes emissoras ou publicado pelos grandes meios impressos. Até aí nada de novo. À diferença do que antes era o mais corriqueiro, porém, a estratégia foi de fazer o candidato evitar qualquer contraditório, qualquer exposição agonística por menor que fosse, principalmente nos meios de comunicação mais importantes e tradicionais. Em geral, nas poucas vezes em que se permitiu incursionar por esses espaços, Bolsonaro se saiu muito mal, como nos poucos debates com outros candidatos e nas entrevistas com grupos de jornalistas dos quais participou antes de ter sofrido a teatral facada e ter sido internado ou alcovitado em hospitais e em sua própria residência. A partir de então, do alegado atentado, o candidato de fato passou a reinar livre, leve, solto e com grande sucesso, valendo-se de literalmente outros meios: as chamadas redes sociais, principalmente o WhatsApp, e os meios de difusão de conteúdo disponíveis na internet, como o YouTube, apoiado em uma eficaz rede de produção de materiais, em grande parte falsos, e em uma aguerrida militância digital, composta tanto por seres humanos quanto por robôs alugados de empresas especializadas (*El País-Brasil*, 28/09/2018; *Uol*, 11/05/2019; *Vi o Mundo*, 17/05/2019). Assim, foi possível inventar e difundir um candidato “sincero”, “espontâneo”, “gente como a gente”, um “mito”, reforçado pelo seu aparente desprezo pelos meios de comunicação tradicionais, suspeitos de serem coniventes com a situação em geral do país, apegados demais à filosofia do politicamente

correto e de fazerem parte do apregoador complô orquestrado pelas forças do chamado “marxismo cultural” que, sob esse ponto de vista ou de delírio estratégicos, contaminava as almas e instituições de modo geral. Conseguiram, inclusive, driblar com eficácia o fato de ter Bolsonaro sido um *insider* durante ao menos 30 anos – em dois deles foi edil na cidade do Rio de Janeiro seguidos de sete mandatos na Câmara Federal, mais 28 anos. Quer dizer, se há uma definição própria para “velho político profissional”, o ex-capitão é uma ilustração acabada. No processo da campanha eleitoral, porém, ele foi recauchutado como um político “novo”, de “mãos limpas”, apto a acabar com a “velha política” e “com tudo isto que está aí”, como era comum ser repetido e sua campanha eleitoral.

Nessas condições, muito do que a grande mídia noticiava quando era candidato e notícia hoje de Bolsonaro e seu governo, tirando a publicidade legal e institucional – *Diário Oficial da União* e manifestações em cerimônias públicas, por exemplo – vem da reprodução daquilo que ele e seus membros postam na internet. Parece ser cada vez mais raro o furo jornalístico por *inside information*. Ao que indicam as evidências, passaram a escassear os tradicionais informantes “de dentro” nos quais os jornalistas confiam, e deles recebem a confiança, para recolher em primeira mão, muitas vezes privilegiada, seletiva e antecipadamente, as informações sobre as ações e razões dos governos. Não foi em uma única vez que jornalistas e veículos anteciparam alguma medida ou explicação dos novos governantes e foram logo depois descreditados e acusados de estarem espalhando *fake news*. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegou a publicar em uma rede social um vídeo no qual aparecia dançando segurando um guarda-chuva em uma das mãos, tentando imitar a personagem de Gene Kelly no filme *Cantando na Chuva*, e cantarolando em falsete que estava “chovendo *fake news*” em seu ministério, buscando com isso criticar os grandes meios de comunicação

que teriam se equivocado na divulgação de uma notícia sobre a sua pasta (*Uol*, 31/05/2019).

Portanto, a fim de contribuir com esta importante discussão que engloba inclusive a redefinição da política como jogo político que se está presenciando, tomo dois casos para análise. Ambos se circunscrevem àquilo que é apregoado aos quatro ventos como “opinião pública” e podem ajudar a melhor avaliar como passamos de uma situação na qual ela, a opinião pública, esse reino atualmente definido e dominado pelos grandes meios de comunicação (sobre o conceito, ver: HABERMAS, 2003; McCOMBS, 2009; CHARAUDEAU, 2016; FERRY & WOLTON, 1998), passou de uma das instâncias principais de legitimação da ordem política, com a grande mídia exercendo aí um papel crucial, para o seu quase desprezo ou descrédito da parte dos governantes na atual conjuntura. Quando Lula e seu governo se viram com problemas ao se iniciar a investigação chamada “mensalão” – denominação sustentada em peso pela grande mídia –, ele concedeu entrevista à Rede Globo, exibida no Programa Fantástico desde Paris onde se encontrava em viagem oficial (*Memória Globo*, 2019). As manifestações mais importantes do governo Bolsonaro e do próprio se dão principalmente em postagens na internet – Twitter e YouTube –, entrevistas ou declarações rápidas e controladas frente a repórteres quando em deslocamentos, ou em aparições nos programas e emissoras de apoiadores políticos explícitos, onde os membros do governo e seus simpatizantes podem sorrir e relaxar junto com os seus anfitriões e anfitriãs chapas-brancas. Destacaram-se até o momento as aparições de Bolsonaro nos programas do SBT de Ratinho, Silvio Santos e Danilo Gentili; no programa de Luciana Gimenez, da RedeTV; e em entrevistas “exclusivas” a programas da Rede Record.

São sintomas claros, algo está mudando e rapidamente. Não se trata apenas de uma avalanche, onda ou reação conservadora, quer dizer, de

algo provavelmente conjuntural, mas de uma transformação bem mais profunda que está trazendo para o centro das disputas políticas novos agentes sociais, velhos agentes sociais resinificados, bem como práticas e recursos antes secundários, marginais ou mesmo inexistentes. O resultado é que as próprias regras do jogo político, regras escritas e não escritas, estão mudando, ocasionando por fim a redefinição do que tem passado a ser a política.

Os casos analisados aqui são o do deputado que estava “se lixando” para a opinião pública, Sérgio Moraes, e as repercussões disso na e para a grande mídia, ocorrido em 2009; e o da atual situação, sob o governo Bolsonaro e passados 10 anos desde o caso anterior, com os seus ataques, achaques, desprezo e menosprezo pela grande mídia tradicionalmente dominante. O objetivo é discutir como a conjuntura política relativamente controlada ou tutelada pelos grandes meios acabou levando a atual situação na qual eles e suas instâncias de legitimação, algumas homólogas às do pessoal político, acabaram sofrendo a concorrência de outros meios e princípios de legitimação que os estão marginalizando relativamente no novo jogo político.

2. Castelos de areia:

No dia seis de maio de 2009, o relator de um processo na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados contra o congressista Edmar Moreira de Minas Gerais, o qual era acusado de ferir o decoro parlamentar pelo uso irregular de verbas indenizatórias no valor de R\$ 15.000,00, sendo que o mesmo era também acusado em outros foros por sonegação fiscal – não teria declarado à Receita Federal, por exemplo, a propriedade de uma gigantesca casa, na verdade uma imitação de “castelo”¹, no valor estimado

¹ “Era uma vez um castelo. Com 12 torres, piscinas, sauna, lago particular, jardins e um campo de golfe, tudo num terreno do tamanho de 268 campos de futebol. No interior da construção, 36 suítes com hidromassagem, decoração

de R\$ 25.000.000,00 à época –, apontava aos repórteres que o entrevistavam que seu relatório absolveria o colega parlamentar. Tratava-se de Sérgio Moraes, representante do Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pressionado pelos jornalistas, bastante inconformados com a posição externada, e indagado se não temia as repercussões de seu relatório na “opinião pública”, Moraes disse: “Estou me lixando para a opinião pública. Até porque parte da opinião pública não acredita no que vocês [pessoal da imprensa] escrevem. Vocês batem, mas a gente se reelege” (apud *Zero Hora*, 08/05/2009, p. 23).

As repercussões foram rápidas e intensas. O *Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão*, no dia seguinte, dedicou um bom espaço para acidamente criticar a atitude do deputado. No noturno *Jornal da Globo* do mesmo dia, o colunista Arnaldo Jabor simplesmente desancou o parlamentar. Ironizando-o do início ao fim, deu-lhe total razão: “a opinião pública neste país não serve para nada” (*Globoplay*). O colunista Clovis Rossi da *Folha de São Paulo*, defendendo uma reforma política, escreveu ser o deputado Sérgio Moraes um dos motivos para a sua necessidade: “enquanto o eleitorado não sofrer um choque de civilização e de informação, não haverá sistema eleitoral que funcione” (ROSSI, 2009). Em editoriais, a mesma *Folha de São Paulo* e a *Zero Hora*, periódico local do Estado de origem do deputado Moraes, tratariam do assunto. O primeiro veículo escreveu:

Nesta altura da enxurrada de vexames, seria de esperar que parlamentares demonstrassem comedimento. Se não por convicção, por pragmatismo. O Congresso se mostra determinado, porém, a afrontar o eleitorado.

com vários tipos de mármore, adega para 8 mil garrafas, cozinha industrial e dois elevadores. Não, este não é o início de um conto de fadas moderno. Estamos voltando a uma notícia de dez anos atrás, quando o país conheceu o nada humilde castelo da família do então deputado federal Edmar Moreira, no distrito de Carlos Alves, zona rural do município de São João Nepomuceno, na Zona da Mata Mineira.” (*O Globo*, 08/02/2019).

‘Estou me lixando para a opinião pública’, disse o relator Moraes, depois de questionado sobre a provável má repercussão de suas declarações. Vocalizou, assim, aquilo que deputados e senadores estão praticando.

Quando já não parecia possível aumentar a aposta, eis que um membro do Conselho de Ética consegue fazê-lo – declarando a mais pura verdade (*Folha de São Paulo*, 08/05/2009).

O segundo, depois de repetir a declaração do deputado acima citada, salientou:

O desprezo pela opinião da sociedade e a quase certeza que esses políticos têm de que serão reeleitos mesmo quando réus de processos criminais revelam a fragilidade de instituições tão fundamentais para a democracia. [...] Infelizmente, vozes como a do deputado Sérgio Moraes não colaboram para melhorar a imagem dos políticos. Tanto quanto as ocorrências de irregularidades, o que desprestigia o Congresso é ver que um suicida espírito corporativo as tolera ou, pior ainda, as defende, preferindo atribuir culpa a um hipotético e delirante complô dos meios de comunicação (*Zero Hora*, 08/05/2009, p. 12).

Utilizando o instrumento de busca textual disponibilizado pelo sítio do jornal *Folha de São Paulo* na internet, se pode constatar que até o dia seis de maio de 2009 o nome do deputado Sérgio Moraes aparece apenas incidentalmente, como o relator do processo na referida Comissão de Ética da Câmara, nas matéria de veículos do Grupo Folha: os jornais *Agora* e *Folha de São Paulo*. Daí em diante, depois de sua declaração a respeito da indicação de absolvição do “deputado do castelo” – como Edmar Moreira ficou taxado na e pela mídia – e de menosprezo aos meios de comunicação e à opinião pública, o nome do deputado começa a aparecer com muito maior frequência. Em oito de maio pela primeira vez o título de uma chamada de matéria o aponta como aquele que “está se lixando” (*Agora*, 08/05/2009). Na *Folha de São Paulo*, aparece a expressão “se lixa” em um

título de coluna ou matéria pela primeira vez no dia nove, no Blog do Josias (SOUZA, 2009). Desde então até o final do mês de maio de 2009, a expressão “se lixar” ou variantes – “se lixando”, “se lixa” – apareceu em 36 títulos de matérias ou colunas desses veículos associada ao nome do deputado Sérgio Moraes e à sua particular e execrada opinião sobre a opinião pública².

Em função do episódio e de sua repercussão na grande mídia, Moraes perderia a relatoria da Comissão de Ética e teria a sua vida perscrutada por várias reportagem dos meios de comunicação do país. Foram apontadas suas origens paroquianas como um líder demagógico na cidade de Santa Cruz do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, o fato de seu filho ser deputado estadual e sua então esposa prefeita da cidade, de que respondia a processos criminais no Supremo Tribunal Federal (STF). Enfim, o até então obscuro e nacionalmente desconhecido deputado do chamado “baixo clero” do Congresso, um conjunto de parlamentares de pouca expressão na casa e fora dela, passou à notoriedade nacional como o deputado que “se lixa para a opinião pública”. Em 2018, quase dez anos depois do imbróglgio do relatório sobre a conduta do deputado Edmar Moreira, ao especular sobre a indicação pelo governo golpista (GRIJÓ, 2018) de Michel Temer de um novo ministro do Trabalho, o *Correio Brasiliense* publicava a matéria: “Deputado que ‘se lixa’ para opinião pública pode virar ministro do Trabalho” (*Correio Brasiliense*, 03/01/2018). O ápodo se tornou indelével para a mídia, sua própria autora. Sérgio Moraes não se tornou ministro do Trabalho de Temer e não concorreria a novo mandato para a Câmara em 2018, tendo seu filho sido eleito para e em seu lugar.

² Busca textual no sítio da internet do jornal *Folha de São Paulo* por “Sérgio Moraes (PTB)” em 22 de julho de 2019.

Nesse sentido, efetivamente, Sérgio Moraes tinha razão, a sua posição e de seus familiares não se devia a nenhuma opinião pública tal qual definida pelos meios de comunicação. Assim, os comentaristas em geral concordaram, mesmo que ironicamente ou criticamente, com a sua manifestação. No Brasil, a opinião pública seria desprezada pelos políticos, os quais estariam mais interessados em satisfazer seus interesses privados ou corporativos do que se porem à serviço da coletividade mais ampla, representada pela opinião pública, e, para serem eleitos, normalmente bastava oferecerem aos seus eleitores – a rigor ignorantes e necessitados, precisando de um “choque de civilização”, como queria Clóvis Rossi – algumas migalhas quaisquer. Céli Pinto, discutindo o episódio em um artigo à época publicado na grande imprensa, apontou que, no Brasil, “o conteúdo da opinião pública é de caráter eminentemente moral e privado, a classe média se coloca ferrenhamente contra a corrupção e malversação do dinheiro público porque entende que o Estado, ou o governo de ocasião, está roubando seu imposto, seu dinheiro” (PINTO, 2009). Para ela a opinião pública é dominada pelo ponto de vista da classe média e ele passa a predominar também entre as classes populares de forma mais difusa, não obstante essas perceberem a questão como algo a elas alheia, seria um problema da elite que rouba entre si. “Daí se poder fazer uma distinção entre opinião pública e opinião popular, e para a última o que interessa na vida política é a melhoria de sua vida material” (PINTO, 2009). Desse modo se criariam as condições para os Sérgio Moraes se multiplicarem nos parlamentos do país, são aqueles que se elegem prometendo satisfação de necessidades materiais imediatas para os grupos sociais menos favorecidos e vulneráveis. Ela complementa que:

Só a internalização de um sentido de coisa pública, de interesse público, é capaz de provocar um deslocamento do privado para o público na construção

de uma opinião pública. Desta forma, a classe média deixaria de pensar que estão roubando seus bens particulares, e as camadas populares, que a malversação do dinheiro público e a corrupção são questões que não lhe dizem respeito (PINTO, 2009).

Ou seja, Pinto também parece concordar, por um viés analiticamente bem mais sofisticado, que, ao final das contas, sim, Sérgio Moraes tem mesmo razão. Ele não depende da opinião pública para se eleger porque na sociedade como um todo ainda não predomina o sentido republicano da separação entre público e privado, pelo que o clientelismo e outras formas de satisfação de interesses materiais imediatos das classes populares, como o populismo – a autora não se refere ao populismo que é por minha conta – imperam na escolha de muitos dos mandatários eleitos.

Mas essa ordem de questões não parece ser o principal impulsionador da indignação dos grandes meios e de seus agentes-chaves: jornalistas, colunistas, entrevistados. Para eles, a opinião pública está no centro de sua própria reivindicação por um privilegiado lugar ao sol no mundo das representações e do poder sobre as representações legítimas:

o recurso a essa norma de substituição, que é a opinião pública no sentido das sondagens, se reveste de um significado sistemático: legítima de maneira efetiva certo poder político da imprensa, pois é ela que, por excelência, pode ‘representar’ na qualidade de ‘opinião pública’ um aspecto de sociedade civil sociológica e politicamente distinto do “corpo eleitoral (FERRY, 1998, p. 25-26).

Em um artigo extremamente instigante e atual, embora de 1973, Pierre Bourdieu se indaga sobre a existência da chamada opinião pública.

Enfim, eu quis dizer que a opinião pública não existe, ao menos na acepção que lhe é atribuída por aqueles que têm interesse na afirmação de sua existência. Eu disse que há, por um lado, as opiniões constituídas, mobilizadas, dos grupos de pressão mobilizados a partir de um sistema de interesses

explicitamente formulados; e, por outro, as disposições que, por definição, não são opinião, se por isso se entende, como tenho sustentado ao longo desta análise, algo que se possa formular em termos de um discurso com pretensão à coerência. Tal definição de opinião não é minha opinião sobre a opinião, é simplesmente a explicitação da definição de opinião da qual se valem as sondagens de opinião ao solicitarem que as pessoas tomem posição sobre opiniões pré-formuladas e acabem produzindo, pela simples agregação estatística das opiniões assim produzidas, este artefato que é a opinião pública. Simplesmente afirmo que a opinião pública, na acepção implicitamente admitida por aqueles que fazem as sondagens de opinião ou pelos que se utilizam de seus resultados, que esta opinião aí, simplesmente, não existe (BOURDIEU, 2012, p. 7)³

O sociólogo francês critica fundamentalmente as pesquisas de opinião, as ditas “sondagens”. Realizadas por institutos de pesquisa que se valem de instrumentos matemáticos, estatísticos e sociológicos para produzirem seus resultados, elas os apresentam como se fossem produtos científicos, verdadeiros, como retratos fiéis de um estado da realidade cientificamente elaborados. Bourdieu demonstra, pelo contrário, que todo esse empreendimento não passa de um mecanismo de produção de artefatos destinados a operarem efeitos de realidade, mormente políticos, ao encobrirem o que de fato em um determinado momento poderia ser uma economia efetiva das opiniões e seus pesos relativos no jogo dos interesses mais amplos e frente às disposições mais particulares. As pesquisas de opinião, embora tecnicamente bem feitas, não mediriam ou retratariam um determinado estado real das opiniões, mas criariam um artefato possível de ser empregado para fins como o da imposição das problemáticas legítimas. Além do mais, nesse caso, os meios de comunicação participariam ativamente como os veículos da parição e

³ Trabalhei com o texto original em francês (BOURDIEU, 2012) do qual fiz a tradução livre citada. Ela é cópia do artigo original (BOURDIEU, 1973). Há uma versão em português (BOURDIEU, 1987).

reprodução de tais problemáticas. Embora reivindicando para si uma legitimidade científica, as sondagens seriam outra coisa, pois responderiam a questões que nada tem de científicas. Antes de mais nada, elas respondem a questões propostas desde interesses que são basicamente políticos, ou melhor, que para se realizarem precisam ser politicamente formulados.

Em um trabalho dedicado em grande parte à problemática da opinião em relação com a mídia, Patrick Champagne analisa os mecanismos de fabricação da opinião e as modificações que toda uma nova panóplia vinculada aos instrumentos de medição e de veiculação de opinião operaram, transformando as próprias definição e regras do jogo político.

O exemplo das sondagens de opinião [...] constitui uma ilustração exemplar dos efeitos importantes que podem ser produzidos pelo aparecimento de especialistas que, ao pretenderem avaliar de forma científica a ‘opinião pública’ e dar conselhos aos que procuram agir sobre a mesma, levam a acreditar na existência de uma ‘opinião pública’. Tentaremos mostrar que na realidade, o que existe não é a ‘opinião pública’ ou mesmo ‘a opinião avaliada pelas sondagens de opinião’, mas, de fato, um novo espaço social dominado por um certo número de agentes – profissionais das sondagens, cientistas políticos, conselheiros em comunicação e *marketing* político, jornalistas, etc. – que utilizam tecnologias modernas como a pesquisa por sondagem, minitel, computadores, rádio, televisão, etc.; é através destas que dão existência política autônoma a uma ‘opinião pública’ fabricada por eles próprios, limitando-se a analisá-la e manipulá-la e por consequência transformando profundamente a atividade política tal como é apresentada na televisão e pode ser vivida pelos próprios políticos. Os especialistas do *marketing* político que fazem seu próprio *marketing*, sobretudo, ao procurarem produzir, nos meios políticos a necessidade de seus próprios produtos, comprazem-se em mostrar o quanto a política se modificou nos últimos trinta anos (CHAMPAGNE, 1998, p. 32)⁴

⁴ A edição brasileira traduziu o título original em francês que inicia com “*Faire l’opinion...*” por “Formar a opinião...”. Não nego o relativo acerto da tradução do verbo “*faire*” em francês, que seria “fazer” em português, por “formar”,

Nas condições estabelecidas a partir dos mecanismos democráticos de seleção do pessoal político, essa “forma sublimada de guerra civil” (BOURDIEU, 1989, p. 174) passa a englobar uma luta pela mobilização, principalmente eleitoral, dos chamados profanos, daqueles que não fazem parte do mundo dos especialistas e dos profissionais da política. Em outras palavras, com o desenvolvimento histórico da política como representação, o pessoal estritamente político passou a depender cada vez mais do pessoal de fora do mundo da política, entendido como o espaço institucionalizado da competição regulada pelas posições e funções propriamente políticas.

Ao contrário da legitimidade dos cientistas e dos produtos da pesquisa científica, que são avaliados e avalizados, ou não, pelo julgamento dos pares especialistas, a legitimidade dos políticos é homóloga à das gentes de mídia – jornalistas, colunistas, marqueteiros, *influencers*, etc. –, pois em grande parte ambos devem recorrer constantemente aos profanos para garantirem ou melhorarem suas posições relativas. O político precisa de votos, as gentes de mídias precisam de aderentes – leitores, ouvintes, telespectadores, visualizadores, curtidores. Porém, enquanto os primeiros são chamados a verificarem as adesões periodicamente nas eleições, os segundos precisam se valer de mecanismos indiretos, menos institucionalizados para operarem a verificação que é uma exigência do meio também por seu caráter ou interesse comercial. Um “grande comunicador” é aquele que fala e é ouvido pelo maior número e, com isso, pode capitalizar para seu empregador ou para a sua atividade autônoma fatias importantes de verbas publicitárias ou a capacidade própria de vender produtos ou serviços.

pois pode ser um dos sentidos no qual é empregado nesse caso. Porém, saliento que “fazer” tem um peso um mais forte enquanto imposição do que “formar”, um verbo com um sentido mais “ameno”.

Os agentes da grande mídia costumam se valer de duas formas de reivindicação para buscarem a necessária legitimidade frente ao mundo social relacionadas entre si pela pretensão de estarem representando a chamada “opinião pública”. Uma dessas formas pode ser definida como declaratória: “a opinião pública – ou seus equivalentes nesse caso como “povo”, “cidadãos”, “brasileiros”, “municípios”, “gaúchos”, “recifenses”, etc. – acredita, pensa, quer, deseja, anseia que...”, diz o comentarista de TV antes de revelar a suposta opinião pública que não passa da sua própria opinião associada normalmente à do grupo restrito de interesses que ele de fato representa ou encarna. Mas há uma outra forma, esta menos subjetiva ou intersubjetiva, que é a da avaliação ou checagem da popularidade, audiência ou notoriedade com o auxílio dos institutos de sondagem e dos resultados de suas medições. As gentes da grande mídia acabam presas nas e dependentes das sondagens de opinião e dos índices verificadores, bem como da necessidade de reiterarem constantemente a existência e a importância da opinião pública, sempre convocada a emprestar a suas opiniões o peso de uma impossível opinião mensurável de todos ou do maior número da qual seriam os porta-vozes. Ou seja, dependem tanto das medições do tipo “Ibope” – no Brasil o nome do instituto de pesquisa se transformou em sinônimo de medidor de índice de audiência – ou “*Top of Mind*” – uma sondagem de mercado realizada pelo Grupo Amanhã no Rio Grande do Sul que se propõe a avaliar, medir e ranquear quais “marcas”, incluindo aí comunicadores e jornalistas sintomaticamente comparados com elas, seriam as mais “lembradas” pelos “gaúchos” (*Top of Mind*) –, a fim de testarem e atestarem sua popularidade, como dependem igualmente dos produtos das sondagem de opinião – do tipo “o que pensam os brasileiros sobre...” – que os abastecem de um certo senso do senso comum assim fabricado que os permite tomar

posições cômodas e adequadas aos seus interesses profissionais ou aos interesses outros que porventura representam ou deles se servem.

Mais até do que o pessoal político, que disputa os seus lugares no chamamento aos eleitores que podem ser mais localizados e interpelados individualizadamente, inclusive em bases pessoais, presenciais, “pelo nome”, o pessoal midiático, especialmente dos grandes meios com pretensões de representação universal, é totalmente dependente do apelo à opinião pública, sem a qual fica suspeito de adesão ou conivência com interesses pontuais que desmascarariam a sua pretensão de legitimidade-ônibus, frente a todos⁵, bem como de sua reivindicação, reclamada por quase todos, de neutralidade e objetividade. Por isso é imperdoável para ele, o pessoal midiático, uma declaração como a do deputado Sérgio Moraes. É inadmissível que alguém venha aos microfones estampados com os logotipos dos grandes veículos e diga estar se lixando para aquilo em nome do que eles extraem o grosso de sua legitimidade social e poder de influenciar e mesmo controlar a pauta das questões que podem se tornar objeto de interesse público, quer dizer, político. A reação de indignação e repulsa não é incompreensível, pelo contrário, deve ser parecida com a de historiadores e cientistas sociais quando uma autoridade pública declara que o nazismo era um movimento de esquerda, ou a de um físico quando é dada voz à proposição segundo a qual a terra é plana, afinal, estaríamos em uma democracia e todos tem o direito de “opinar”. Porém, é igualmente sintomática da dependência que o pessoal midiático atrelado aos grandes meios tem da opinião pública como artefato a que se referem Bourdieu e Champagne.

⁵ Bourdieu refere-se aos “fatos-ônibus” pelos quais se interessa a TV por supostamente interessarem a todo mundo (BOURDIEU, 1997, p. 23).

E, de novo sublinho, isso vale para o pessoal da chamada grande mídia empresarial ou corporativa tradicional. As novas gentes de mídias, os ditos *influencers*, ou influenciadores digitais – “gurus”, *instagrammers*, *bloggers*, *youtubers*, *livestreamers*⁶ –, que pululam na internet mendigando e competindo por visualizações, adesões e curtidas, são de outra espécie. Livres dos constrangimentos institucionais e das formações acadêmicas que distribuem os diplomas que permitem o acesso às profissões nos grandes meios, eles e elas se encontram muito mais livres para criarem suas imagens e mensagens abordando diretamente e individualizadamente os navegantes da internet atrás de seus *likes*, comentários e adesões. Eles dificilmente falam em nome de uma opinião pública como aquela definida pelos grandes meios e pelos institutos de sondagem, mas sim para e em nome de nichos de percepções compartilhadas, em sua grande maioria pré-conceitos, apelando para o que Bourdieu denomina “ethos de classe”, “quer dizer, um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizaram desde a infância a partir do qual elas elaboram respostas a problemas extremamente diferentes” (BOURDIEU, 2012, p. 4)⁷. De onde o abuso da linguagem vulgar, do humor de botecos de beira de estrada, das piadinhas de bordel, das tiradas de torcidas organizadas de futebol, das sentenças e anátemas moralistas e de baixa religião. O apelo é ao fígado.

⁶ A profusão dos termos em língua estrangeira trai o novo e o arbitrário dessas classificações recentes o suficiente para aparecerem em sua crueza, ao mesmo tempo começando a criar um jargão inacessível aos homens e mulheres do mundo analógico, inclusive entre o pessoal midiático tradicional. As novas distinções se forjam e são sintomas da continuidade da luta pelo poder de ditar as regras dos jogos de convencimento, tão importantes para a política, como para as mídias ou as religiões. A este respeito, as ideias de “sujeitos atualizados” e de “sujeitos obsoletos” são bem interessantes, ver PEREIRA & ARAÚJO, 2019.

⁷ Tradução livre minha.

3. O “tiozão” presidente:

A jornalista Eliane Brum escreveu, em uma de suas colunas periódicas no *El País*, que:

Jair Bolsonaro, filho de um dentista prático do interior paulista, oriundo de uma família que poderia ser definida como de classe média baixa, não é representante apenas de um estrato social. Ele representa mais uma visão de mundo. Não há nada de excepcional nele. Cada um de nós conheceu vários Jair Bolsonaro na vida. Ou tem um Jair Bolsonaro na família. [...] Em vez de votar naquele que reconhecem como detentor de qualidades superiores, que o tornariam apto a governar, quase 58 milhões de brasileiros escolheram um homem parecido com seu tio ou primo. Ou consigo mesmos. [...] Bolsonaro não deveria parecer melhor, mas igual. Não deveria parecer excepcional, mas ‘comum’ (BRUM, 2019).⁸

Em outro trabalho desenvolvi a questão da crise das mediações tradicionais que tem afetado desde a universidade e a produção de ciência, até os grandes meios de comunicação outrora dominantes dentre os mecanismos institucionalizados de comunicação e interação sociais (GRIJÓ, 2019). A internet, que em si não é exatamente uma mídia, um suporte, mas um ambiente, uma galáxia (CASTELLS, 2003), representou um desafio não para a comunicação, mas para os grandes meios estabelecidos e para outras instâncias tradicionais de mediação – sindicatos, universidade, partidos políticos, movimentos sociais, ciência e outras tantas. No caso da grande mídia, com muita dificuldade as

⁸ Para uma contraposição marxista ortodoxa ao texto, ver POMAR, 2019. A crítica de Pomar à crônica de Brum é basicamente a de que ela não levaria em conta a luta de classes e o caráter classista do governo Bolsonaro. Igualmente, sem usar a palavra, acusa o texto de elitista. Quanto ao primeiro aspecto, com efeito, a questão da luta de classes e mesmo a relação do golpe de estado de 2016 com a situação atual não faz parte das preocupações de Brum. Quanto a ser elitista, não procede. Brum apenas constata que o atual mandatário é tosco, apedeuta e apresenta enormes dificuldades cognitivas. Quando o compara a Lula, é quanto à questão da possibilidade de alguém de origens populares transformar-se em uma liderança consistente e preparada. Pomar nega, mas Lula é sim parte de uma elite, enquanto que o outro é um produto conjuntural de um processo bem mais complicado do qual Brum analisa um aspecto, o das possibilidades das identificações subjetivas construídas em torno do ex-capitão.

empresas tentaram mudar ou adaptar os seus modelos de negócios e produtos em função do novo espaço que surgia e se consolidava. Algumas obtiveram relativo sucesso, outras sucumbiram, normalmente adquiridas pelas que melhor estavam se adaptando, ou por outros conglomerados econômicos interessados talvez menos no negócio em si do que na sua capacidade efetiva ou presumida de emprestar visibilidade social ou poder sobre autoridades, pessoal político, “o mercado”. De modo geral, no entanto, a proeminência dos grandes veículos e, entre eles, da televisão – sobre a qual o estudo de Pierre Bourdieu já citado é um retrato em seu momento áureo, década de 1990, como “o meio” por excelência, inclusive impondo os princípios de sua lógica específica e recursos aos demais meios e a outras esferas sociais (BOURDIEU, 1997) – passou a ser paulatinamente contestada na concorrência das formas mais difusas de produção e divulgação de conteúdos albergadas nas chamadas redes sociais e em aplicativos de compartilhamento, reprodução ou divulgação de materiais.

Essas novas condições, alavancadas também pela disseminação e democratização do acesso aos *smartphones* e à banda larga, passaram a operar uma mudança não somente nos modelos de negócios, mas também nas formas de produção e reprodução de conteúdos postos à disposição e exposição públicas, nas relações interpessoais e assim por diante. Não demorou e outras esferas passaram a sofrer transformações relativas desde as pressões que advinham da internet, entre elas a política. Eliane Brum lembrou muito bem que na posse de Bolsonaro em Brasília, “eufórica, a massa berrava: ‘WhatsApp! WhatsApp! Facebook! Facebook!’” (BRUM, 2019). Difícil deixar de ouvir nessa gritaria aparentemente sem sentido os ecos de um outro grito: “estamos nos lixando para a opinião pública”.

Quando Céli Pinto considerava que as classes populares viam na corrupção e nos desvios fraudulentos de dinheiro público um problema dos outros, da elite, sendo isso reflexo de uma “opinião popular” distinta

da “opinião pública” marcada pelo ponto de vista moralista da classe média, apontava uma distinção que pode ser útil para avançarmos no entendimento do sucesso eleitoral de Bolsonaro. Enquanto candidato, sua recusa em participar do jogo político dentro das regras, ensaiadas desde a campanha eleitoral de 1989 e até 2016 mais ou menos consolidadas – aparição midiática em entrevistas e debates; apoio em profissionais consagrados do *marketing* político; participação em comícios profissionalmente ordenados e produzidos como *shows*; cuidados estéticos e estratégicos com a linguagem, a expressão e a imagem; asseio pessoal; etc. –, pode ser encarada também como uma recusa a levar em conta nada mais nada menos do que a opinião pública tal qual definida e controlada até então pelos grandes meios. A campanha de Bolsonaro, como nunca antes ocorrera, simplesmente estava se lixando para a opinião pública, ignorando as regras escritas e não escritas da busca pelos eleitores a partir do que era convencional e conveniente até então para a grande mídia, para os demais candidatos acostumados às campanhas anteriores – aqueles com pretensões de vitória, evidentemente, o que exclui figuras como o Cabo Daciolo – ou para todo o pessoal envolvido no trabalho de engendramento e enquadramento da opinião pública⁹. Sua campanha não disputava a preferência do eleitor como maioria da opinião, como a captura da opinião pública, de sua “simpatia”. Ela trazia para o centro do protagonismo político as disposições inscritas no ethos do homem e da mulher comuns, enquanto pessoas, não enquanto cidadãos e cidadãs. Assim, se contrapor à dominação da e pela grande mídia era estratégico e tornou-se imperativo para a campanha de Bolsonaro.

⁹ A ideia de um enquadramento da opinião pública eu associo com o trabalho de enquadramento de memória a que se refere Pollak. Do mesmo modo que não há memória pura, em si, mas um trabalho incessante de luta por parte dos interessados em formar e conformar uma memória, não há uma opinião pública em si, mas o trabalho incessante e interessado de sua realização (POLLAK, 1989).

E aqui, é preciso um parêntese. É histórica e ambivalente a relação conflituosa da esquerda e dos intelectuais no Brasil, mas não somente nele, com os grandes meios. De modo geral, a crítica se concentra no fato de que eles se aproveitariam dos poucos recursos culturais e econômicos da maioria da população para sobre ela exercer diversas formas de dominação. Pode ser a dominação de classe, como podem ser formas mais sutis de dominação cultural e política, com sua concentração e ação impedindo, por exemplo, que os cidadãos tenham acesso a informações mais qualificadas, diversas, “democráticas”. Venício de Lima e Sérgio Capparelli resumem:

Mas até agora não entraram em discussão antigos problemas da televisão aberta, como a concentração de propriedade e a falta de pluralismo e diversidade política. E esse seria o momento [início do primeiro governo Lula] de reorganizar o modelo existente e alcançar os objetivos antigos em matéria de comunicações como a democratização do acesso e a abertura do mercado a novos atores públicos e privados (LIMA & CAPPARELLI, 2004, p. 140).¹⁰

A crítica, no entanto, é elaborada e sustentada em autores do calibre de, apenas para citar alguns, Antônio Gramsci – reflexões sobre a hegemonia –, os frankfurtianos, especialmente Theodore Adorno – problemática da indústria cultural –, passando por Noam Chomsky e Pierre Bourdieu. De modo geral não se trata da rejeição aos meios em si, mas da reflexão sobre a necessidade de incluí-los em uma perspectiva de radicalização da democracia e das possibilidades de realização das liberdades individuais e coletivas, mesmo em perspectivas socialistas. São discussões, estudos, análises e reflexões que em última análise possuem uma forte preocupação, em uma palavra, emancipatória.

¹⁰ Ainda a esse respeito, cito os seguintes artigos ou livros cujos próprios títulos traduzem explicitamente tal ordem de preocupações: SODRÉ, 1984; HERZ, 1997; ARBEX, 2003; CHAUI, 2006; BORGES, 2009; GRIJÓ, 2016.

No caso de Bolsonaro e sua claqué, a crítica que dirigem aos grandes meios se refere a conteúdos essencialmente morais e se baseiam em um profundo interesse político-estratégico. A tônica moralista aparece na medida em que a mídia é vista como corruptora dos valores da família cristã, sejam lá eles quais forem, mas normalmente estão associados ao conceito da família nuclear heterossexual, ao supremacismo ocidental branco, às leituras mais ou menos fundamentalista da Bíblia, à continência sexual e seus corolários. E a política acaba sendo, para essa gente, uma guerra de soma zero, uma cruzada, quem não está do seu lado necessariamente está do lado do outro. E o outro não é um adversário, é inimigo, ímpio, infiel. Nessa perspectiva e em tais condições, não há lugar para imprensa livre e crítica, como não há lugar para a ciência livre e crítica. É inegável que, no limite, trata-se de um perigoso, para a democracia, flerte com concepções fascistas e teocráticas de estado e sociedade. A crítica aos grandes meios operada dessa maneira se volta contra a parte deles que, procurando manter certa distância do governo, não adere total e incondicionalmente a ele.

Pouco importa, portanto, a opinião pública. A remissão aos brasileiros, à bandeira nacional, o uso das camisetas da seleção brasileira de futebol pelos bolsonaristas, não se vinculam a uma tentativa de disputar a preferência da opinião pública, mas a de criar um corpo de aderentes, partidários, apoiadores dentre os “cidadãos de bem” que se distinguem deles, os outros, os inimigos da pátria e do governo: petistas, comunistas, feministas, indígenas, homossexuais, bissexuais, assexuados, bolivarianos, socialistas, marxistas, pensadores livres, dissidentes, discordantes, bolcheviques e assim por diante – todos eles sendo essencialmente “do mal” e encarnações do perigo que sofre a vida pacata da “maioria silenciosa e de bem”. Bolsonaro nunca declarou, e ao menos teve a

integridade de jamais esconder isso, que pretendia governar para todos ou governar para a opinião pública.

Recentemente o ex-capitão anunciou que pretendia nomear seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, como embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Logo começaram a aparecer na grande mídia as críticas de nepotismo e do absurdo da indicação de alguém sem o menor preparo e tirocínio para o cargo, a mais importante representação diplomática do país no exterior. Pesquisa de opinião apontava que 53% dos pesquisados rejeitavam a indicação e apenas 33% concordavam com ela (Uol, 21/07/2019). O filho se defendeu dizendo que estaria totalmente qualificado para o posto, pois já morara naquele país quando estudante em intercâmbio e, inclusive, por lá trabalhara fritando hambúrgueres em uma lanchonete. Bolsonaro pai, em uma rede social, sublinhou: “Pretendo beneficiar filho meu, sim. Se eu puder dar um filé mignon ‘pro’ meu filho, eu dou, mas não tem nada a ver com o filé mignon essa história aí.” (Uol, 21/07/2019) Ignorando as pesquisas de opinião, as repercussões na grande mídia, a indignação de diversos setores da sociedade, Bolsonaro e o seu chanceler, Ernesto Araújo, enviaram aos Estados Unidos o *agrément*, a consulta oficial ao país que receberá o embaixador, para aquiescência. Não há dúvidas, eles estão se lixando para a opinião pública.

Também recentemente, a jornalista do Grupo Globo, Míriam Leitão, e seu marido, o sociólogo Sérgio Abranches, foram desconvidados para participar de uma feira de literatura na cidade de Jaraguá do Sul em Santa Catarina. Um barulhento grupo de bolsonaristas locais pressionaram a organização do evento para que ambos fossem impedidos de nele participar, no que foram atendidos. Em um café da manhã com correspondentes estrangeiros, Bolsonaro foi instado a comentar o assunto. Ele aproveitou para atacar pessoalmente a jornalista, acusando-a de ter feito parte da luta armada durante a ditadura militar. “Ela estava indo para

a guerrilha do Araguaia quando foi presa em Vitória. E depois conta um drama todo, mentiroso, que teria sido torturada, sofreu abuso etc. Mentira. Mentira” (apud, *Uol*, 19/07/2019), disse o ex-capitão. No Jornal Nacional foi lida uma carta-editorial do Grupo Globo em apoio a sua funcionária, destacando que Míriam teria sim sido torturada, aos 19 anos e grávida, mas que nunca participara da luta armada, mesmo sendo então uma militante vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ela realizava apenas atividades de propaganda contra o regime ditatorial. Além do mais, não era a primeira vez que ela recebia do atual mandatário esse tipo de tratamento. Quando ainda deputado, em 2017, ele declarou que o lugar da jornalista era o “chiqueiro da história”. Ainda segundo ele, em uma postagem no seu Twitter, “a marxista de ontem, continua a mesma. Se eu chegar lá vai querer lambar minhas botas, como fez com todos que chegaram ao Poder” (apud, *Uol*, 19/07/2019).

No início de seu mandato, quando foi confrontado com casos de uso indevido dos recursos do fundo partidário pelo seu Partido Social Liberal (PSL) e demitiu pela primeira vez um ministro, Gustavo Bebianno, que fora presidente do partido quando teriam ocorrido as irregularidades, Bolsonaro deixou claro em um áudio o seguinte:

Gustavo, o que eu acho desse cara da Globo dentro do Palácio do Planalto: eu não quero ele aí dentro. Qual a mensagem que vai dar para as outras emissoras? Que nós estamos se [sic] aproximando da Globo. Então não dá para ter esse tipo de relacionamento. Agora... Inimigo passivo, sim. Agora... Trazer o inimigo para dentro de casa é outra história. Pô, cê tem que ter essa visão, pelo amor de Deus, cara. Fica complicado a gente ter um relacionamento legal dessa forma porque cê tá trazendo o maior cara que me ferrou – antes, durante, agora e após a campanha – para dentro de casa. Me desculpa. Como presidente da República: cancela, não quero esse cara aí dentro, ponto final. Um abraço aí (apud, *GI*, 19/02/2019).

Em maio, quando o governo determinou cortes nas verbas de custeio das instituições federais de ensino e estouraram fortes protestos estudantis pelo país, ele foi questionado sobre o assunto por uma repórter do jornal *Folha de São Paulo*. Irritado, respondeu:

Primeiro, vocês da Folha de S. Paulo têm que entrar de novo em uma faculdade que presta e fazer bom jornalismo. Isso que a Folha tem que fazer. E não contratar qualquer um, qualquer uma, pra ser jornalista. Pra ficar perguntando besteira e publicando coisa nojenta (apud, *Revista Fórum*, 16/05/2019).

Eu poderia multiplicar exemplos como esses em que o próprio ex-capitão ou seus mais chegados asseclas se colocam às turras com jornalistas ou mesmo diretamente com as empresas que os empregam. Trata-se de uma constante. No espaço deste texto, porém, não é possível destrinchar os motivos disso e nem é meu objetivo no momento. O que me parece ainda importante aqui é tentar aventar algumas linhas de análise que podem ajudar a compreender melhor como se chegou a tal ponto e em que medida os próprios grandes meios são responsáveis por isso.

Como também lembrou Eliane Brum, em 2017, Bolsonaro recebeu apenas quatro votos ao disputar a presidência da Câmara – um dos quais provavelmente era o seu próprio –, e, em 2011, declarou em plenário que não era “ninguém” na casa (BRUM, 2019). Ele sempre fora apenas mais um, parecido com os casos dos deputados do castelo e daquele que se lixava para a opinião pública, cujos nomes, aliás, poucos lembram, sendo muito mais conhecidos como “o do castelo” e o “que se lixava”. Nas condições que se apresentavam até então, é provável que Bolsonaro teria um fim político parecido, seria rigorosamente esquecido como o deputado homofóbico aquele que “elogiava a ditadura e a tortura”. Acabou

tornando-se presidente da República. No contexto das eleições de 2018, o que em princípio inviabilizaria o sucesso de qualquer candidatura, foi um dos seus grandes trunfos.

4. Quem tem medo do Jornal Nacional?

Evidentemente que as condições para a vitória de Bolsonaro foram muito mais amplas e complexas. Com o golpe de 2016, acelerou-se brutalmente o processo de desgaste dos partidos políticos em geral, bem como das suas principais lideranças. O líder que ainda permanecia com grande possibilidade de vitória eleitoral em 2018, o ex-presidente Lula, como parte do golpe e desde um conluio que envolveu militares, juízes, policiais, imprensa, outros políticos e promotores, foi preso e impossibilitado de concorrer. No desenrolar da campanha, os candidatos aparentemente mais viáveis eleitoralmente – Marina Silva, Ciro Gomes, Geraldo Alkmin – foram naufragando e perdendo apoios importantes que acabaram sendo canalizados para Bolsonaro enquanto ficava cada vez mais claro, para os agentes do capital econômico transnacional e para as classes dominantes em geral, que ele seria o mais apto não só a derrotar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, mas a por abaixo o arremedo do tímido estado de bem estar social que as administrações petistas anteriores tentaram implantar ou assegurar. Bolsonaro foi sendo creditado como o mais seguro paladino eleitoral do antipetismo devido ao bem-sucedido trabalho feito pelos apoiadores para a sua popularização e a capilaridade sociais que fossem suficientes para angariar os votos necessários para a vitória. Sua guinada em direção ao mercado – associando-se ao especulador financeiro Paulo Guedes, que hoje é o atual ministro da Economia – e seu moralismo de classe média assustada trouxeram apoios e acordos com os agentes-chaves do chamado “mercado” e com a maioria dos donos das igrejas neopentecostais. Com

dinheiro, com o apoio das forças armadas e com um contingente de vanguarda eleitoral de base fanatizado, a campanha conseguiu se estruturar nas bases acima esboçadas, ao largo da grande mídia e abordando mais diretamente e individualizadamente o eleitorado em geral, apelando massivamente para os diferentes ethos de origens sociais. Para a população mais pobre, apelava para o reforço de autoridade e para a imagem de alguém forte e viril, apto a combater a criminalidade e devolver ordem às periferias conflagradas e dominadas pela violência, tudo isso desde um discurso popularesco, chulo, e uma imagem deliberadamente descuidada, desleixada – a antítese do que costumavam propor os outrora reinantes marqueteiros de campanha, espertos em transformar seus candidatos em fac-símiles de galãs de novela. Para as classes médias, apelava fundamentalmente ao antipetismo e ao moralismo ascético não menos autoritário, prometendo “acabar com tudo isto que está aí”, no que se subentendia perseguir e eliminar a corrupção e a roubalheira dos políticos “tradicionais”, então associados ao PT e às esquerdas¹¹. Neste último caso, Bolsonaro pouco inventava. Surfou na campanha de destruição da imagem dos governos petistas operada em parte considerável pela grande mídia.

Não é apenas um fator que pode explicar a vitória de Bolsonaro, mas um conjunto deles e, dentre os quais, está o posicionamento da grande mídia, no que tenho me detido aqui. Entre 2009, quando do caso do deputado que se lixava para a opinião pública, até 2019, com a presidência do ex-deputado do baixo clero, muita coisa mudou sob o aspecto da grande mídia. Primeiro, as novas condições comunicacionais e empresariais que apontei logo acima. Em segundo lugar, a perda que isso acarretou em

¹¹ Para o aprofundamento das questões que envolvem o golpe de 2016 e a situação atual, bem como para a literatura pertinente, ver GRJÓ, 2016, 2018 e 2019.

termos de poder relativo de influência da grande mídia no trabalho de pautar as discussões públicas legítimas. Tudo isso foi agravado quando, em peso, a mídia empresarial brasileira tomou o partido político do golpismo, embarcando na aventura do golpe do impeachment de Dilma Rousseff e, ao menos inicialmente, no governo de Michel Temer. Ela ocupou o centro estratégico da coalizão parlamentar, judiciária, empresarial, militar e midiática que, em 2016, derrubou a presidenta eleita, do que já me ocupei com mais profundidade em um trabalho anterior (GRIJÓ, 2018). Por agora, quero me deter em uma de suas consequências: o antipetismo, que se tornou uma marca da postura golpista e encontrou nos grandes meios um dos seus principais agentes organizadores e disseminadores¹². Os reflexos dessa postura ainda hoje se fazem presentes. Desde junho de 2019 a chamada operação lava jato está sendo exposta como um gigantesco conluio entre agentes públicos – juízes, promotores, policiais, agentes políticos – e privados – meios de comunicação, advogados, associações empresariais e liberais – para perseguir adversários políticos, especialmente a centro esquerda. Enquanto isso, a Rede Globo tenta aliviar as repercussões e efeitos das evidências que estão sendo divulgadas desde maio pelo *The Intercept-Brasil*¹³ sobre alguns de seus agentes principais e suas ações (GGN, 29/07/2019). Seus veículos têm se apressado em endossar a versão oficial do atual governo de que os vazamentos das postagens no Telegram, aplicativo de comunicação interpessoal, de integrantes da força tarefa da operação seriam culpa de um hacker, portanto produto de um crime

¹² A esse respeito, ver a excelente dissertação de mestrado de Patrícia Augsten que explicita e analisa construção da chamada operação lava-jato pela *Folha de São Paulo* (AUGSTEN, 2019).

¹³ A série de publicações denominada #VazaJato tem sido publicada pelo sítio *The Intercept* desde nove de junho de 2019. É baseada em arquivos obtidos pelo seu editor Glen Greenwald de uma fonte não revelada. Desde então, a *Folha de São Paulo* e a revista *Veja* também passaram a publicar matérias tendo como base os conteúdos desses arquivos.

digital e, sendo assim, inconfiáveis. As consequências da exposição do conluio podem inclusive implicar na soltura do ex-presidente Lula do cárcere em que se encontra, além de já ter deixado claro que durante o processo o ex-juiz responsável, Sérgio Moro, atual ministro da Justiça, se comportou de forma, no mínimo, antiética, quase que como o principal agente acusador, enquanto, por lei, deveria ser um árbitro equidistante das partes.

Quando a grande mídia tomou uma posição de partido político, de campeã do antipetismo e favorável ao golpe de 2016, literalmente traiu a opinião pública segundo a definição e a apropriação que ela própria faz dela. A eficácia da constante remissão a ela como recurso de legitimação está justamente na possibilidade de apresentá-la como pertencente ao domínio da sociedade civil. Embora convocada a realizar efeitos políticos, a opinião pública não pode ser explicitada em si mesma como parte “da política”, quer dizer, não é uma instância tida como controlada pelos políticos ou participante direta da luta política como luta por cargos e entre partidos. Pelo contrário, a opinião pública é inclusive usada pelos seus mestres midiáticos, como já salientei acima, contra o pessoal político, para chamá-lo à ordem. É o caso, por exemplo, do deputado que para ela se lixava. Quase que por definição a opinião pública, embora tenha lados, penda para esta ou aquela posição, se situe mais para lá do que para cá, não pode ser e não é, como artefato, confundida com as posições dos partidos políticos em si. Quer dizer, ela sempre tem de ser sustentada como vindo de baixo para cima, da sociedade para o mundo políticos, e não vice-versa. Quando do processo eleitoral de 2014 e posterior processo de afastamento de Rousseff, a grande mídia simplesmente aderiu aos golpistas, insuflando as manifestações de rua, chamadas verde-amarelas, contra a “corrupção” e em favor do impeachment. Eram apresentadas como “espontâneas”, embora insistentemente e com antecedência

convocadas, sob a justificativa de serem noticiadas, pelos próprios veículos, e realizadas aos domingos, para não prejudicarem a “mobilidade dos outros” em dias úteis. Eram manifestações da e para a televisão.

O problema é que ambos, as manifestações e o golpe, estavam longe de ser produto de uma unanimidade ou mesmo de uma esmagadora maioria de opinião¹⁴. O país estava dividido, ainda está, e muito profundamente. Mesmo com o afastamento de Dilma, Lula era a preferência da maioria do eleitorado em 2018¹⁵. A ida de Haddad, candidato do PT apoiado por Lula, ao segundo turno também demonstra a divisão entre os eleitores e a força que o partido ainda possuía. Com toda a campanha contra ele, foi o partido que conseguiu levar o seu candidato ao segundo turno para disputar com Bolsonaro, o que não foi pouco. Ou seja, quando a grande mídia em bloco tomou explicitamente um lado, tornou-se um partido político articulador do antipetismo e, inclusive, arriscando a quebra da ordem constitucional com o golpe de 2016, abandonou a sua acariciada opinião pública, pois resolveu empurrá-la diretamente para a arena da disputa entre os partidos, desgastando-se enormemente no processo.

O efeito disso é que os articuladores da campanha de Bolsonaro se aproveitaram das circunstâncias e, ao invés de se aliarem à grande mídia, se colocaram contra ela, atirando-a no mesmo saco de opositores e inimigos políticos reais ou imaginários. Tutelada pelas forças armadas, sua campanha literalmente virou o jogo de cabeça para baixo. Ao invés de se curvar aos marqueteiros e aos seus recursos, se adaptar ao jogo político

¹⁴ Se poderia comparar o caso de 2016 com o anterior processo de impeachment de Collor de Melo, quando, de fato, criou-se uma quase unanimidade contra o presidente que veio a renunciar e que, pateticamente, pedia que não o deixassem só. Naquele episódio a grande mídia e opinião pública de fato convergiram, o que foi também um sintoma do processo de fortalecimento de seu poder sob as novas condições democráticas pós-ditadura (GRIJÓ, 2016).

¹⁵ Pesquisa do Datafolha divulgada em 22 de agosto de 2018, quando Lula já estava preso, lhe atribuía 39% das intenções de voto. Bolsonaro vinha em segundo lugar, com apenas 19%. Na simulação sem Lula, Bolsonaro aparecia na liderança, com 22% das intenções de voto (*Folha de São Paulo*, 22/08/2018).

mediatizado – que incluiria aceitar os termos das campanhas eleitorais que passam na e pela mídia, como apontado acima, incluindo a participação em debates e entrevistas livres –, trouxe a peleja para dentro dos smartphones, para a produção e reprodução de conteúdos indistintamente falsos ou verdadeiros, visando atingir a quantidade mais variada possível de pessoas por meio do marketing dirigido pelos algoritmos e pelos agentes difusores-chaves dos grupos fechados de redes sociais. Alguns remunerados para isso, outros voluntários.

A grande mídia empresarial foi responsável pelo desgaste da opinião pública, tal qual ela mesma a definia, como instância de legitimação e mecanismo de manejo sobre o pessoal político. Ela também contribuiu, mesmo que involuntariamente, pois esperava poder controlar melhor o processo eleitoral pós-golpe, para que aqueles do baixo clero como Bolsonaro pudessem impor seu desdém para com a opinião pública como uma eficaz arma político-eleitoral. Eventualmente confundida como instância de produção ou promoção do “politicamente correto” contra o qual lutavam encarniçadamente, a opinião pública terminou sendo associada não só aos inimigos políticos, mas também aos grandes meios até então dominantes. Sérgio Moraes ainda tinha sobradas razões para temer a opinião pública, mesmo que se lixasse para ela, bem como o seu guardião, o *Jornal Nacional*, pois as reações foram imediatas e, mal ou bem, ele perdeu a relatoria da Comissão de Ética e teve de se desculpar. Bolsonaro não tem mais nenhuma razão para temê-la.

Assim, hoje se observa um processo contrário ao que se desencadeara desde a chamada abertura política do final dos anos 1970 e anos 1980. Então, a grande mídia se adaptou com muita eficácia, conseguindo impor aos políticos e à política muitos dos recursos e interesses que controlava e possuía. Passou da situação de tutelada pela ditadura, quando era rebocada pelos movimentos do jogo político do qual participava como um agente

secundário, embora importante, para a situação, na Nova República pós abertura, de fiadora e rebocadora das instituições e do jogo políticos¹⁶. Isso parece ter acabado, ou, ao menos, atravessa uma profunda crise. Já há sinais de que a Rede Globo possa vir a compor com o atual governo, ao menos tolerá-lo. Com respeito às reformas neoliberais que a equipe de Guedes tem imposto – reforma da Previdência, privatização total ou parcial das universidades, liberalização de agrotóxicos, carta-branca ao agronegócio, aos bancos e ao capital especulativo, desregulamentação trabalhista, enfim, a velha receita de extinção do estado providência e a entrega do país ao mercado rentista –, a Rede Globo e todas as demais empresas da grande mídia estão muito confortáveis e, inclusive, as propagandeiam como necessárias ou inevitáveis para “salvar o Brasil”¹⁷.

Do mesmo modo, como lembrou Antônio Prata, quando membros do governo e o próprio chefe deles, o ex-capitão, põem em ação a sua diária “logorreia alucinante” (PRATA, 2019)¹⁸ – a serviço do ataque a artistas, cientistas, jornalista, políticos, decência, verdades e necessidades, diversidade e a tudo o mais que bem entenderem –, a mídia tem registrado os insultos, abusos, ignorâncias e ignomínias como declarações “polêmicas” ou “controversas”. Agindo desse modo, “legitimamos os supostos dois lados da moeda. Batizar uma mentira de ‘polêmica’ é dar 50% de credibilidade para o fato, 50% para a fraude. Os termos não são apenas vagos, eles deturpam a realidade que o jornalismo precisa

¹⁶ Analisei este processo detidamente em outro trabalho, GRIJÓ, 2016.

¹⁷ Basta, para constatar essa postura, assistir alguns minutos da emissora de televisão de notícias Globo News, do Grupo Globo. Ver ainda a posição dos agentes do mercado financeiro que ainda têm apostado fortemente em Bolsonaro e sua capacidade de liquidar com o que restas daquilo que julgam ser um entulho social-democrático no país (*Folha de São Paulo*, 30/07/2019).

¹⁸ Prata assinala que, na penúltima semana de julho de 2019, “Bolsonaro disse que os dados do Inpe sobre desmatamento na Amazônia eram falsos e que os cientistas deviam estar a serviço de alguma ONG. Disse que iria fechar ou privatizar a Ancine para que não houvesse mais dinheiro público em filmes como ‘Bruna Surfistinha’. Disse que não existia fome no Brasil. Disse que a jornalista Miriam Leitão da luta armada na ditadura e mentia sobre haver sido torturada. Por fim, Jair referiu-se aos governadores do Nordeste como governadores ‘de Paraíba’” (PRATA, 2019).

reportar” (PRATA, 2019). A grande mídia já o fizera durante a campanha eleitoral no segundo turno, quando, percebendo que criaram um monstrego que não poderiam controlar, resolveram comportar-se equidistantes na disputa entre Bolsonaro e Haddad, apresentando ambos como as duas faces da moeda do radicalismo. O que era e é completamente falso, pois nem Haddad e nem seu partido, desde que assumiu a presidência em 2003, o PT, eram, foram ou são extremistas, ao contrário, Haddad pode ser inclusive situado como à direita no seu partido. Havia um apenas um extremismo claro e confesso, com um discurso inclusive fascistoide, disputando o segundo turno das eleições de 2018. Ao escamotear essa evidência, a grande mídia pregou mais um prego no caixão da opinião pública que ela mesma tem ajudado a sepultar.

Se, porém, a convergência de interesses entre as grandes empresas midiáticas e o governo serão suficientes para comprar a docilidade e capitulação das primeiras é algo ainda em aberto. É muito possível, mas há igualmente a possibilidade de que se opere uma rearticulação que envolva o impeachment de Bolsonaro em benefício de uma direita mais moderada, novamente proposta a agir levando em conta a “opinião pública” e seus guardiães. Seja como for, permanece a questão de se será possível para os grandes meios salvarem a sua “opinião pública” e as suas relativas autonomias.

5. Para encerrar:

A campanha eleitoral de Bolsonaro liberou-se para disseminar suas proposições, na forma do chamado discurso de ódio que é o corolário do desprezo pelos direitos humanos e pelo politicamente correto, passando ao largo da já vilipendiada, mesmo por aqueles que seriam os seus avalistas, “opinião pública”. Em 29 de julho de 2019, mais um sintoma do desdém, que a impunidade do cargo e a sua blindagem militar e dos

agentes do mercado, que o tem nutrido para afrontar não só a opinião midiaticizada, mas as regras de conduta e autocontrole que caracterizam as relações civilizadas (ELIAS, 1994), pode ser identificado. Bolsonaro, criticando uma posição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quanto às investigações a respeito do atentado que ele teria sofrido durante a campanha eleitoral em 2018, disse:

Por que a OAB impediu que a Polícia Federal entrasse no telefone de um dos caríssimos advogados? Qual a intenção da OAB? Quem é essa OAB? Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Conto pra ele. [...] Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar nas conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco e veio desaparecer no Rio de Janeiro (apud, *Folha de São Paulo*, 29/07/2019).

O fim do contrapeso midiático institucionalizado está atirando a política para um canto que o país não presenciava desde o fim da ditadura. O presidente da República, do mesmo modo que intimida jornalistas, cientistas, professores, pesquisadores, adversários políticos e despreza as instituições, ameaça o presidente de um importante órgão da sociedade civil com base em informações privilegiadas de que teria conhecimento, quando, na verdade, tratava-se apenas de sua “intuição”, conforme depois alegou, a respeito de um então estudante que foi assassinado pelo terrorismo de estado organizado pela ditadura militar e era o pai do presidente da OAB¹⁹. Eventualmente se leem ou ouvem críticas tímidas do pessoal midiático, pois, de modo geral no que diz respeito aos grandes meios, ele está totalmente acovardado. De um lado, por seus patrões

¹⁹ Aliás, como a grande mídia, a OAB está também pagando o preço pelo seu apoio ao processo golpista, quando era seu presidente Claudio Lamachia (OAB, 18/03/2016).

receosos de que o governo possa tomar medidas que prejudiquem ainda mais os seus negócios e, por outro, pela barulhenta patrulha digital que as milícias reais e falsas de internet à serviço do governo Bolsonaro operam contra os dissonantes ou discordantes.

O autoritarismo que flerta com diversas formas de fascismo do atual governante e de muitos de seus associados já isolou e deslegitimou a opinião pública, avançou para o desmonte da universidade pública e do ensino público livre, manietou os órgãos de financiamento artísticos exercendo sobre eles uma censura mais ou menos velada de conteúdos, tem entregado a economia do país aos especuladores rentistas do mercado especulativo, ao agronegócio e às mineradoras e tem operado uma política de controle e, sem exagero, abate das populações mais vulneráveis, especialmente dos povos indígenas e das populações das periferias das grandes cidades, que estão sendo assassinados impunemente por agentes privados e do próprio estado. Não somente o estado de direito está em frangalhos (VALIM, 2017), o que está se constituindo em seu lugar é, mais uma vez, um autoritarismo centralizador, um outro tipo de ditadura. Como ficará a opinião pública daqui para diante é uma incógnita.

Referências

- Agora, 08/05/2009. Relator repete que 'está se lixando' em discurso. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/brasil/ult10102u562389.shtml>. Acesso em: 22 de julho de 2009.
- ARBEX Jr., José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.
- AUGSTEN, Patrícia. *A significação jornalística da justiça: uma análise da cobertura da Lava Jato na Folha de S. Paulo*. Dissertação (mestrado em Comunicação Social), PUC/RS, Porto Alegre, 2019. Disponível em http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8564/2/PATRÍCIA_AUGSTEN_DIS.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2019.

- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi/Associação Vermelho, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. Tradução de Ruth Joffily Dias. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. São Paulo, Polis: 1987, p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre. L'opinion publique n'existe pas. *Acrimed: Action Critique Médias*, 2012. Disponível em: <http://www.acrimed.org/article3938.html>. Acesso em: 24 de julho de 2019.
- BOURDIEU, Pierre. L'opinion publique n'existe pas. *Les Temps modernes*, n. 318, p. 129-130, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRUM, Eliane Cristina. O homem mediano assume o poder. *El País-Brasil*, 03/01/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html. Acesso em: 4 de janeiro de 2019.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet - reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- Correio Brasiliense*, 03/01/2018. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/01/03/interna_politica,651084/deputado-que-se-lixia-para-opinio-publica-pode-virar-ministro-do-tra.shtml. Acesso em: 22 de julho de 2019.

El País-Brasil, 28/09/2018. A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html. Acesso em: 27 de julho de 2019.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2 vols.

FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique et al. *El nuevo espacio publico*. Barcelona: Gedisa, 1998.

FERRY, Jean-Marc. Las transformaciones de la publicidad política. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique et al. *El nuevo espacio publico*. Barcelona: Gedisa, 1998.

Folha de São Paulo, 08/05/2009. Editoriais: A mais pura verdade. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fzo805200902.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2009.

Folha de São Paulo, 22/08/2018. Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

Folha de São Paulo, 29/07/2019. Se presidente da OAB quiser saber como pai dele desapareceu na ditadura, eu conto, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/se-presidente-da-oab...mo-pai-dele-desapareceu-na-ditadura-eu-conto-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

Folha de São Paulo, 30/07/2019. Presidente do Itaú avalia que declarações de Bolsonaro não atrapalham reformas: no cenário macro, Candido Bracher diz que desemprego permite crescimento sem pressão da inflação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-do-ita-u-avalia-que-declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas.shtml>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

Folha de São Paulo. Busca textual no sítio da internet do jornal *Folha de São Paulo* por “Sérgio Moraes (PTB)” em 22 de julho de 2019.

G1, 19/02/2019. Revista divulga áudios com troca de mensagens entre Bolsonaro e ministro demitido Bebianno. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/19/revista-divulga-a...a-de-mensagens-entre-bolsonaro-e-ministro-demitido-bebianno.ghtml>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

GGN, 29/07/2019. Os mistérios do hacker de Araraquara. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/politica/tv-ggn-os-misterios-do-hacker-de-araraquara/>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1025673/>. Acesso em: 22 de julho de 2019.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019 (no prelo).

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. *Anos 90*, v. 23, n. 43, p. 67-92, 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. [E-book] (orgs.). São Leopoldo: Óikos, 2018. p. 441-462.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. *Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/mensalao/entrevista-de-lula-exibida-com-exclusividade-no-fantastico.htm>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

O Globo, 08/02/2019. Castelo erguido por ex-deputado federal no interior de Minas Gerais continua à venda, dez anos depois. Disponível em: <https://blogs.oglobo.com/blog-do-acervo/post/castelo-de-ex-deputado-no-interior-de-mg-continua-venda-dez-anos-depois.html>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

OAB, 18/03/2016. OAB aprova pedido de impeachment contra presidente da República. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/29403/oab-aprova-pedido-de-impeachment-contra-presidente-da-republica>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

PEREIRA, Mateus H. F.; ARAÚJO, Valdei. Esquerda e direita, conceitos superados? (1), (2) e (final). *Outras Palavras*, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/esquerda-e-direita-conceitos-superados-1/>; <https://outraspalavras.net/sem-categoria/esquerda-e-direita-conceitos-superados-2/>; <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/esquerda-e-direita-conceitos-superados-3/>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

PINTO, Céli. Que se lixe a opinião pública! *Zero Hora*, 17/05/2009. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2512790.xml&template=3898.dwt&edition=12318§ion=1012>. Acesso em: 30 de junho de 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Valter. Brum, Bolsonaro e o “homem mediano”. *Blog de Valter Pomar*, 05/01/2019. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com/2019/01/brum-bolsonaro-e-o-homem-mediano.html>. Acesso em: 3 de agosto de 2019.

PRATA, Antônio. Polemizando a controvérsia. *Folha de São Paulo*, 28/07/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2019/07/polemizando-a-controversia.shtml>. Acessado em 28 de julho de 2019.

Revista Fórum, 16/05/2019. Irritado, Bolsonaro agride repórter da Folha e publica vídeo no Twitter. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/irritado-bolsonaro-agride-reporter-da-folha-e-publica-video-no-twitter/>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

ROSSI, Clóvis. A lista e a civilização. *Folha de São Paulo*, 08/05/2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofzo805200903.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2019.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Josias. Relator que se lixa para a sociedade será substituído. *Folha de São Paulo*, 09/05/2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/05/563050-blog-do-josias-relator-que-se-lixo-para-sociedade-sera-substituido.shtml>. Acesso em: 22 de julho de 2009.

The Intercept-Brasil. Série #VazaJato. Disponível em <https://theintercept.com/brasil/>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

Top of Mind. Disponível em: <http://topofmindamanha.com.br>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

Uol, 11/05/2019. A maioria dos seguidores de Bolsonaro é fake? Entenda. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2019/05/11/fake-followers-audit-aplicativo-mostra-a-porcentagem-de-perfis-fake.htm>. Acesso em: 27 de julho de 2019.

Uol, 19/07/2019. Globo lê no JN nota de repúdio a fala de Bolsonaro sobre Miriam Leitão. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/19/globo-divulga-nota-de-repudio-a-bolsonaro-por-fala-sobre-miriam-leitao.htm>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

Uol, 21/07/2019. Pesquisa mostra que 53% são contra indicação de Eduardo à embaixada. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/07/21/pesquisa-mostra-que-53-sao-contraindicacao-de-eduardo.htm>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

Uol, 31/05/2019. 'Está chovendo fake news', diz ministro da Educação ao som de 'Cantando na Chuva'. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/05/31/esta-chovendo-fake-news-diz-ministro-da-educacao-ao-som-de-cantando-na-chuva.htm>. Acesso em: 24 de julho e 2019.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017 (e-book Kindle).

Vi o Mundo, 17/05/2019. Facebook bane empresa de Israel que pagou em reais para disseminar fake news e interferir em eleições. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/facebook-bane-empresa-de-israel-que-pagou-em-reais-para-disseminar-fake-news-e-interferir-em-eleicoes.html>. Acesso em: 27 de julho de 2019.

Zero Hora, 08/05/2009.

Os/As Autores/as

Carolina Martins Etcheverry – Pós-Doutora em História (PUCRS).

Charles Sidarta Machado Domingos Doutor em História. Professor no IFSul.

Débora Nunes de Sá - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

Elenita Malta Pereira Doutora em História (UFRGS). Professora Adjunta de História na Universidade Federal de Rondonópolis.

Jocelito Zalla - Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Colégio de Aplicação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Letícia Sabina Wermeier Krilow - Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Bolsista CAPES.

Linara Bessega Segalin - Graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul. Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Universidade de Murcia.

Luis Carlos dos Passos Martins – Pós-Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor e coordenador do curso de História PUCRS.

Luiz Alberto Grijó - Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Marlise Regina Meyrer - Doutora em História. Professora do PPG História PUCRS.

Mônica Karawejczyk - Pós-doutoranda em História na PUCRS, bolsista PNPD-CAPES. Doutora em História pela UFRGS

Murillo Dias Winter. Doutor em História Social pela UFRJ. Atualmente é pesquisador de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na Universidade de São Paulo (USP).

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org